

ANDERSON MENESES
FABRÍCIO MARIANO

Mercado Financeiro

Teoria, questões comentadas e
mais de 100 questões propostas

SÉRIE PROVAS
& CONCURSOS

2ª Edição

Revista, atualizada e ampliada



Mercado financeiro





O GEN | Grupo Editorial Nacional, a maior plataforma editorial no segmento CTP (científico, técnico e profissional), publica nas áreas de saúde, ciências exatas, jurídicas, sociais aplicadas, humanas e de concursos, além de prover serviços direcionados a educação, capacitação médica continuada e preparação para concursos. Conheça nosso catálogo, composto por mais de cinco mil obras e três mil e-books, em www.grupogen.com.br.

As editoras que integram o GEN, respeitadas no mercado editorial, construíram catálogos inigualáveis, com obras decisivas na formação acadêmica e no aperfeiçoamento de várias gerações de profissionais e de estudantes de Administração, Direito, Engenharia, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Odontologia, Educação Física e muitas outras ciências, tendo se tornado sinônimo de seriedade e respeito.

Nossa missão é prover o melhor conteúdo científico e distribuí-lo de maneira flexível e conveniente, a preços justos, gerando benefícios e servindo a autores, docentes, livreiros, funcionários, colaboradores e acionistas.

Nosso comportamento ético incondicional e nossa responsabilidade social e ambiental são reforçados pela natureza educacional de nossa atividade, sem comprometer o crescimento contínuo e a rentabilidade do grupo.

ANDERSON MENESES E
FABRÍCIO MARIANO

Mercado financeiro

Teoria, questões comentadas e
mais de 100 questões propostas

2ª Edição
Revista, atualizada e ampliada

SÉRIE PROVAS
& CONCURSOS



SÃO PAULO



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Esta obra passou a ser publicada pelo selo Método da Editora Forense a partir da 2.ª edição.

Produção digital: Geethik

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M499m

Meneses, Anderson

Mercado financeiro / Anderson Meneses, Fabrício Mariano. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-6674-4

1. Mercado financeiro. 2. Instituições financeiras. 3. Finanças. 4. Serviço público -Brasil - Concursos. I. Mariano, Fabrício. II. Título. III. Série.

15-24350

CDD: 332.63

CDU: 336.76





Dedicatórias

A minha esposa Heloísa, sempre ao meu lado, e a toda a minha família.

Dedico especialmente a Durvalina Alvarenga (*in memoriam*), minha avó materna e madrinha, alguém que sempre me apoiou e com quem muito aprendi. Sua bênção!

“Melhor é acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão.” (Provérbio chinês)

Anderson Meneses

A DEUS, em primeiro lugar, por me dar forças para escrever mais uma obra. Aos meus pais, Salete (*in memoriam*) e Geraldo, pela educação, exemplo e incentivo ao estudo, que foi a base para me tornar a pessoa que sou.

“O fator decisivo para vencer o maior obstáculo é, invariavelmente, ultrapassar o obstáculo anterior.”
(Henry Ford)

Fabício Mariano





Agradecimentos

Ao amigo Fabrício Mariano, com quem tenho a honra de estar dividindo mais um projeto. Ao professor Sylvio Motta e a todos os colaboradores do Grupo Editorial Nacional pela presteza, atenção e profissionalismo.

Anderson Meneses

Ao amigo Anderson Meneses, pela parceria em dividir comigo este projeto. A todos do Grupo Editorial Nacional – GEN pelo convite e pela oportunidade para o lançamento desta obra, pela presteza e atenção dispensada.

Fabrício Mariano



Os Autores

Anderson Meneses

- Doutor em Engenharia Nuclear pela Coppe/UFRJ e IDSIA/Universidade de Lugano (Suíça).
- Mestre em Engenharia Nuclear pela Coppe/UFRJ.
- Especialista em Análise, Projeto e Gerência de Sistemas pela PUC/RJ.
- Graduado em Física pela UFRJ.
- Ex-aluno do Colégio Pedro II.
- Professor de ensino superior desde 2002, atuando no ensino de pós-graduação desde 2013 (mestrado e doutorado).
- Autor de publicações internacionais na área de Engenharia Nuclear.
- Palestrante em congressos no Brasil, na Itália, na Espanha, na Alemanha e nos Estados Unidos.

Fabício Mariano

- Mestre em Economia pela Wisconsin International University.
- Pós-graduado em Finanças e Gestão Corporativa pela Ucam – Universidade Cândido Mendes.
- Graduado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- Ensino Fundamental e Médio – Colégio Pedro II.
- Professor de diversos cursos preparatórios no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora, entre eles Academia do Concurso Público, Curso IARJ, Companhia dos Módulos, Curso Plenarius e Curso Logos.
- Fez cursos de aperfeiçoamento nas áreas de:
 - Derivativos (Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – Andim a).
 - Finanças Empresariais (Fundação Getúlio Vargas – FGV).
 - Gestão do Serviço Público (Fundação Getúlio Vargas – FGV).
 - Atendimento ao Público (Interlegis).
 - Lei de Responsabilidade Fiscal (Unilegis).
 - Estatísticas I e II (Cecierj – UERJ).
 - Análises combinatórias I e II (Cecierj – UERJ).
 - Educação Matemática (Instituto de Matemática – UFRJ).
 - Magnetismo Experimental (CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas).
 - Física Moderna e Contemporânea (UFF – Universidade Federal Fluminense).



Apresentação

Abordamos nesta obra conceitos fundamentais do mercado financeiro: o Sistema Financeiro Nacional, os Mercados Financeiros de Crédito, de Capitais, Monetário e de Câmbio.

Apresentamos também os principais tópicos sobre Sistema Bancário, *factoring*, *leasing*, Seguros Privados e Títulos Públicos para concursos. Parte da obra também se destina ao detalhamento das operações de Bolsas de Valores, Derivativos e Câmbio em capítulos especialmente dedicados a esses assuntos.

As mais de 220 questões de concursos, entre comentadas e com gabarito, foram selecionadas para complementar a parte conceitual, sendo essenciais para apoio aos estudos e à preparação de candidatos aos concursos de instituições como o Banco do Brasil, Banco Central, Caixa Econômica Federal, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Susep e IRB, entre outras.

Desejamos sucesso na trajetória de todos os candidatos e na conquista de seus objetivos.

Os Autores



Abreviaturas e Acrônimos

ACC – Adiantamento em Contrato de Câmbio
Bacen – Banco Central
BM – Base Monetária
CAM – Caixa das Autoridades Monetárias
CCS – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional
CDB – Certificado de Depósito Bancário
CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro
CEF – Caixa Econômica Federal
Cetip – Câmara de Custódia e Liquidação
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados
Copom – Comitê de Política Monetária do Banco Central
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
FGC – Fundo Garantidor de Crédito
IF – Instituição Financeira
IRB – Instituto de Resseguros do Brasil
PME – Papel Moeda Emitido
PMPP – Papel Moeda em Poder do Público (não bancário)
RDB – Recibo de Depósito Bancário
S.A. – Sociedade Anônima
SCI – Sociedade de Crédito Imobiliário
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFN – Sistema Financeiro Nacional
SNSP – Sistema Nacional de Seguros Privados
STJ – Superior Tribunal de Justiça
Susep – Superintendência de Seguros Privados
TRA – Termo de Recebimento e Aceitação

Capítulo 1 – Fundamentos: Sistema Financeiro Nacional, Conselho Monetário Nacional, Banco Central e Moeda

- 1.1. Sistema Financeiro Nacional (SFN)
 - 1.1.1. Legislação Básica
 - 1.1.2. Subdivisões do SFN
 - 1.1.3. Cadastro de Clientes do SFN (CCS)
 - 1.1.4. Sociedade de Crédito Imobiliário (SCI)
 - 1.1.5. A Intermediação Financeira
 - 1.1.6. Assimetria de Informação
 - 1.1.7. Os Intermediários Financeiros
 - 1.1.8. Tipos de Intermediários Financeiros
 - 1.1.9. Intermediação Executada
 - 1.1.10. Intermediação Financeira quanto à Previsibilidade
 - 1.1.11. O Processo de Intermediação Financeira
- 1.2. Conselho Monetário Nacional (CMN)
- 1.3. Banco Central (Bacen)
 - 1.3.1. Funções Típicas do Bacen
 - 1.3.2. O Bacen e a Constituição Federal de 1988
 - 1.3.3. Manual de Normas e Intenções (Mini)
- 1.4. Moeda
 - 1.4.1. Características Físicas da Moeda
 - 1.4.2. Funções da Moeda
 - 1.4.3. Base Monetária
 - 1.4.4. Ativos na Economia
- 1.5. Casa da Moeda
- 1.6. O surgimento de novos ativos financeiros
- 1.7. O Sistema Financeiro e o fluxo monetário
- 1.8. O Sistema Financeiro e o desenvolvimento econômico
- 1.9. A regulação do SFN
- 1.10. As funções do SFN na economia
- 1.11. A evolução do SFN
- 1.12. O Banco Mundial
- 1.13. O Fundo Monetário Internacional (FMI)
- 1.14. Políticas econômicas do governo e a moeda
- 1.15. Políticas econômicas
- 1.16. A Política Monetária
- 1.17. A moeda
 - 1.17.1. Moeda e sua visão Catalática
 - 1.17.2. Fases da moeda
 - 1.17.3. Moedas x Desdobramento econômico
 - 1.17.4. Circuito da moeda
 - 1.17.5. Divisão dos ativos
- 1.18. As funções da moeda
- 1.19. A oferta de moeda
- 1.20. Conceitos alternativos de meios de pagamento

1.21. Questões Comentadas

1.22. Questões Propostas

Capítulo 2 – Dinâmica do Mercado

2.1. Estrutura geral das políticas econômicas

2.2. Envolvimento do Tesouro Nacional

2.3. Ativos

2.4. Ativos de Renda Fixa

2.4.1. A dinâmica do mercado e os ativos financeiros

2.4.2. Certificado de Depósito Bancário (CDB)

2.4.3. Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI)

2.4.4. Recibo de Depósito Bancário (RDB)

2.4.5. Letras de câmbio

2.4.6. Reais (R\$)

2.4.7. Zeragem Automática

2.4.8. Reservas Bancárias

2.4.9. *Dealers*

2.4.10. *Commercial Paper*

2.4.11. Fatores que afetam a decisão de poupar

2.4.12. Uma abordagem histórica da intermediação financeira

2.4.13. Uma abordagem econômica da intermediação financeira

2.5. Fundos de Investimento

2.6. Securitização

2.7. Fundo Garantidor de Crédito (FGC)

2.8. Questões Comentadas

2.9. Questões Propostas

Capítulo 3 – Os Mercados e a Política Monetária

3.1. Mercados Financeiros

3.1.1. Mercado de Crédito

3.1.2. Mercado de Capitais

3.1.3. Mercado Monetário

3.1.4. Mercado de Câmbio

3.1.4.1. A Segmentação dos Quatro Mercados Financeiros

3.2. Análise preliminar de alguns mercados e suas políticas econômicas

3.3. Política Monetária

3.3.1. Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom)

3.3.1.1. Sobre o Copom

3.3.1.2. O Copom – Abordagem Histórica

3.3.1.3. Objetivos do Copom

3.3.2. O mercado interfinanceiro – ótica bancária

3.3.3. Compensação de cheques

3.3.4. O endosso

3.4. Questões Propostas

Capítulo 4 – Criação da Moeda pelo Bacen e Mecanismos de Controle

4.1. Agregados monetários – Base Monetária (BM)

4.2. A existência da moeda no mercado monetário

4.3. Papel-Moeda em Circulação (PMC)

4.4. Operações realizadas no mercado

4.5. A trajetória da moeda e o mecanismo de controle do Bacen

4.5.1. Depósito Compulsório

4.5.2. Incidência do Depósito Compulsório

- 4.5.3. Operações de Mercado Aberto
 - 4.5.3.1. *Open Market* e o Mercado Secundário de Títulos
- 4.5.4. Exemplo de Liquidez do Mercado
- 4.5.5. Redesconto
- 4.6. Mercado de Crédito e o Multiplicador Bancário
- 4.7. Multiplicador Bancário
 - 4.7.1. Uma abordagem econômica
- 4.8. Sistema Monetário – Estrutura geral
- 4.9. Ativos Financeiros
- 4.10. Importação, Exportação e a Variação da BM
- 4.11. *Spread* Bancário e a Captação de Recursos
- 4.12. Autorização do Bacen para funcionamento das IFs
 - 4.12.1. O Cadastro de Clientes do SFN
- 4.13. Questões Propostas

Capítulo 5 – Sistema Bancário

- 5.1. O Sistema Bancário e a Política Fiscal
- 5.2. Intermediação Bancária
- 5.3. Risco
- 5.4. Reserva Compulsória
- 5.5. Efeito Multiplicador Bancário
- 5.6. Teoria Quantitativa da Moeda (TQM)
- 5.7. Mercado Bancário
- 5.8. Agência Bancária
- 5.9. Bancos Comerciais
- 5.10. Conta-corrente
- 5.11. Oferta de Serviços dos Bancos
- 5.12. Produtos e Serviços
 - 5.12.1. Cheque
 - 5.12.2. Dinheiro de Plástico
 - 5.12.3. A Conta-corrente
 - 5.12.4. Conta-corrente para indivíduo abaixo de 18 anos
 - 5.12.5. O DOC
 - 5.12.6. O Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB)
 - 5.12.7. As Cooperativas de Crédito
 - 5.12.8. O Fundo Garantidor de Crédito
 - 5.12.9. *Home Banking*
 - 5.12.10. *Remote Banking*
 - 5.12.11. Produtos de Captação Bancária
 - 5.12.12. Produtos de Empréstimo
 - 5.12.13. *Vendor Finance*
 - 5.12.14. *Compor*
 - 5.12.15. Crédito Direto ao Consumidor – Pessoas Físicas e Jurídicas
 - 5.12.16. Quanto à Contratação
 - 5.12.17. Vantagem do CDC
- 5.13. Questões Comentadas
- 5.14. Questões Propostas

Capítulo 6 – As Instituições Financeiras

- 6.1. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
 - 6.1.1. Missão e Objetivos da CVM
- 6.2. BNDES
- 6.3. Caixa Econômica Federal (CEF)
- 6.4. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN)

- 6.5. Bancos Comerciais
- 6.6. Bancos de Investimento
- 6.7. Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários (SDVM)
- 6.8. Sociedades Corretoras
- 6.9. Companhias Hipotecárias
- 6.10. Agências de Fomento
- 6.11. Bancos Cooperativos
- 6.12. Bancos Múltiplos
- 6.13. Bancos Mútuos de Investimento
 - 6.13.1. Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID
 - 6.13.2. Principais Objetivos da ANBID
 - 6.13.3. Resumo sobre CVM, Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos
 - 6.13.4. *Hedge Funds* e o Banco de Varejo e Atacado
 - 6.13.4.1. O Modelo de Jones
 - 6.13.4.2. O Conceito de *Hedge Fund*
 - 6.13.4.3. O Mercado de Opções e o *Hedge Fund*
 - 6.13.4.4. *Hedge Fund* – Definição
 - 6.13.4.5. Nomes de Sucesso
 - 6.13.4.6. *Hedge Funds* – o que são na origem
 - 6.13.4.7. Divisão de *Hedge Funds*
 - 6.13.4.8. Consolidação da Indústria de *Hedge Funds*
 - 6.13.4.9. O Fundo de Fundos
 - 6.13.4.10. *Hedge Funds* no Brasil e os Bancos de Varejo e Atacado
 - 6.13.4.11. A Diversificação de Ativos e a Carteira de Markowitz
 - 6.13.5. Bancos de Câmbio
- 6.14. Questões Comentadas
- 6.15. Questões Propostas

Capítulo 7 – *Factoring*

- 7.1. Compra e Venda Mercantil
- 7.2. Finalidades
- 7.3. Vantagens
- 7.4. Modalidades
- 7.5. Público-Alvo
 - 7.5.1. Atividade Econômica do *Factoring*
 - 7.5.2. *Factoring* é *Factoring* e Banco é Banco
 - 7.5.3. Vantagens de Parceria com uma *Factoring*
 - 7.5.4. Como Funciona o *Factoring*
- 7.6. Questões Comentadas
- 7.7. Questões Propostas

Capítulo 8 – *Leasing*

- 8.1. Intervenientes
- 8.2. Fases de uma Operação de Arrendamento Mercantil
- 8.3. Características do Contrato
- 8.4. Possibilidades do Contrato
- 8.5. Limitação de Prazo
- 8.6. Tipos de *Leasing*
 - 8.6.1. *Leasing* Operacional
 - 8.6.2. *Leasing* Financeiro
 - 8.6.3. *Sale e Lease-Back*
 - 8.6.4. *FMV Leasing*
- 8.7. Principais Características de uma Operação de *Leasing*

- 8.7.1. Quanto aos Prazos
- 8.7.2. Contraprestações de *Leasing* (Periodicidade)
- 8.7.3. Valor Residual Garantido (VRG)
- 8.7.4. Termo de Recebimento e Aceitação (TRA)
- 8.8. Fluxograma Geral da Operação de *Leasing*
 - 8.8.1. Atividade Econômica do *Leasing*
- 8.9. Questão Comentada
- 8.10. Questões Propostas

Capítulo 9 – Seguros Privados e Capitalização

- 9.1. Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP)
- 9.2. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)
- 9.3. Superintendência de Seguros Privados (Susep)
- 9.4. Seguro
 - 9.4.1. Princípio do Mutualismo
 - 9.4.2. Sinistro
 - 9.4.3. Formação do Contrato de Seguro
 - 9.4.3.1. Instrumentos do Contrato de Seguro
 - 9.4.3.2. Elementos do Contrato de Seguro
 - 9.4.4. Risco
 - 9.4.5. Resseguro
 - 9.4.6. Cosseguro
 - 9.4.6.1. Formas de Transferência do Risco
 - 9.4.6.2. Tarifação
 - 9.4.6.3. Julgamento ou Subjetivo
 - 9.4.6.4. Sinistralidade
 - 9.4.6.5. Tábua de Mortalidade
 - 9.4.6.6. Princípio da Boa-Fé
 - 9.4.7. Importância Segurada
- 9.5. Títulos de Capitalização
 - 9.5.1. Características Básicas
 - 9.5.2. Comercialização
 - 9.5.3. Condições Gerais para o Plano de Capitalização
 - 9.5.4. Objetivos e Artigos de um Plano de Capitalização
 - 9.5.5. Sorteios
 - 9.5.6. Participação
- 9.6. Questões Comentadas
- 9.7. Questões Propostas

Capítulo 10 – Títulos Públicos

- 10.1. Nomenclatura dos Títulos
- 10.2. Títulos do Bacen
- 10.3. Títulos Registrados na Selic e Cetip
 - 10.3.1. Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic)
 - 10.3.2. Central de Liquidação Financeira e Custódia de Títulos (Cetip)
 - 10.4.2.1. A Cetip nos Dias de Hoje
 - 10.3.3. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN)
 - 10.3.4. COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras
 - 10.3.5. Títulos de Emissão do Tesouro
 - 10.3.6. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101-2000
 - 10.3.7. O Tesouro Nacional
 - 10.3.8. Tipos de Dívida Pública
 - 10.3.9. Os Títulos da Dívida Pública
 - 10.3.10. Tesouro Direto (Fonte: Tesouro Nacional)

- 10.3.11. Títulos de Dívida Privada
- 10.3.12. A Letra de Câmbio
- 10.4. Questões Comentadas
- 10.5. Questões Propostas

Capítulo 11 – Mercado de Capitais

- 11.1. O surgimento do mercado de capitais
- 11.2. Empresas de Capital Aberto
- 11.3. Mercado Primário e Mercado Secundário
 - 11.3.1. A Estrutura do Mercado Acionário
- 11.4. Ações
- 11.5. Sociedades por Ações
- 11.6. Sociedades Anônimas
- 11.7. Objetivos das Empresas
- 11.8. Tipologia das Ações
- 11.9. Acionista Minoritário
- 11.10. Forma de Circulação das Ações
- 11.11. Direitos e Proventos (Regra Geral do Acionista)
- 11.12. Questões Comentadas
- 11.13. Questões Propostas

Capítulo 12 – Bolsas de Valores e Mercado de Ações

- 12.1. Bovespa
- 12.2. Ibovespa
- 12.3. Formas de Negociação
 - 12.3.1. Operações em Bolsa
 - 12.3.2. Sistema Eletrônico de Negociação
 - 12.3.3. *After Market*
 - 12.3.4. Governança Corporativa
- 12.4. Sociedade Corretora de Valores
- 12.5. Tipos de Ordem de Compra e Venda
- 12.6. Ordenante
- 12.7. Tipos de Ordem
- 12.8. Liquidação
- 12.9. Participação no Mercado de Ações
- 12.10. Investidores
- 12.11. Operação de *Underwriting*
 - 12.11.1. A Emissão de Ações Via *Underwriting*
 - 12.11.2. Tipos de Contrato *Underwriting*
 - 12.11.3. Custo da Abertura de Capital
- 12.12. Direito de Subscrição
- 12.13. Debêntures
- 12.14. Outros Títulos Emitidos pela Empresa
 - 12.14.1. Eurobônus
 - 12.14.2. Notas Promissórias
- 12.15. Operações sobre o índice Bovespa Mini
- 12.16. Questões Comentadas
- 12.17. Questões Propostas

Capítulo 13 – Derivativos

- 13.1. Classificação dos ativos
- 13.2. Inovações financeiras
- 13.3. A natureza dos riscos
- 13.4. Origem do mercado de derivativos

- 13.5. Fatores que determinam a expansão do mercado de derivativos
- 13.6. Definição geral e conclusão sobre o mercado derivativo
- 13.7. Participantes do mercado de derivativos
- 13.8. Observações importantes sobre o mercado derivativos
- 13.9. Os contratos derivativos
- 13.10. Contrato a termo
 - 13.10.1. A Natureza do Risco do Mercado a Termo
 - 13.10.2. Dificuldades do Mercado a Termo
 - 13.10.3. Riscos do Mercado a Termo
 - 13.10.4. Modelo Matemático
- 13.11. Contrato futuro
 - 13.11.1. Contratos Padronizados
 - 13.11.2. Encerramento de Posição
 - 13.11.3. Principais Especificações do Contrato
 - 13.11.4. O Ajuste Diário
- 13.12. Margem de Garantia
- 13.13. Observações Importantes sobre o Mercado Futuro
- 13.14. Dificuldades das empresas no mercado futuro
- 13.15. Formação de preços no mercado futuro
- 13.16. Análise gráfica
- 13.17. Função econômica dos mercados futuros
- 13.18. A visibilidade de preços
- 13.19. Alavancagem
- 13.20. Custos operacionais da bolsa
- 13.21. O mercado futuro de índice de ações
- 13.22. Informações importantes sobre o mercado futuro de índice de ações
- 13.23. Operações com o índice futuro Bovespa
- 13.24. Forma de negociação
- 13.25. Partes envolvidas no mercado futuro
- 13.26. Grau de incerteza sobre os preços futuros
- 13.27. Representação gráfica
- 13.28. Modelo matemático
- 13.29. Modelo matemático – risco sistemático ($\beta = K$)
- 13.30. Opções de ações
 - 13.30.1. Negociação das Opções
 - 13.30.2. Classificação das Opções de acordo com as Condições de Exercício
 - 13.30.3. A Operação de Opção
 - 13.30.4. O Valor Intrínseco de um Ativo e de Opções
 - 13.30.5. O Fluxo de Caixa Descontado (FCD) e a Precificação de Opções
 - 13.30.6. Valor de Exercício da Opção
 - 13.30.7. Abordagem Binomial de Precificação de Opções para um único Período
 - 13.30.8. A Abordagem da Carteira com *Hedge*
 - 13.30.9. O Valor Presente do Ganho da Carteira com *Hedge*
 - 13.30.10. O Valor da Opção
 - 13.30.11. Carteiras com *Hedge* e Carteiras Replicantes
 - 13.30.12. Análise Gráfica da Opção de Compra e Venda
 - 13.30.13. Generalização dos Gráficos
 - 13.30.14. Ativos Subjacentes
 - 13.30.15. Opções sobre Ações
 - 13.30.16. Especificações dos Contratos de Opções sobre Ações
- 13.31. Dividendo e bonificação
- 13.32. *Split* e as Opções
- 13.33. Posições em Opções europeias

- 13.31. Dividendo e Distribuição
- 13.32. *Split* e as Opções
- 13.33. Posições em Opções europeias
- 13.34. Ausência de arbitragem
- 13.35. Equação geral
- 13.36. Estratégias no mercado de opções
- 13.37. *Swap*
- 13.38. *Plain Vanilla*
- 13.39. *Duration*
- 13.40. Modelo Matemático – *Duration*
- 13.41. Duração e maturidade para títulos com cupom
- 13.42. Duração modificada
- 13.43. A duração modificada e a representação gráfica
- 13.44. Convexidade
- 13.45. O Modelo *Black-Scholes* (BS)
- 13.46. Conceito e aplicação da fórmula *Black-Scholes*
- 13.47. Questões Comentadas
- 13.48. Questões Propostas

Capítulo 14 – Câmbio

- 14.1. Taxa de Câmbio
- 14.2. Mercado de Câmbio
- 14.3. Taxas de Cotação
- 14.4. Tipos de Câmbio
 - 14.4.1. Câmbio Fixo
 - 14.4.2. Câmbio Flutuante
 - 14.4.3. *Crawling Pag*
- 14.5. Mercado Interbancário em Moeda
- 14.6. Mercado Paralelo
- 14.7. Política Cambial
- 14.8. Componentes da Taxa de Câmbio
- 14.9. Adiantamento em Contrato de Câmbio
- 14.10. Questões Comentadas
- 14.11. Questões Propostas

Capítulo 15 – Provas de Concursos

- 15.1. Fundamentos: Sistema Financeiro Nacional, Conselho Monetário Nacional, Banco Central e Moeda
- 15.2. Dinâmica do Mercado
- 15.3. Os Mercados e a Política Monetária
- 15.4. Sistema Bancário
- 15.5. Instituições Financeiras
- 15.6. *Factoring*
- 15.7. *Leasing*
- 15.8. Seguros Privados e Capitalização
- 15.9. Títulos Públicos
- 15.10. Mercado de Capitais
- 15.11. Bolsas de Valores e Mercado de Ações
- 15.12. Derivativos
- 15.13. Câmbio

Bibliografia



Fundamentos: Sistema Financeiro Nacional, Conselho Monetário Nacional, Banco Central e Moeda

1.1. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN)

O SFN é o conjunto de instituições que tem como objetivo manter o fluxo de recursos entre os agentes superavitários e deficitários, assim como a estrutura e confiança da moeda.

De acordo com a definição acima, pode-se esclarecer o conceito de mercado financeiro, assim como o conceito de intermediação financeira.

- **MERCADO FINANCEIRO:** O mercado financeiro existe para viabilizar a troca de recursos entre diversos agentes econômicos.
- **INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA:** É uma atividade que tem a finalidade de viabilizar o atendimento das necessidades financeiras manifestadas pelos agentes econômicos. Em regra, deve-se aplicar o excedente monetário com o menor risco possível.

Assim, pode-se inferir uma tabela sobre a estrutura do SFN no que se refere aos órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores. Veja a estrutura a seguir.

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - Bacen	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras Bancos de Câmbio	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bolsas de valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - Susep	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC	Secretaria de Previdência Complementar - SPC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

1.1.1. Legislação Básica

A Legislação bancária sofreu algumas modificações no decorrer do tempo, tais com o:

- Lei nº 4.595/1964: Reforma do SFN – criação do CMN e do Bacen;
- Lei nº 6.385/1976: criação da Comissão de Valores Mobiliários – assumiu a regulamentação e fiscalização do mercado de capitais;
- Lei nº 6.404/1976: Lei das Sociedades Anônimas.

1.1.2. Subdivisões do SFN

O SFN é subdividido em dois subsistemas: o normativo e o de intermediação.

O subsistema normativo é composto de instituições que regulam o SFN, como o Bacen, a Susep, entre outros.

Os bancos comerciais e de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento fazem parte do subsistema de intermediação.

1.1.3. Cadastro de Clientes do SFN (CCS)

Trata-se de um sistema informatizado, centralizado no Bacen, que permite indicar onde os clientes de instituições financeiras mantêm bens, direitos e valores, diretamente ou por seus representantes legais e procuradores. O CCS mantém também contas de depósito à vista, de poupança e de investimento.

De acordo com o Bacen, seu principal objetivo é auxiliar nas investigações financeiras conduzidas pelas autoridades competentes, mediante requisição de informações pelo Poder Judiciário ou por outras autoridades, quando devidamente legitimadas.

O Superior Tribunal de Justiça terá acesso aos mecanismos de consulta do CCS com o forma de agilizar o exercício da prestação jurisdicional.

1.1.4. Sociedade de Crédito Imobiliário (SCI)

As SCIs são instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, especializadas em operações de financiamento imobiliário e constituída sob a forma de sociedade anônima.

Atividades de uma SCI

- letras imobiliárias;
- letras hipotecárias;
- depósitos de poupança.

Facultado a uma SCI

Operar em todas as unidades administrativas nas normas relativas ao direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança.

1.1.5. A Intermediação Financeira

De acordo com Gurley-Shaw, uma economia que tenha superado o estágio de troca direta terá desenvolvido condições para o estabelecimento da intermediação financeira.

As precondições para a existência da intermediação financeira são:

- Superação do escambo.
- Existência de moeda.
- Excedente financeiro.
- Bases institucionais para o funcionamento do mercado de intermediação financeira.
- Existência de agentes econômicos dispostos a trocar ativos monetários por ativos financeiros em função de riscos e ganhos.

1.1.6. Assimetria de Informação

A intermediação financeira justifica-se pelas imperfeições do mercado, que são, basicamente, os custos de transação gerados pela mediação e transformação de ativos e a existência de informação assimétrica.

Os problemas de informação assimétrica se baseiam no distinto conhecimento que os agentes superavitários e deficitários de financiamento têm sobre a situação do emprestador.

1.1.7. Os Intermediários Financeiros

A justificativa para a existência de diversos tipos de intermediários financeiros reside no fato de que existem vários tipos de desejos e circunstâncias específicas onde se encontram os poupadores e investidores.

1.1.8. Tipos de Intermediários Financeiros

Devido à assimetria de informação, pode-se dizer que os tipos de intermediários financeiros são:

- Intermediação de valores
- Intermediação de prazos
- Intermediação de riscos de insolvência
- Intermediação estocástica

1.1.9. Intermediação Executada

No que se refere à intermediação executada pelas instituições que participam do processo de intermediação financeira na economia, há dois tipos básicos:

- Intermediação de repasse
- Intermediação simples

Caso 1 – Intermediação de repasse: É realizada mediante a assunção do risco por parte do intermediário.

Caso 2 – Intermediação simples: O intermediário não assume os riscos da operação passiva.

1.1.10. Intermediação Financeira quanto à Previsibilidade

Quanto à previsibilidade da intermediação financeira, tem-se a intermediação determinística e a estocástica.

Caso 1 – A Intermediação Determinística: É a intermediação pela qual se podem prever, ainda que assumindo certo nível de risco, os resultados do processo, ou seja, o recebimento ou não dos recursos ofertados aos tomadores. Um exemplo de instituição que realiza esta intermediação é o Banco Comercial que compra os recursos dos ofertadores e vende aos tomadores mediante uma análise de risco ao qual está exposta.

Caso 2 – A Intermediação Estocástica: Nesse caso, têm-se elementos aleatórios, que induzem a resultados probabilísticos com maior nível de risco.

Um exemplo desta intermediação seria a área de seguros cuja seguradora trabalha com base na probabilidade da ocorrência ou não de sinistros.

1.1.11. O Processo de Intermediação Financeira

O processo de intermediação financeira funciona por meio de transferência de recursos entre ofertadores e tomadores. Para serem realizadas, essas transferências devem cumprir as seguintes funções:

- I – Gestão do sistema de pagamentos na economia.
- II – Responsabilidade fiduciária perante os ofertadores.
- III – Redução do risco de liquidez por meio da gestão entre ativos e passivos, preços e créditos.
- IV – Compatibilização dos prazos entre agentes superavitários e deficitários.
- V – Aumento da eficiência do sistema com o um todo, alocando os recursos nos melhores projetos.

A transferência de recursos entre agentes superavitários e deficitários é viabilizada pela transformação de títulos primários em títulos secundários, com o objetivo, em tese, de aumentar a liquidez.

1.2. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)

O CMN, criado pela Lei nº 4.595, de 31/12/1964, tem poder deliberativo ou normativo do SFN, expedindo normas e diretrizes gerais para seu bom funcionamento. O CMN é responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetárias, creditícia e cambial do país.

Comissões que fazem parte do CMN

- Comissão de crédito rural.
- Comissão do endividamento público.
- Comissão de normas.
- Organização do SFN.

Composição do CMN

O conselho monetário Nacional é constituído pelos seguintes membros:

- Ministro de Estado da Fazenda (presidente do conselho).
- Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Presidente do Banco Central do Brasil.

Objetivos do CMN

- Adaptar o volume dos meios de pagamento a economia nacional.
- Regular o valor interno da moeda.
- Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do país.
- Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas.
- Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos.
- Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras.
- Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.
- Autorizar emissões de papel moeda.
- Aprovar orçamentos monetários preparados pelo Banco Central do Brasil.

1.3. BANCO CENTRAL (BACEN)

O Bacen consiste em uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda que tem como premissa zelar pela estabilidade da moeda.

1.3.1. Funções Típicas do Bacen

O Bacen é um órgão executor, ou seja, executa o que o conselho monetário determina.

Vejam os algumas funções típicas do Bacen:

- Emissor de papel-moeda e controlador da liquidez

O Bacen detém o monopólio de emissão de papel-moeda e de cunhagem de moeda metálica. Controla também a quantidade de papel-moeda em circulação, isto é, o tamanho da base monetária. É sua função também inibir a criação de moeda pelos bancos comerciais controlando, assim, a liquidez da economia.

- Banqueiro dos bancos

O Bacen é responsável pela compensação de cheques, pela realização do transporte de cédulas e moedas metálicas aos bancos e pela manutenção de parte das reservas dos bancos. Entre outras atividades, há o auxílio ao sistema bancário – o Bacen deve socorrer os bancos comerciais e IFs em dificuldade, concedendo liquidez aos mesmos através de empréstimos ou redesconto de títulos.

- Regulador do SFN

O Bacen regula bancos comerciais e IFs – tais como bancos de investimento, supervisionando os negócios bancários para proteger os depósitos dos clientes e para garantir a solvência de cada banco, em particular de forma a impedir possíveis riscos sistêmicos.

O Bacen pode exigir capital mínimo para instalação de um banco, bem como estabelecer limites para certas operações com intuito de impedir que os bancos se exponham.

- Depósitos de reservas internacionais

O Bacen pode deter grande parte das reservas internacionais do país, bem como reter moeda estrangeira para atender a demanda daqueles que têm compromisso de saldar dívidas no exterior e evitar possíveis situações de escassez de divisas, que elevam a taxa de câmbio. Também controla a taxa de câmbio realizando operações de compra e venda. Parte de suas reservas é investida em títulos do Tesouro americano. O Banco Central e o banco comercial podem criar meios de pagamento. A quantidade ofertada de base monetária é estabelecida pelo Bacen.

Nota 1: A principal função do BACEN é assegurar a estabilidade da moeda e do Sistema Financeiro. A partir de 1999, o BACEN passou a defender o valor da moeda com base em metas de inflação.

Nota 2: A política de Metas de Inflação é uma política econômica cujo principal objetivo é diminuir e manter a inflação em níveis baixos nos países que a adotam. Para isso, eles fazem um anúncio prévio de uma meta numérica para a inflação em prazo predeterminado, e seus Bancos Centrais se comprometem explicitamente a buscar o cumprimento dessa meta fixada. Para alcançar a meta estabelecida, muitas vezes pelo Governo, o Bacen deve utilizar todos os instrumentos possíveis, com o a taxa de juros, o crescimento da base monetária ou a taxa de câmbio.

1.3.2. O Bacen e a Constituição Federal de 1988

Art. 164 da Constituição Federal de 1988:

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.

§ 1º – É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

§ 2º – O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

§ 3º – As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Dispositivos para Atuação do Bacen

A Constituição de 1988 consagra dispositivos vitais para a atuação do Bacen, entre eles:

- Exercício exclusivo da competência da União para emitir moeda.
- Necessidade de aprovação prévia pelo Senado dos designados pelo presidente da República para os cargos de presidente e diretores.
- Vedação na concessão direta ou indireta de empréstimos ao Tesouro Nacional.

O Bacen pode controlar diretamente a BM ou o multiplicador monetário.

Veremos como a porcentagem de depósitos à vista recolhidos ao Bacen é representativo de suas decisões e de que modo os bancos administram seus ativos e passivos.

1.3.3. Manual de Normas e Intenções (Mini)

O Mini consiste em um manual preparado pelo Bacen para estabelecer as normas operacionais de todas as IFs.

1.4. MOEDA

A moeda de maneira geral pode ser definida como a luta pela riqueza em interação com os agentes financeiros, sendo representada, assim, pelos ativos financeiros M1, M2, M3 e M4 (ver tópico 1.4.3). A moeda também possui características e função.

1.4.1. Características Físicas da Moeda

- Divisível – deve ter múltiplos e submúltiplos.
- Durável – deve ser de difícil deteriorização.
- Difícil de falsificar – aceitação generalizada.
- Manuseável e transportável – para que a função *meio de troca* não seja prejudicada.

1.4.2. Funções da Moeda

- Meio de troca – A moeda como o meio de troca ou meio de pagamento é sua representação concreta.
- Unidade de conta – Podemos verificar que os contratos entre firmas, bancos e pagamentos se estabelece por fluxo de mercadorias e/ou serviços contra pagamento (em uma determinada data). Os contratos não poderiam existir sem uma unidade de conta que possibilite a determinação da quantidade de unidades monetárias que liquidariam suas obrigações.
- Função de reserva de valor – Decorre da existência de amplos mercados futuros e à vista na economia. No momento em que um agente econômico recebe recursos na forma monetária, ele ganha direito de reter poder de compra, em tese, sem temer perdas.

1.4.3. Base Monetária

É o estoque líquido de papel-moeda emitido pelo Bacen ao longo do tempo. É também definida como o total de moeda colocada em circulação (por vezes denominada estatística M_0). E é representada, na verdade, por uma cesta de ativos financeiros.

Definição Matemática de Base Monetária

Base monetária (BM) = PMPP (Papel-moeda em Poder do Público não bancário) + reservas (M1, M2, M3, M4)

$$M1 = PMPP + DV_{Bacen}$$

$$M2 = M1 + \text{depósito a prazo} + \text{títulos públicos}$$

$$M3 = M2 + \text{depósitos em poupança}$$

$$M4 = M3 + \text{títulos privados}$$

Nota: Alguns autores trabalham com o conceito de $M5 = M4 + \text{moeda de plástico}$. A moeda de plástico é referida à capacidade aquisitiva dos cartões de crédito.

1.4.4. Ativos na Economia

Os ativos, segundo o economista John Hicks, são classificados em três categorias de acordo com sua liquidez.

- 1) *Ativos plenamente líquidos* – moeda manual e escritural;
- 2) *Ativos líquidos* – títulos públicos, obra de arte (possuem planos de revenda);
- 3) *Ativos ilíquidos* – máquinas (ativos de capital) adquiridas pelas empresas e bens de duração demandada por seus consumidores.

1.5. CASA DA MOEDA

A Casa da Moeda é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Sua função é produzir ou fabricar o papel-moeda que será utilizado no país. O Bacen define a quantidade de moeda que será colocada em circulação. Podemos dizer que emitir moeda é o ato de o Bacen colocar moeda em circulação.

1.6. O SURGIMENTO DE NOVOS ATIVOS FINANCEIROS

O mercado derivativo pode ser entendido como o produto resultante do mercado à vista, cujo objetivo maior é proteger o mercado no que se refere a oscilações de preços.

O que se negocia no mercado derivativo são as *COMMODITIES*, representadas, em geral, por ativos: ^

O que se negocia no mercado derivativo são as *COMMODITIES*, representadas, em geral, por ativos, e em particular chamadas de *commodities* agrícolas. Na verdade, porém, outros ativos são negociados sem serem necessariamente agrícolas, por exemplo, o ouro.

Na década de 70, e em particular em 1971, 1973 e 1979, verificam-se três acontecimentos marcantes que, de certa maneira, movimentam todo o mercado financeiro e de capitais e fazem surgir dentro da lógica econômica novos ativos financeiros.

- 1- Em 1971, o Governo americano pôs fim ao tratado de Bretton Woods. Isso significa que os EUA acabaram com a conversibilidade Ouro-Dólar dos países que tinham reservas em dólares e queriam trocar ouro.
- 2- Antes do fim do tratado, os EUA não entregavam em ouro fisicamente falando (barras de ouro), havia um saldo em conta-corrente do país com dólares equivalente à paridade ouro-dólar, e essa conversão era depositada no país que trocava os dólares com os EUA. No entanto, O presidente francês passou a exigir entrega de ouro em barras do tesouro americano, acontecendo o mesmo com a Inglaterra. Disso resultou que, em 1970, mais de 25% das reservas físicas de ouro americanas foram devastadas.
- 3- Os EUA, tecnicamente quebrados, põem fim ao tratado (1971) e assim surgem novos ativos e uma nova lógica mundial, pois em 1973 e 1979 a economia mundial passa por duas crises do petróleo.
- 4- Em um mercado globalizado e devido às crises novos segmentos surgiram, como fundos de pensão, administrativos e o mercado de derivativos.
- 5- No que se refere a taxas de juros nesse período, verificaram-se aumentos significativos pois, com os petrodólares, a taxa de juros na economia global aumenta e surge a era da procura do capital associado ao maior retorno e menor risco, dando início assim ao surgimento dos primeiros derivativos de Balcão ou *swaps*.

Nota: Quando se fala em um mundo globalizado, nos referimos à globalização das informações, que no mundo empresarial têm um preço, e deve-se estudar cada informação de acordo com o setor empresarial.

1.7. O SISTEMA FINANCEIRO E O FLUXO MONETÁRIO

O sistema financeiro pode ser visto como uma rede de mercados e instituições que tem por função transferir os fundos disponíveis dos poupadores. O sistema financeiro pode ser entendido como a soma das unidades operacionais que o compõem e dos responsáveis pelas políticas monetárias, creditícias, cambiais e fiscais, que regulam seu funcionamento, bem como os fluxos monetários.

1.8. O SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Sistema financeiro possui correlação direta com o grau de desenvolvimento de cada país, assim como a sua força econômica, havendo, então, tanto uma diversificação do sistema como de suas funções.

Segundo Rosseti, o sistema financeiro das nações difere quanto a pelo menos cinco aspectos:

- 1- Os padrões com que as instituições normativas interferem nas regras de intermediação.
- 2- A diversidade das instituições de intermediação e de suas carteiras operacionais.
- 3- Os tipos de instrumentos de captação de recursos e de operações ativas.
- 4- A estrutura dos ativos financeiros, monetários e não monetários, quanto à taxa de participação de cada um deles no estoque do sistema como um todo.
- 5- Os graus de abertura em relação ao SFN.

1.9. A REGULAÇÃO DO SFN

A regulação econômica do SFN possui relação direta com os governos, que em regra devem aumentar a informação disponível aos participantes, garantindo assim o adequado funcionamento do sistema e exercendo controle sobre a oferta de moeda. De fato, o mau funcionamento do SFN gera problemas aos fluxos monetários.

1.10. AS FUNÇÕES DO SFN NA ECONOMIA

Em regra, pode-se afirmar que as principais funções de um sistema financeiro na economia são:

- Promover a poupança.
- Arrecadar e concentrar a poupança em grandes volumes.
- Transformar a poupança em créditos especiais.
- Encaminhar os créditos às poupanças produtivas.
- Gerenciar as aplicações realizadas e manter um mercado para elas.

1.10. AS FUNÇÕES DO SFN NA ECONOMIA

Em regra, pode-se afirmar que as principais funções de um sistema financeiro na economia são:

- Promover a poupança.
- Arrecadar e concentrar a poupança em grandes volumes.
- Transformar a poupança em créditos especiais.
- Encaminhar os créditos às poupanças produtivas.
- Gerenciar as aplicações realizadas e manter um mercado para elas.

1.11. A EVOLUÇÃO DO SFN

A evolução do Sistema financeiro Internacional registrou no século XX três fases principais:

- O padrão ouro.
- O padrão dólar.
- O padrão dos direitos especiais de giro.

I – A ORIGEM DO PADRÃO OURO

A fase do padrão ouro vigorou de 1816 a 1933. Neste período, relacionava-se o valor da moeda ao ouro, e permitiam-se sem restrições importações e exportações deste.

Nesse período, adotou-se o sistema de câmbio fixo, que teve como base a troca de ouro. Assim, os países-membros fixavam certa quantidade de ouro pela qual sua moeda podia ser livremente convertida por meio de seus bancos centrais.

Em 1922, o sistema padrão ouro foi reformado e incorporou-se a libra como moeda de reserva.

II – A FASE DO PADRÃO DÓLAR (O SISTEMA DE BRETTON WOODS)

Durante a Segunda Guerra Mundial, pode-se afirmar que houve uma nova reorganização do ponto de vista econômico-financeiro, assim, os EUA emergiram militarmente, economicamente e, principalmente, sobre a nova ordem do sistema internacional; passou a vigorar um padrão monetário internacional puro, isto é, o padrão dólar, com taxas de conversão fixas, mas ajustadas em função de necessidades.

III – FASE DO PADRÃO DE DIREITOS ESPECIAIS DE GIRO (DEG)

Em 1973, verificou-se nova onda de especulação contra o dólar dos EUA, que forçou a sua desvalorização e o desvinculou do ouro.

A primeira crise do petróleo levou, em 1976, a que se reunissem o Grupo dos Vinte e que eles chegassem ao acordo da Jamaica, que definiu o sistema a seguir:

- i) Liberdade de eleição do regime da taxa de câmbio, que pode ser fixo ou flutuante.
- ii) Desmonetização do ouro como moeda de reserva, substituindo-o pelos direitos especiais de giro e apoio moderado aos países em desenvolvimento com problemas de balanço de pagamentos.

1.12. O BANCO MUNDIAL

O Banco mundial teve sua origem durante a Segunda Guerra Mundial, em Bretton Woods, estado de New Hampshire (EUA). Sua principal função na Segunda Guerra foi ajudar a reconstruir a Europa. Após a guerra sua função se amplia, por exemplo, na redução da pobreza no mundo em desenvolvimento.

O seu objetivo principal após o pós-guerra é ajudar as pessoas mais pobres. Para todos os seus clientes, o banco ressalta a necessidade de:

- i) Investir nas pessoas, principalmente por meio da saúde e educação.
- ii) Proteger o meio ambiente.
- iii) Apoiar o desenvolvimento das empresas privadas.
- iv) Os governos devem buscar ofertar serviços de boa qualidade, com transparência e eficiência.
- v) Promover reformas para criar um ambiente macroeconômico estável e um bom planejamento de longo prazo.
- vi) Reduzir a pobreza, promover desenvolvimento social e fortalecimento institucional.

1.13. O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

O FMI é uma organização multilateral criada pela ONU em 1944 cujo objetivo geral é estimular a cooperação internacional, facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio mundial, promover a estabilidade cambial e corrigir desequilíbrios da balança de pagamentos. Assim, o FMI deve fornecer recursos tal como um banqueiro de última instância para os países que apresentam déficit nas suas contas externas oriundos de conjunturas internacionais adversas.

No período de 1980, a América Latina recebeu os benefícios do FMI perante o cumprimento de uma agenda neoliberal; no período de 2012, a Europa encontrava-se na mesma situação.

1.14. POLÍTICAS ECONÔMICAS DO GOVERNO E A MOEDA

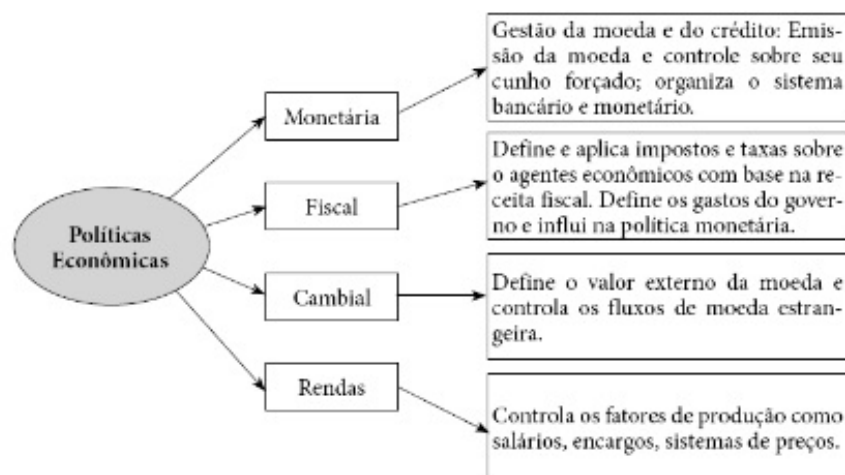
A partir da década de 1980, e em particular de 1990 em diante, com a Reengenharia e a Tecnologia da Informação, há um entendimento da convergência das empresas públicas e privadas, em que o foco de interesse é sempre o consumidor, que nesse contexto econômico, poderá fazer até pressões para mudar a Legislação em prol de seus interesses, pois é o consumidor, acima de tudo.

As empresas, sejam elas públicas ou privadas de capital aberto, irão negociar ativos financeiros, atuando assim em mercados específicos (mercado de créditos, mercado de capitais, mercado de câmbio etc.). Dentro desse cenário, o governo determinará políticas econômicas em cada mercado em específico, tendo em foco as empresas públicas, privadas, o consumidor e suas legislações específicas.

Nota: Acreditamos que, do exposto anteriormente, o leitor tenha um conhecimento de fato sobre Administração pública – não confundir com direito administrativo –, acreditamos que saiba sobre a burocracia de Max Weber e suas evoluções do ponto de vista temporal associadas à qualidade total, reengenharia e TI. Lembre-se que a burocracia veio a combater o Estado Patrimonialista, este sim, fundamentado em corrupção e nepotismo, e lembre-se que na burocracia há disfunções que devem ser corrigidas e estas disfunções não podem ser definidas como corrupção.

1.15. POLÍTICAS ECONÔMICAS

As políticas econômicas são divididas em Monetária, Fiscal, Cambial e de Rendas. A seguir será feito um resumo das respectivas políticas.



1.16. A POLÍTICA MONETÁRIA

A **política monetária** é determinada pela **moeda**, e esta poderá ser definida como a luta “encarniçada” pela riqueza, na qual os agentes privados têm que acreditar nisso. Quando nos referimos a riqueza, deve ficar claro que são os ativos financeiros, ou seja, M1, M2, M3, M4 e M5. A seguir, uma síntese da política monetária.



1.17. A MOEDA

Segundo o grande economista e senador brasileiro Lauro Campos, existem muitos livros sobre a moeda, sua origem, histórias, evoluções... A seguir, será feita uma análise embrionária sobre o tema, apenas para que se tenha uma ideia de sua vastidão.

1.17.1. Moeda e sua visão Catalática

Moeda é tudo aquilo que serve como meio de troca num sistema econômico (visão catalática da moeda – visão aristotélica).

1.17.2. Fases da moeda

O conceito de moeda e sua origem, do ponto de vista histórico, passa pelas seguintes fases:

- Gado e sal;
- Fase metálica;
- Fase financeira;
- Moeda fiduciária (confiança no Estado emissor).

De acordo com as fases vistas anteriormente, percebe-se que o conceito de dívida pública nasce com o conceito de moeda fiduciária, ou seja, é a emissão de moeda pelo governo via Bacen.

1.17.3. Moedas x Desdobramento econômico

Do ponto de vista econômico, o conceito de moeda passa pelas três fases a seguir:

- Fase do ouro na economia;
- Economia natural – Surgimento do banco como redutor de risco;
- Economia creditória – Economia moderna.

1.17.4. Circuito da moeda

Os ativos financeiros, por definição, são quaisquer promessas de pagamentos transacionados no Sistema Financeiro Nacional. Assim, podemos escrever:

- **Ativos:** são transações com promessa de pagamento;
- **Ativos financeiros:** são direitos sobre rendas futuras de outro agente.

1.17.5. Divisão dos ativos

Os ativos financeiros são divididos como líquidos e ilíquidos, assim:

- **Líquidos:** Ativos financeiros – mercado de crédito, capitais;
- **Ilíquidos:** Ativos industriais (máquinas, equipamentos etc.).

1.18. AS FUNÇÕES DA MOEDA


Moeda pode ser definida como um objeto de aceitação geral, utilizado na troca de bens e serviços, que tem poder liberatório (capacidade de pagamento) instantâneo. Sua aceitação é garantida por lei (ou seja, a moeda tem curso forçado e sua única garantia é a legal).

As principais funções da moeda são as seguintes:

- Meio ou instrumento de troca: Num sistema econômico baseado na especialização e divisão do trabalho, é imprescindível que exista um instrumento que facilite as trocas de mercadorias. Se não houvesse esse instrumento, as trocas teriam que ser diretas (economia de trocas ou de escambo), trocando-se bens com bens;
- Unidade de medida (ou unidade de conta): A moeda serve para comparar e agregar o valor de mercadorias diferentes;
- Reserva de valor: A moeda representa um direito que o seu possuidor tem sobre outras mercadorias. Ela pode ser guardada para uso posterior, pelo que ela serve de reserva de valor.

1.19. A OFERTA DE MOEDA

A oferta de moeda é sinônimo de meios de pagamento, que são definidos como o estoque de moeda disponível para uso da coletividade (setor privado não bancário) a qualquer momento.

Objetiva-se com esse conceito medir a liquidez, ou seja, 

necessidades do setor privado (excetuando-se o setor bancário), para satisfazer a suas transações com bens e serviços.

O saldo dos meios de pagamento é composto pelo saldo da moeda em poder do público (PP), mais o saldo dos depósitos à vista (DV).

$$M = PP + DV$$

O saldo de moeda em poder do público (ou moeda manual) é obtido retirando-se do total de moeda emitida o montante que fica no caixa das autoridades monetárias e no caixa dos bancos comerciais.

Os depósitos à vista ou em conta-corrente também são chamados de moeda escritural, ou moeda bancária, já que são movimentados por simples contabilização bancária. Normalmente, representam cerca de dois terços do total de meios de pagamento.

1.20. CONCEITOS ALTERNATIVOS DE MEIOS DE PAGAMENTO

Existem várias formas de conceituar meios de pagamento. O conceito mais utilizado é o que acabamos de definir, chamado de M1, que é o total de moeda que não rende juros e é de liquidez imediata (moeda em poder do público mais depósitos à vista). Contudo, dependendo do objetivo, são utilizados os conceitos de M2, M3 e M4, que incluem ativos financeiros que rendem juros e são de alta liquidez (embora não imediata).

- $M2 = M1 +$ títulos públicos, fundos do mercado monetário (fundos de aplicações financeiras e de renda fixa de curto prazo).
- $M3 = M2 +$ depósitos em caderneta de poupança.
- $M4 = M3 +$ depósitos a prazo e títulos privados (letras de câmbio).

Esses ativos que rendem juros são também chamados de haveres não monetários, ou quase-moeda, sendo que os M1 são chamados de haveres monetários.

Nota 1: Em processos inflacionários, a relação entre M1 e M4 costuma diminuir, pois as pessoas procurarão ficar com pouca moeda que não rende juros (M1) e utilizá-la em aplicações financeiras. Isso é chamado de desmonetização.

financeiras. Isso é chamado de desmonetização.

Nota 2: A nomenclatura apresentada, de M1 ... M4, pode ser encontrada em vários livros de diversas maneiras, por exemplo, por ordem de liquidez. No entanto, introduzindo-se o conceito de M0 ... M5 em algumas bibliografias, sendo o M5 conhecido como a moeda de plástico, todas as abordagens estão corretas. No entanto, em uma questão de concurso, é comum a banca defender qual a metodologia aplicada, assim, caso o candidato tenha visto outra doutrina, este deve ficar atento à lei de formação e definição da questão proposta.

1.20.1. **Resumo sobre CMN, BACEN e COPOM**

- I – O CMN é o órgão formulador da política da moeda e do crédito, devendo atuar, inclusive, no sentido de promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos.
- II – O Banco Central do Brasil (BACEN) é o principal executor das orientações do CMN.
- III – Entre as atribuições do BACEN estão a de estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras, a de vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e a de controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.
- IV – O BACEN tem competência para regulamentar, autorizar o funcionamento e supervisionar os sistemas de compensação e de liquidação, atividades que, no caso de sistemas de liquidação de operações com valores mobiliários – exceto títulos públicos e privados emitidos por bancos –, são compartilhadas com a Comissão de Valores Mobiliários.
- V – Desde a adoção da sistemática de metas para a inflação como diretriz de política monetária, as decisões do COPOM passaram a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo CMN. Se as metas não forem atingidas, cabe ao presidente do BACEN divulgar, em certa altura ao ministro da Fazenda, os motivos e

em carta aberta ao ministro da Fazenda, os motivos do descumprimento, bem como as providências e o prazo para retorno da taxa de inflação aos limites estabelecidos.

1.21. QUESTÕES COMENTADAS

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) O Conselho Monetário Nacional constitui a autoridade maior na estrutura do sistema financeiro nacional. Dentre as suas competências, é correto afirmar que:

- a) concede autorização às instituições financeiras, a fim de que possam funcionar no país;
- b) efetua o controle dos capitais estrangeiros;
- c) regula a constituição, o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras;
- d) fiscaliza o mercado cambial;
- e) recebe os recolhimentos compulsórios das instituições financeiras.

Comentário:

São competências do CMN:

- Estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia;
- Regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras;
- Disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial.

Gabarito: C.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) Não se refere a uma competência do Banco Central do Brasil:

- a) exercer a fiscalização das instituições financeiras;
- b) executar os serviços do meio circulante;
- c) emitir moeda-papel e moeda metálica;
- d) receber os recolhimentos compulsórios;
- e) fixar as diretrizes e normas da política cambial.

Comentário:

São algumas atribuições do Bacen:

- Emissão de papel-moeda;
- Recolhimento de compulsório dos bancos comerciais;

- Execução de serviços do meio circulante;
- Emissão de títulos de responsabilidade própria;
- Estabelecimento da dinâmica operacional das IFs;
- Observação da interferência de empresas no mercado financeiro;
- Controle do fluxo de capitais estrangeiros, entre outros.

No entanto, segundo a Constituição Federal (Cap. II, art 4º), é função do CMN fixar as diretrizes e normas da política cambial.

Gabarito: E.

3. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é constituído por todas as instituições financeiras públicas ou privadas existentes no país e seu órgão normativo máximo é o(a):

- Banco Central do Brasil;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Conselho Monetário Nacional;
- Ministério da Fazenda;
- Caixa Econômica Federal.

Comentário:

O CMN é o órgão máximo do SFN e é responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetárias, creditícia e cambial do país.

Gabarito: C.

1.22. QUESTÕES PROPOSTAS

1. Uma das características da moeda pode ser:

- meio de troca;
- reserva de valor;
- unidade de conta;
- indivisibilidade;
- durabilidade.

2. Uma das funções da moeda pode ser representada por:

- divisibilidade;
- indivisibilidade;
- durabilidade;
- transportável;
- reserva de valor.

3. São características da base monetária (BM):

1. Títulos privados não fazem parte da base monetária

II. Títulos públicos fazem parte da base monetária.

III. Depósito a prazo faz parte da base monetária.

IV. A base monetária é representada por ativos.

Estão corretos os itens:

- a) I, II;
- b) I, II, III;
- c) II, III, IV;
- d) I, III;
- e) I, V.

4. O papel-moeda em poder do público não bancário (PMPP) em regra é todo ativo que não pertence ao mercado interbancário, pois este se encontra fora deste. Podemos então caracterizar como PMPP:

- a) depósitos à vista no banco;
- b) retirada de dinheiro no banco por um indivíduo;
- c) aplicação em títulos do governo;
- d) aplicação em ações;
- e) depósitos a prazo.

5. O que compõe os meios de pagamento?

- a) papel-moeda – depósito à vista – depósito no exterior;
- b) papel-moeda – depósitos a prazo – depósitos em bancos comerciais;
- c) dólar – moeda e papel-moeda;
- d) papel-moeda + depósitos à vista + depósitos a prazo + depósitos na caderneta de poupança;
- e) papel-moeda + dólar + depósitos no exterior.

6. Ao Bacen atribui-se a função de:

- a) deliberar sobre a constituição das IFs;
- b) realizar operação de compra e venda de títulos públicos;
- c) fixar diretrizes e normas da política cambial;
- d) disciplinar todos os tipos de crédito do mercado;
- e) autorizar a emissão da moeda.

7. O Bacen estabeleça normas operacionais de todas as IFs que operam no território brasileiro, definindo suas características e possibilidades de atuação. Com relação a essas normas atualmente vigentes, julgue os itens subsequentes:

- () O objetivo principal do banco comercial é proporcionar o suprimento oportuno e adequado de recursos necessários para a concessão de financiamento a curto e médio prazos ao comércio, à indústria, às empresas prestadoras de serviço e às pessoas físicas.
- () As sociedades de arrendamento mercantil nasceram do reconhecimento de que o lucro de uma atividade produtiva pode advir

da simples utilização do equipamento e não necessariamente da sua propriedade.

- () Hoje o banco comercial é proibido de operar no mercado de capitais; ele opera apenas no mercado de crédito.
- () Podemos dizer que os bancos comerciais captam depósitos à vista repassando-os a tomadores sob forma de empréstimo de curto prazo (capital de giro) para empresas comerciais, industriais e consumidores.
- () O mercado de crédito é intermediado pelo banco comercial. Já o mercado de capitais refere-se a operações desintermediadas. O risco do crédito recai sobre o emprestador e não sobre a IF que apenas promove o encontro entre emprestadores e tomadores de recursos.

8. É de responsabilidade do CMN:

- a) fiscalizar o Bacen;
- b) executar política monetária;
- c) controlar o fluxo de moeda;
- d) aprovar orçamentos monetários preparados pelo Bacen;
- e) todas as funções descritas nas alternativas acima.

9. A Lei nº 4.595, de 31/12/1964, modernizou o modelo de intermediação financeira no país, criando:

- a) os bancos múltiplos;
- b) o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social);
- c) a CVM (Comissão de Valores Mobiliários);
- d) o SFN (Sistema Financeiro Nacional);
- e) todas as instituições descritas nas alternativas acima.

10. Julgue os itens a seguir:

O CMN é a entidade superior do SFN, tendo por competência:

- () estabelecer as condições para exercício de quaisquer cargos de direção nas IFs privadas;
- () zelar pela liquidez e solvência das IFs;
- () adaptar o volume dos meios de pagamentos às reais necessidades da economia nacional e ao processo de desenvolvimento;
- () regular o valor externo e interno da moeda;
- () regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.

11. (FCC/Banco do Brasil/Escrutário/2013) O Sistema Financeiro Nacional tem como entidades supervisoras:

- a) Receita Federal do Brasil e Resseguradores.
- b) Comissão de Valores Mobiliários e Bolsas de Mercadorias e futuros.
- c) Banco Central do Brasil e Superintendência de Seguros Privados.
- d) Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- e) FEBRABAN e Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

e) FEBRABAN e Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

12. (FCC/Banco do Brasil/Escriturário/2011) O Sistema Financeiro Nacional é integrado por:

- a) Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- b) Secretaria do Tesouro Nacional e Conselho Monetário Nacional.
- c) órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores.
- d) Receita Federal do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.
- e) Secretarias estaduais da Fazenda e Ministério da Fazenda.

13. (FCC/Banco do Brasil/Escriturário/2011) O Banco Central do Brasil tem como atribuição:

- a) receber os recolhimentos compulsórios dos bancos.
- b) garantir a liquidez dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- c) acompanhar as transações em bolsas de valores.
- d) assegurar o resgate dos contratos de previdência privada.
- e) fiscalizar os repasses de recursos pelo BNDES.

14. (FGV/Analista Econômico/2013) O Banco Central é o órgão responsável pela determinação e condução da política monetária, que lança mão de diversos instrumentos para expandir ou contrair a oferta monetária no país. Nesse sentido, o Banco Central reduz a oferta monetária, sem ambiguidade, quando

- a) eleva a taxa de reservas compulsórias e reduz a taxa de redesconto.
- b) eleva a taxa de reservas compulsórias e compra títulos públicos junto ao mercado.
- c) aumenta a taxa de redesconto e compra títulos públicos junto ao mercado.
- d) limita os empréstimos de assistência à liquidez e vende títulos públicos junto ao mercado.
- e) reduz a taxa de reservas compulsórias e amplia os prazos dos títulos relativos ao redesconto.

15. (AOCF/Analista Fin./2010) Dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN), a atribuição da autoridade monetária, além de responsável pela fiscalização e cumprimento das disposições que regulam o funcionamento do SFN de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), possui ainda determinadas atribuições. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta corretamente essas atribuições.

- I. emitir, comprar e vender títulos públicos federais;
- II. receber depósitos compulsórios e voluntários, e fazer operações de desconto;
- III. estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa de juros;

juros,
IV. executa a política oficial de crédito rural.

- a) apenas II e IV.
- b) apenas I, II e III.
- c) apenas I e III.
- d) apenas II e III.
- e) apenas I.

16. (AOCPEconomista/2013) O conjunto de instituições, instrumentos e mercados agrupados de forma harmônica, com a finalidade de canalizar a poupança das unidades superavitárias até os investimentos demandados pelas deficitárias, denomina-se

- a) Sistema Financeiro.
- b) Sistema de Mercado.
- c) Sistema Econômico.
- d) Sistema Institucional.
- e) Sistema Operacional.

17. (AOCPEconomista/2013) Intermediação financeira pode ser definida como uma atitude que tem

- a) a finalidade de não viabilizar o atendimento das necessidades financeiras de curto, médio e longo prazos.
- b) a finalidade de viabilizar o atendimento das necessidades financeiras de curto, médio e longo prazos, manifestadas pelos agentes econômicos carentes de recursos, aplicando ao mesmo tempo o excedente monetário dos agentes superavitários com mínimo de riscos.
- c) a finalidade de viabilizar o atendimento das necessidades financeiras, manifestadas pelos agentes econômicos carentes de recursos.
- d) a finalidade de viabilizar o atendimento das necessidades financeiras de curto prazo, solicitadas pelos agentes econômicos buscando investimentos deficitários.
- e) por finalidade viabilizar os interesses financeiros de determinados setores da economia, atendendo as necessidades financeiras de curto e médio prazo, manifestadas por estes agentes, aplicando ao mesmo tempo o excedente monetário dos agentes superavitários sem considerar os riscos.

18. (AOCPEconomista/2009) alternativa que apresenta a sequência correta, com relação às atribuições das Autoridades Monetárias no Brasil.

- 1. Conselho Monetário Nacional.
- 2. Banco Central do Brasil.
- () Correção dos surtos inflacionários e deflacionários de origem interna e externa.
- () Orientação da aplicação dos recursos das instituições financeiras nas diferentes regiões do país, para possibilitar o desenvolviment

harmônico da economia nacional.

- () Regulamentação do valor da moeda.
 - () Órgão fiscalizador das instituições do Sistema Financeiro Nacional. Controle dos recolhimentos compulsórios, as autorizações para operações de redesconto e a operação de *open market*, exclusivamente junto a instituições financeiras, são de sua privativa competência.
- a) 2 - 1 - 1 - 1.
 - b) 1 - 1 - 1 - 2.
 - c) 1 - 2 - 1 - 2.
 - d) 2 - 2 - 1 - 1.
 - e) 2 - 1 - 2 - 1.

19. (AOCF /Economista/2009) As Funções da Moeda - Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de palavras que preenchem as lacunas do texto apresentado.

A moeda tem três propósitos. É uma reserva de valor, uma unidade de conta e um meio de troca. Em uma economia moderna, o comércio geralmente é indireto e exige o uso da moeda. Ela assume muitas formas. Uma moeda que não tenha valor intrínseco é chamada de _____. O controle sobre a oferta monetária é chamado de _____. O ativo mais óbvio a ser incluído na quantidade de moeda é a _____, a soma entre papel-moeda e moedas metálicas. O elo entre transações e moeda é expresso na chamada _____. Quando se analisa o modo como a moeda afeta a economia, é geralmente útil expressar a quantidade de moeda em termos da quantidade de bens e serviços que ela consegue adquirir. Esse montante, moeda/preço, é chamado de _____.

- a) moeda corrente / moeda fiduciária / política monetária / encaixe monetário real / equação quantitativa.
- b) moeda fiduciária / política monetária / moeda corrente / equação quantitativa / encaixe monetário real.
- c) encaixe monetário real / equação quantitativa / moeda fiduciária / política monetária / moeda corrente.
- d) política monetária / moeda corrente / encaixe monetário real / equação quantitativa / moeda fiduciária.
- e) equação quantitativa / encaixe monetário real / moeda fiduciária / moeda corrente / política monetária.

20. (EBAL/Anal Econ./2010) A afirmativa correta é a expressa em

- a) a regulamentação, o controle e a fiscalização das operações das bolsas de valores, no Brasil, são atribuições do Banco Central.
- b) um aumento nas taxas do compulsório e do redesconto deve ter como efeito a expansão do M1 e a redução da taxa de juros.
- c) "armadilha de liquidez" é a situação em que a taxa de juros está tão alta, que é impraticável aumentá-la ainda mais.

- d) o Conselho Monetário Nacional é o órgão encarregado da determinação da taxa de juros básica (taxa Selic) do País.
- e) uma parte da demanda de moeda, conforme Keynes, é determinada pela expectativa de agentes econômicos diante das variações da taxa de juros.

21. (CESG/Liquigás/Ciênc. Econ./2013) A variação do percentual de recolhimento compulsório dos bancos ao Banco Central é um dos instrumentos clássicos da política monetária. Um aumento do recolhimento compulsório acarreta um(a)

- a) aumento dos gastos do setor público.
- b) aumento da demanda agregada por bens e serviços.
- c) redução das taxas de juros na economia.
- d) redução da dívida pública.
- e) redução da oferta monetária na economia.

22. (CONSULPLAN/Anal Adm./2006) O Sistema Financeiro Nacional é constituído por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas que atuam por meio de diversos instrumentos financeiros, na captação de recursos, distribuição e transferências de valores entre os agentes econômicos. Abaixo estão algumas afirmativas sobre o funcionamento de alguns destes instrumentos e instituições. Assinale a opção INCORRETA:

- a) em relação ao mercado primário de títulos e valores mobiliários, pode-se afirmar que é nele que ocorrem a compra e a venda de ações, onde os possuidores dos títulos negociam o preço livremente entre si.
- b) o lançamento de novas ações ordinárias das empresas de capital aberto sempre ocorre no mercado primário de títulos e valores mobiliários.
- c) o setor financeiro movimenta ativos financeiros, monetários e não-monetários para finalidade de liquidação das transações comerciais, de manutenção e precaução da moeda, bem como a da moeda em atividades especulativas.
- d) o Sistema Financeiro Nacional é composto por um subsistema normativo e um subsistema de intermediação financeira.
- e) quando o Banco Central diminui a alíquota do depósito compulsório dos bancos comerciais, ele estimula os investimentos das empresas, porque sobra dinheiro no caixa dos bancos comerciais e estes o invertem para o mercado produtivo, sob forma de financiamentos.

23. (UEL/COPS/Analista Contábil Financeiro/2014) Limitar, sempre que julgar necessário, taxas de juros, comissões e qualquer outra forma de remuneração praticada pelas instituições financeiras é uma das principais atribuições

- a) do Banco Central do Brasil.
- b) do Banco de Desenvolvimento Econômico Social.

- c) do Ministério da Fazenda.
- d) do Conselho Monetário Nacional.
- e) da Comissão de Valores Mobiliários.

24. (LAFEPE/Analista Financeiro/2013/PE) Sobre o funcionamento das instituições financeiras, assinale V nas afirmativas Verdadeiras e F nas Falsas.

- () Os riscos financeiros de um banco podem se originar de suas diversas atividades operacionais, tais como créditos concedidos, captações, variações das taxas de mercado, falhas internas e controle, entre outras.
- () Risco de crédito é a possibilidade de uma instituição financeira não receber os valores (principal e rendimentos e juros) prometidos pelos títulos que mantém em sua carteira de ativos recebíveis.
- () O risco de mercado está relacionado com o preço que o mercado estipula para seus bens e direitos negociados pelos intermediários financeiros.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- a) V, F, V
- b) F, V, F
- c) F, F, V
- d) V, V, F
- e) V, V, V

25. (FGV/Analista Bancário/2014) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial do país. Não cabem ao CMN funções executivas. O número de membros do CMN foi variável desde a sua criação (31.12.1964), de acordo com as exigências políticas e econômicas de cada Governo. Em razão da Lei nº 9.069/95, em vigor, o CMN passou a ser integrado por:

- a) 11 (onze) membros.
- b) 10 (dez) membros.
- c) 8 (oito) membros.
- d) 4 (quatro) membros.
- e) 3 (três) membros.

26. (FGV/Analista Bancário/2014) O Sistema normativo é composto pelas entidades que regulam e fiscalizam o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Por esse motivo estão no topo do organograma, ou seja, as outras instituições têm que, obrigatoriamente, acatar as decisões do sistema normativo. Entre as entidades que compõem o Sistema Normativo, encontram-se:

- a) sociedades corretivas e distribuidoras.

- b) bancos múltiplos e de investimento.
- c) Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.
- d) Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.
- e) Bolsa de Valores e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

27. (FGV/Analista Bancário/2014) As Instituições Financeiras podem ser classificadas em monetárias e não monetárias. Entre as instituições financeiras monetárias, encontram-se:

- a) Bancos Comerciais e Bancos de Investimento.
- b) Bancos de Investimento e Bancos de Desenvolvimento.
- c) Bancos Comerciais e Bancos de Desenvolvimento.
- d) Bancos de Investimento e Caixas Econômicas.
- e) Bancos Comerciais e Caixas Econômicas.

28. (FGV/Analista Bancário/2014) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro. A política do CMN objetiva:

- a) regular o valor interno e externo da moeda.
- b) controlar exclusivamente o fluxo de capitais estrangeiros.
- c) realizar operações de redesconto e empréstimos, como instrumento de política monetária como auxílio a problemas de liquidez.
- d) fiscalizar a interferência de outras sociedades nos mercados financeiros e de capitais.
- e) emitir papel-moeda e moeda metálica.

29. (FGV/Economista/2013) O Banco Central (BC) é responsável pela política monetária do país. Em relação aos instrumentos de controle monetário que o BC faz uso e seus efeitos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A limitação dos empréstimos de assistência à liquidez reduz a oferta monetária.
- () A elevação da taxa de reservas compulsórias e a redução da taxa de redesconto ampliam a quantidade de moeda na economia.
- () A compra títulos públicos junto ao mercado e a ampliação dos prazos dos títulos relativos ao redesconto ampliam a oferta de moeda na economia.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) V, F e F.
- c) V, F e V.
- d) V, V e F.
- e) V, V e V.

30. (FGV/Analista Bancário/Banco do Nordeste/2014) O Sistem

Financeiro Nacional (SFN) é composto por um conjunto de instituições que se dedica a manter o fluxo de recursos entre unidades superavitárias (poupadoras) e unidades deficitárias (tomadoras / investidoras). O SFN mantém a ordem no mercado financeiro por meio de normas e procedimentos. O SFN é composto por um sistema normativo, além dos agentes que o operam, tais como instituições (especiais e auxiliares) e intermediários financeiros - monetários e não monetários.

Considerando as diferenças entre esses agentes, é correto afirmar que:

- a) intermediários financeiros captam recursos junto ao público e investem na Bolsa de Valores; as instituições auxiliares, embora também capturem junto ao público, investem no mercado imobiliário.
- b) intermediários financeiros monetários captam recursos junto ao público e emprestam esses recursos, criando moeda escritural; as instituições auxiliares colocam em contato poupadores e investidores e não criam moeda escritural.
- c) intermediários financeiros monetários captam recursos junto ao público e emprestam esses recursos, criando moeda escritural; as instituições auxiliares colocam em contato poupadores e investidores, criando também moeda escritural.
- d) intermediários financeiros não monetários captam depósitos à vista e as instituições especiais não captam depósitos à vista.
- e) instituições especiais fazem empréstimos especiais, enquanto as instituições auxiliares auxiliam o Banco Central a regular o sistema.

31. (FGV/Analista Bancário/Banco do Nordeste/2014) O Banco Central do Brasil (BC ou BACEN) foi criado pela Lei nº 4595, de 31.12.1964, para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro, tendo como funções cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Entre as atribuições do Banco Central estão:

- a) emitir papel-moeda, exercer o controle do crédito e exercer a fiscalização das instituições financeiras, punindo-as quando necessário.
- b) determinar as taxas de recolhimento compulsório, autorizar as emissões de papel-moeda e estabelecer metas de inflação.
- c) regulamentar as operações de redesconto de liquidez, coordenar as políticas monetárias creditícia e cambial e estabelecer metas de inflação.
- d) regular o valor interno da moeda, regular o valor externo da moeda e zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras.
- e) determinar as taxas de recolhimento compulsório, regular o valor interno e externo da moeda e autorizar as emissões de papel-moeda.

32. (FGV/Analista Bancário/Banco do Nordeste/2014) O Conselho

Monetário Nacional (CMN) é o órgão responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial do país. Não cabem ao CMN funções executivas.

O número de membros do CMN foi variável desde a sua criação (31/12/1964), de acordo com as exigências políticas e econômicas de cada Governo. Em razão da Lei nº 9.069/95, em vigor, o CMN passou a ser integrado por:

- a) 11 (onze) membros.
- b) 10 (dez) membros.
- c) 8 (oito) membros.
- d) 4 (quatro) membros.
- e) 3 (três) membros.

33. (CESGRANRIO/BNDES/2013) O sistema bancário de reservas fracionárias possibilita que instituições financeiras privadas obtenham lucratividade, por permitir que essas instituições

- a) paguem impostos federais equivalentes a uma fração de seus depósitos bancários.
- b) possam cobrar de seus clientes, em tarifas bancárias, uma fração de seus depósitos bancários.
- c) mantenham uma fração de seus depósitos bancários em moeda estrangeira.
- d) mantenham apenas uma fração de seus depósitos bancários em seus cofres e o restante nos cofres do Banco Central.
- e) mantenham em mãos apenas uma fração de seus depósitos bancários, utilizando o resto para oferecer empréstimos com juros.

Gabarito:

1. E	2. E	3. C
4. D	5. D	6. B
7. C, C, C, C, C	8. D	9. D
10. E, C, C, C, E	11. C	12. C
13. A	14. D	15. E
16. A	17. B	18. B
19. B	20. E	21. E
22. A	23. D	24. D
25. E	26. D	27. E

- a) 11 (onze) membros.
- b) 10 (dez) membros.
- c) 8 (oito) membros.
- d) 4 (quatro) membros.
- e) 3 (três) membros.

33. (CESGRANRIO/BNDES/2013) O sistema bancário de reservas fracionárias possibilita que instituições financeiras privadas obtenham lucratividade, por permitir que essas instituições

- a) paguem impostos federais equivalentes a uma fração de seus depósitos bancários.
- b) possam cobrar de seus clientes, em tarifas bancárias, uma fração de seus depósitos bancários.
- c) mantenham uma fração de seus depósitos bancários em moeda estrangeira.
- d) mantenham apenas uma fração de seus depósitos bancários em seus cofres e o restante nos cofres do Banco Central.
- e) mantenham em mãos apenas uma fração de seus depósitos bancários, utilizando o resto para oferecer empréstimos com juros.

Gabarito:

1. E	2. E	3. C
4. D	5. D	6. B
7. C, C, C, C, C	8. D	9. D
10. E, C, C, C, E	11. C	12. C
13. A	14. D	15. E
16. A	17. B	18. B
19. B	20. E	21. E
22. A	23. D	24. D
25. E	26. D	27. E
28. A	29. C	30. B
31. A	32. E	33. E



A1



Dinâmica do Mercado

O Sistema Financeiro Nacional apresenta sua dinâmica por meio de órgãos, autarquias, normas, entre outros; estes representam a estrutura e o funcionamento do SFN. É neste cenário que ocorrem as transações financeiras, ou seja, as dos ativos líquidos e ilíquidos (tecnologia, equipamentos, capital intelectual, pesquisa) que podem encontrar-se em mercados específicos, como o de crédito, capitais, câmbio etc.

2.1. ESTRUTURA GERAL DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

A política econômica está focada na retomada do crescimento econômico e em seu desenvolvimento — com a criação de empregos, distribuição de renda e reformas institucionais — e ainda está fundamentalmente preocupada com a inclusão social.

De acordo com estes cenários, as políticas econômicas podem ser divididas em pelo menos quatro áreas de atuação:

Política Monetária

- gestão da moeda e do crédito;
- emissão da moeda e controle sobre seu cunho forçado;
- organização do sistema bancário e monetário.

Política Fiscal

- definição e aplicação de impostos sobre os agentes econômicos com base na receita fiscal;
- definição dos gastos do governo e influência na política monetária.

Política Cambial

- definição do valor externo da moeda;
- controle dos fluxos de moeda estrangeira.

Política de Rendas

- controle dos fatores de produção como salários, encargos e sistemas de preços.

2.2. ENVOLVIMENTO DO TESOURO NACIONAL

É por meio do mercado financeiro, que capta recursos das instituições bancárias, tributos, taxas, contribuições federais, entre outros, que o Tesouro Nacional recebe parte dos recursos necessários à execução financeira das contas do governo.

A Secretaria do Tesouro Nacional — considerada caixa do governo — capta recursos no mercado financeiro via emissão primária de títulos para execução e financiamento das dívidas internas do governo.

O Tesouro faz hoje a rolagem da dívida interna por meio dos Títulos da Dívida Pública, como, por exemplo: Tesouro Prefixado (antiga LTN – Letras do Tesouro Nacional), Tesouro SELIC (antiga LFT – Letras Financeiras do Tesouro) e Tesouro IPCA+ (antiga NTN – Notas do Tesouro Nacional) – v. *cap. 10*.

2.3. ATIVOS

Ativos

Os ativos são caracterizados por qualquer transação com promessa de pagamento, podendo ser líquido ou ilíquido. Eles também podem ser classificados como ativos fixos ou variáveis.

Ativos de Renda Fixa

Os poupadores têm como premissa deixar de consumir no presente para investir recursos e consumir no futuro. O investimento dependerá dos ativos disponíveis no SFN.

Os investimentos disponíveis podem ser classificados em Ativos reais (res = propriedade); ou seja, posse de bens e dívidas securitizadas (contratos de empréstimos para os quais são emitidos títulos).

As dívidas securitizadas têm como característica a existência de taxa de juros remuneratórios e taxa de vencimento. Como exemplo, temos: debêntures, títulos públicos federais, CDBs, entre

outros.

Os títulos de renda fixa podem ainda ser divididos em públicos, privados, pós-fixados e prefixados.

- i) Pós-fixado: Neste caso só se conhece a taxa de retorno na data de seu vencimento, pois sua rentabilidade estaria atrelada a uma taxa com variação periódica.
- ii) Prefixado: Neste caso faz-se uma aplicação cuja rentabilidade nominal se conhece previamente e a taxa de retorno é aceita no momento da aplicação.

Ativos de Renda Variável

Os ativos de renda variável não possuem remuneração previamente definida nem prazo de vencimento, sendo caracterizados como ativos reais; ou seja: imóveis, ouro, ações, entre outros.

2.4. ATIVOS DE RENDA FIXA

Os ativos de renda fixa têm como característica pagamentos em períodos definidos que podem ser prefixado (no momento do resgate) ou pós-fixado (no final da aplicação).

Na compra de um título de renda fixa, o possuidor do título empresta dinheiro ao emissor (representado por banco, por uma empresa ou pelo governo). Na operação, os juros cobrados são o pagamento que você recebe pelo empréstimo. Os títulos de renda fixa podem ser públicos ou privados.

Classificação dos fundos de renda fixa

- **Referenciados:** este modelo tem como referência um índice, podendo ser: CDI, dólar, euro, Ibovespa, entre outros.
- **Não referenciados:** neste caso não precisam seguir o desempenho de um índice específico. O retorno varia de acordo com a estratégia adotada pelo gestor do fundo.
- **Genéricos:** são caracterizados com um perfil de investimento mais agressivo em relação aos demais, com maior mobilidade de decisão de investimento dos recursos.

As empresas e os títulos de renda fixa

As empresas e os títulos de renda fixa

As empresas, para alavancarem seus negócios, necessitam de capital social, ou de terceiros, podendo, assim, contrair empréstimos que consistem em pagamentos de fluxos financeiros à instituição devedora, e ser representados por notas promissórias emitidas sem garantias, que pagam juros periódicos a seus proprietários, sendo assim caracterizados por títulos de renda fixa. No caso de prazo acima de 1 ano, temos os BONDS, cuja característica está no pagamento de rendimentos periódicos e resgate do principal no final.

Taxa a termo (*forward rate*)

A taxa a termo pode ser definida como o estimador não tendencioso da taxa à vista em um período futuro.

Características do Modelo

- Os investidores são neutros ao risco.
- A estrutura a termo é positivamente inclinada.
- Modelos empíricos comprovam que os investidores estão interessados em aplicar dinheiro no curto prazo.
- No longo prazo, os investidores exigem prêmio de liquidez.

O Ativo de Renda Fixa mais popular: a Caderneta de Poupança

A Caderneta de Poupança é caracterizada como um investimento de pouco risco, uma vez que menores riscos incorrem em menores retornos, seu retorno também é muito pequeno.

Rendimento: 0,5% + TR ao mês. A TR (Taxa Referencial) é calculada diariamente com base no CDB.

Impostos: neste caso não é preciso pagar o imposto de renda e a CPMF sobre a rentabilidade.

Liquidez: 30 dias – caso você retire o dinheiro antes dos 30 dias, perderá a remuneração na operação.

2.4.1. A dinâmica do mercado e os ativos financeiros

De acordo com a dinâmica do mercado e os ativos financeiros, deve-se entender que a caderneta de poupança, em regra, é o título de renda fixa com menor rentabilidade, sendo assim o ma

As empresas e os títulos de renda fixa

As empresas, para alavancarem seus negócios, necessitam de capital social, ou de terceiros, podendo, assim, contrair empréstimos que consistem em pagamentos de fluxos financeiros à instituição devedora, e ser representados por notas promissórias emitidas sem garantias, que pagam juros periódicos a seus proprietários, sendo assim caracterizados por títulos de renda fixa. No caso de prazo acima de 1 ano, temos os BONDS, cuja característica está no pagamento de rendimentos periódicos e resgate do principal no final.

Taxa a termo (*forward rate*)

A taxa a termo pode ser definida como o estimador não tendencioso da taxa à vista em um período futuro.

Características do Modelo

- Os investidores são neutros ao risco.
- A estrutura a termo é positivamente inclinada.
- Modelos empíricos comprovam que os investidores estão interessados em aplicar dinheiro no curto prazo.
- No longo prazo, os investidores exigem prêmio de liquidez.

O Ativo de Renda Fixa mais popular: a Caderneta de Poupança

A Caderneta de Poupança é caracterizada como um investimento de pouco risco. Uma vez que menores riscos incorrem em menores retornos, seu retorno também é muito pequeno.

Rendimento: 0,5% + TR ao mês. A TR (Taxa Referencial) é calculada diariamente com base no CDB.

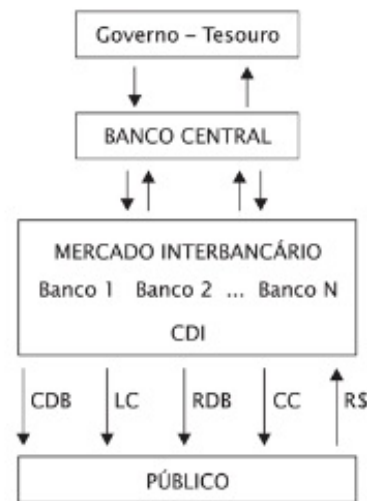
Impostos: neste caso não é preciso pagar o imposto de renda e a CPMF sobre a rentabilidade.

Liquidez: 30 dias – caso você retire o dinheiro antes dos 30 dias, perderá a remuneração na operação.

2.4.1. A dinâmica do mercado e os ativos financeiros

De acordo com a dinâmica do mercado e os ativos financeiros, deve-se entender que a caderneta de poupança, em regra, é o título de renda fixa com menor rentabilidade, sendo assim o mais conservador do mercado. A poupança é uma aplicação de renda

fixa pós-fixada, pois sua rentabilidade está atrelada a um índice, por exemplo, a TR.



2.4.2. Certificado de Depósito Bancário (CDB)

Estes certificados de depósitos bancários são títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. É caracterizado por um investimento de renda fixa e baixo risco. O CDB possibilita maiores rendimentos, pois a alíquota do imposto de renda é decrescente ao longo do período da aplicação, e a cobrança ocorre apenas no resgate ou no vencimento.

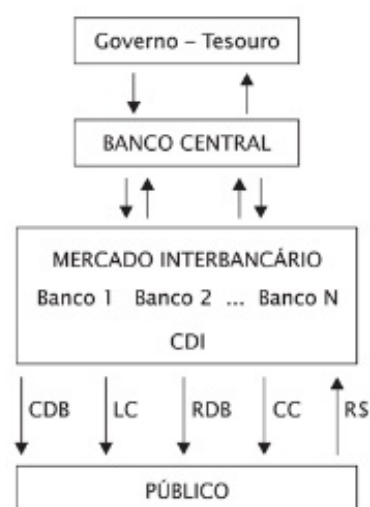
No caso de CDBs de prazos longos, os bancos costumam fazer uma operação de SWAP para CDI, o que lhes garante o acompanhamento diário das taxas de juros. O CDB incorre no risco do emissor, ou seja, em regra, se o banco quebrar, o resgate não é honrado.

2.4.3. Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI)

São os títulos de emissão das instituições financeiras monetárias e não monetárias, que lastreiam as operações do mercado interbancário. Suas características são idênticas às de um CDB, mas sua negociação é restrita ao mercado interbancário sem intervenção do Bacen, que tem como função transferir recursos de uma Instituição Financeira (IF) para outra. Não há incidência de qualquer tipo de imposto, as transações são fechadas por meio eletrônico e registradas nos computadores das instituições envolvidas e nos terminais da Câmara de Custódia e Liquidação

(Contínua) A maioria das operações é negociada por meio eletrônico.

por exemplo, a TR.



2.4.2. Certificado de Depósito Bancário (CDB)

Estes certificados de depósitos bancários são títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. É caracterizado por um investimento de renda fixa e baixo risco. O CDB possibilita maiores rendimentos, pois a alíquota do imposto de renda é decrescente ao longo do período da aplicação, e a cobrança ocorre apenas no resgate ou no vencimento.

No caso de CDBs de prazos longos, os bancos costumam fazer uma operação de SWAP para CDI, o que lhes garante o acompanhamento diário das taxas de juros. O CDB incorre no risco do emissor, ou seja, em regra, se o banco quebrar, o resgate não é honrado.

2.4.3. Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI)

São os títulos de emissão das instituições financeiras monetárias e não monetárias, que lastreiam as operações do mercado interbancário. Suas características são idênticas às de um CDB, mas sua negociação é restrita ao mercado interbancário sem intervenção do Bacen, que tem como função transferir recursos de uma Instituição Financeira (IF) para outra. Não há incidência de qualquer tipo de imposto, as transações são fechadas por meio eletrônico e registradas nos computadores das instituições envolvidas e nos terminais da Câmara de Custódia e Liquidação

(Cetip). A maioria das operações é negociada por um só dia, como no antigo overnight.

IFs que podem emitir CDIs (autorizados pelo Bacen)

- Bancos comerciais
- Bancos múltiplos
- Bancos de investimento
- SCIs
- Associações de poupança e empréstimo
- Sociedades de arrendamento mercantil

Vantagens

É rápido, seguro e não há taxaço.

Tipologia do CDIs

- CDIs prefixados ou flutuantes (negociado de 1 a 30 dias).
- CDIs pós-fixados com base na TR (1/8/1999).

Taxas CDI-OVER

Trata-se de taxas que representam os custos da troca das reservas interbancárias, sendo assim caracterizadas como operações de curtíssimo prazo.

CDI-Reserva

Algumas instituições financeiras, como os bancos múltiplos e caixas econômicas, foram autorizadas a negociar suas reservas com liquidação no mesmo dia D. Estas operações são registradas na Selic. Elas possibilitam que os bancos troquem reservas sem lastro em títulos públicos.

2.4.4. Recibo de Depósito Bancário (RDB)

Reúne as mesmas características de negociação do CDB, no entanto são intransferíveis e inegociáveis.

2.4.5. Letras de câmbio

Consiste em uma ordem de pagamento caracterizando título de crédito. Difere da nota promissória, que é uma promessa de pagamento.

Em regra, a letra de câmbio é uma promessa indireta, na qual o sacador (criador da letra) promete fazer pagar por terceiro, pelo sacado, a soma cambial.

2.4.6. Reais (R\$)

De acordo com a estrutura e definições acima, será representado como a capacidade de a pessoa física ou jurídica fazer depósitos em dinheiro em uma IF.

2.4.7. Zeragem Automática

Em regra, todas as instituições financeiras quanto a seus recursos devem estar pelo menos equilibradas (débito = crédito ou superavitárias). As IFs não podem dormir “a descoberto” e sempre tentam equilibrar seus déficits (posições) trocando CDI. Quando isto não é possível, podem recorrer ao Bacen que, diariamente, faz a zeragem ao final da tarde.

Quando o Bacen atua neste mercado para fazer a zeragem diária (*Oversold*), apenas restabelece os equilíbrios das contas das instituições; garantindo, assim, às autoridades monetárias um controle relativo das taxas de juros do mercado.

Os ajustes são intermediados pelos *Go arounds* diários, e o Bacen faz leilões de dinheiro ou títulos oferecendo, desse modo, recursos a taxas punitivas.

A zeragem automática de mercado, na ótica do BACEN, pode ser entendida como o mecanismo pelo qual o BACEN efetua o ajuste diário de reservas de um sistema financeiro OVERSOLD, zerando as posições credoras e devedoras das carteiras de títulos públicos das instituições bancárias, e tem como principal objetivo garantir às autoridades monetárias um relativo controle sobre a taxa de juros de mercado.

2.4.8. Reservas Bancárias

Algumas instituições financeiras — em particular o banco comercial — recebem dinheiro de pessoa física ou jurídica, e os bancos têm a capacidade de criar outro tipo de moeda — a escritural que, em regra, é a moeda manual com capacidade de ampliação ou de se multiplicar por meio de mecanismos

específicos, como, por exemplo, empréstimos de seu dinheiro a outro banco; este, a outro e assim sucessivamente.

O Bacen tem a capacidade de emitir moeda (foi a ele delegado) e os bancos comerciais, a capacidade de multiplicá-los.

2.4.9. *Dealers*

O *dealer* é uma instituição credenciada para atuar como elo de ligação entre o Bacen e o STN, e as demais instituições do SFN. Os *dealers* têm como objetivo fomentar a liquidez e competitividade do mercado aberto de títulos públicos.

Características (Credenciamento dos Dealers)

- possuir pelo menos 50% do valor mínimo fixado para as IFs com carteira comercial;
- elevado padrão ético de conduta;
- não ter restrição do Bacen ou da STN.

Um fato determinante na escolha do DEALER é o volume de negócios com títulos públicos federais realizados no mercado secundário com operações definitivas ou compromissadas nos seis meses que antecedem a escolha.

2.4.10. *Commercial Paper*

Também chamado de nota promissória, o *commercial paper* representa um instrumento de captação de recursos financeiros no mercado de capitais emitido por uma sociedade de capital aberto. O *commercial paper* é caracterizado como opções ao empréstimo bancário para as sociedades anônimas captarem recursos para suas atividades através da emissão de valores mobiliários, com autorização da CVM.

Quem pode adquirir Commercial Papers:

- investidores institucionais;
- carteiras de bancos;
- corretoras de valores.

Aspectos legais e societários:

- a assinatura de quem a passa;
- a garantia determinada a pagar

- a quantia determinada a pagar;
- a indicação da data e o lugar onde ela é passada;
- denominação “nota promissória” no próprio texto do título;
- indicação do lugar em que se deve efetuar o pagamento;
- o nome da pessoa a quem ou a ordem de quem deve ser paga;
- a época do pagamento (caso não conste é considerado o pagamento à vista).

Os *Bonds* e os *commercial papers* são títulos emitidos no exterior por bancos ou empresas. Em regra, são dívidas de longo prazo das empresas que a emitem e estão em moeda estrangeira.

2.4.11. Fatores que afetam a decisão de poupar

A poupança depende basicamente de três fatores: da capacidade de poupar, do desejo de poupar e das oportunidades de poupar.

A capacidade de poupar diz respeito ao nível de renda do indivíduo. O desejo e a oportunidade de poupar devem ser analisados em conjunto, visto que existe uma correlação direta entre os termos.

O desejo de poupar diz respeito às motivações que as pessoas possam sentir para poupar. As oportunidades para poupar respondem ou não por estas motivações, e, via de regra, estimulam o desejo de poupar.

Como oportunidades para poupar, nos referimos à existência de variados instrumentos de captação de poupanças, instrumentos que satisfaçam a comunidade, segundo as diversas pautas de exigências das pessoas em termos de prazos, riscos, benefícios futuros esperados etc. Neste caso, faz-se referência à existência de uma oferta diversificada de ativos financeiros.

2.4.12. Uma abordagem histórica da intermediação financeira

Os primeiros intermediários financeiros que se estabelecem são os corretores de valores. Após a moeda, os primeiros ativos financeiros que surgem são as obrigações primárias.

Obrigações primárias são todos e quaisquer títulos emitidos por unidades econômicas não financeiras, isto é, emitidos pela

por unidades econômicas não financeiras, isto é, emitidos pelos tomadores últimos de recursos. O contrato de empréstimo que o comerciante assim, por exemplo, é uma obrigação primária.

Quando um sistema financeiro é incipiente e só existem ativos financeiros primários, os agentes financeiros limitam-se a oferecer recursos nas condições estipuladas pelos ofertadores últimos de recursos. Ocorre que, via de regra, as exigências de tomadores e ofertadores de recursos são divergentes em termos de prazo, volumes, taxas de retorno e grau de risco. Surge a necessidade natural de aumentar essas opções, ou seja, é necessário aumentar a captação da poupança doméstica com o menor risco possível.

De acordo com o cenário apresentado é que surgem os intermediários financeiros que, emitindo obrigações contra si próprios, tomam recursos no mercado, oferecendo aos emprestadores finais um espectro de títulos capaz de satisfazer às suas necessidades.

2.4.13. Uma abordagem econômica da intermediação financeira

Todo processo de evolução e desenvolvimento de uma economia exige a participação crescente de capitais, que são identificados por meio da poupança disponível em poder dos agentes econômicos e direcionados para os setores produtivos carentes de recursos, mediante intermediários e instrumentos financeiros. Esse processo de distribuição de recursos no mercado é que faz evidenciar a função econômica e social do sistema financeiro. No SFN, algumas instituições têm destacada atuação no processo de intermediação financeira, processo pelo qual os agentes que possuem recursos superavitários transferem esses recursos para aqueles que estejam deficitários.

A seguir, algumas características importantes sobre alguns segmentos bancários:

- i) Bancos de investimento não podem manter contas-correntes. Suas aplicações podem ter origem em certificados de depósitos bancários (CDB) e recibos de depósitos bancários (RDB) captados.
- ii) Bancos de desenvolvimento devem ter sede na capital do estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar obrigatoriamente a privatização em sua

adotar, obrigatória e privativamente, em sua denominação social, a expressão Banco de Desenvolvimento, seguida do nome do Estado em que tenha sede.

2.5. FUNDOS DE INVESTIMENTO

No Brasil, tais fundos possuem suas organizações jurídicas em forma de condomínio de investidores, logo têm registro na Receita Federal (CNPJ). Considerando que se trata de pessoas jurídicas, deverão ter um estatuto social (registrado em cartório de notas e ofício).

O estatuto social conterà direitos e deveres dos cotistas, assim como os aspectos relativos à organização social do fundo. Cabe à assembleia de cotistas aprovar o balanço social do fundo, assim como definir as funções administrativas necessárias para este ser aprovado pela CVM, que é o órgão do Governo Federal responsável pela fiscalização dos fundos de investimento.

Gestor da Carteira de Investimentos

O gestor da Carteira de Investimentos poderá ser pessoa física ou jurídica, sendo esta a responsável pela gestão do patrimônio do fundo de investimento. O gestor necessita de um registro junto à CVM.

Órgãos de Fiscalização dos Fundos de Investimento

- CVM
- Bacen

Custodiante

A Custodiante deverá ser representada por uma empresa com autorização do Bacen para exercer sua função, e este será o responsável pela guarda dos títulos que compõem a carteira de investimento do fundo de investimento.

Exigências da CVM

A CVM exige que o fundo tenha um prospecto onde constem de forma clara os riscos que o investidor corre ao ingressar como cotista.

Funcionamento



Ao aplicar seus recursos financeiros, o investidor em um fundo de investimento estará adquirindo uma certa quantidade de cotas, que representarão o patrimônio do fundo de investimento.

Taxas Cobradas

O administrador do fundo cobra as seguintes taxas:

- Taxa de Administração — cobrada pelo administrador em termos anuais e incide diretamente sobre o fundo de investimento. Ela é cobrada em função de trabalhos relativos à gerência administrativa.
- Taxa de *Performance* — o seu cálculo é definido no estatuto social do fundo. É uma taxa onde o gestor tem certo ganho, caso a rentabilidade ultrapasse os objetivos estimados pelo gestor.
- Taxa de entrada ou de saída — deverá estar definida no estatuto social do fundo e constar de seu prospecto. Em geral, é cobrada quando o investidor adquire cotas do fundo ou quando solicita resgate de suas cotas.

Tributação

Serão cobrados Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

Alguns Tipos de Fundos de Investimento

Curto Prazo — composição: títulos de renda fixa cujo prazo seja inferior a 360 dias, possuindo, assim, um prazo médio da carteira menor.

Referenciado — sua rentabilidade está atrelada a um indexador financeiro; composta de títulos de renda fixa (95%).

Renda Fixa — composição: títulos de renda fixa pré ou pós-fixados (80%) em sua carteira de investimentos

Multimercados — categoria destes fundos: operações de derivativos financeiros que tem como objetivo a alavancagem do patrimônio como estratégia de investimento.

Ações — origem das ações de empresas negociadas em Bolsa de Valores.

2.6. SECURITIZAÇÃO

O termo *securitization*, criado por Lewis Ranieri, foi aplicado inicialmente em ativos hipotecários. Posteriormente agregou outros ativos financeiros (recebíveis, empréstimos etc.).

A securitização é caracterizada por um instrumento flexível de geração de liquidez para as empresas que têm como objetivo diminuir os riscos para os investidores.

Fatores que levaram à securitização

- Hiato de maturidade entre ativos e passivos, decorrentes de depósitos com curtos prazos oriundos de uma única fonte.
- Altos custos de captação oriundos de depósitos de baixos valores.
- Custo crescente de capital próprio.
- Financiamento do déficit público.

A lógica da securitização

A securitização é caracterizada por uma operação financeira que faz a conversão de ativos em títulos negociáveis (valores mobiliários e títulos de crédito). Estes são vendidos a novos investidores. Dessa forma, securitizar significa converter determinados ativos em lastro para títulos ou valores mobiliários a serem emitidos. Podemos dizer que se caracteriza por uma desintermediação financeira na qual se inserem emissão de debêntures, de *notes*, de *bonds*, bem como operação de *leasing*, *factoring*, entre outros.

Características intrínsecas à securitização

- Conversão de ativos via empréstimos, ou ativos fixos em valores mobiliários negociáveis.
- Garantia de liquidez às riquezas dos investidores alocadas.
- Novos ativos operados e mercados de maior amplitude.
- Liquidação dos ativos securitizados.
- Distribuição de riscos envolvidos.
- Redução dos custos de transação da operação de financiamento dependendo da relação risco/retorno esperada pelo investidor.

Operação de securitização

Principais participantes de uma operação de securitização:

- agentes que possuem contratos de financiamento/empréstimo com a empresa originadora;
- direitos da empresa originadora;
- *trust* que viabiliza a operação;
- agente fiduciário;
- agência de *rating*;
- auditores externos.

Alguns ativos passíveis de securitização

- créditos mobiliários;
- créditos financeiros;
- faturas de cartão de crédito;
- exportação;
- contas a receber dos setores comercial, industrial e prestação de serviços.

Nota: Diversos dispositivos legais disciplinam o que chamamos hoje, no Brasil, de Securitização de Créditos, na maioria das vezes decorrentes de empréstimos, financiamentos (inclusive imobiliários) e operações de arrendamento mercantil (*leasing*) realizadas no âmbito do mercado financeiro.

Regras aplicáveis à securitização de recebíveis

As normas aplicáveis à securitização de recebíveis são aquelas emitidas principalmente pelo Bacen, pela CVM e pela legislação comercial e societária.

2.7. FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO (FGC)

O FGC tem como premissa a manutenção de um sistema bancário sólido e saudável. Ele funciona como uma rede de proteção do sistema bancário.

Focos de atuação: empréstimos de última instância, regulação eficaz, fiscalização eficiente, estrutura legal adequada e proteção direta a depositantes, via um sistema garantidor.

2.8. QUESTÕES COMENTADAS

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Em relação aos *commercial papers*, analise:

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Em relação aos *commercial papers*, analise:

- I. São títulos de curto prazo emitidos por instituições financeiras e negociáveis em mercado secundário.
- II. A colocação desse título deve ser feita por uma instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.
- III. O investidor que compra um *commercial paper* pode vendê-lo antes do vencimento, transferindo a sua titularidade.
- IV. Trata-se de uma operação que permite a obtenção de recursos sem o pagamento de IOF.

É correto o que consta apenas em:

- a) I, II e III;
- b) I e III;
- c) II, III e IV;
- d) III e IV;
- e) I, II e IV.

Comentário:

A Resolução no 1.723/1990, da CMN, autorizou as *sociedades por ações* a emitirem notas promissórias comerciais de curto prazo como valores mobiliários, os *commercial papers*, colocadas e negociadas em mercado de balcão e bolsa de valores por intermédio de uma instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

A companhia que emitiu o *commercial paper* não deverá efetuar negociações com os títulos emitidos por ela. Devem os *commercial papers* estarem registrados na Cetip ou outro sistema de custódia e liquidação autorizado pelo Bacen.

Gabarito: C.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) O *hot-money* é uma modalidade de empréstimo que tem a finalidade de:

- a) financiar a aquisição de bens e serviços por pessoas físicas;
- b) atender às necessidades imediatas de caixa das empresas;
- c) financiar a aquisição de bens de capital por parte das empresas;
- d) financiar as vendas a prazo das empresas;
- e) refinanciar dívidas já existentes de pessoas físicas.

Comentário:

Através do *hot-money*, instituições financeiras viabilizam empréstimos em dinheiro, de curtíssimo prazo, com o acréscimo de juros e correção monetária, objetivando o atendimento das

Comentário:

Através do *hot-money*, instituições financeiras viabilizam empréstimos em dinheiro, de curtíssimo prazo, com o acréscimo de juros e correção monetária, objetivando o atendimento das necessidades de caixa das empresas.

Gabarito: B.

3. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) A letra de câmbio é o instrumento de captação específico das sociedades de crédito, financiamento e investimento, sempre emitida com base em uma transação comercial e que, posteriormente ao aceite, é ofertada no mercado financeiro. A letra de câmbio é caracterizada por ser um título:

- a) ao portador, flexível quanto ao prazo de vencimento;
- b) nominativo, com renda fixa e prazo determinado de vencimento;
- c) atrelado à variação cambial;
- d) negociável na Bolsa de Valores, com seu rendimento atrelado ao dólar;
- e) pertencente ao mercado futuro de capitais, com renda variável e nominativo.

Comentário:

A letra de câmbio com aceite de uma instituição financeira é uma ordem de pagamento onde o sacador é o emitente e o devedor; o adquirente é o investidor. É regulamentada pelo Decreto no 57.663/1966, a partir da Convenção de Genebra (1930), e a Lei no 4.728/1965. Trata-se de um título nominativo, com renda fixa e prazo de vencimento determinado. Não é permitida emissão de letra de câmbio ao portador.

Gabarito: B.

2.9. QUESTÕES PROPOSTAS

1. A política monetária e a política fiscal diferem, basicamente, pelo seguinte fato:

- a) A política monetária trata dos recursos totais arrecadados e gastos pelo governo, enquanto a política fiscal trata das taxas de juros.
- b) Não existe diferença entre as duas, uma vez que os objetivos e as técnicas de operações são os mesmos.
- c) A política fiscal procura estimular ou desestimular as despesas de investimento e consumo, por partes das empresas e pessoas, influenciando as taxas de juros e a disponibilidade de crédito.
- d) A política monetária procura estimular e desestimular as despesas de investimento e de consumo por parte das empresas e pessoas.

- d) A política monetária procura estimular e desestimular as despesas de investimento e de consumo, por parte das empresas e pessoas, influenciando nas taxas de juros e a disponibilidade de crédito, enquanto a política fiscal funciona diretamente sobre as rendas através da tributação e dos gastos públicos.
- e) Todas as alternativas acima estão corretas.

2. (Banco do Brasil/1999) O chamado mercado interbancário é considerado como único instrumento que possui o sistema financeiro, capaz de formalizar as suas expectativas em relação ao comportamento das taxas de juros e da liquidez do mercado. Com base nessa afirmativa julgue os itens abaixo.

- () No mercado interbancário o Bacen possui pleno acesso, controlando as movimentações diárias.
- () O CDI são títulos emitidos por IFs que servem de lastro para as operações do mercado interbancário.
- () A negociação dos CDI é feita via Cetip, aos prazos de um dia ou mais. A negociação por um dia estabelece a taxa CDI *over* que é a base, por exemplo, do custo das operações de *hot money*.
- () Os CDI reserva possibilitam a transferência de recursos das reservas bancárias no Bacen com liquidação no mesmo dia.

3. (Caixa Econômica Federal) Faça correlação e indique a resposta correta.

1. Títulos públicos 2. Moedas estrangeiras 3. Produto interno 4. Intermediações financeiras 5. Depósitos compulsórios.

- A. Divisas internacionais mantidas pelo Bacen, visando operar no mercado cambial.**
- B. Fundamenta-se no desequilíbrio entre o nível de poupança e investimento de uma economia.**
- C. Percentual dos fundos recolhidos pelas instituições junto ao público e regulamentado por instrumentos legais.**
- D. Representante do valor, a preços de mercado, dos bens e serviços realizados num país em certo período de tempo.**
- E. Representa a carteira de títulos de emissão pública pelo Bacen e tem por objetivo o controle da liquidez da economia.**

- a) 1E; 2A; 3D; 4B; 5C.
- b) 1A; 2D; 3C; 4D; 5E.
- c) 1A; 2B; 3C; 4D; 5E.
- d) 1C; 2B; 3A; 4E; 5D.
- e) 1B; 2C; 3A; 4D; 5E.

4. Os bancos necessitam de recursos do público para implementar suas atividades de intermediação financeira, para isso utilizam-se de vários instrumentos de captação de recursos, os principais são

- partes das empresas e pessoas, influenciando as taxas de juros e a disponibilidade de crédito.
- d) A política monetária procura estimular e desestimular as despesas de investimento e de consumo, por parte das empresas e pessoas, influenciando nas taxas de juros e a disponibilidade de crédito, enquanto a política fiscal funciona diretamente sobre as rendas através da tributação e dos gastos públicos.
- e) Todas as alternativas acima estão corretas.
2. **(Banco do Brasil/1999) O chamado mercado interbancário é considerado como único instrumento que possui o sistema financeiro, capaz de formalizar as suas expectativas em relação ao comportamento das taxas de juros e da liquidez do mercado. Com base nessa afirmativa julgue os itens abaixo.**
- No mercado interbancário o Bacen possui pleno acesso, controlando as movimentações diárias.
- O CDI são títulos emitidos por IFs que servem de lastro para as operações do mercado interbancário.
- A negociação dos CDI é feita via Cetip, aos prazos de um dia ou mais. A negociação por um dia estabelece a taxa CDI *over* que é a base, por exemplo, do custo das operações de *hot money*.
- Os CDI reserva possibilitam a transferência de recursos das reservas bancárias no Bacen com liquidação no mesmo dia.
3. **(Caixa Econômica Federal) Faça correlação e indique a resposta correta.**
1. Títulos públicos 2. Moedas estrangeiras 3. Produto interno 4. Intermediações financeiras 5. Depósitos compulsórios.
- A. Divisas internacionais mantidas pelo Bacen, visando operar no mercado cambial.
- B. Fundamenta-se no desequilíbrio entre o nível de poupança e investimento de uma economia.
- C. Percentual dos fundos recolhidos pelas instituições junto ao público e regulamentado por instrumentos legais.
- D. Representante do valor, a preços de mercado, dos bens e serviços realizados num país em certo período de tempo.
- E. Representa a carteira de títulos de emissão pública pelo Bacen e tem por objetivo o controle da liquidez da economia.
- a) 1E; 2A; 3D; 4B; 5C.
- b) 1A; 2D; 3C; 4D; 5E.
- c) 1A; 2B; 3C; 4D; 5E.
- d) 1C; 2B; 3A; 4E; 5D.
- e) 1B; 2C; 3A; 4D; 5E.
4. **Os bancos necessitam de recursos do público para implementar suas atividades de intermediação financeira, para isso utilizam-se de vários instrumentos de captação de recursos, os principais são CDB e RDB. Julgue os itens abaixo:**
- CDBs são papéis emitidos pelos bancos para captar dinheiro do público.
- O CDB e RDB indicam a obrigação de o banco pagar ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista.
- O CDB é uma promessa de pagamento à ordem, da importância depositada acrescida do valor da remuneração e rentabilidade convencionada.
- O CDB deve ser emitido sob forma nominativa e é transferível somente por endosso; no caso do RDB é transferível ou não, dependendo dos ganhos envolvidos.
- O recibo de depósito bancário (RDB) tem um valor mínimo de aplicação que fica a critério da IF assim como CDB.
- Entidades estatais e IFs estão facultadas ao recebimento de CDB e é facultado o recebimento de depósitos a prazo por pessoas físicas e jurídicas.
- Como itens comuns ao CDB e RDB, temos: prazos de aplicação no mínimo de 30 dias, quando remuneradas a taxas de mercado pré-fixadas e mínimo de 4 anos quando utilizada TR; mínimo de 120 dias quando contratado com base em taxas flutuantes.
5. **(Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) Os produtos de investimentos são importantes para vários tipos de instituições financeiras. Entre os mais comuns, pode-se mencionar os certificados de depósitos bancários (CDBs) e os fundos mútuos de investimento. O mercado Financeiro de produtos de investimento tem obtido crescente desempenho: no início de 2007, somente a indústria de fundos alcançou o volume de 1 trilhão de reais. Acerca desses produtos, julgue os itens a seguir.**
- Aplicações em fundo de investimento necessariamente devem ser feitas em conta investimento

- () Aplicações em fundo de investimento necessariamente devem ser feitas em conta-investimento.
- () Os CDBs são títulos emitidos por bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento ou múltiplos com o objetivo de gerar captação de recursos (*funding*) para que o banco aplique em vários ativos. Sendo assim, o CDB não é um título de emissão privada.
- () Quando indexada a taxa de inflação, o CDB tem prazo mínimo de 1 ano.
- () Só é possível a abertura de conta-investimento ao cliente que possuir pelo menos uma conta-corrente de depósitos à vista, mesmo que em instituição distinta.

6. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) A letra de câmbio é um instrumento de declaração unilateral de vontade, enunciada em tempo e lugar certos (nelas afirmados), por meio da qual uma certa pessoa (chamada sacador) declara que uma certa pessoa (sacado) pagará, pura e simplesmente, a certa pessoa (chamada tomador), uma quantia certa, num local e numa data - ou prazo - específicos ou não. O título considera-se emitido quando o sacador nele apõe sua assinatura, completando assim, o ato unilateral de sacá-lo. Trata-se de um instrumento de câmbio muito antigo na história que sofreu, ao longo dos tempos, variações em seu regulamento legislativo, bem como na prática de sua utilização.

Acerca da letra de câmbio, julgue os itens que se seguem:

- () O sacador (emitente/credor) é garantidor tanto da aceitação quanto do pagamento da letra.
- () Se a letra de câmbio contém assinatura de pessoas incapazes de se obrigarem por letras, assinaturas falsas, assinatura de pessoas fictícias, as obrigações dos outros signatários não deixam de ser válidas nem gera nulidade do referido título por essa razão.
- () Na letra de câmbio existem, em regra, três pessoas envolvidas: o sacador (credor), o sacado (devedor/aceitante) e o favorecido (tomador). Pode acontecer de sacador e favorecido serem a mesma pessoa, mas não existe possibilidade de sacador e sacado serem a mesma pessoa.

7. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) Julgue o item seguinte:

- () O FGC tem como associadas obrigatórias as instituições financeiras e as associações de poupança e empréstimo em funcionamento no país; não contempla as cooperativas de crédito e cobre o limite de até R\$ 20.000,00 por pessoa, contra a mesma instituição associada.

8. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) Garantia é a segurança dada ao titular de um direito para que possa exercê-lo. É uma verdadeira proteção concedida ao credor, aumentando a possibilidade de receber aquilo que lhe é devido. Acerca das garantias do Sistema Financeiro Nacional e do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), julgue os itens a seguir.

- () A fiança bancária é um conjunto pelo qual o cliente (fiador) garante o cumprimento da obrigação do banco (o afiançado), junto a um credor em favor do qual a obrigação deve ser cumprida.
- () São garantias reais a hipoteca, o penhor, a alienação fiduciária e a fiança. O aval é uma garantia pessoal.
- () A alienação fiduciária em garantia não tem por finalidade precípua a transmissão da propriedade, embora esta seja sua natureza.
- () A fiança é uma garantia pessoal, na qual o credor não poderá exigir que seja substituído o fiador, quando o mesmo se tornar insolvente ou incapaz.
- () O aval, uma vez dado, não poderá ser cancelado pelo avalista.
- () No penhor rural, a regra é que a coisa empenhada continua em poder do devedor, que deve guardá-la e conservá-la.
- () A hipoteca deverá sempre vir registrada em contrato, sob pena de nulidade.
- () O FGC é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, e não exerce qualquer função pública.

9. (FCC/Banco do Brasil/2010) O Fundo Garantidor de Crédito - FGC é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que administra o mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, contra instituições financeiras em caso de intervenção, liquidação ou falência. São cobertos limitadamente pela garantia:

- a) Notas Promissórias Comerciais;
- b) Letras Hipotecárias;
- c) Depósitos Judiciais;
- d) Letras Financeiras do Tesouro;
- e) Fundos de Investimentos Financeiros.

10. Securitização é a técnica financeira que visa:

10. **Securitização é a técnica financeira que visa:**

- a) lastreamento com garantias reais e comerciais;
- b) lastreamento sem garantias reais de emissões públicas de endividamento;
- c) lastreamento com recebíveis comerciais de emissões públicas de endividamento;
- d) lastreamento com emissões públicas de endividamento;
- e) todas acima estão corretas.

11. (FCC/Banco do Brasil/Téc. Bancário/2013) **O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) proporciona garantia ordinária a cada titular de depósito à vista e no mesmo conglomerado financeiro até o valor, em R\$, de**

- a) 50 mil.
- b) 70 mil.
- c) 1 milhão.
- d) 20 milhões.
- e) 20 mil.

12. (FCC/Banco do Brasil/Téc. Bancário/2013) **Para depósitos a partir de 04 de maio de 2012, caso a taxa básica de juros (Selic) seja de 8,5% ao ano ou inferior, o rendimento passa a ser de 70% dela acrescido da taxa referencial (TR). Trata-se de investimento em**

- a) Caderneta de Poupança.
- b) Recibo de Depósito Bancário.
- c) Fundo de Renda Fixa.
- d) Título de Capitalização.
- e) Letra do Tesouro Nacional.

13. (FCC/Banco do Brasil/Téc. Bancário/2013) **As aplicações em cadernetas de poupança**

- a) não contam com proteção adicional do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).
- b) realizadas nos dias 29, 30 e 31 de cada mês terão como data de aniversário o último dia útil do mês seguinte.
- c) de pessoas jurídicas com fins lucrativos sofrem tributação de 22,5% sobre o rendimento nominal.
- d) são permitidas apenas para contribuintes maiores de idade.
- e) são vedadas para pessoas jurídicas imunes à tributação ou sem fins lucrativos.

14. (FCC/Banco do Brasil/Téc. Bancário/2011) **As notas promissórias comerciais (*commercial papers*) são instrumentos de captação de recursos**

- a) por prazo máximo de 360 dias para companhias abertas.
- b) emitidos no mercado interfinanceiro.
- c) que se destinam à aplicação exclusiva de fundos de investimento.
- d) privativos de instituições financeiras de capital estrangeiro.
- e) utilizados por bancos de investimento.

15. (IFBC/Analista Adm. Financeiro/2014) **Leia a sentença e preencha a lacuna corretamente: "_____ é um título que tem sua origem obrigatoriamente em uma fatura emitida em função de uma transação de compra e venda mercantil ou de uma prestação de serviços. O comprador confirma a compra mediante aceite, tornando-a devida, independentemente do contrato que lhe deu origem." Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.**

- a) Duplicata (Mercantil ou de Serviços).
- b) Debêntures.
- c) *Hot Money*.
- d) Letra de Câmbio.

16. (UEL/COPS/Analista Contábil Financeiro/2014) **Uma determinada empresa comercial constatou uma sobra de caixa de R\$ 150.000,00. Uma vez que não necessitaria desse valor nos próximos trinta dias, realizou uma pesquisa de mercado para verificar qual investimento de baixo risco lhe traria maior rendimento no período. Pesquisou o rendimento e os impostos de dois investimentos: CDB (Certificado de Depósito Bancário) e Poupança, obtendo as informações a seguir.**

I. Imposto de Renda, que incide na forma da tabela a seguir.

Tempo de Permanência	Aliquota Regressiva
Até 180 dias	22,50%
Dg 181 a 360 dias	20,00%
Dg 361 a 720 dias	17,52%
Acima dG 720 dias	15,00%

II. Rendimentos estimados: CDB 0,69% a. m. e Poupança 0,66% a. m.

Com base nos dados e nos conhecimentos sobre investimentos, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a aplicação mais vantajosa para a empresa ao final de um mês.

- a) a poupança, pois totalizará um montante de R\$ 150.767,25.
- b) a poupança, pois totalizará um montante de R\$ 150.990,00.
- c) o CDB, pois totalizará um montante de R\$ 150.802,13.
- d) o CDB, pois totalizará um montante de R\$ 151.034,58.
- e) o CDB, pois totalizará um montante de R\$ 151.035,00.

17. (FGV/Analista Bancário/2014) Os bancos ganham dinheiro com receitas de intermediação financeira e com receitas de prestação de serviços e tarifas. Entre as principais receitas bancárias de prestação de serviços e tarifas, destacam-se:

- I. tarifas sobre depósito à vista e sobre aplicações em CDBs;**
 - II. tarifas sobre serviços de conta-corrente e de corretagem e custódia;**
 - III. tarifas sobre emissões e anuidades de cartões de crédito;**
 - IV. receitas sobre administração de fundos de investimento e administração de consórcios.**
- Está(ão) correta(s) somente:**

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) III.
- d) IV.
- e) II, III e IV.

18. (CEF/Escriturário/2002) O certificado de depósito bancário (CDB) e o recibo de depósito bancário (RDB) são opções de aplicação financeira existentes no mercado brasileiro. Acerca dessas aplicações, é correio afirmar que o

- () CDB é um título de crédito, físico ou escritural, e o RDB é um recibo. Ambos são emitidos pelos bancos comerciais e são representativos de depósitos a prazo feitos pelo cliente. O CDB e o RDB geram a obrigação de o banco pagar ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista que será superior ao valor aplicado.
- () prazo mínimo para aplicação e resgate de CDBs e RDBs varia de três meses a 48 meses, dependendo do tipo de remuneração contratada.
- () CDB é inegociável e intransferível.
- () RDB pode ser negociado por meio de transferência.
- () CDB e o RDB podem ser resgatados antes do prazo contratado, desde que decorrido o prazo mínimo de aplicação. Antes do prazo mínimo, são abonados rendimentos proporcionais ao prazo transcorrido.

Gabarito:

1. D	2. E, C, C, E	3. A
4. C, C, C, E, C, E, C, C	5. C, E, C, C	6. C, C, E
7. E	8. E, E, C, E, E, C, E, C	9. B
10. B	11. B	12. A
13. C	14. A	15. A

Dg 181 a 360 dias	20,00%
Dg 361 a 720 dias	17,52%
Acima de 720 dias	15,00%

II. Rendimentos estimados: CDB 0,69% a. m. e Poupança 0,66% a. m.

Com base nos dados e nos conhecimentos sobre investimentos, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a aplicação mais vantajosa para a empresa ao final de um mês.

- a) a poupança, pois totalizará um montante de R\$ 150.767,25.
- b) a poupança, pois totalizará um montante de R\$ 150.990,00.
- c) o CDB, pois totalizará um montante de R\$ 150.802,13.
- d) o CDB, pois totalizará um montante de R\$ 151.034,58.
- e) o CDB, pois totalizará um montante de R\$ 151.035,00.

17. (FGV/Analista Bancário/2014) Os bancos ganham dinheiro com receitas de intermediação financeira e com receitas de prestação de serviços e tarifas. Entre as principais receitas bancárias de prestação de serviços e tarifas, destacam-se:

- I. tarifas sobre depósito à vista e sobre aplicações em CDBs;**
- II. tarifas sobre serviços de conta-corrente e de corretagem e custódia;**
- III. tarifas sobre emissões e anuidades de cartões de crédito;**
- IV. receitas sobre administração de fundos de investimento e administração de consórcios.**

Está(ão) correta(s) somente:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) III.
- d) IV.
- e) II, III e IV.

18. (CEF/Escriturário/2002) O certificado de depósito bancário (CDB) e o recibo de depósito bancário (RDB) são opções de aplicação financeira existentes no mercado brasileiro. Acerca dessas aplicações, é correto afirmar que o

- () CDB é um título de crédito, físico ou escritural, e o RDB é um recibo. Ambos são emitidos pelos bancos comerciais e são representativos de depósitos a prazo feitos pelo cliente. O CDB e o RDB geram a obrigação de o banco pagar ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista que será superior ao valor aplicado.
- () prazo mínimo para aplicação e resgate de CDBs e RDBs varia de três meses a 48 meses, dependendo do tipo de remuneração contratada.
- () CDB é inegociável e intransferível.
- () RDB pode ser negociado por meio de transferência.
- () CDB e o RDB podem ser resgatados antes do prazo contratado, desde que decorrido o prazo mínimo de aplicação. Antes do prazo mínimo, são abonados rendimentos proporcionais ao prazo transcorrido.

Gabarito:

1. D	2. E, C, C, E	3. A
4. C, C, C, E, C, E, C, C	5. C, E, C, C	6. C, C, E
7. E	8. E, E, C, E, E, C, E, C	9. B
10. B	11. B	12. A
13. C	14. A	15. A
16. C	17. E	18. C, E, E, E, E

Os Mercados e a Política Monetária

3.1. MERCADOS FINANCEIROS

O Mercado Financeiro se divide em quatro grandes mercados: crédito, capitais, câmbio e monetário.

3.1.1. Mercado de Crédito

Neste mercado podemos verificar que há uma relação direta entre a IF banco e o público.

O banco capta recursos do público por meio de depósitos à vista e a prazo e fornece empréstimos. Este fato é uma característica marcante no mercado de crédito. Os bancos, com o decorrer do tempo, entenderam que poderiam oferecer certos produtos para o público para captar recursos (detalharemos, mais adiante, esses produtos), mas fica flagrante que se um indivíduo abre uma conta-corrente, então o banco, de acordo com o perfil do cliente, poderá oferecer cheques, cartões de crédito, cheque especial e outros serviços.

3.1.2. Mercado de Capitais

É caracterizado como um segmento do mercado financeiro e tem como finalidade o atendimento das necessidades de financiamento de médio e longo prazos das Empresas de Capital aberto. A Comissão de Valores Mobiliários é o órgão fiscalizador deste mercado.

Objetivos

- Estabelece padrões de conduta para os participantes do mercado.
- Concede incentivos às companhias que procedem a abertura de capital.

Foco da empresa de capital aberto

Se uma empresa para alavancar um projeto necessita de dinheiro de terceiros, ela terá duas alternativas: captar dinheiro de uma IF bancária ou criar um novo mercado onde o custo do dinheiro seja menor que o oferecido pelo banco.

É neste cenário que surge o mercado de capitais, onde, via de regra, se negociam riscos de uma empresa para captar dinheiro e alavancar um projeto.

É na alocação eficiente da poupança que o mercado de ações encontra forte justificativa.

3.1.3. Mercado Monetário

É também conhecido como mercado aberto ou *open market*. Engloba as operações de curtíssimo prazo. São operações feitas por poucos dias, até de um dia para outro. Este mercado executa duas funções: primeiro aplica recursos disponíveis de curto prazo e, segundo, é utilizado pelo Bacen para controlar o nível de liquidez (mede a capacidade das empresas públicas ou privadas de cumprir com suas obrigações no curto prazo) da economia por meio de compra e venda de títulos. As instituições autorizadas têm uma carteira de títulos públicos e privados, que é financiada por terceiros.

3.1.4. Mercado de Câmbio

Neste mercado faz-se a troca de moeda de um país pelo outro. Em regra, a taxa de câmbio define o valor da moeda nacional perante a moeda estrangeira.

As operações do mercado cambial são basicamente de compra e venda de moeda estrangeira, com a intermediação de instituições financeiras autorizadas.

3.1.4.1. A Segmentação dos Quatro Mercados Financeiros

Outro aspecto que merece destaque é que inicialmente estes quatro mercados não se flexionavam segundo as modalidades operacionais. Por este critério, os diversos mercados se desdobrariam em à vista, a prazo, a termo, futuro e opções (não se fala aqui em mercados derivativos).

No mercado de crédito, por exemplo, teríamos um segmento para negociação de CDB, ambos na modalidade à vista.

No mercado de capitais, por exemplo, teríamos o desdobramento de mercado à vista, a prazo, opções e futuro (lançamento, contramargem, compra e venda e rentabilidade das ações com valor futuro).

A constituição destes desdobramentos como segmentação dos mercados fundamenta-se no fato de possuírem não só espaços de negociações próprios, mas também por envolverem tipos diferentes de ativos financeiros e agentes em suas transações.

3.2. ANÁLISE PRELIMINAR DE ALGUNS MERCADOS E SUAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

Na economia, uma política de renda pode interferir na taxa de inflação, pois aumento de salários gera inflação de demanda. O mercado de capitais — cujas taxas cobradas são menores do que as do mercado de crédito — tem a sua razão de ser na poupança doméstica, pois na economia poupança é investimento, e estes recursos têm ganhos futuros, sendo a compra de ações uma das alternativas.

No mercado de câmbio o que está em jogo é o valor da moeda — valor de paridade. Em uma definição bem mais específica, veremos que o câmbio, com sua respectiva taxa, pode ser representado por uma “espécie” de moeda.

3.3. POLÍTICA MONETÁRIA

Como foi visto anteriormente, a política econômica é composta das políticas monetária, fiscal, cambial e de rendas. Desta forma, a política monetária é um subconjunto da política econômica. A política monetária executada pelo Bacen tem como objetivo o controle de recursos disponíveis.

Ela pode ser definida como o controle da oferta de moeda e das taxas de juros de curto prazo que garanta a liquidez ideal de cada momento econômico. O BACEN executa esta política e possui mecanismos ou instrumentos clássicos de controle como:

- Depósito compulsório
- Redesconto
- Mercado aberto
- Controle e seleção de crédito

3.3.1. Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom)

O Copom tem a função de definir as diretrizes da política monetária e a taxa básica de juros do país. A taxa básica de juros é aquela que o governo determina, sendo esta a diretriz da economia brasileira e os negócios com títulos públicos registrados no Bacen.

3.3.1.1. Sobre o Copom

- O Copom é formado por oito membros da Diretoria Colegiada do Banco Central.
- É presidido pelo presidente da autoridade monetária.
- Integram o grupo de discussões os chefes de departamentos, consultores, o secretário-executivo da diretoria, o coordenador do grupo de comunicação institucional e o assessor de Imprensa.

3.3.1.2. O Copom – Abordagem Histórica

O Comitê de Política Monetária (Copom) foi instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação do Comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório, a exemplo do que já era adotado pelo *Federal Open Market Committee* (FOMC) do banco central dos Estados Unidos e pelo *Central Bank Council*, do banco central da Alemanha.

Desde 1996, o Regulamento do Copom tem sido atualizado no que se refere ao seu objetivo, à periodicidade das reuniões, à composição e às atribuições e competências de seus integrantes. Essas alterações visaram não apenas aperfeiçoar o processo decisório no âmbito do Comitê, como também refletiram as mudanças de regime monetário.

3.3.1.3. Objetivos do Copom

Formalmente, os objetivos do Copom são:

- I) Implementar a política monetária
- II) Definir a meta da Taxa Selic e seu eventual viés
- III) Analisar o Relatório de Inflação.

Nota 1: A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a meta para a Taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia), a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê. Se for o caso, o Copom também pode definir o viés, que é a prerrogativa dada ao presidente do Banco Central para alterar, na direção do viés, a meta para a Taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias.

Nota 2: Desde a adoção da sistemática de metas para a inflação como diretriz de política monetária, as decisões do Copom passaram a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo CMN. Se as metas não forem atingidas, cabe ao presidente do BACEN divulgar, em carta aberta ao ministro da Fazenda, os motivos do descumprimento, bem como as providências e o prazo para retorno da taxa de inflação aos limites estabelecidos.

3.3.2. O mercado interfinanceiro – ótica bancária

Em regra, quando se refere a mercado interfinanceiro ou interbancário em particular, o foco são os bancos. Neste tópico será feita uma abordagem sobre o Banco do Brasil (BB).

Até o período de 1986, o BB teve a função típica de autoridade monetária. Posteriormente, o CMN suprimiu esta decisão, colocando-o na posição de banco corresponsável pela emissão de moeda, via ajustamento das contas das autoridades monetárias do tesouro nacional.

Hoje o BB é um conglomerado financeiro que se ajusta a de um banco múltiplo tradicional, no entanto, conserva algumas funções que não são próprias de um banco comercial. A seguir serão citadas algumas:

- Administrar a câmara de compensação de cheques e outros papéis.
- Efetuar os pagamentos e suprimento necessários à execução do orçamento geral da União.
- Agenciamento dos pagamentos e recebimentos fora do país.
- Execução do serviço da dívida pública consolidada.
- O recebimento, a crédito do tesouro Nacional, das importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais.
- É o principal executor dos serviços bancários de interesse do governo federal, inclusive de suas autarquias.

3.3.3. Compensação de cheques

O serviço de compensação de cheques e outros papéis é regulado pelo BACEN e executado pelo BANCO DO BRASIL (BB). O serviço é realizado entre bancos, na câmara de compensação do BB, e permite a cobrança de cheques, transferência de fundos, o pagamento de títulos e outras obrigações.

Nota 1: É comum em questões de concurso perguntarem se o BACEN troca cheques, e as provas consideram o item correto. No entanto, deve ficar claro que existe um contexto que em regra não é abordado, mas ao qual o candidato de concurso deve ficar atento. Veja a explicação a seguir:

Apesar de soar estranho, a informação está associada a uma questão da prova do Cespe/UnB. De acordo com essa realidade, temos que entender o seguinte contexto: o banco comercial não pode “dormir” a descoberto, ou seja, não pode ficar deficitário. Logo, o banco será obrigado a fazer a “zeragem automática”, podendo esta ser de duas maneiras:

1ª) CDI (empréstimo de banco para banco)

2ª) O banco comercial pegará dinheiro emprestado com o BACEN, e este fará leilão de títulos públicos e dinheiro, para a recompra em $d + 1$ (no dia seguinte).

Dado que o BACEN empresta dinheiro, o banco tem que entregar como garantia qualquer ativo financeiro que justifique aquele empréstimo, podendo ser CDB, RDB, cheques, ou seja, ele tem ativos financeiros como garantia. Isto apenas significa que caso haja uma falência dos bancos, o BACEN terá garantias de receber o dinheiro que emprestou. Na prática, não há entrega de CDB, RDB e cheques ao BACEN, mas ele tem pelo menos uma garantia, caso o mercado entre em colapso, de que irá receber o dinheiro emprestado. Devemos lembrar que na crise de 2008, nos EUA, o BACEN americano estatizou a maioria do segmento bancário.

Resumindo, o BACEN não compensa cheques de clientes, mas podem ser cobradas em prova (como já foi cobrado mais de uma vez) questões utilizando este contexto, pois a ideia da banca é realmente usar este contexto para induzir ao erro.

Nota 2: Como o BACEN regula o sistema de troca de cheques e é executado pelo Banco do Brasil, então a banca considera que o sistema de cheques é regulado pelo BACEN, sendo esta informação realmente correta.

3.3.4. O endosso

A quantidade de assinaturas no endosso de cheques é indeterminado, é um conceito de infinito, mas numerável. Ou seja, pode haver infinitas assinaturas.

3.4. QUESTÕES PROPOSTAS

1. Quando um país exporta um bem material em regra gera divisas, logo a exportação do bem em si e as divisas são definidas no mercado:

a) monetário;



- b) de crédito;
c) capitais;
d) financeiro;
e) de câmbio.
2. **Assinale a alternativa que melhor completa a lacuna no texto abaixo: No mercado _____ temos operações de curtíssimo prazo também conhecidas como de "sinfonia fina". Tais operações são realizadas no mercado aberto (*open market*).**
- a) monetário;
b) cambial;
c) comercial;
d) externo;
e) exportador.
3. **Assinale a alternativa que melhor completa a lacuna no texto abaixo: O mercado _____ é regulamentado pela CVM.**
- a) de câmbio;
b) de crédito;
c) de capitais;
d) exportador;
e) monetário.
4. **O principal objetivo da política de renda é:**
- a) limitar os gastos da população;
b) reduzir a taxa de inadimplência;
c) reduzir a taxa de inflação;
d) aumentar o fluxo de dinheiro para o governo;
e) alterar a taxa de câmbio.
5. **(Bacen/2002) Com a relação à estrutura do mercado de capitais, é correto afirmar que:**
- a) as bolsas de valores são instituições do governo que mantêm local ou sistema adequado à negociação de títulos e valores mobiliários;
b) são considerados valores mobiliários e, portanto, estão sujeitos à normatização pela CVM os seguintes títulos, quando ofertados publicamente: ações, debêntures e títulos da dívida pública;
c) a CVM é órgão regulamentar e fiscalizador do mercado de capitais;
d) as negociações de títulos e valores mobiliários em bolsas de valores denominam-se usualmente de operações no mercado primário;
e) cabem às sociedades corretoras e distribuidoras de valores mobiliários as operações no recinto das bolsas de valores.
6. **O Comitê de política monetária (Copom) do Bacen foi instituído em 20/6/1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir as taxas de juros. A criação desse comitê buscou proporcionar a maior transparência e ritual adequado ao processo decisório da instituição. Com relação ao Copom, julgue os itens subsequentes.**
- () A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a meta para a taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema especial de liquidação e Custódia), a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do comitê.
- () As atas das reuniões do Copom devem ser divulgadas no prazo de até 15 dias úteis após a data de sua realização.
7. **(Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) Atualmente os grandes bancos do mercado financeiro realizam desde as atividades mais simples, como o pagamento de um título, até as mais complexas, como as operações de *Corporate Finance*, que envolvem a:**
- a) realização de um contrato de câmbio para viabilizar as exportações e as importações;
b) realização de atividades corporativas no exterior;
c) gestão de ativos financeiros no segmento corporativo;
d) manutenção de contas-correntes de expatriados no exterior;
e) intermediação de fusões, cisões, aquisições e incorporações de empresas.
8. **(FCC/BB/Téc. Bancário/2013) O Comitê de Política Monetária (Copom), instituído pelo Banco Central do Brasil em 1996 e composto por membros daquela instituição, toma decisões**
- a) sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

- a) sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
- b) a respeito dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais.
- c) de acordo com a maioria dos participantes nas reuniões periódicas de dois dias.
- d) a serem ratificadas pelo Ministro da Fazenda.
- e) conforme os votos da Diretoria Colegiada.

9. (AOCP/Economista/2009) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem o propósito de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas. No mercado de capitais, os principais títulos negociados são os representativos do capital de empresas – as ações – ou de empréstimos tomados, via mercado, por empresas – _____, _____ ou _____ –, que permitem a circulação de capital para custear o desenvolvimento econômico.

- a) empréstimos de terceiros / reinvestimento de lucros / participação de acionistas.
- b) dividendos / Banco de Títulos CBLC – BTC / Clube de Investimento.
- c) debêntures conversíveis em ações / bônus de subscrição / *commercial papers*.
- d) Fundos Imobiliários / Opções de compra não padronizada (Warrants) / Letras Imobiliárias.
- e) Letras de Câmbio / Certificados de Depósitos Bancários / Letras Financeiras dos Tesouros Estaduais.

10. (IFBC/Analista Adm. Financeiro/2014) Leia a sentença e preencha a lacuna corretamente:

“_____ são operações de crédito vinculadas à conta-corrente de pessoas jurídicas, associadas à utilização de limite de crédito preestabelecido. Caracterizam-se pela amortização automática do saldo devedor, quando ocorrem depósitos na conta-corrente.”
Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Cheque cruzado.
- b) Cheque especial – pessoas jurídicas.
- c) Desconto de Duplicatas.
- d) Cheque prescrito.

11. (FGV/Analista Bancário/2014) Os parâmetros básicos utilizados para orientar a concessão de crédito norteiam-se nos chamados “Cs do crédito”. São eles:

- a) caráter, carreira, capacidade, condições e colateral.
- b) cadastro, comunicação, caráter, coação e capital.
- c) caráter, cadastro, capital, condições e composição.
- d) caráter, capacidade, capital, condições e colateral.
- e) caráter, cadastro, capacidade, condições e comunicação.

12. (FGV/Analista Bancário/2014) As operações de empréstimo concedidas por instituições financeiras à pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade comercial ou de prestação de serviços poderão ser representadas por Cédula de Crédito Comercial ou por Nota de Crédito Comercial. Sobre esses títulos de crédito e suas garantias, é correto afirmar que:

- a) nas cédulas e notas de crédito comercial, não poderão ser pactuados juros capitalizados, sob pena de nulidade dos títulos e dos contratos a eles vinculados.
- b) a não inscrição da cédula de crédito comercial no Cartório de Registro de Imóveis retira sua validade tanto entre as partes quanto em relação a terceiros.
- c) o beneficiário da cédula de crédito comercial é a instituição financeira concedente do empréstimo; na nota de crédito comercial, a instituição financeira é a emitente do título.
- d) a não identificação dos bens objeto da alienação fiduciária cédular não retira a eficácia da garantia, que incidirá sobre outros de mesmo gênero, quantidade e qualidade.
- e) é obrigatória a descrição dos bens objeto de penhor e do local de seu depósito quando a garantia se constituir através de penhor de títulos de crédito.

13. (FGV/Analista Bancário/2014) Zabelê tem 17 (dezessete) anos de idade e pediu a seu pai a abertura de uma conta-corrente bancária para depositar recursos. O pai concordou com o pedido do filho e procurou a instituição financeira. Na abertura de conta, o empregado responsável irá orientar o futuro correntista que:

- a) o pai de Zabelê é considerado representante legal do absolutamente incapaz e deverá movimentar a conta-corrente simultaneamente com ele.
- b) o pai de Zabelê deverá obter autorização judicial prévia à abertura de conta-corrente em favor do relativamente incapaz e deverá movimentá-la com ele.

relativamente incapaz e deverá movimentá-la com ele.

- c) Zabelê poderá abrir a conta-corrente e movimentá-la independentemente de autorização de seu pai porque é plenamente capaz para os atos civis.
- d) o pai de Zabelê deverá ser identificado na abertura da conta-corrente como responsável assistente do relativamente incapaz, que poderá movimentá-la.
- e) por ser relativamente incapaz, Zabelê deverá estar autorizado pelos seus pais e tutor, que os assistirão na abertura da conta e responderão solidariamente com ele.

14. (FGV/Analista Bancário/2014) O cheque é um dos instrumentos disponibilizados pelos bancos para os clientes movimentarem suas contas-correntes. Acerca desse título de crédito, considere as seguintes afirmativas:

- I. Os cheques cruzados só podem ser pagos presencialmente ao beneficiário no estabelecimento sobre o qual foi sacado.**
- II. Os bancos podem recusar o pagamento de um cheque, caso haja insuficiência ou divergência na assinatura constante de seus cadastros.**
- III. Os cheques emitidos acima de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) devem, obrigatoriamente, ser nominais.**

Assinale se:

- a) somente I e II estiverem corretas.
- b) somente I e III estiverem corretas.
- c) apenas II estiver correta.
- d) somente II e III estiverem corretas.
- e) somente I, II e III estiverem corretas.

15. (FGV/Analista Bancário/2014) Simão Dias depositou em sua conta-corrente um cheque emitido por Tobias Barreto no valor de R\$ 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais). No verso do cheque, o tomador realizou um endosso em favor do sacado. Em conformidade com as normas legais referentes ao cheque, é correto afirmar que:

- a) o sacado não poderá efetuar a compensação desse cheque porque o endosso ao sacado é nulo.
- b) o sacado torna-se coobrigado pelo pagamento do cheque, respondendo solidariamente com o emitente.
- c) com o endosso ao sacado, o emitente está se exonerando da garantia em caso de não pagamento do cheque.
- d) o sacado não poderá efetuar a compensação deste cheque porque ele não pode figurar como endossatário.
- e) o endosso ao sacado vale apenas como quitação, não podendo o cheque ser transferido por novo endosso.

16. (FGV/Analista Bancário/2014/Nordeste) O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tem o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros, sendo a sistemática de metas de inflação uma das principais diretrizes dessa política. Usualmente a meta de inflação tem sido definida por um valor central e as margens de tolerância, em pontos percentuais, para cima e para baixo. Para 2014, o valor central e as margens de tolerância foram fixadas, respectivamente, em:

- a) dois e meio por cento, 2 pontos percentuais.
- b) três e meio por cento, 2 pontos percentuais.
- c) quatro e meio por cento, 2 pontos percentuais.
- d) cinco por cento, 2 pontos percentuais.
- e) seis e meio por cento, 1 ponto percentual.

17. (FCC/Banco do Brasil/2013) O Comitê de Política Monetária (Copom), instituído pelo Banco Central do Brasil em 1996 e composto por membros daquela instituição, toma decisões

- a) sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
- b) a respeito dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais.
- c) de acordo com a maioria dos participantes nas reuniões periódicas de dois dias.
- d) a serem ratificadas pelo Ministro da Fazenda.
- e) conforme os votos da Diretoria Colegiada.

18. (CESGRANRIO/BNDES/2013) Recentemente, uma empresa farmacêutica europeia adquiriu 49% das ações de um laboratório nacional. O presidente da companhia nacional afirmou que estavam procurando, há algum tempo, um sócio estratégico, não apenas para expandir os negócios da empresa, mas também para agregar valor ao negócio. Com a chegada des

16. (FGV/Analista Bancário/2014/Nordeste) O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tem o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros, sendo a sistemática de metas de inflação uma das principais diretrizes dessa política. Usualmente a meta de inflação tem sido definida por um valor central e as margens de tolerância, em pontos percentuais, para cima e para baixo. Para 2014, o valor central e as margens de tolerância foram fixadas, respectivamente, em:
- dois e meio por cento, 2 pontos percentuais.
 - três e meio por cento, 2 pontos percentuais.
 - quatro e meio por cento, 2 pontos percentuais.
 - cinco por cento, 2 pontos percentuais.
 - seis e meio por cento, 1 ponto percentual.
17. (FCC/Banco do Brasil/2013) O Comitê de Política Monetária (Copom), instituído pelo Banco Central do Brasil em 1996 e composto por membros daquela instituição, toma decisões
- sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
 - a respeito dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais.
 - de acordo com a maioria dos participantes nas reuniões periódicas de dois dias.
 - a serem ratificadas pelo Ministro da Fazenda.
 - conforme os votos da Diretoria Colegiada.
18. (CESGRANRIO/BNDES/2013) Recentemente, uma empresa farmacêutica europeia adquiriu 49% das ações de um laboratório nacional. O presidente da companhia nacional afirmou que estavam procurando, há algum tempo, um sócio estratégico, não apenas para expandir os negócios da empresa, mas também para agregar valor ao negócio. Com a chegada desse sócio, a expectativa é investir em uma nova fábrica, visando a uma plena incorporação de parte dos medicamentos europeus ao portfólio de comercialização no Brasil. A aliança estratégica em questão mostra-se interessante para as duas empresas, pois permite a(o)
- criação de um ambiente competitivo favorável, via conluio tácito.
 - entrada em novos mercados e segmentos.
 - saída de setores ou segmentos de menor desempenho.
 - melhora do desempenho de operações atuais.
 - gerenciamento da incerteza, via portfólio de opções reais.
19. (VUNESP/Economista/2014) Num cenário internacional, em que há perfeita mobilidade de capitais, um aumento nos gastos do governo de um país não tem efeito sobre a renda agregada. Deve-se considerar que a política cambial adotada pelo país é a de
- taxas de câmbio fixas.
 - bandas cambiais.
 - flutuação "suja", isto é, o governo intervém na taxa de câmbio.
 - taxas de câmbio flutuantes.
 - minidesvalorizações decretadas pelo governo.

Gabarito:

1. E	2. A	3. C
4. C	5. C	6. C, E
7. E	8. E	9. C
10. B	11. D	12. D
13. D	14. C	15. E
16. C	17. E	18. B
19. D		

Criação da Moeda pelo Bacen e Mecanismos de Controle

4.1. AGREGADOS MONETÁRIOS – BASE MONETÁRIA (BM)

Papel moeda emitido (PME)

Apenas o governo federal emite moedas (moeda fiduciária). Uma parte fica retida para pagamentos do governo, através do Banco Central, e a outra parte é a Caixa das Autoridades Monetárias (CAM).

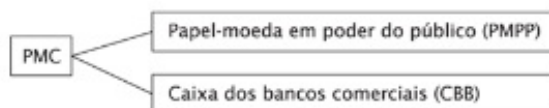
4.2. A EXISTÊNCIA DA MOEDA NO MERCADO MONETÁRIO

- Bacen: responsável pela emissão primária de moeda.
- Base Monetária (BM): é o estoque líquido de papel-moeda que se acumula no tempo (PMPP + reservas bancárias).
- Agentes econômicos: a distribuição da BM aos agentes econômicos pelo Bacen não é de forma graciosa, este controla seus ativos e passivos.
- Sistema Financeiro: é o local onde ocorrem as transações financeiras.

4.3. PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO (PMC)

É o que fica circulando nos bancos.

$PMC = PME - CAM$



O PMC é composto de:

- Depósitos voluntários (dos bancos comerciais no Banco Central).
- Depósitos compulsórios (dos bancos comerciais no banco central).

Este cenário caracteriza a base monetária (BM)

4.4. OPERAÇÕES REALIZADAS NO MERCADO

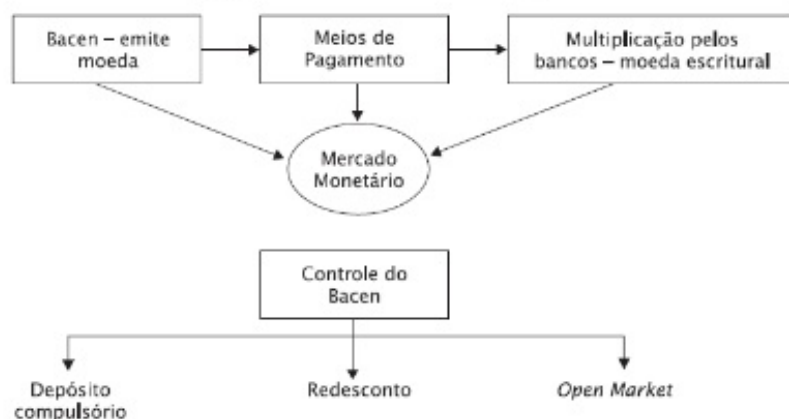
- Multiplicador bancário (K ou MB): $MB = M1 / BM$.
- Base Monetária: $BM = PMPP + Reservas bancárias$.
- Meios de Pagamento (MP).
- Open Market.
- Mercado Interbancário – CDI.
- Depósitos a prazo – CDB e RDB.

4.5. A TRAJETÓRIA DA MOEDA E O MECANISMO DE CONTROLE DO BACEN

Os depósitos compulsórios são instrumentos fortes para fazer uma política monetária

4.5. A TRAJETÓRIA DA MOEDA E O MECANISMO DE CONTROLE DO BACEN

Os depósitos compulsórios são instrumentos fortes para fazer uma política monetária tanto contracionista quanto expansionista. No entanto, não é um instrumento ágil, pois demora um tempo relativamente grande para que entre em funcionamento de forma plena. As operações do mercado aberto, ao contrário, são extremamente ágeis, sendo considerado o mais ágil dos mecanismos de controle do Bacen.



4.5.1. Depósito Compulsório

O depósito compulsório aplicado como o mecanismo de controle do Bacen tem como objetivo garantir o poder de compra da moeda fazendo parte da sua política monetária. Em regra, o mecanismo do depósito compulsório obriga os bancos comerciais e outras IFs a depositarem, junto ao Bacen parte de suas captações em depósitos à vista e outros títulos contábeis.

O banco comercial tem a função de criar ou destruir moeda escritural, ou seja, é uma moeda fictícia, mas que atua de fato no mercado, pois está diretamente relacionada com o depósito à vista que o público faz no banco. A moeda escritural é criada em função do aumento do multiplicador bancário.

No exemplo a seguir, será feito apenas um depósito de R\$ 2.000,00, mas o banco comercial contém uma conta reserva com o Bacen (criada por lei) cujo objetivo é fazer um colchão do Bacen, sendo este um captador de recursos e um emprestador de última instância. Estas contas entre o banco comercial e o Bacen são chamadas de contas de livre movimentação.

Banco	Depósitos	Empréstimos e Investimentos	Títulos Públicos	Depósito Compulsório	Reserva Voluntária	Total Reservas
Banco 1	2.000,00	1.600,00		400,00		400,00
Banco 2	1.600,00	1.280,00		320,00		320,00
Banco 3	1.280,00	1.024,00		256,00		256,00
Banco 4	1.024,00	819,20		204,80		204,80
Banco 5	819,20	655,36		163,84		163,84

Cálculo do Multiplicador Bancário

Depósitos: $2.000 + 1.600 + \dots = 2.000 \div (1 - 0,8) = 10.000$

Reservas: $400 + 320 + 256 + \dots = 400 \div (1 - 0,8) = 2.000$

Multiplicador Bancário: $10.000 \div 2.000 = 5$

Regra geral: Quanto maior a taxa de depósito compulsório, menor o multiplicador bancário e consequentemente menos crédito no mercado e taxas de juros mais alta. No exemplo acima, a taxa de depósito compulsório foi de 20% e multiplicador bancário 5, caso a taxa de depósito compulsório seja de 40% o multiplicador será 2,5.

4.5.2. Incidência do Depósito Compulsório

Os depósitos compulsórios e o encaixe obrigatório incidem sobre:

- recursos à vista captados por bancos múltiplos e de investimento, titulares de contas reservas bancárias, bancos comerciais e caixas econômicas;
- adiantamento relativos a adiantamento de câmbio realizados por certas IFs (bancos de investimento)

- adiantamento relativos a adiantamento de câmbio realizados por certas IFs (bancos de investimento, bancos múltiplos, entre outros);
- depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais, títulos de emissão própria, financiamento e investimentos, entre outros;
- recursos de depósito de poupança captados por bancos múltiplos, bancos comerciais, associações de poupança e empréstimo.

4.5.3. Operações de Mercado Aberto

São operações de venda e compra de títulos através de leilões formais e informais. É o instrumento mais eficaz para a realização de gerenciamento de liquidez que o Bacen dispõe. É também chamado de sintonia fina.

No curtíssimo prazo (D, D+1), o Bacen pode recomprar um título ao conceder empréstimos ao setor privado. Podemos dizer que o Bacen é o “emprestador” de última instância; este recompra títulos de um banco ou faz concessão a um empréstimo.

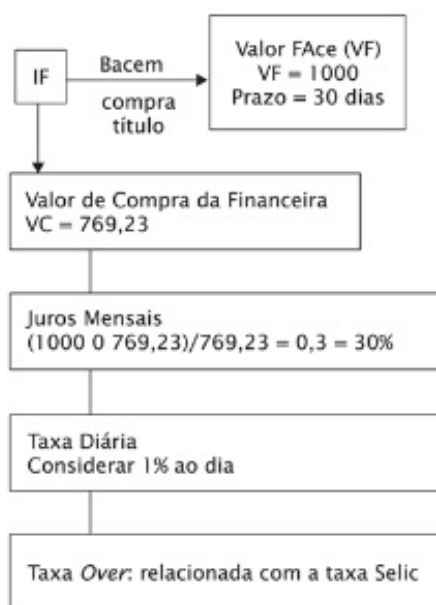
4.5.3.1. Open Market e o Mercado Secundário de Títulos

O *Open Market* é um mercado secundário no qual se negociam títulos já emitidos anteriormente. Atualmente, o *Open Market* é privativo das IFs e é nele que ocorre a troca de reservas bancárias lastreadas em títulos federais.

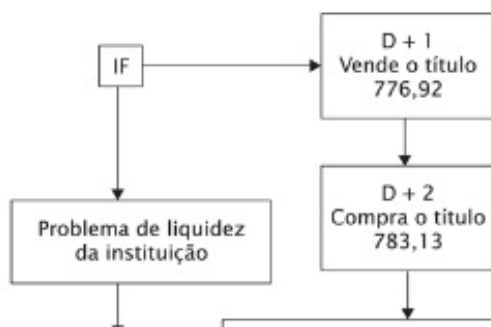
Na ótica do BACEN, o *Open Market* é um instrumento de sintonia fina da política monetária, vendendo títulos quando há excesso de recursos na economia ou resgatando-os quando há ausência, sendo necessário aumentar a liquidez.

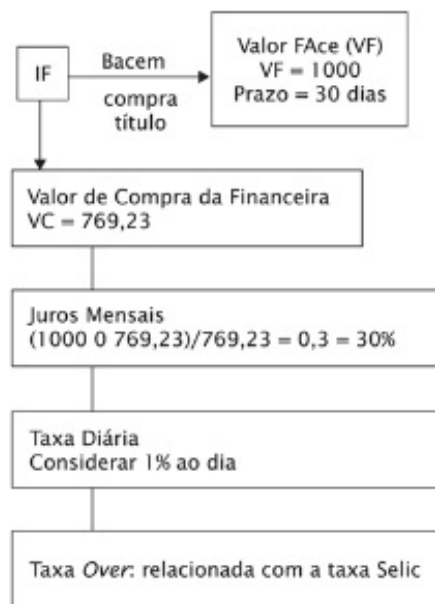
4.5.4. Exemplo de Liquidez do Mercado

No exemplo a seguir, temos como objetivo analisar a liquidez do mercado, assim como verificar os ganhos envolvidos e a atuação de negociação em cada mercado específico. Analisaremos o procedimento financeiro no mercado primário e secundário e as taxas envolvidas.

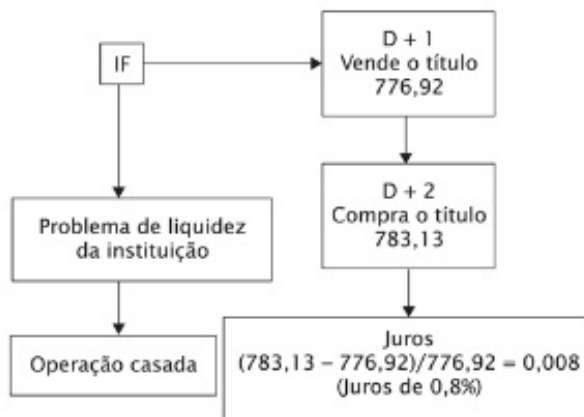


Mercado Secundário





Mercado Secundário



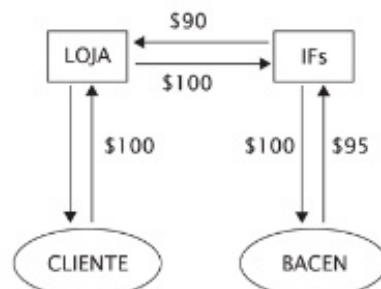
A IF paga um juro de 0,8% ao dia enquanto o Bacem remunera a uma taxa de 1%.

4.5.5. Redesconto

É um dos instrumentos de controle da política monetária utilizado pelo Banco Central e tem como objetivo regular o sistema de liquidez do sistema bancário.

O banco comercial não pode “dormir a descoberto”, ou seja, deficitário em um dia D. Caso este cenário se configure, o banco emite uma nota promissória em favor do Banco Central e recebe um crédito em sua conta de depósito no Banco do Brasil. O redesconto pode ser feito no curto prazo.

Mecanismo geral do Redesconto



De acordo com o fluxo acima, podemos verificar que a IF e o Bacem tiveram um retorno de R\$5,00, mas não obtiveram a mesma rentabilidade. A diferença das taxas de ganho de cada um na transação é chamada de *spread* bancário.

4.6. MERCADO DE CRÉDITO E O MULTIPLICADOR BANCÁRIO

Está fundamentada na teoria neoclássica da firma bancária, na qual a distribuição entre as reservas bancárias (R) e os empréstimos (e) se fixa no ponto em que o retorno sobre o empréstimo marginal é igual ao custo marginal de sacrificar reservas.

$$MB = M1/BM$$

Perdas são minimizadas quando o valor da penalidade dado às probabilidades de que uma situação de deficiências de reservas ocorra é exatamente coberto pela taxa de juros sobre os empréstimos para cuja realização foi necessário sacrificar reservas.

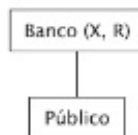
Definição

Custos por manter reserva: $R = r \cdot R$

Empréstimos: $E = \int P(x - R) f(x) dx$

Custo total: $CT = r \cdot R + \int P(x - R) f(x) dx$

Conclusão: o banco tentará maximizar CT , ou seja, a derivada $dCT/dR = 0$, logo $r - \int P f(x) dx = 0 \rightarrow r = \int P f(x) dx$.



Em que:

X = ativo financeiro

R = retorno deste ativo

4.7. MULTIPLICADOR BANCÁRIO

Quando consideramos $MP = M1$, temos os MB ; denominado também com α , que é dado por:

$$\alpha = MP/BM,$$

tendo com o variáveis o papel-moeda emitido pelo Bacen.

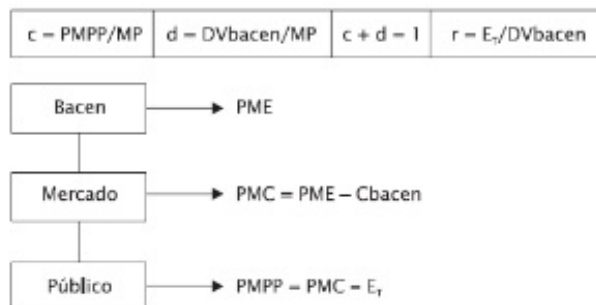
Definição

PME = papel-moeda emitido pelo Bacen (é oferta monetária existente no sistema financeiro, em que o Bacen controla através dos seus três mecanismos básicos).

PMC = papel-moeda em circulação – é tudo que existe circulando no mercado interbancário.

ET = encaixe total – é a caixa do banco que faz frente aos saques do público em geral.

Demonstração: $PME = PMPP + ET + C_{bacen}$ (DV_{bacen})



Meios de Pagamento: $MP = PMPP + DV_{bacen} \rightarrow PMPP = MP - DV_{bacen}$

Base Monetária: $BM = ET + PMPP \rightarrow PMPP = BM - ET$

Igualando $PMPP$: $MP - DV_{bacen} = BM - ET$

$BM = MP - DV_{bacen} + ET$ (dividir por MP)

$BM/MP = 1 - DV_{bacen}/MP + (ET/MP) DV_{bacen}/DV_{bacen}$

$BM/MP = 1 - d + dr$

$BM/MP = 1 - d(1 - r)$

$\alpha = MP/BM = 1/1 - d(1 - r)$

4.7.1. Uma abordagem econômica

EXEMPLO: (FCC/Analista/Bacen/2005) Numa determinada economia, os encaixes totais mantidos pelo sistema bancário representam 4/10 do total dos depósitos à vista em conta-corrente. Se a população desse país mantiver 1/5 dos meios de pagamento na forma de moeda manual, um aumento de 1.000 na base monetária acarretará um acréscimo nos meios de pagamento, de

- a) 6.250.
- b) 3.125.
- c) 2.358.
- d) 1.923.
- e) 1.470.

Solução:

De acordo com as identidades monetárias, podemos escrever:

$$c + d = 1$$

Multiplicador monetário: $m = \frac{1}{1 - d(1 - R)}$, sendo

Meios de pagamento (M): $M = B \times m$

$$c + d = 1$$

$$1/5 + d = 1$$

$$d = 4/5$$

Determinando o valor de m:

$$m = \frac{1}{1 - d(1 - R)}$$

$$m = \frac{1}{1 - \frac{4}{5} \left(1 - \frac{4}{10}\right)}$$

$$m = 25/13.$$

Com um aumento de 1.000 na base monetária, os meios de pagamento crescem de $M = B \times m = 1.000 \times 25/13 = 1.923$.

Nota: Em diferentes livros de economia as letras e a abordagens podem variar, no entanto, estão todas corretas. Em uma questão de concurso, em tese, a banca está defendendo a corrente de um autor em particular.

4.8. SISTEMA MONETÁRIO – ESTRUTURA GERAL

Podemos verificar que o Bacen é a autoridade monetária que emite o papel-moeda, sendo que uma porcentagem da emissão fica no interior dos bancos comerciais e outra parte em poder do público (emissão monetária de fato). A parte que fica no Bacen legalmente não é considerada moeda, pois suas emissões são um item do passivo em favor dos bancos ou do público.

4.9. ATIVOS FINANCEIROS

É representado por demanda de produtos e serviços.

$$\Sigma \text{Quantidade de moeda manual} + \Sigma \text{Quantidade de moeda escritural}$$

Logo PMPP + DV são considerados ativos de plena liquidez.

Nota: A quantidade de moeda manual está associada ao PMPP, e a quantidade de moeda escritural está relacionada à capacidade de os bancos criarem moeda — mas não física — por exemplo, um banco pode emprestar dinheiro para o outro por meio de CDI para o banco deficitário fazer a sua zeragem automática em uma determinada data. O símbolo S representa somatório.

4.10. IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E A VARIAÇÃO DA BM

EXEMPLO: (FCC/Analista/Bacen/2005) Numa determinada economia, os encaixes totais mantidos pelo sistema bancário representam $\frac{4}{10}$ do total dos depósitos à vista em conta-corrente. Se a população desse país mantiver $\frac{1}{5}$ dos meios de pagamento na forma de moeda manual, um aumento de 1.000 na base monetária acarretará um acréscimo nos meios de pagamento, de

- a) 6.250.
- b) 3.125.
- c) 2.358.
- d) 1.923.
- e) 1.470.

Solução:

De acordo com as identidades monetárias, podemos escrever:

$$c + d = 1$$

Multiplicador monetário: $m = \frac{1}{1 - d(1 - R)}$, sendo

Meios de pagamento (M): $M = B \times m$

$$c + d = 1$$

$$\frac{1}{5} + d = 1$$

$$d = \frac{4}{5}$$

Determinando o valor de m:

$$m = \frac{1}{1 - d(1 - R)}$$

$$m = \frac{1}{1 - \frac{4}{5} \left(1 - \frac{4}{10}\right)}$$

$$m = \frac{25}{13}$$

Com um aumento de 1.000 na base monetária, os meios de pagamento crescem de $M = B \times m = 1.000 \times \frac{25}{13} = 1.923$.

Nota: Em diferentes livros de economia as letras e a abordagens podem variar, no entanto, estão todas corretas. Em uma questão de concurso, em tese, a banca está defendendo a corrente de um autor em particular.

4.8. SISTEMA MONETÁRIO – ESTRUTURA GERAL

Podemos verificar que o Bacen é a autoridade monetária que emite o papel-moeda, sendo que uma porcentagem da emissão fica no interior dos bancos comerciais e outra parte em poder do público (emissão monetária de fato). A parte que fica no Bacen legalmente não é considerada moeda, pois suas emissões são um item do passivo em favor dos bancos ou do público.

4.9. ATIVOS FINANCEIROS

É representado por demanda de produtos e serviços.

$$\Sigma \text{Quantidade de moeda manual} + \Sigma \text{Quantidade de moeda escritural}$$

Logo PMPP + DV são considerados ativos de plena liquidez.

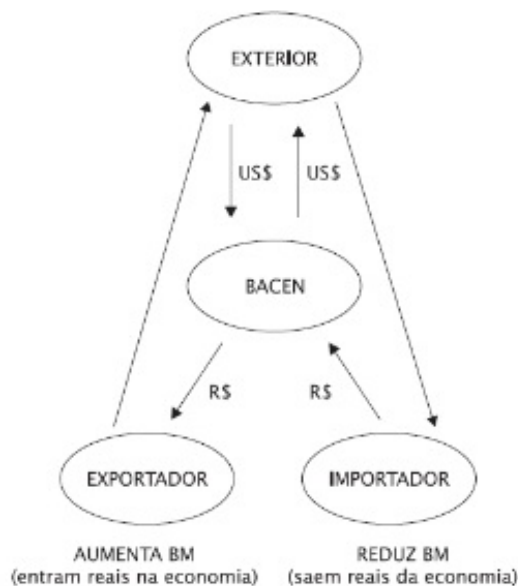
Nota: A quantidade de moeda manual está associada ao PMPP, e a quantidade de moeda escritural está relacionada à capacidade de os bancos criarem moeda — mas não física — por exemplo, um banco pode emprestar dinheiro para o outro por meio de CDI para o banco deficitário fazer a sua zeragem automática em uma determinada data. O símbolo S representa somatório.

4.10. IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E A VARIAÇÃO DA BM

A importação e a exportação afetam a base monetária podendo aumentar ou diminuir a quantidade de

moeda afetando conseqüentemente o crédito no mercado.

Veja o diagrama a seguir:



4.11. SPREAD BANCÁRIO E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O *spread* bancário está relacionado à diferença de taxas. Em geral pode ser definida como a diferença entre as taxas de juros cobradas nos empréstimos e aplicações e as taxas de juros pagas nas captações. Podemos dizer que as IFs captam recursos de diferentes origens e características (*funding*); nestes recursos incidem custos operacionais, carga fiscal, entre outros. Os recursos captados serão aplicados a uma taxa K' que gerem retornos maiores que o que se perde na captação (taxa K), criando, assim, um *funding* das IFs.

O Brasil apresenta um dos maiores *spreads* do mundo. Algumas metodologias são adotadas para fazer o cálculo do *spread* e sua evolução:

- Taxa média de aplicação;
- Taxa média de captação;
- Taxa média de *spread* financeiro;
- Taxa de serviços bancários;
- *Spread* total;
- Taxa de inadimplência;
- Taxa de despesas estruturais;
- Taxa de impostos;
- Taxa de resultado da atividade bancária.

No Brasil um alto *Spread* gera um sangramento nas contas públicas, pois o país busca superávits primários constantes para fazer frente às despesas do Governo Federal, afetando, assim, a poupança doméstica (pública).

4.12. AUTORIZAÇÃO DO BACEN PARA FUNCIONAMENTO DAS IFs

Para obter a autorização de funcionamento do Bacen, uma instituição deverá inicialmente fazer uma declaração de propósitos, passando por um projeto de viabilidade econômico-financeira, plano de negócios, além da demonstração de capacidade econômico-financeira compatível com o empreendimento e a autorização expressa de acesso de caráter fiscal a qualquer banco de dados do Brasil. Após o exposto acima, será entregue à instituição uma autorização para constituição. Autorizado, o agente deverá abrir conta reserva bancária, caso seja obrigatório integrar o capital e demonstrar a origem dos recursos que estão sendo empregados no empreendimento.

4.12.1. O Cadastro de Clientes do SFN

O Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) é um sistema informatizado, centralizado no BACEN, que permite indicar onde os clientes de instituições financeiras mantêm bens, direitos e valores, diretamente ou por seus representantes legais e procuradores.

Antes da existência desse cadastro, havia dificuldade em identificar contas de depósitos e ativos mantidos no SFN por pessoas físicas e jurídicas, o que dificultava investigações e ações destinadas a combater a criminalidade.

4.13. QUESTÕES PROPOSTAS

- Dentre os instrumentos clássicos de política monetária, assinale aquele que se destaca como o mais ágil, para os objetivos do Bacen, de permanente regulagem da oferta monetária e do custo primário do dinheiro.**
 - operações de mercado aberto;
 - depósitos compulsórios;
 - controle de crédito;
 - empréstimo de liquidez;
 - emissão de empréstimo.
- Julgue os itens abaixo, assinando C para os instrumentos de controle da política monetária utilizados pelo Bacen e F em caso contrário.**
 - depósito a prazo;
 - depósito compulsório;
 - redesconto;
 - desconto de duplicata;
 - operação de *leasing*.
- Julgue os itens abaixo:**
 - À elevação das taxas cobradas as IFs nas operações de assistência de liquidez é elemento de expansão do M1.
 - Quanto maior o limite operacional de saque das reservas bancárias, maior será a expansão de M1.
 - É de competência do CMN a fixação das taxas de recolhimento compulsório das IFs.
 - O depósito compulsório pode se dar sobre os depósitos à vista, os valores em trânsito e depósitos a prazo.
- Conforme a Circular nº 3.115, que instituiu a Transferência Eletrônica Disponível, na condição de destinatária da TED, as instituições financeiras titulares de conta-reserva bancárias são obrigadas a dar curso à ordem, desde que o beneficiário esteja perfeitamente identificado e:**
 - a remessa à outra instituição seja de recursos relacionados com o resgate de uma aplicação;
 - a transferência de fundos seja efetuada com a finalidade de depósito de poupança;
 - a finalidade seja condizente com suas atividades;
 - haja identificação do eminente no sistema de liquidação de transferência de fundos;
 - número de inscrição no cadastro Nacional da pessoa jurídica - CNPJ seja do emitente.
- (Cesgranrio/Caixa Econômica Federal/2001) A obrigatoriedade do recolhimento do depósito compulsório incide sobre:**
 - todas as instituições componentes do SFN;
 - grandes conglomerados financeiros;
 - sociedades de crédito, financiamento e investimento;
 - instituições financeiras e múltiplas com carteira comercial;
 - bancos comerciais e múltiplos com carteira comercial.
- (Cesgranrio/Caixa Econômica Federal/2001) Instrumento mais ágil de política monetária no qual o Bacen vende títulos públicos federais quando há excesso de recursos na economia, ou resgata-os quando há ausência de recursos e é necessário aumentar a liquidez é:**
 - depósito compulsório;
 - mercado Interfinanceiro;
 - open market*;
 - assistência financeira de liquidez;
 - encaixe financeiro.
- (Bacen/2002) Com relação às funções e objetivos do Bacen, avalie as afirmações a seguir e assinale V as verdadeiras e F as falsas. Em seguida, assinale a opção que contém a sequência correta de avaliações.**
 - O Bacen cumpre e faz cumprir as normas expedidas pelo CMN.
 - O Bacen possui a responsabilidade do financiamento da atividade agrícola.
 - O Bacen é o depositário e administrador das reservas internacionais do país.
 - O Bacen é o depositário e administrador do fundo de garantia do tempo de serviços (FGTS).
 - VFF.
 - VVF.
 - VFV.
 - VFV.
 - VFV.
- (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) O SFN é estruturado pelo subsistema normativo e pelo subsistema operativo. Vários órgãos possuem atribuições exclusivas e importantes para a tarefa básica de prover um ambiente adequado para a intermediação financeira. Acerca do SFN e do papel de cada um desses órgãos no desenvolvimento dessa tarefa, julgue os próximos itens:**
 - Os bancos de investimento têm a prerrogativa de operar em bolsas de mercadorias futuro, bem como os mercados de balcão, organizados por conta própria ou de terceiros.
 - O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) foi estruturado pela Associação Nacional das instituições do Mercado Aberto (Andima) e pelo Bacen.
 - O CMN — instância máxima do SFN — é órgão exclusivamente normativo, com a finalidade principal de form

políticas monetárias, cambial e de crédito.

- () As comissões consultivas: técnica da moeda e do crédito, normas e organização do sistema Financeiro, e mercado de valores mobiliários e de futuros funcionam junto ao CMN.
- () A comissão de valores mobiliários (CVM) tem poder disciplinador e fiscalizador, atuando sobre diversos segmentos do mercado, entre os quais se encontram: instituições financeiras, companhias de capital aberto (com valores mobiliários negociados em bolsa e em mercado de balcão), investidores (protegendo seus direitos) e outras entidades do mercado financeiro que transacionem títulos e valores mobiliários (como bolsa de valores e bolsas de mercadorias futuros).
- () O Conselho Nacional de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é composto por oito conselheiros, entre os quais estão o ministro da Fazenda, representante do Bacen e o representante da CVM.

9. (AOCP/Analista Fin./2012) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

O recolhimento compulsório é um instrumento clássico de política monetária. As principais funções do recolhimento compulsório são:

- I. Estabilizar a demanda por reservas bancárias.
- II. Controle de crédito.
- III. Aumento da competitividade bancária.
- IV. Fornecimento de liquidez ao sistema bancário.

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I, II e IV.
- d) apenas I, III e IV.
- e) apenas I, II, III e IV.

10. (AOCP/Analista Fin./2012) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas em relação aos instrumentos monetários não convencionais que podem ser utilizados pelo Banco Central.

- I. Estabelecimento de um teto para a taxa de juros.
- II. Controle direto do volume de crédito.
- III. Controle direto da destinação do crédito bancário.
- IV. Operações de redesconto.

- a) apenas I e III.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I, III e IV.
- d) apenas I, II e III.
- e) apenas II e IV.

11. (AOCP/Economista/2009) Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta com relação à política monetária.

- () Os instrumentos monetários usuais são representados pelos recolhimentos compulsórios, pelas operações de redesconto e pelo *open market*. Manejando-os, as autoridades monetárias podem regular a oferta da moeda e de crédito, segundo a conveniência do sistema. Instrumentos estes que podem ser empregados em sentido expansionista ou restritivo.
- () A política monetária é constituída pelas diretrizes governamentais com relação aos seus dispêndios e à sua tributação. Para focalizar os seus efeitos sobre o equilíbrio da renda e do emprego, devemos ampliar nossa concepção de demanda global, introduzindo o setor governo no modelo que estamos desenvolvendo.
- () Os recolhimentos compulsórios são essencialmente restritivos, pois eles implicam a redução do volume da moeda escritural, restringindo a oferta de crédito e a liquidez do sistema; todavia, o rebaixamento de sua taxa pode atuar no sentido inverso, quando assim o exigir a situação conjuntural.
- () As operações de redescontos são essencialmente expansionistas, pois implicam o manejo de reservas que têm a finalidade de refinar operações bancárias de longo prazo ou de socorrer o sistema bancário em momento de baixa liquidez; contudo, o aumento da taxa de redesconto ou a redução dos limites absolutos das operações também podem atuar no sentido inverso, exercendo pressões restritivas.

- a) F - V - V - F.
- b) V - V - F - V.
- c) V - F - V - F.
- d) V - F - V - V.
- e) F - F - V - V.

12. (AOCP/Economista/2010) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida assinale a alternativa correta.

O _____ é um empréstimo na forma de crédito em reservas bancárias concedidos pelo Banco Central aos bancos. Já o _____ tem como uma das principais funções fornecer liquidez ao sistema bancário, diminuindo a probabilidade de ocorrência de pânico financeiros. E outro instrumento importante de política monetária é o _____, que se consolida como o mais eficaz para a realização do gerenciamento de liquidez de que dispõe o Banco Central, já que opera diretamente sobre as reservas bancárias.

- a) *Open Market* / Recolhimento Compulsório / Redesconto.
- b) *Open Market* / Redesconto / Recolhimento Compulsório.
- c) Redesconto / Recolhimento Compulsório / *Open Market*.
- d) Recolhimento Compulsório / *Open Market* / Redesconto.
- e) Redesconto / *Open Market* / Recolhimento Compulsório.

13. (AOCP/Economista/2010) Segundo a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, consoante seu art. 1º, "os mercados financeiro e de capitais serão disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizados pelo Banco Central da República do Brasil", tendo este último sido criado através do art. 8º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passando a ser denominado como Banco Central do Brasil pelo Decreto-Lei nº 378, de 28 de fevereiro de 1965.

1967. É de responsabilidade de ambos, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, o exercício de suas atribuições legais relativas aos mercados financeiros e de capitais de algumas finalidades. Considere as oito finalidades listadas a seguir:

1. Autorizar a constituição e fiscalizar o funcionamento das Bolsas de Valores.
2. Facilitar o acesso do público a informações sobre os títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado e sobre as sociedades que os emitirem.
3. Proteger os investidores contra emissões ilegais ou fraudulentas de títulos ou valores mobiliários.
4. Manter e divulgar as estatísticas relativas ao mercado de capitais, em coordenação com o sistema estatístico nacional.
5. Evitar modalidades de fraude e manipulação destinadas a criar condições artificiais da demanda, oferta ou preço de títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado.
6. Regular o exercício da atividade corretora de títulos mobiliários e de câmbio.
7. Assegurar a observância de práticas comerciais equitativas por todos aqueles que exerçam, profissionalmente, funções de intermediação na distribuição ou negociação de títulos ou valores mobiliários.
8. Disciplinar a utilização do crédito no mercado de títulos ou valores mobiliários.

Baseando-se nelas, assinale a alternativa correta.

- a) 1, 3, 4, e 7 são finalidades de responsabilidade conjunta.
- b) 1, 2 e 4 são finalidades de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
- c) 2, 3, 5, 6, 7 e 8 são finalidades de responsabilidade conjunta.
- d) 3, 6 e 8 são finalidades de responsabilidade do Conselho Monetário Nacional.
- e) 4, 6 e 8 são finalidades comuns de ambos.

14. (FGV/Economista/2013) O Banco Central (BC) é responsável pela política monetária do país. Em relação aos instrumentos de controle monetário de que o BC faz uso e seus efeitos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A limitação dos empréstimos de assistência à liquidez reduz a oferta monetária.
- () A elevação da taxa de reservas compulsórias e a redução da taxa de redesconto ampliam a quantidade de moeda na economia.
- () A compra de títulos públicos junto ao mercado e a ampliação dos prazos dos títulos relativos ao redesconto ampliam a oferta de moeda na economia.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) V, F e F.
- c) V, F e V.
- d) V, V e F.
- e) V, V e V.

15. (CESPE/ECONOMISTA/2013) Julgue os itens a seguir, relativos às contas do sistema monetário.

- () O multiplicador monetário é igual à razão entre os depósitos à vista em bancos comerciais e o papel-moeda em poder do público.
- () Um aumento do produto interno bruto real aumenta a demanda por moeda na forma do M1.
- () A base monetária é igual ao papel-moeda em poder do público.

16. (FGV/Economia/2012) O Banco Central é o órgão responsável pela determinação e condução da política monetária, que lança mão de diversos instrumentos para expandir ou contrair a oferta monetária no país. Nesse sentido, o Banco Central reduz a oferta monetária, sem ambiguidade, quando

- a) eleva a taxa de reservas compulsórias e reduz a taxa de redesconto.
- b) eleva a taxa de reservas compulsórias e compra títulos públicos junto ao mercado.
- c) aumenta a taxa de redesconto e compra títulos públicos junto ao mercado.
- d) limita os empréstimos de assistência à liquidez e vende títulos públicos junto ao mercado.
- e) reduz a taxa de reservas compulsórias e amplia os prazos dos títulos relativos ao redesconto.

17. (EBAL/Analista Econ./2010) Sobre a criação de base monetária e dos meios de pagamento, pode-se afirmar:

- a) os empréstimos de um banco comercial, realizados para outro banco comercial, provocam um aumento de igual magnitude nos meios de pagamentos.
- b) o Banco Central cria moeda, pela tomada de empréstimos externos, quando aumenta suas reservas internacionais.
- c) os meios de pagamentos são definidos como a soma do papel-moeda em poder do público com as reservas bancárias.
- d) a realização de operações de mercado aberto, em que o Banco Central vende títulos governamentais, aumenta a demanda de moeda.
- e) o aumento dos meios de pagamento pode ser causado pela expansão de operações de redesconto bancário.

18. (Analista Mun. Economista/2012) O BC de um país pode controlar a oferta de moeda existente na economia utilizando operações de mercado aberto (*open market*). Caso o BC realize venda de títulos do tesouro nacional, a base monetária

- a) decrescerá e a taxa de juros diminuirá.
- b) e a taxa de juros se manterão as mesmas.
- c) crescerá e a taxa de juros aumentará.
- d) decrescerá e a taxa de juros aumentará.
- e) crescerá e a taxa de juros diminuirá.

19. (CESGRANRIO/BNDES/2013) Uma operação de mercado aberto do Banco Central, na qual títulos da dívida

- a) decrescerá e a taxa de juros diminuirá.
- b) e a taxa de juros se manterão as mesmas.
- c) crescerá e a taxa de juros aumentará.
- d) decrescerá e a taxa de juros aumentará.
- e) crescerá e a taxa de juros diminuirá.

19. (CESGRANRIO/BNDES/2013) Uma operação de mercado aberto do Banco Central, na qual títulos da dívida pública do Governo Federal são comprados e sequevemente aposentados, tem como objetivo

- a) diminuir a demanda por moeda estrangeira.
- b) diminuir a taxa de inflação.
- c) aumentar a oferta monetária.
- d) aumentar o volume de depósitos bancários.
- e) aumentar a liquidez dos títulos públicos federais.

20. (CEF/Escriturário/2002) Na atualidade, o conhecimento de economia monetária é essencial para o entendimento de questões relevantes da economia, uma vez que a política econômica monetária constitui relevante mecanismo de intervenção do governo para obter uma situação de estabilização econômica. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- () A velocidade de circulação dos depósitos à vista no Brasil corresponde à relação entre o fluxo de cheques compensados em determinado período e a média dos saldos nos dias úteis correspondentes.
- () Em virtude das razões para a retenção de moeda, a demanda por esse ativo relaciona-se diretamente com a taxa de juros e inversamente com a renda real.
- () O multiplicador dos meios de pagamento mostra que um aumento nas reservas bancárias conduzirá a um aumento diretamente proporcional nos depósitos bancários.
- () O BACEN, por meio das operações de mercado aberto, exerce controle, embora impreciso, sobre a oferta de moeda.
- () Um aumento na taxa de redesconto do BACEN provoca uma redução nos meios de pagamento.

21. (VUNESP/Economista/2014) Preocupados com a perspectiva de alta na inflação, moradores de um país passam a guardar em suas casas algum tipo de moeda forte estrangeira, como o dólar ou o euro. A função da moeda local transferida para moedas estrangeiras, nesse caso, foi

- a) meio de troca.
- b) unidade de conta.
- c) poupança.
- d) velocidade-renda.
- e) reserva de valor.

22. (VUNESP/ECONOMISTA/2014) De acordo com a Teoria Quantitativa da Moeda, se houver crescimento do PIB real acompanhado de inflação, isso significa que

- a) o PIB nominal caiu.
- b) a velocidade-renda da moeda caiu.
- c) houve queda na taxa de juros.
- d) o crescimento dos meios de pagamento foi superior ao crescimento do PIB real.
- e) a taxa de câmbio se valorizou.

23. (VUNESP/Economista/2014) Se a Base Monetária de uma Economia é de R\$ 1 bilhão, há R\$ 700 milhões em poder do público e R\$ 1,3 bilhão em depósitos à vista. O multiplicador bancário é

- a) 2.
- b) 1,7.
- c) 1,3.
- d) 1.
- e) 0,7.

Gabarito:

1. A	2. E, C, C, E, E	3. C, E, E, E
4. C	5. E	6. C
7. D	8. C, C, C, C, C, E	9. C
10. D	11. D	12. C
13. C	14. C	15. E, C, E
16. D	17. E	18. D
19. C	20. C, E, E, C, C	21. E
22. D	23. A	

Sistema Bancário

5.1. O SISTEMA BANCÁRIO E A POLÍTICA FISCAL

O banco surgiu como o instrumento de redutor de risco. Com o decorrer do tempo os bancos verificaram que parte do dinheiro não era movimentada. Os bancos em regra passam a emprestar as reservas depositadas.

5.2. INTERMEDIÇÃO BANCÁRIA

Os bancos captam depósitos à vista (conta-corrente) e a prazo (CDB) e aplicam em títulos do governo, privados e empréstimos.

5.3. RISCO

Os bancos absorvem os riscos das transações e então buscam receber a justa remuneração por esta atividade.

5.4. RESERVA COMPULSÓRIA

Os bancos são obrigados a manter em reserva apenas uma parcela dos depósitos para fazer frente aos saques voluntários dos clientes.

5.5. EFEITO MULTIPLICADOR BANCÁRIO

Resulta da expansão da moeda provocada por investimentos periódicos de um mesmo capital, originalmente depositado em um banco, por um acumulador. O controle da oferta de moeda é feito pelo banco central por meio da emissão de títulos e elevação do depósito compulsório. O controle de liquidez é uma técnica de política macroeconômica. Num economia em retração o Bacen pode intervir aumentando a liquidez, reduzindo, assim, as taxas de juros e incentivando as transações comerciais.

5.6. TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA (TQM)

Precedentes Históricos

No século XIX o valor cambial da libra se deteriora e se procura pela primeira vez uma explicação monetária para flutuações na taxa de câmbio. Neste cenário surge um debate conhecido como Bullion Committee Report, que é o relatório da comissão do ouro de 1810 e representa a visão bulionista da economia que em 1844 estabelece definitivamente a conversibilidade ouro-nota (é também uma visão ricardiana da economia). Neste período econômico duas doutrinas predominaram: a escola do meio circulante (teoria quantitativa da moeda de Hume e Ricardo) e a Escola bancária (Tooke-Thornton).

Escola do Meio Circulante

Acreditava que o fluxo de ouro na economia gerava um efeito de diminuição ou aumento de circulação da moeda. A emissão excessiva de notas bancárias é gerada pelo aumento no nível geral de preços somado à queda nas reservas em moeda metálicas em um sistema misto. Era defendida uma regulamentação estatutária sob os bancos que assegurasse estoque de papel-moeda por meio da conversibilidade, ou seja, circulação de papel-moeda resgatável em ouro somado a flutuações no estoque de ouro. Era a favor de um Bacen com direito exclusivo de emissão que deveria zelar pela saúde da economia e deveria haver uma regra limite para a autoridade monetária.

Escola Bancária

Acreditava-se que um bom gerenciamento bancário não devia ser legislado, se concentravam em supor que a conversibilidade bastaria para salvaguardar a emissão de notas e manter o balanço de pagamentos em equilíbrio a longo prazo. Era a favor de um Bacen, mas autoridades sem regras.

Escola dos Bancos Livres

Livre emissão de moeda convertível em espécie, a escola defendia que os bancos deveriam competir

Da Libra ao Padrão Ouro

Anteriormente ao tratado de Bretton Woods, a moeda que predomina no cenário mundial era a libra esterlina. A hegemonia inglesa foi predominante durante um grande período de tempo de acordo com sua política econômica agressiva via exploração das colônias. No Brasil, em particular, os produtos ingleses tinham vantagem alfandegária de 1% dos tributos perante os produtos de Portugal (tarifa Alves Branco), dentro deste modelo a Inglaterra globaliza seus produtos, ou seja, escoar sua produção e busca novos mercados, via exploração e vantagens alfandegárias.

Este modelo hegemônico da Inglaterra foi interrompido após a Segunda Guerra Mundial, onde a Inglaterra sai destruída no cenário de guerra e surgem os Estados Unidos no novo cenário econômico mundial.

Conferência de Bretton Woods (1944)

Na conferência de Bretton Woods ficou estabelecido que a principal moeda mundial seria o dólar, eliminando-se, assim, o padrão-ouro e criando-se, desse modo, uma nova ordem mundial. A conferência determinou uma paridade fixa entre as moedas do mundo e do dólar que poderia ser convertida em ouro pelo Bacen americano dando origem a uma paridade internacional fixa. No bojo desta nova ordem, cria-se também um banco responsável pela reconstrução dos países destruídos no pós-guerra. Nasce, então, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Bird que tem como premissa gerar estabilidade ao sistema financeiro Internacional e desenvolver os países arrasados na Segunda Guerra Mundial.

A Ruptura do Tratado de Bretton Woods

Em 1971, o presidente Richard Nixon cancela o tratado de Bretton Woods não permitindo mais a conversão de dólares em ouro automaticamente, gerando como consequência um efeito dominó no sistema cambial. Os países que detinham dólares ficaram com duas opções: poderiam ser guardados, aumentando suas reservas internacionais, ou vendidos a preço mais barato para aumentar a base monetária e fazer circular a moeda doméstica.

Em 1973, o modelo de ancorar o valor da moeda ao ouro foi abandonado sendo substituído pela flutuação cambial (nova ordem mundial), assim como a emissão de moeda sem lastro na figura do estado emissor. O governo Nixon adotou a postura keynesiana da economia, em que o Estado se faz presente gerando emprego, subsidiando, regulamentando, investindo e alavancando a economia. O modelo de Keynes, que tinha como premissa “o Estado é capital, é o domínio sobre coisas e pessoas”, prega a intervenção do Estado na economia neutralizando momentaneamente as forças neoliberais que iram ser postas em prática no mundo, mas neste período Nixon neutraliza a sua prática doméstica e adota o modelo keynesiano.

É no modelo keynesiano que a dívida pública (interna e externa) tem a sua razão de ser, mas ela terá limites e perto deste endividamento público, somadas as perdas dos lucros das multinacionais e empresas privadas espalhadas pelo mundo ressurgirá com todo vigor as ideias neoliberais que, na sua essência, é a busca das empresas a recuperar suas altíssimas taxas de lucro em mercados livres e desregulamentados. O neoliberalismo tem como traço determinante a busca de novos mercados dos países desenvolvidos para escoar suas mercadorias aumentando seus lucros, ressurgindo, assim, as ideias neoliberais de Milton Friedman e a escola de Chicago.

Análise Econômica

O modelo da moeda ancorada ao ouro entra em conflito total com a crise de 1929, representada com a crise total do capitalismo; ou seja, de superprodução.

Neste cenário econômico surge a figura do Estado de forma determinística em que este passa a gastar para comprar o excedente produtivo que encolheu na crise de 1929. De acordo com a teoria keynesiana, a única maneira do capitalismo se generalizar, na ótica do capital, é criar o desequilíbrio orçamentário e a dívida pública dando origem, assim, ao estado emissor de papel-moeda — trata-se da emissão fiduciária na figura do Estado, mecanismo que gera na economia o nascimento da emissão estatal do dinheiro acoplado à dívida pública e desequilíbrio orçamentário, rompendo de maneira definitiva o valor da moeda atrelado ao ouro.

Política Fiscal e Déficit Público

Em regra, a política fiscal se refere à administração das receitas e despesas do governo. A política fiscal trata do montante de recursos que o governo federal disponibilizará para gastos diversos (saúde, funcionário público, projeto social, entre outros).

Caso o governo gere déficits públicos, ele o financiará “pedindo” dinheiro “emprestado” e vendendo títulos no mercado, gerando, assim, a dívida pública. Empresas e investidores institucionais, entre outros, são aqueles que adquirem títulos emitidos pelo governo.

Déficit Público e Dívida Pública

O déficit público pode ser dividido em:

- Déficit Primário: diferença entre gastos e tributos do governo.
- Déficit Operacional: também incluídos os juros da dívida.
- Déficit Nominal: também incluída a correção cambial.

Mecanismos de combate ao Déficit Público

- Alienação de patrimônio ou privatização.
- Emissão de moeda.
- Emissão de títulos.

O déficit financiado pela emissão de títulos é obtido pela relação DIV/PIB.

Estrutura Geral do Déficit Público e o Aumento do Risco País

O déficit público gera um financiamento do governo por meio da emissão de títulos. O governo, aumentando sua dívida, faz crescer a desconfiança do mercado sobre o seu possível pagamento, elevando o risco-país, acarretando a fuga de capitais e desvalorizando o câmbio cuja consequência é pressionar os custos da economia que serão passados para preços, alimentos, serviços, entre outros, aumentando assim a inflação.

De acordo com o processo acima, o Bacen aumenta a taxa de juros para conter a inflação elevando a dívida do governo.

Déficit Público – Visão Keynesiana

O economista Keynes faz uma análise singular associada à dívida pública. A partir do momento que a economia mundial cria o Estado fiduciário, ou seja, estado emissor de moeda, a dívida pública torna-se necessária. O estado passa a gastar gerando déficit permanente na balança de pagamentos. Esta lógica econômica fundamenta-se na figura do Estado para gerar empregos e gastar em qualquer coisa (na gestão Roosevelt, por exemplo, o governo empregou para plantar cactos no deserto). Segundo o economista Lauro Campos, o capitalismo cria a sua contradição, “a crise completa na economia política do não”. De acordo com o exposto, o país pode se endividar, mas tem de criar tecnologias, investir nos artigos de luxo e de guerra para escoar as mercadorias produzidas no mundo do capital.

5.7. MERCADO BANCÁRIO

O mercado bancário transaciona ativos financeiros, serviços bancários (empréstimos e depósitos), *spread*, entre outros. Quanto à sua tipologia, podem os definir os bancos como:

- Bancos de negócios.
- Bancos de atacado.
- Bancos de varejo.

Os bancos de negócios se dedicam à intermediação de grandes operações de engenharia financeira; os de atacado trabalham com poucos e grandes clientes; e os de varejo trabalham com o grande público, caracterizado por muitos clientes, independente do tamanho.

5.8. AGÊNCIA BANCÁRIA

A agência bancária é o ponto de atendimento aos clientes. A conta-corrente é o produto básico de relação entre o cliente e o banco, por meio dela são movimentados, — via depósitos, cheques, ordem de pagamento e documentos — recursos dos clientes. No que se refere ao atendimento, este pode ser pessoal (caixas, informações e serviços), autoatendimento (terminais de consulta, balcão eletrônico, caixa rápido, terminais de pagamento e recebimento, entre outros), atendimento remoto e centrais de atendimento.

5.9. BANCOS COMERCIAIS

Os bancos comerciais têm como premissa receber em depósito os recursos monetários da economia (pessoas físicas e jurídicas), tanto sob forma manual (papel-moeda em poder do público) como escritural, em que os bancos comerciais os cria aumentando o volume dos meios de pagamento.

A Caixa

É o local onde as agências possuem reserva de livre movimentação para atender exclusivamente aos pagamentos das agências.

O Caixa

É representado pelas reservas bancárias da agência mantidas em contas de depósitos no Bacen, cujo nível indica sua liquidez no dia a dia ou a capacidade de cada banco expandir seus empréstimos e

aplicações.

Nota: Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. Os Bancos comerciais devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a palavra “Banco”.

5.10. CONTA-CORRENTE

A conta-corrente é o produto básico de relação entre o cliente e o banco, pois, por meio dela, são movimentados (via depósitos, cheques, ordens de pagamento) os recursos do cliente.

A Caixa

Quanto a sua tipologia, a conta-corrente pode ser pessoal ou conjunta e esta, por sua vez, costuma ser simples ou solidária.

- Conta pessoal.
- Conta conjunta (simples: assinatura de no mínimo 2 participantes; solidária: assinatura de apenas 1 participante).

5.11. OFERTA DE SERVIÇOS DOS BANCOS

Pode ser caracterizada pela prestação de serviços aos clientes, que auferem ao banco uma remuneração obtida por meio do *float*, cobrança de tarifas de prestação de serviços.

A receita dos bancos sobre os serviços varia em função do depósito compulsório, taxas de inflação, entre outros. As tarifas de serviços são fiscalizadas pelo Bacen, sendo em regra, um elemento mercadológico da concorrência dos bancos.

5.12. PRODUTOS E SERVIÇOS

No mercado de crédito, podemos verificar que a conta-corrente é o produto básico de relação entre o cliente e o banco. Neste cenário, o público faz depósitos cuja conta costuma ser movimentada por cheque e a IF banco pode conceder ao público cartões magnéticos (dinheiro de plástico) e cheque especial. Definiremos e caracterizaremos os três produtos bancários: cheque; dinheiro de plástico e cheque especial.

5.12.1. Cheque

É uma ordem de pagamento à vista (e título de crédito) devendo ser pago no momento de sua apresentação ao banco sacado, descontando-se o valor de seu saldo em depósito.

Definições importantes

Emitente: é aquele que emite o cheque.

Beneficiário: é a pessoa a favor de quem o cheque é emitido.

Sacado: é o banco onde está depositado o dinheiro do emitente.

Nominal a ordem: Só pode ser apresentado ao banco pelo beneficiário indicado no cheque, podendo ser transferido por endosso do beneficiário.

Ao portador: É aquele que não nomeia um beneficiário indicado no cheque e o cheque é pagável a quem o apresente ao banco sacado.

Cheque comum e cheque especial

Não existe do ponto de vista legal nenhuma diferença, pois todo cheque é uma ordem de pagamento. O chamado cheque especial é um produto que decorre de uma relação contratual em que é fornecido ao cliente linha de crédito para cobrir cheques que ultrapassem o dinheiro em conta-corrente.

Cheque cruzado

O cheque cruzado tem de ser depositado em conta bancária. O banco sacado não considera nenhuma tentativa de inutilizar o cruzamento ou alterar o nome do banco indicado para efetuar o saque do referido cheque.

Depósitos em cheque no dia D

Os depósitos de cheque no dia D passam a constituir saldo contábil para o banco, assim como depósito em dinheiro, fazendo estes depósitos com o uma das bases de cálculo do depósito compulsório.

Valor de um cheque

Valor de um cheque

Após o plano Collor, todos os cheques acima de R\$100,00 devem obrigatoriamente ser nominativos, caso contrário serão devolvidos. O Mini estabelece regras a serem seguidas pelos bancos e as penalidades para o emitente dos cheques.

Prazo de Prescrição

O prazo de prescrição é de 180 dias após encerrado o prazo de apresentação. Na mesma praça, o prazo é de 30 dias quando tiver de ser pago, e 60 dias quando emitido em outro lugar do país ou exterior.

Troca de cheques

Cheques trocados em:	prazo de devolução (em dias úteis)
Capitais	3
Capitais e interior	4
Cidades do interior	5
Regiões de difícil acesso	6

Compensação de cheques e outros papéis

É regulado pelo Bacen e executado pelo Banco do Brasil, e permite a cobrança de cheques, transferência de fundos, entre outros.

5.12.2. Dinheiro de Plástico

O dinheiro de plástico caracteriza-se através de cartões inteligentes. Por meio do processo eletrônico, armazenam-se informações que serão utilizadas com o moeda durante a aquisição de bens e serviços.

- Cartão magnético: emitidos pelo banco, acesso a saques, saldos, extratos, transferências, banco 24 horas.
- Cartão de débito: cartões de compra (status cliente preferencial).
- Cartão de crédito: de uma maneira geral, podem os dizer que figuram três agentes:
Orgão emissor: pessoa jurídica (administradoras de cartão de crédito) intermediária entre o titular do cartão e o vendedor;
Titular do cartão: assina um contrato de financiamento com o emissor em que são estabelecidas cláusulas;
Vendedor ou fornecedor: emissor assina um contrato com o fornecedor regulando a relação entre ambos e estabelecendo forma e condição de como irá efetuar o pagamento das compras.

Certificado de Depósito Interbancário

Operação restrita ao mercado interbancário, que tem como objetivo transferir recursos de uma instituição para outra. As operações são fechadas por meio eletrônico e registradas na Cetip, não há taxa ou incidência de impostos. As operações são privativas dos bancos e *brokers*. As taxas de CDI *Over* representam o custo da troca de reservas interbancárias por 1 dia e estabelecem o parâmetro de taxas para operações de curtíssimos prazos.

5.12.3. A Conta-corrente

A conta-corrente é o produto básico da relação entre o cliente e o banco, pois, por meio dela, são movimentados os recursos dos clientes. Para abertura de uma conta-corrente individual, são necessários e indispensáveis os seguintes documentos:

- I – documento de identificação, com o cédula de identidade (RG), ou documentos que a substituam legalmente,
- II – cadastro de pessoa física (CPF),
- III – comprovante de residência.

5.12.4. Conta-corrente para indivíduo abaixo de 18 anos

As instituições financeiras mantêm relacionamento com pessoas físicas e jurídicas, e para que esse relacionamento possa ocorrer de uma forma legal, as pessoas precisam ter a capacidade para exercer seus direitos, ou seja, a capacidade de fato. Nesse sentido, quais são os procedimentos que um Banco deve adotar para abrir uma conta-corrente de uma pessoa com dezessete anos de idade?

O Banco deve exigir os documentos do menor e do seu responsável e a conta só poderá ser aberta pelo responsável legal (pai, ou mãe ou tutor).

5.12.5. O DOC

O DOC é uma modalidade muito utilizada de ordem de pagamento que tem como objetivo principal a transferência de valores. Em relação às movimentações com o DOC, este pode ser enviado pelo cliente do Banco, por meio do Sistema de Compensação, para qualquer outra conta, própria ou de terceiros.

5.12.6. O Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB)

Um sistema de pagamentos pode ser definido como um conjunto de regras e mecanismos utilizados para transferir recursos e liquidar operações financeiras entre governos, empresas e agentes econômicos.

No Brasil, a Lei nº 10.214/2001 determinou que os serviços de transferências de fundos e liquidação de operações seriam veiculados por meio do SPB.

O SPB ligou as IFs e o BACEN, assim como os agentes econômicos em geral, possibilitando, desse modo, a transferência imediata do dinheiro, fazendo com que os clientes do sistema bancário pudessem emitir recursos a outros em qualquer lugar do país.

5.12.7. As Cooperativas de Crédito

A participação das cooperativas de crédito nos agregados financeiros do segmento bancário é crescente. Essas instituições observam, além da legislação e normas do SFN, a Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

As cooperativas de crédito estão autorizadas a realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo somente de associados, de empréstimos, repasses e refinanciamentos de outras entidades financeiras, e de doações.

5.12.8. O Fundo Garantidor de Crédito

Garantia é a segurança dada ao titular de um direito, para que possa exercê-lo. É um ato acessório de uma obrigação. Normalmente, constitui-se por meio de uma cláusula contratual que visa assegurar ao credor, pela concessão, por exemplo, de um financiamento, que o devedor cumprirá o assumido. Com isso, obriga o devedor a cumprir a prestação devida ao credor. É o mesmo que uma caução. Os bancos, como proteção, para aumentar a possibilidade de receber aquilo que emprestaram, utilizam-se desse reforço jurídico, de caráter pessoal (aval e fiança) ou real (hipoteca, alienação fiduciária, anticrese ou penhor). Além das garantias bancárias, que são especificamente o ato de o banco assegurar o pagamento de uma obrigação que deve ser cumprida pelo garantido, foi criada, por outro lado, uma garantia para o cliente bancário, ou seja, para que o investidor tenha um mínimo de segurança para o caso de um banco vir a fechar suas portas. Esta garantia é o Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Quanto ao FGC, podem os afirmar:

- i) Quando houver mais de um avalista em um só título de crédito, eles não poderão reservar entre si o benefício de ordem.
- ii) A alienação fiduciária é uma garantia conhecida como *sui generis* (peculiar), exatamente porque a coisa, móvel ou imóvel, dada em garantia, passa à propriedade do próprio credor.
- iii) O contrato que tenha cláusula de garantia sobre hipoteca não pode prever a proibição de venda do imóvel pelo proprietário, sob pena de nulidade dessa cláusula.

5.12.9. Home Banking

É toda e qualquer operação em que ocorra a ligação entre o computador do cliente e o computador do banco.

Em tese, pode-se afirmar que o cliente, sem sair de casa ou do escritório, passa a ter acesso a outros serviços, como saldo e movimentação em conta-corrente, contas a pagar, aplicação e regates em fundos, operações de empréstimos, saldo em conta-corrente, entre outros.

Ao mesmo tempo, o cliente pode se comunicar diretamente com o seu banco, que pode autorizar várias modificações, como alterar títulos de cobrança e pedir talões de cheques.

A segurança na transmissão de dados é garantida pelo perfil de autorização que o banco concede, por meio de uma palavra-chave – *password* – que limita o acesso às informações.

5.12.10. Remote Banking

Dentro do processo de redução de custos e intermediação financeira, os bancos passaram a reduzir o tráfego e a fila de clientes nas agências e, com o consequência, os investimentos necessários em instalações de atendimento.

O atendimento fora das agências foi intensificado pelos bancos, ofertando vários serviços, como:

- Saques de dinheiro

- Depósitos fora do caixa dos bancos
- Pagamento de contas fora do caixa dos bancos
- Débito automático em conta-corrente, entre outros.

5.12.11. Produtos de Captação Bancária

Os bancos possuem vários produtos de captação bancária. De acordo com esse contexto, surge nos bancos modernos o conceito de mesa de operação, em que se centralizam operações em função de áreas de mercado, especialmente taxas de juros, nas quais temos o conceito de *spread* bancário que, neste caso, será a diferença entre o preço de custo do dinheiro captado e o preço do dinheiro aplicado.

Uma das principais funções da mesa de operação é a formação de captação por meio de CDB e RDB, cujo objetivo é obter a menor taxa de captação e ainda ser competitivo.

Além de CDB e RDB, têm-se outros produtos de captação, como Cédulas de Debêntures, letras de câmbio, letras hipotecárias, entre outros.

5.12.12. Produtos de Empréstimo

Via de regra, as instituições financeiras fazem o repasse dos recursos captados dos agentes econômicos superavitários para os deficitários. Assim, existe no mercado uma variedade de produtos disponíveis que se diferenciam em prazos, taxas, formas de pagamento e garantias.

Os bancos, de acordo com essa realidade, formam taxas variadas de empréstimo dependendo do produto/operação oferecido. Em geral, os bancos possuem como referência a curva de juros futuros do mercado e o componente do *Spread* bancário.

O volume de empréstimo dos bancos está vinculado a seu patrimônio líquido, incluindo a equivalência patrimonial das instituições financeiras nas condições do acordo de Basileia.

Quanto aos produtos de empréstimos, tem-se *Hot Money*, cheques especiais, crédito rotativo, descontos de títulos, empréstimos para capital de giro, CDC, entre outros.

5.12.13. Vendor Finance

É uma operação de financiamento de vendas na qual, no início da cessão de crédito, é permitido a uma empresa vender seu produto a prazo e receber o pagamento à vista.

A operação de *Vendor* supõe que a empresa compradora seja cliente tradicional da vendedora, pois, junto ao banco, a empresa compradora assumirá todo o risco como intermediadora. Assim, a empresa vendedora transfere seu crédito ao banco e este, em troca de uma taxa de intermediação, paga o vendedor à vista e financia o comprador.

5.12.14. Compor

Na prática, existe uma operação inversa ao *VENDOR*, denominada *COMPOR*, na qual pequenas indústrias vendem para grandes lojas comerciais. Neste caso em vez de o vendedor ser o fiador do contrato, o próprio comprador é que funciona como tal. A função dessa operação é dilatar o prazo de pagamento de compra sem envolver o fornecedor (vendedor). O título a pagar funciona como um lastro para o banco financiar o cliente que irá lhe pagar em data futura.

5.12.15. Crédito Direto ao Consumidor – Pessoas Físicas e Jurídicas

São financiamentos concedidos pelos Bancos, ou pelas chamadas Financeiras, a pessoas físicas ou jurídicas, para aquisição de bens ou serviços. A quitação do financiamento é feita normalmente em prestações mensais, iguais e sucessivas. Além de juros, é cobrado IOF de 0,5% ao mês (limitado a um total de 6%) para pessoas físicas e 1% ao mês (até o limite de 12%) para pessoas jurídicas.

5.12.16. Quanto à Contratação

Sua contratação é simples e rápida, bastando que você escolha o bem de sua necessidade. O Crédito Direto ao Consumidor (CDC) é uma alternativa de financiamento de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos médicos e odontológicos, equipamentos de informática, serviços diversos, entre outros. Os prazos variam entre 1 e 48 meses, de acordo com o bem financiado.

O CDC também é oferecido dentro de um pacote de serviços de bancos, com a opção de empréstimo pré-aprovado, imediato e sem burocracia para os correntistas com renda estável. O pagamento pode ser feito em até 60 meses e as parcelas são debitadas automaticamente da conta-corrente.

5.12.17. Vantagem do CDC

A vantagem deste tipo de empréstimo é que o consumidor passa a possuir o bem no ato da compra, sem

precisar ter pago seu valor total. As parcelas são acrescidas de juros cujas taxas são menores do que o do cheque especial ou dos cartões de crédito: por outro lado, são bem maiores do que o rendimento da caderneta de poupança. As taxas variam segundo a instituição financeira e podem ser consultadas no site do Banco Central.

5.13. QUESTÕES COMENTADAS

1. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) Os depósitos à vista são os recursos captados dos clientes pelos bancos comerciais que, para facilitar livre movimentação desses recursos, disponibilizam o serviço bancário sem remuneração denominado:

- a) certificado de Depósito Bancário (CDB);
- b) conta-corrente;
- c) poupança;
- d) cartão de crédito;
- e) fundo de investimento.

Comentário:

O depósito em conta-corrente, ou simplesmente depósito à vista, permite aos bancos a captação de recursos com os clientes. A não remuneração é uma de suas características.

Gabarito: B.

2. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) A caderneta de poupança é a aplicação mais simples e tradicional no mercado financeiro nacional, sendo uma das poucas em que o cliente pode aplicar pequenas somas e ter liquidez. Atualmente, a maior vantagem da caderneta de poupança em relação a outros investimentos é a:

- a) flexibilidade na data dos saques sem prejudicar os rendimentos;
- b) flexibilidade no registro da documentação para abertura da conta;
- c) isenção de taxas e tarifas bancárias;
- d) isenção de imposto de renda;
- e) maior rentabilidade oferecida.

Comentário:

O baixo risco da aplicação mais popular do Brasil – a caderneta de poupança – é um dos grandes atrativos para os investidores. Além disso, o Bacen controla suas regras de remuneração. Outro atrativo é que os ganhos obtidos em tal investimento não são tributáveis, ou seja, há isenção de imposto de renda para as aplicações em cadernetas de poupança.

Gabarito: D.

5.14. QUESTÕES PROPOSTAS

1. Quando a inflação é causada por problemas de demanda, a política econômica adequada para enfrentar o problema é:

- a) Política fiscal expansionista de elevação do gasto público.
- b) Política fiscal contracionista de elevação das transferências do governo para o setor privado.
- c) Política monetária expansionista de elevação da oferta monetária.
- d) Política monetária contracionista de redução da oferta monetária.
- e) NDA.

2. De acordo com a teoria quantitativa da moeda, variações nos preços são causadas por:

- a) Aumento do produto.
- b) Estabilidade na velocidade-renda moeda.
- c) Elevação do estoque de moeda.
- d) Redução do estoque de moeda.
- e) Estabilidade no estoque de moeda.

3. A propósito do conceito de multiplicador bancário dos meios de pagamento em relação à base monetária, é correto afirmar que:

- a) Quanto maior a relação de depósitos compulsórios dos bancos comerciais no Bacen, depósitos à vista nos bancos comerciais, maior o multiplicador.
- b) Quanto maior a proporção dos meios de pagamento retida pelo público em forma de depósitos à vista nos bancos comerciais, maior o multiplicador.
- c) Quanto maior a relação encaixe total, depósitos à vista nos bancos comerciais, maior o multiplicador.
- d) Quanto maior a proporção dos meios de pagamento retida pelo banco, menor o multiplicador bancário.
- e) Quanto maior a relação depósitos voluntários dos bancos comerciais no banco Central, depósitos à vista nos bancos comerciais, maior o multiplicador.

4. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) Para financiar suas necessidades de curto prazo, algumas empresas utilizam linhas de crédito abertas com determinado limite cujos encargos são cobrados de acordo com sua utilização, sendo o crédito liberado após a entrega de duplicatas, o que garantirá a operação.

Esse produto bancário é o:



- a) obtenção de receitas, que viabiliza vantagens para o cliente em uma transação comercial;
- b) cessão de crédito, que permite a uma empresa vender seu produto a prazo e receber à vista o pagamento do banco, mediante o pagamento de juros;
- c) concentração do risco de crédito, que fica por conta da empresa compradora em troca de uma redução da taxa de juros na operação do financiamento das vendas;
- d) troca ou negociação de títulos de curto prazo por recebíveis de longo prazo, sem custos para ambas as partes;
- e) retenção de crédito lastreado por títulos públicos e vinculado a transações comerciais, garantindo ao vendedor o recebimento total de sua duplicata.
- 6. (FCC/Banco do Brasil/2010) As cadernetas de poupança remuneram o investidor à taxa de juros de 6% ao ano com capitalização:**
- a) mensal e atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;
- b) trimestral e atualização pela Taxa Referencial – TR;
- c) semestral e atualização pelo Índice Geral de Preços – IGP;
- d) mensal e atualização pela Taxa Referencial – TR;
- e) diária e atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.
- 7. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) Acerca da caderneta de poupança, produto tradicional de captação financeira no Brasil, que se caracteriza por depósitos que acumulam juros e correção monetária, julgue os itens a seguir:**
- () Os valores depositados e mantidos em depósito por prazo inferior a um mês recebem remuneração correspondente aos dias de depósito e proporcionalmente àquela estabelecida para o mês.
- () Os depósitos em caderneta de poupança efetuados nos dias 29, 30 e 31 de determinado mês serão remunerados o dia 1º do mês seguinte, aplicando-se o índice correspondente ao dia 1º do mês do depósito.
- () O dinheiro depositado em caderneta de poupança somente poderá ser sacado depois de transcorrido prazo fixado por ocasião do depósito.
- 8. Os produtos bancários são serviços ofertados a todo mercado financeiro. Julgue os itens abaixo:**
- () não podemos considerar a abertura e manutenção de conta-corrente como um serviço do banco, pois sua existência é condição básica para que o banco possa prestar os serviços dentro de um sistema financeiro;
- () uma pessoa qualquer, mesmo sem ser correntista de um banco, pode usufruir dos serviços prestados por ele.
- () o conceito de *remote banking*, tem por base, entre outras razões, a economia gerada pelo autoatendimento do cliente.
- () a venda de planos de previdência privada aberta ou de seguros em geral pelos bancos, pode ser considerada como uma prestação de serviços.
- () a cobrança pela emissão de extratos é de livre responsabilidade dos bancos, apesar de serem acompanhadas pelo Bacen.
- 9. Assinale a afirmativa incorreta:**
- a) A reciprocidade dos clientes (uso dos produtos bancários) pode influenciar positivamente na redução das tarifas de serviços cobradas aos clientes pelo banco.
- b) Desde 1996 é proibida pelo Bacen, aos bancos comerciais, a cobrança pelo fornecimento de talão de cheques aos clientes, à razão de um talão com 20 folhas por mês.
- c) É fornecido gratuitamente ao cliente o primeiro cartão magnético e os que vierem a seguir em caso de perda de validade, salvo se por roubo, perda ou solicitação do correntista.
- d) A entrega de cheques pagos do correntista (ou cópia dos mesmos), não pode ser cobrada pelo banco desde que o cliente solicite este serviço em até 60 dias da liquidação do cheque.
- e) O fornecimento de extrato bancário, mesmo à razão de 1 por mês, não é gratuito para o cliente.
- 10. O cheque é uma ordem de pagamento à vista, podendo ser emitido sob várias modalidades e com vários objetivos. Neste contexto, julgue os itens abaixo:**
- () O cheque com cruzamento simples pode ser sacado diretamente no caixa.
- () O cheque que é emitido por uma instituição bancária para utilização de terceiros, é denominado cheque administrativo ou comprado.
- () O cruzamento em preto não pode ser cancelado sob hipótese alguma.
- () Um cheque visado é aquele que obrigatoriamente será pago pela agência sacada pois os fundos para tal encontram-se bloqueados.
- 11. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) Depósitos à vista são os que estão totalmente disponíveis para o cliente, ou seja, o cliente pode sacá-los quando quiser. Com a evolução dos serviços de acesso ao Sistema Financeiro (a chamada inclusão financeira), houve a criação de muitos tipos específicos de contas. Atualmente, existem vários tipos de contas que permitem depósitos à vista. Com relação a esses tipos de contas, julgue os itens que se seguem.**
- () Para as contas-correntes, é vedada às instituições financeiras a cobrança de remuneração pelo fornecimento de cartão magnético ou, alternativamente, a critério do correntista, de um talonário de cheques com pelo menos vinte folhas por mês.
- () A conta de investimento permite ao investidor migrar de um investimento para outro, inclusive entre bancos diferentes, sem o pagamento de contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF).
- () A conta especial de depósitos à vista (conta simplificada para clientes de baixa renda) é individual (apenas um titular). Cada cliente pode ter somente uma conta e não pode ser correntista em qualquer outra instituição financeira. Essa conta é movimentada exclusivamente com cartão magnético, tem alíquota zero de CPMF e franquia mensal de 4 extratos, 4 depósitos e 4 saques.
- () A conta-salário é um tipo especial de conta de depósito à vista destinada a receber salários, vencimento, aposentadorias, pensões e similares. É individual, não é movimentável por cheques, é isenta da cobrança de tarifas e tem alíquota zero de CPMF.

extratos, 4 depósitos e 4 saques.

- () A conta-salário é um tipo especial de conta de depósito à vista destinada a receber salários, vencimento, aposentadorias, pensões e similares. É individual, não é movimentável por cheques, é isenta da cobrança de tarifas e tem alíquota zero de CPMF.

12. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) As operações de garantia bancária são operações em que o banco se solidariza com o cliente em riscos por este assumidos. O aval bancário, por exemplo, é uma garantia que gera:

- a) obrigação assumida pelo Banco, a fim de assegurar o pagamento de um título de crédito para um cliente;
- b) obrigação solidária do Banco credor para com o seu cliente mediante a assinatura de um contrato de câmbio;
- c) direito real para o Banco em face ao seu cliente e se constitui, pela tradição efetiva, em garantia de coisa móvel passível de apropriação entregue pelo devedor;
- d) responsabilidade acessória pelo Banco, quando assume total ou parcialmente o dever do cumprimento de qualquer obrigação de seu cliente devedor;
- e) passivo para cliente tomador de um empréstimo contra o Banco credor, colocando seus bens à disposição para garantir a operação.

13. (FGV/Analista Bancário/2014) Sobre o SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro), é correto afirmar que:

- a) o SPB não possui interligação de nenhuma ordem com o Banco Central.
- b) uma das funções do SPB é dar maior agilidade e segurança às transações bancárias.
- c) o SPB diminuiu a carga de trabalho do BACEN, estimulando a criação e o desenvolvimento de sistemas e procedimentos que não se relacionam com a transferência de recursos financeiros.
- d) os princípios básicos de funcionamento do SPB foram estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- e) o SPB é responsável pelo controle e fiscalização dos bancos de varejo no Brasil.

14. (FGV/Analista Bancário/Banco do Nordeste/2014) Com relação aos serviços bancários e financeiros, considere as seguintes afirmativas:

- (I) A conta especial de depósitos à vista (conta simplificada para clientes de baixa renda) é individual (apenas um titular). Cada cliente pode ter apenas uma conta e não pode ser correntista em qualquer outra instituição financeira. Essa conta está isenta de tarifa e possui franquia mensal de cinco extratos, cinco depósitos e cinco saques.
- (II) Bancos de investimento captam depósitos à vista e depósitos de poupança, atuando mais fortemente no crédito agrícola.
- (III) Depósitos a prazo, tais como CDB e RDB, são modalidades de investimento, geralmente classificadas em pós-fixadas, prefixadas e flutuantes.
- (IV) Só é possível a abertura de conta de investimento ao cliente que possuir pelo menos uma conta-corrente de depósitos à vista, ainda que em instituição distinta.

Assinale se:

- a) somente II e III estiverem corretas.
- b) somente III e IV estiverem corretas.
- c) somente I, II e IV estiverem corretas.
- d) I, II, III e IV estiverem corretas.
- e) nenhuma afirmativa estiver correta.

15. (QUADRIX/Analista Financeiro/2012) O Sistema financeiro nacional é constituído por um conjunto de instituições - financeiras ou não - que estão direcionadas para a gestão da política monetária. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A Casa da Moeda do Brasil (CMB), empresa ligada diretamente ao Banco Central do Brasil, é responsável pela produção e emissão do dinheiro em circulação no Brasil.
- II. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia federal e tem como um dos seus objetivos estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários.
- III. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo financiar, a longo prazo, os empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas uma afirmação está correta.
- c) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- d) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão incorretas.

Gabarito:

1. D	2. C	3. D
4. C	5. B	6. D
7. E, E, E	8. E, C, C, C, C	9. E
10. E, C, C, E	11. E, C, E, E	12. A
13. B	14. B	15. D

As Instituições Financeiras

6.1. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

A CVM tem a função de regulamentar e fiscalizar o mercado de capitais. Trata-se de uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda do Brasil. Na verdade sua extensão é um pouco maior, pois a CVM disciplina, regulamenta e fiscaliza valores mobiliários, atuando, assim, nas bolsas de mercadorias e de futuros, nas entidades do mercado de balcão organizado e nas entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

São valores mobiliários (conforme estabelecido na Lei nº 6.385, de 7/12/1976, com redação dada pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001):

- I – as ações, debêntures e bônus de subscrição;
- II – os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II;
- III – os certificados de depósito de valores mobiliários;
- IV – as cédulas de debêntures;
- V – as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos;
- VI – as notas comerciais;
- VII – os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários;
- VIII – outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes; e
- IX – quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros.

6.1.1. Missão e Objetivos da CVM

A missão da CVM é desenvolver, regular e fiscalizar o mercado de valores mobiliários, como instrumento de captação de recursos para as empresas, protegendo os interesses dos investidores e assegurando a ampla divulgação das informações sobre os emissores e valores emitidos.

Quanto aos principais objetivos da CVM, têm-se: assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão; proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e atos ilegais de administradores e acionistas controladores de companhias ou de administradores de carteira de valores mobiliários; evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários negociados no mercado; assegurar o acesso público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido; assegurar a observância de práticas equitativas no mercado de valores mobiliários.

A lei atribui à CVM competência para apurar, julgar e punir irregularidades eventualmente cometidas no mercado de valores mobiliários. Diante de qualquer suspeita, a CVM pode iniciar um inquérito administrativo, por meio do qual recolhe informações, toma depoimentos e reúne provas com vistas a identificar o responsável por práticas ilegais, desde que lhe ofereça, a partir da acusação, amplo direito de defesa.

Nota: A CVM é uma autarquia vinculada ao ministério da Fazenda, instituída pela Lei nº 6.385, de 7 dezembro de 1976. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários.

Cabe também à CVM promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas, assim como assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários e estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários.

6.2. BNDES

É um órgão de execução da política de investimentos a longo prazo do governo federal, vinculada ao Ministério do Planejamento. É uma IF de fomento do país; apoia investimentos estratégicos e, particularmente, o desenvolvimento da empresa privada nacional, tendo como objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país.

Nos governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, o BNDES ficou com a responsabilidade de gerir todo o processo de privatização das empresas estatais.

Nos dias de hoje, investimentos em infraestrutura são necessários para suportar a dinâmica do crescimento econômico do País. Assim, entre as entidades do Sistema Financeiro Nacional, na concessão de financiamentos de projetos de longo prazo, tem-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

6.3. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)

Instituição financeira responsável pela operacionalização das políticas do governo federal para habitação popular e saneamento básico, caracterizando-se cada vez mais como banco de apoio ao trabalhador de baixa renda.

A fonte de recursos oriundos dos depósitos em cadernetas de poupança e o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) são aplicados dentro da política de interesse do Governo Federal.

São fontes de obtenção de recursos da CEF:

- Loterias.
- Fundos e programas como FGTS, Fundo de Compensação de Variações Salariais, Programa de Integração Social (PIS), Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

6.4. CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CRSFN)

É um órgão integrante do Ministério da Fazenda que julga em segunda e última instâncias os recursos interpostos das decisões relativas à aplicação de penalidades administrativas pelo Bacen e CVM. É um órgão colegiado, de segundo grau, sua secretaria executiva funciona no edifício sede do Bacen. O CRSFN é integrado por oito conselheiros, um representante do Ministério da Fazenda, Bacen, CEF e CVM e mais quatro representantes das entidades de classe do mercado financeiro e de capitais.

6.5. BANCOS COMERCIAIS

São classificados como instituições monetárias por ter o poder de criação de moeda escritural. Recebem depósitos à vista em contas de movimento e efetuam empréstimos a curto prazo, principalmente para capital de giro das empresas.

Suas atividades e funcionamento são fiscalizados pelo Bacen e por meio desse órgão às autoridades monetárias controlam a liquidez do sistema bancário.

6.6. BANCOS DE INVESTIMENTO

Instituições criadas para canalizar recursos de médio e longo prazos para suprimento de capital fixo ou de giro das empresas com o objetivo de dilatar o prazo de empréstimos e financiamento, visando a fortalecer a capitalização das empresas, por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, bem como a subscrição de ações e debêntures.

Uma característica dos bancos de investimento é que eles não podem efetuar captação de depósitos por meio de conta-corrente, podendo obter recursos pela emissão de CDB e RDB venda de cotas de fundo, além de captação e repasse de recursos de origens interna e externa.

Os bancos de investimentos podem efetuar:

- Empréstimo a prazo mínimo de 1 ano para capital fixo e de giro.
- Aquisição de ações, títulos e valores mobiliários para investimento ou revenda no mercado de capitais (operação *Underwriting*).
- Repasses de empréstimos obtidos no exterior; repasse de recursos retidos no país.

6.7. SOCIEDADES DISTRIBUIDORAS DE VALORES MOBILIÁRIOS (SDVM)

São sociedades anônimas ou sociedades por cotas de responsabilidade limitada cuja autorização para funcionar é dada pelo Bacen.

Não têm acesso à bolsa de valores e têm como atividade básica a subscrição isolada de um consórcio de emissão de títulos e valores mobiliários para revenda; operações no mercado aberto.

6.8. SOCIEDADES CORRETORAS

São IFs constituídas como sociedades anônimas ou sociedades por cotas de responsabilidade limitada, sua principal função é a de promover de forma eficiente a aproximação entre compradores e vendedores de títulos e valores mobiliários, dando a estes negociabilidade adequada por meio de operações realizadas

6.9. COMPANHIAS HIPOTECÁRIAS

A constituição bem como o funcionamento dependem da autorização do Bacen. Têm como objetivos sociais: conceder financiamentos destinados à produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; comprar, vender e refinar créditos hipotecários de próprios ou terceiros; administrar fundos de investimento imobiliário.

6.10. AGÊNCIAS DE FOMENTO

São regulamentadas pelo CMN e têm sua origem nos bancos estaduais; caso venha a ter problemas de liquidez, a responsabilidade é do governo do respectivo estado.

Seus recursos são oriundos do orçamento da união, estados e municípios, além de captarem créditos de longo prazo de instituições de desenvolvimento oficiais.

Tais agências não podem captar recursos junto ao público e nem têm acesso a contas de reservas do Bacen, bem como ao mercado interbancário, linhas de redesconto, mas serão fiscalizadas pelo Bacen.

As agências de fomento devem ter no mínimo capital de R\$ 4 milhões e seu patrimônio líquido deve ser compatível com as regras estabelecidas no acordo de Basileia.

6.11. BANCOS COOPERATIVOS

Tais bancos devem operar restritamente dentro da Unidade da Federação (estado) de sua sede. Conforme o acordo de Basileia, o patrimônio líquido dos bancos cooperativos deve representar 15% dos ativos ponderados.

O Bacen por meio da Resolução nº 2193/1995 autoriza as cooperativas a abrirem seus próprios bancos comerciais podendo ter talão de cheques; emitir cartão de crédito; fazer compensação de documentos; administrar a carteira de crédito.

6.12. BANCOS MÚLTIPLOS

Criados por meio da Resolução nº 1.524/1988 do Bacen por decisão do CMN. São carteiras de um banco múltiplo, como a carteira comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de aceite; de desenvolvimento; de *leasing*.

Para que exista a configuração de banco múltiplo, o mesmo deve possuir, no mínimo, duas das carteiras citadas acima.

Nota: Bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias de diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Os bancos múltiplos com carteira comercial devem ser organizados sob a forma de sociedade anônima e podem captar depósitos à vista.

6.13. BANCOS MÚTUOS DE INVESTIMENTO

Constituídos sob forma de condomínio aberto, representando a reunião de recursos de poupança, cujo destino será a aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários. O objetivo desses fundos é propiciar a seus participantes uma valorização de cotas, a um custo global baixo. Por outro lado esses recursos se constituem em fonte cujo objetivo será de investimentos em capital permanente de empresas.

6.13.1. Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID

A ANBID congrega as principais IFs que atuam no mercado de capitais brasileiro.

O objetivo precípuo da ANBID é atuar para o desenvolvimento de suas instituições, já que estas são instrumentos fomentadores de desenvolvimento do País.

Os sócios da ANBID são os bancos de investimento, bancos múltiplos com carteira de investimento, administradoras de recursos de terceiros e consultorias financeiras.

6.13.2. Principais Objetivos da ANBID

- Fortalecer o mercado de capitais com o instrumento de financiamento e desenvolvimento.
- Apoiar o fortalecimento da CVM com o órgão regulador do mercado de capitais.
- Contribuir para a ampliação do conhecimento dos investidores e agentes relevantes do mercado sobre os produtos de investimento disponíveis no mercado de capitais.
- Aprimorar a infraestrutura de serviços e a racionalização das práticas operacionais do mercado de capitais.

6.13.3. Resumo sobre CVM, Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos

- I – A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei nº 6.385/1976, é um órgão normativo do SFN voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário.
- II – Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas são funções da CVM.
- III – Assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários e estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários são funções da CVM.
- IV – Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.
- V – Bancos comerciais devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a palavra “Banco”.
- VI – A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica dos bancos comerciais.
- VII – Bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias de diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento.
- VIII – Os bancos múltiplos com carteira comercial devem ser organizados sob a forma de sociedade anônima e podem captar depósitos à vista.

6.13.4. Hedge Funds e o Banco de Varejo e Atacado

A história do *Hedge Funds* teve início no fim da década de 1940, nos EUA, quando Alfred Winslow Jones constituiu o primeiro fundo que procurava obter recursos absolutos acima da média do mercado sem que, para tanto, fosse necessário apostar na alta ou queda das ações.

O fundo criado por Jones foi estruturado como uma sociedade limitada e 40% do capital deste fundo foi investido pelo próprio Jones.

6.13.4.1. O Modelo de Jones

O modelo de investimento de Jones se baseava em dois fatores:

- I – Capacidade de selecionar ações que apresentariam PERFORMANCE superior e inferior ao mercado.
- II – Incapacidade de acertar o melhor momento de comprar ou vender ativos. A inovação de Jones foi combinar estratégias de venda a descoberto e de alavancagem para maximizar o retorno e minimizar o risco.

6.13.4.2. O Conceito de Hedge Fund

O conceito de *Hedge Fund* está associado, portanto, à noção de assumir o risco de PERFORMANCE de ativos específicos e obter resultados superiores independentemente da direção do mercado. Assim, foi possível pela primeira vez a cobrança de taxa de *Performance*, a qual objetiva remunerar o resultado excepcional.

É importante notar que a filosofia de investimento criada por Jones procurava isolar a capacidade de alocação de ativos da direção de mercado, e daí a origem do termo *HEDGE FUND*.

6.13.4.3. O Mercado de Opções e o Hedge Fund

As mudanças no mercado financeiro que ocorreram na segunda metade do século XX, principalmente o instrumento de mercado derivativos (v. cap. 13), permitiram que os *Hedge Funds* tomassem posições direcionais, em que o resultado está relacionado à tendência do mercado, com proteção de opções.

6.13.4.4. Hedge Fund – Definição

Esse conceito foi formulado por Alfred Winslow Jones em 1949, o primeiro a combinar investimentos de curto e longo prazo com o fim de garantir uma cobertura da carteira perante movimentos do mercado.

Características gerais do *Hedge Fund* são:

1. Pouco controle por agências reguladoras;
2. Informações de *performance* são publicadas de acordo com as regras do próprio fundo;
3. Permitem investimentos agressivos, usualmente proibidos aos demais fundos; ven/ ^

3. Permitem investimentos agressivos usualmente proibidos aos demais fundos: vendas descobertas, derivados financeiros, alto grau de alavancamento financeiro;
4. Não possuem prêmios de liquidez diários;
5. Não precisam de reservas mínimas de dinheiro, assim podem investir todo o capital disponível;
6. Podem permitir aumentar os investimentos e retirar certas quantias antes do fim do ano;
7. Cobram altas comissões em função do capital investido e dos resultados obtidos; assim sendo geralmente restrito a pessoas muito ricas.

Nota: Os *Hedge Funds* não são um tipo de investimento homogêneo. Originalmente, os *Hedge Funds* usavam os mercados derivados para cobrir o risco de posições no mercado à vista, obtendo um lucro sem risco. Este *hedge* deu o nome ao tipo de fundos, designação que permaneceu até os dias de hoje, embora, neste caso concreto, o nome desvirtue a sua verdadeira natureza: especulativa e alavancada.

6.13.4.5. Nomes de Sucesso

Entre os *HEDGE FUNDS* que ganharam notoriedade mundial, merecem destaque: Quantum, de George Soros; Tiger Management, de Julian Robertson; Long-Term Capital Management, de John Meriwether, Robert Merton e Myron Scholes; os dois últimos, juntamente com Fisher Black, autores da renomada teoria de opções BLACK and SCHOLES, pela qual foram laureados com o prêmio Nobel de economia em 1977.

6.13.4.6. Hedge Funds – o que são na origem

Os *Hedge Funds* são uma classe adicional de investimentos em que se utilizam estilos de gestão alternativos. Assim, de acordo com estudiosos da área, entende-se que *Hedge Funds*, quando combinados com uma carteira de ativos tradicionais, têm o potencial de reduzir o risco e, ao mesmo tempo, aumentar o retorno esperado. Logo, recomenda-se que investidores incluam *Hedge Funds* em suas carteiras de investimento.

6.13.4.7. Divisão de Hedge Funds

Os *Hedge Funds* podem ser divididos em dois grandes grupos: direcionais e não direcionais.

Os *funds* não direcionais são menos arriscados e se subdividem em *Market neutral*, *event-driven* e arbitragem. Os *funds* direcionais como o *global macro* são mais arriscados.

A seguir, serão listados alguns *Hedge Funds* e suas principais características.

- I – *Global Macro*: Procuram tirar partido de uma abordagem macroeconômica, atuando em quase todos os mercados (câmbios, ações, obrigações, matérias-primas etc.). O processo de gestão pode ser discricionário, ou seja, baseado nas decisões dos gestores; sistemático, isto é, assente na aplicação de modelos matemáticos (aqui se incluem alguns *Commodity Trading Advisors*); ou misto, em que há uma distribuição diversificada por estratégia de gestão (dai o nome *Multistrategy*).
- II – *Direcional*: Procuram apostar numa determinada direção do mercado, com ou sem cobertura de risco. Neste grupo incluem-se: os *equity long short*, que compram ações e fazem cobertura com índices; os *sector funds*, especializados em determinados nichos ou setores; os *short bias*, que procuram se beneficiar da queda do mercado por meio da tomada de posições curtas em índices e ações.
- III – *Event Driven*: Exploram ineficiências causadas por determinados eventos, principalmente no âmbito das empresas. Neste grupo incluem-se, entre outros, os *funds distressed*, que se especializam em empresas que transacionam a desconto devido ao risco de falência e os *merger arbitrage*, que exploram ineficiências quanto a empresas em processo de fusão.
- V – *Relative Value*: Exploram ineficiências entre ativos relacionados. Incluem-se neste grupo obrigações, ações e obrigações convertíveis.

6.13.4.8. Consolidação da Indústria de Hedge Funds

Investir em *Hedge Funds* exige tempo e análise detalhada de cada fundo. Os *Hedge Funds* não possuem uma estratégia de investimento e a capacidade de cada gestor é crucial para boa *performance* do investimento ao longo do tempo.

No que se refere a barreiras quanto a essa modalidade de investimento, têm-se, por exemplo, a complexidade dos instrumentos aplicados na gestão dos recursos, experiência para monitorar os retornos e estratégias apresentadas pelos fundos.

6.13.4.9. O Fundo de Fundos

Um fundo de fundos possui com o principais características a diversificação do risco, o acesso a diversos fundos, o controle de *performance* dos gestores e o custo baixo. Assim, por meio de um canal de distribuição criado pelo fundo de fundos, é possível reduzir o custo de venda.

6.13.4.10. Hedge Funds no Brasil e os Bancos de Varejo e Atacado

A indústria de fundos no Brasil obteve impulso a partir de 1992 com a criação de fundos de *COMMODITIES*, os quais, por meio do benefício da liquidez, se tornaram muito atraentes para os investidores.

Em 1995, o BACEN alterou a regulamentação dos fundos de investimento. Essas mudanças possuem o objetivo de simplificar o processo de distribuição e a escolha do investidor por um determinado produto, de modo a permitir a escolha do produto que melhor atenda ao perfil de investimento.

De acordo com o cenário apresentado é que os bancos de Varejo e de Atacado ganham ênfase no Brasil, ou seja, passam a surgir com maior destaque as empresas de administração de recursos de terceiros ligadas as instituições financeiras.

6.13.4.11. A Diversificação de Ativos e a Carteira de Markowitz

Ao desenvolver a teoria de portfólio eficiente e relacionar risco e retorno ao processo decisório de investimento, Harry Markowitz concluiu que parte do retorno obtido resultava da habilidade do gestor e não da direção do mercado. A esse valor, adicionado pela gestão, se deu o nome de alfa.

Markowitz conclui que o investidor médio deveria, ao contrário do que se imaginava na época, construir uma carteira de ações e não apenas selecionar aquela que parecia ser a melhor. Na prática, Markowitz afirma que os investidores deveriam diversificar o risco entre diversas classes de ativos. O objetivo de Markowitz é mostrar que os investidores não devem assumir riscos pelos quais não são compensados.

6.13.5. Bancos de Câmbio

Bancos de câmbio são instituições financeiras autorizadas a realizar, sem restrições, operações de câmbio e operações de crédito vinculadas às de câmbio.

FUNÇÃO DO BANCO DE CÂMBIO: Financiamentos à exportação e à importação e adiantamentos sobre contratos de câmbio são exemplos de operações de câmbio e/ou operações de crédito vinculadas às operações de câmbio.

6.14. QUESTÕES COMENTADAS

1. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia ligada ao Poder Executivo que atua sob a direção do Conselho Monetário Nacional e tem por finalidade básica:

- normatização e controle do mercado de valores mobiliários;
- compra e venda de ações no mercado da Bolsa de Valores;
- fiscalização das empresas de capital fechado;
- captação de recursos no mercado internacional;
- manutenção da política monetária.

Comentário:

A CVM é uma autarquia normativa do sistema financeiro especificamente voltado para o mercado mobiliário, regulamentando-o, disciplinando-o e fiscalizando-o.

Gabarito: A.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) O mercado de capitais pode atuar positivamente para o crescimento econômico. Para que esse mercado cumpra seu papel, dentre as condições necessárias, é correto mencionar:

- assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários, o que constitui uma função da Comissão de Valores Mobiliários;
- fiscalizar e inspecionar as companhias abertas, o que constitui uma função do Banco Central do Brasil;
- fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários, o que constitui uma função da Superintendência de Seguros Privados;
- apurar e punir condutas fraudulentas no mercado de valores mobiliários, o que constitui uma função do Tesouro Nacional;
- prevenir ou corrigir situações anormais do mercado, inclusive com a suspensão da negociação de determinado valor mobiliário, o que constitui função do Conselho Monetário Nacional.

Comentário:

São poderes da CVM:

- Normalizar o que diz respeito ao mercado de valores mobiliários.
- Fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado.
- Disciplinar as seguintes matérias:
 - Registro de companhias abertas;
 - Registro de distribuições de valores mobiliários;
 - Credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valor

mobiliários;

- Organização, funcionamento e operações das bolsas de valores;
- Negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários;
- Administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários;
- Suspensão ou cancelamento de registros, credenciamentos ou autorizações;
- Suspensão de emissão, distribuição ou negociação de determinado valor mobiliário ou decretar recesso de bolsa de valores.

Gabarito: A.

6.15. QUESTÕES PROPOSTAS

1. Com relação à atividade de um banco de investimento, julgue os itens abaixo:

- () Ficam responsabilizados pela subscrição de papéis que serão colocados pela primeira vez no mercado.
- () A operação de subscrição consiste na compra pelo banco de investimento dos títulos emitidos pelo tomador, adiantando os recursos para este último e mantendo os papéis em carteira para a colocação posterior no mercado.
- () A função do banco de investimento é permitir às empresas que desejam investir, ou a governos que têm planos de gastar, poder fazê-lo na época que lhe seja mais favorável, em vez de ter que esperar que o mercado; isto é, compradores finais de títulos que sejam receptivos a essas emissões.

2. O BNDES foi fundado em 1952 e é uma instituição responsável pela política de investimentos de longo prazo do governo federal, sendo a principal IF responsável pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social do país.

Com relação a seus objetivos básicos, julgue os itens abaixo:

- () Impulsiona o desenvolvimento econômico do país.
- () Não fortalece o setor empresarial, apenas setores do governo (empresas públicas como a Petrobras).
- () Não cabe ao BNDES atenuar os desequilíbrios regionais, visto que o governo tem uma política de produção para cada região.
- () Promove o crescimento e a diversificação das exportações.
- () Tem como objetivo apoio a programas sociais.
- () Fortalece o mercado de capitais através de mecanismos de engenharia financeira.

3. (CEF - Vunesp - 2005) Faz parte das principais atribuições da comissão de valores mobiliários:

- a) regularizar a execução dos serviços de compensação de cheques;
- b) zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- c) executar os serviços de meio circulante;
- d) exercer fiscalização das instituições financeiras;
- e) disciplinar e fiscalizar a organização e funcionamento e as operações das bolsas de valores.

4. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) A cerca da comissão de valores mobiliários (CVM), órgão normativo do SFN, ligado ao Ministério da Fazenda e voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário, julgue os próximos itens:

- () A CVM é o órgão do SFN responsável pela fiscalização das operações de câmbio e de consórcios.
- () A CVM tem como um dos principais objetivos assegurar o acesso do público às informações sobre valores mobiliários negociados, assim como às companhias que os tenham emitido.

5. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, cuja secretaria executiva funciona no edifício sede do Bacen. Acerca do CRSFN, julgue os itens que se seguem:

- () Constituem atribuições do CRSFN: adaptar os volumes dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.
- () Ao receber intimação decisória de processo administrativo do Bacen, da CVM, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) ou do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal (SRF), o(s) interessado(s) poderá (ão) interpor recursos ao CRSFN, no prazo estipulado na intimação, devendo entregá-lo mediante recibo ao respectivo órgão instaurador.

6. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. No que se refere aos bancos comerciais, julgue os itens a seguir.

- () Na denominação dos bancos comerciais, é vedado o uso da palavra Central.
- () Os bancos comerciais não podem captar depósitos a prazo.

7. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) Bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam operações ativas, passivas e acessórias de diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Com relação aos bancos múltiplos, julgue os itens abaixo:

- () Os bancos múltiplos devem ser constituídos com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento.
- () A carteira de desenvolvimento pode ser operada por banco múltiplo e por banco público.

8. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) A Lei nº 9.613, de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, determina que as instituições financeiras adotem alguns mecanismos de prevenção. Dentre esses mecanismos, as instituições financeiras deverão:

(Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que tem como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. No que se refere aos bancos comerciais, julgue os itens a seguir.

- () Na denominação dos bancos comerciais, é vedado o uso da palavra Central.
() Os bancos comerciais não podem captar depósitos a prazo.

7. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) Bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam operações ativas, passivas e acessórias de diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Com relação aos bancos múltiplos, julgue os itens abaixo:

- () Os bancos múltiplos devem ser constituídos com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento.
() A carteira de desenvolvimento pode ser operada por banco múltiplo e por banco público.

8. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) A Lei nº 9.613, de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, determina que as instituições financeiras adotem alguns mecanismos de prevenção. Dentre esses mecanismos, as instituições financeiras deverão:

- a) instalar equipamentos de detecção de metais na entrada dos estabelecimentos onde acontecem as transações financeiras;
b) verificar se os seus clientes são pessoas politicamente expostas, impedindo qualquer tipo de transação financeira, caso haja a positivação dessa consulta;
c) identificar seus clientes e manter seus cadastros atualizados nos termos de instruções emanadas pelas autoridades competentes;
d) comunicar previamente aos clientes suspeitos de lavagem de dinheiro as possíveis sanções que estes sofrerão, caso continuem com a prática criminosa;
e) registrar as operações suspeitas em um sistema apropriado e enviar para a polícia civil a lista dos possíveis criminosos, com a descrição das operações realizadas.

9. (FCC/BB/Escriturário/2013) Investimentos em infraestrutura são necessários para suportar a dinâmica do crescimento econômico do País. Atualmente, dentre as entidades do Sistema Financeiro Nacional, na concessão de financiamentos de projetos de longo prazo, constata-se atuação com destaque

- a) dos Bancos comerciais.
b) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
c) das Companhias Hipotecárias.
d) das Cooperativas Centrais de Crédito.
e) das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento.

10. (FCC/BB/Escriturário/2013) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) controla e fiscaliza o seguinte produto do mercado de valores mobiliários:

- a) Certificado de Depósito a Prazo.
b) Título de Capitalização.
c) Letra de Câmbio.
d) Título de Emissão do Tesouro Nacional.
e) Fundo de Investimento.

11. (FCC/BB/Escriturário/2013) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem atribuição de

- a) efetuar o controle dos capitais estrangeiros.
b) fiscalizar a auditoria de companhias fechadas.
c) estabelecer condições para a posse em quaisquer cargos de administração de instituições financeiras.
d) orientar as aplicações fora do país dos recursos das instituições financeiras.
e) conceder registro para negociação em bolsa e no mercado de balcão.

12. (VUNESP/ECONOMISTA/2010) Empresa pública federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil. O texto se refere

- a) ao Banco do Brasil.
b) à Caixa Econômica Federal.
c) ao Banco Central.
d) ao BNDES.
e) à CVM.

Gabarito:

1. C, C, C	2. C, E, E, E, E, E	3. E
4. E, C	5. E, C	6. C, E
7. C, E	8. C	9. B
10. E	11. E	12. D

Factoring

A origem da palavra *factoring* vem da terminologia *facio, facis, factum* — aquele que faz alguma coisa, que desenvolve ou fomenta uma atividade (agente mercantil). O *factor* na sua origem é um consultor de negócios.

O *factoring* é caracterizado por uma atividade comercial mista atípica prestadora de serviços associada à compra de direitos de um contrato de venda mercantil.

A empresa de *factoring* não é banco, pois não empresta dinheiro; presta, sim, serviços e créditos, não necessitando de autorização do Bacen. E não é banco, suas normas e regulamentos são editados pela Anfac (Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil).

De maneira mais ampla, o fomento mercantil pode ser entendido como uma prestação contínua de serviços de alavancagem mercadológica, de avaliação de fornecedores, clientes e sacados, de acompanhamento de contas a receber entre outros serviços.

7.1. COMPRA E VENDA MERCANTIL

No contrato de fomento mercantil, a empresa (comercial ou de serviços) vende seus créditos à *factoring*, e esta os adquire, pagando-as à vista, passando a ser a legítima detentora do título.

No contrato, é vedado direito de regresso da *factoring* contra a empresa que lhe cedeu os créditos, caso haja inadimplência do devedor. O risco assumido do não pagamento do terceiro é, portanto, inerente a esta atividade. Em regra, responde a empresa que cedeu os créditos em caso de inexistência, nulidade ou vício de crédito, que lhe impossibilite o pagamento.

7.2. FINALIDADES

A finalidade principal da empresa de *factoring* é o fomento mercantil. Essas operações de fomento mercantil são direcionadas às pequenas e médias empresas que, quase sempre, encontram dificuldades em obter recursos nos bancos. O *factoring* também presta serviços à empresa-cliente, em outras áreas administrativas.

7.3. VANTAGENS

A empresa recebe à vista suas vendas feitas a prazo, melhorando o fluxo de caixa para:

- movimentar os negócios;
- assessoria administrativa;
- cobrança de títulos ou direitos de créditos;
- agilidade e rapidez nas decisões;
- intermediação entre a empresa e seu fornecedor;
- a compra de matéria-prima à vista, gerando vantagens e competitividade;
- análise de risco e assessoria na concessão de créditos a clientes.

7.4. MODALIDADES

No mercado brasileiro o *factoring* é mais atuante na modalidade convencional. Segue um pequeno resumo das principais modalidades:

- Convencional – É a compra dos direitos de créditos das empresas fomentadas, através de um contrato de fomento mercantil.
- *Maturity* – A *factoring* passa a administrar as contas a receber da empresa fomentada, eliminando as preocupações com cobrança.
- *Trustee* – Além da cobrança e da compra de títulos, a *factoring* presta assessorias administrativa e financeira às empresas fomentadas.
- Exportação – Nessa modalidade, a exportação é intermediada por duas empresas de *factoring* (uma de cada país envolvido), que garantem a operacionalidade e liquidação do negócio.
- *Factoring* Matéria-Prima – A *factoring* nesse caso transforma-se em intermediário entre a empresa fomentada e seu fornecedor de matéria-prima. A *factoring* compra à vista o direito futuro deste fornecedor e a empresa paga ao *factoring* com o faturamento gerado pela transformação desta matéria-prima.

7.5. PÚBLICO-ALVO

O *factoring* é destinado exclusivamente às pessoas jurídicas, principalmente às pequenas e médias empresas.

7.5.1. Atividade Econômica do *Factoring*

Entre as atividades econômicas do sistema financeiro, a operação de *factoring* é uma atividade comercial mista atípica, que engloba serviços e compra de créditos (direitos creditórios) resultantes de vendas mercantis. O *factoring*, com o fomento mercantil, expande os ativos de seus clientes, aumentando-lhes as vendas e eliminando o endividamento, transformando vendas a prazo em vendas à vista.

Nota: A modalidade de *factoring* cuja operação se constitui de prestação de serviços de tesouraria e acompanhamento de contas a receber e a pagar, na qual a sociedade de fomento mercantil é mandatária da sua empresa-cliente contratante, é conhecida com o *trustee*.

7.5.2. *Factoring* é *Factoring* e Banco é Banco

Por definição, o *Factoring* não é uma atividade financeira, ou seja, a empresa de *Factoring* não pode fazer captação de recursos de terceiros, nem intermediar para emprestar estes recursos, como os bancos, assim como não desconta títulos e não faz financiamentos.

Na verdade, o *Factoring* é uma atividade comercial, pois conjuga a compra de direitos de créditos com a prestação de serviços. Para isso, depende exclusivamente de recursos próprios.

7.5.3. Vantagens de Parceria com uma *Factoring*

- A empresa recebe à vista suas vendas feitas a prazo, melhorando o fluxo de caixa para movimentar os negócios;
- Assessoria administrativa;
- Cobrança de títulos ou direitos de créditos;
- Agilidade e rapidez nas decisões;
- Intermediação entre a empresa e seu fornecedor;
- Análise de risco e assessoria na concessão de créditos a clientes.

7.5.4. Como Funciona o *Factoring*

São quatro as etapas básicas do processo:

- A empresa vende seu bem, crédito ou serviço a prazo, gerando um crédito (exemplo: Duplicata Mercantil) no valor correspondente;
- A empresa negocia esse crédito com a *Factoring*;
- De posse desse crédito, a *Factoring* informa o sacado sobre o fato e a forma de cobrança (carteira ou banco);
- Findo o prazo negociado inicialmente, a empresa sacada pagará o valor deste crédito à *Factoring*, encerrando a operação.

7.6. QUESTÕES COMENTADAS

1. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) A operação de antecipação de um recebimento, ou seja, venda de uma duplicata (crédito a receber) para uma sociedade de fomento mercantil, mediante o pagamento de uma taxa percentual atrelada ao valor de face da duplicata, constitui o:

- a) *leasing*;
- b) *hot money*;
- c) *spread*;
- d) *factoring*;
- e) *funding*.

Comentário:

No fomento mercantil (*factoring*), a empresa vende seus créditos (duplicatas) à empresa de fomento mercantil. Após um pagamento à vista, esta última passa a ser a legítima detentora do título.

Tais operações de fomento mercantil são direcionadas a pequenas e médias empresas que, quase sempre, encontram dificuldades em obter recursos junto nos bancos. A empresa de *factoring* também pode prestar serviços à empresa-cliente, em outras áreas administrativas.

Gabarito: D.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) Analise:

- I. Uma operação de *factoring* consiste na aquisição de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo.
- II. Os títulos de crédito descontados por meio do *factorina* servem como garantia da operação, caso o sacador r ^

realize o pagamento da dívida no prazo e na forma combinados.

III. O risco de crédito dos títulos que são objeto das operações de *factoring* é de responsabilidade da empresa vendedora.

IV. Há incidência de IOF sobre os juros pagos em uma operação de *factoring*.

É correto o que consta em:

- a) I, apenas;
- b) I, II e III, apenas;
- c) III e IV, apenas;
- d) II, III e IV, apenas;
- e) I, II, III e IV.

Comentário:

O *factoring* depende exclusivamente de recursos próprios, pois conjuga a compra de direitos de créditos com a prestação de serviços; o risco assumido do não pagamento do não é de responsabilidade da empresa vendedora.

A transferência do título de crédito para a empresa de *factoring* requer a comunicação ao cliente devedor (sendo este o cliente da empresa que vende os títulos de crédito representativos de suas vendas para uma empresa de fomento mercantil), assim como a sua manifestação da aceitação quanto à transferência da titularidade de sua dívida (para o devedor representa um novo credor).

O *factoring* na verdade não é uma atividade financeira, ela pois não pode fazer captação de recursos de terceiros, nem intermediar para emprestar estes recursos, como os bancos, assim como não desconta títulos e não faz financiamentos (logo não há incidência de IOF).

Gabarito: A.

7.7. QUESTÕES PROPOSTAS

1. (Banco de Brasília/2001) Nas operações de fomento mercantil (*Factoring*):

- I. não há captação de recursos;
- II. os financiamentos são efetuados mediante o desconto de títulos;
- III. ocorrem transações de natureza mercantil;
- IV. o devedor é a empresa sacada.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 0;
- b) 1;
- c) 2;
- d) 3;
- e) 4.

2. (CEF/2001) O fomento mercantil, ao contrário de outros contratos, principalmente no Brasil, é um fenômeno novo em plena evolução, e que aos poucos, por múltiplas razões, está assumindo fisionomia própria. O fomento mercantil é o resultado da coordenação de uma série de serviços e de compra de direitos em apoio às pequenas e médias empresas, seu mercado-alvo. A principal atividade da sociedade de fomento mercantil consiste em oferecer serviços a sua empresa-cliente.

Em relação ao assunto do texto acima, julgue os itens seguintes:

- () A gestão de caixa e de estoques e negociação com fornecedores são exemplos de serviços que uma empresa de fomento mercantil pode prestar às suas empresas-cliente.
- () O funcionamento de uma sociedade de fomento mercantil necessita de autorização do Bacen.
- () À empresa de fomento mercantil, é proibido fazer captação de dinheiro no mercado e emprestar dinheiro.
- () A empresa de fomento mercantil não pode ter como clientes pessoas físicas
- () Usualmente, os clientes da empresa de fomento mercantil são pequenas e médias empresas.

3. (Banco do Brasil/1999) Uma operação de fomento comercial (*factoring*)

- a) está sujeita à incidência de imposto sobre operações financeiras (IOF).
- b) é uma atividade essencialmente financeira.
- c) é uma atividade de prestação de serviços associada à compra de direitos.
- d) não tem natureza mercantil.
- e) não está sujeita à incidência do imposto sobre serviços (ISS).

4. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedade anônima, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a expressão "arrendamento mercantil". Com relação às sociedades de arrendamento mercantil, julgue os próximos itens:

- () As sociedades de arrendamento mercantil são supervisionadas pelo Bacen.
- () As operações passivas das sociedades de arrendamento mercantil são emissão de debêntures, dívida externa, empréstimos e financiamentos de instituições financeiras.

Gabarito:

É correto o que consta em:

- a) I, apenas;
- b) I, II e III, apenas;
- c) III e IV, apenas;
- d) II, III e IV, apenas;
- e) I, II, III e IV.

Comentário:

O *factoring* depende exclusivamente de recursos próprios, pois conjuga a compra de direitos de créditos com a prestação de serviços; o risco assumido do não pagamento do não é de responsabilidade da empresa vendedora.

A transferência do título de crédito para a empresa de *factoring* requer a comunicação ao cliente devedor (sendo este o cliente da empresa que vende os títulos de crédito representativos de suas vendas para uma empresa de fomento mercantil), assim como a sua manifestação da aceitação quanto à transferência da titularidade de sua dívida (para o devedor representa um novo credor).

O *factoring* na verdade não é uma atividade financeira, ela pois não pode fazer captação de recursos de terceiros, nem intermediar para emprestar estes recursos, com os bancos, assim como não desconta títulos e não faz financiamentos (logo não há incidência de IOF).

Gabarito: A.

7.7. QUESTÕES PROPOSTAS

1. (Banco de Brasília/2001) Nas operações de fomento mercantil (*Factoring*):

- I. não há captação de recursos;
- II. os financiamentos são efetuados mediante o desconto de títulos;
- III. ocorrem transações de natureza mercantil;
- IV. o devedor é a empresa sacada.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 0;
- b) 1;
- c) 2;
- d) 3;
- e) 4.

2. (CEF/2001) O fomento mercantil, ao contrário de outros contratos, principalmente no Brasil, é um fenômeno novo em plena evolução, e que aos poucos, por múltiplas razões, está assumindo fisionomia própria. O fomento mercantil é o resultado da coordenação de uma série de serviços e de compra de direitos em apoio às pequenas e médias empresas, seu mercado-alvo. A principal atividade da sociedade de fomento mercantil consiste em oferecer serviços a sua empresa-cliente.

Em relação ao assunto do texto acima, julgue os itens seguintes:

- () A gestão de caixa e de estoques e negociação com fornecedores são exemplos de serviços que uma empresa de fomento mercantil pode prestar às suas empresas-cliente.
- () O funcionamento de uma sociedade de fomento mercantil necessita de autorização do Bacen.
- () À empresa de fomento mercantil, é proibido fazer captação de dinheiro no mercado e emprestar dinheiro.
- () A empresa de fomento mercantil não pode ter como clientes pessoas físicas
- () Usualmente, os clientes da empresa de fomento mercantil são pequenas e médias empresas.

3. (Banco do Brasil/1999) Uma operação de fomento comercial (*factoring*)

- a) está sujeita à incidência de imposto sobre operações financeiras (IOF).
- b) é uma atividade essencialmente financeira.
- c) é uma atividade de prestação de serviços associada à compra de direitos.
- d) não tem natureza mercantil.
- e) não está sujeita à incidência do imposto sobre serviços (ISS).

4. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedade anônima, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a expressão "arrendamento mercantil". Com relação às sociedades de arrendamento mercantil, julgue os próximos itens:

- () As sociedades de arrendamento mercantil são supervisionadas pelo Bacen.
- () As operações passivas das sociedades de arrendamento mercantil são emissão de debêntures, dívida externa, empréstimos e financiamentos de instituições financeiras.

Gabarito:

1. C	2. C, E, C, C, C	3. C
4. C, C		

Leasing

Partindo da concepção de que os rendimentos se originam no uso e não na propriedade de um bem, entende-se com o *leasing* (ou arrendamento mercantil) funciona: uma operação de *leasing* será regida por um contrato entre um arrendador e um arrendatário. O arrendador retém a propriedade legal do bem, e o arrendatário detém o uso por meio do pagamento de contraprestações por um período de tempo predeterminado.

O arrendador providencia o equipamento ao arrendatário, que se compromete ao pagamento pelo usufruto e, no fim do contrato firmado entre ambos, poderá comprar o bem, devolvê-lo ao arrendador ou contratar um novo período de arrendamento.

As empresas vendedoras de bens costumam apresentar o *leasing* como mais uma forma de financiamento, mas o contrato deve ser lido com atenção, pois se trata de operação com características próprias.

Esta operação se assemelha, no sentido financeiro, a um financiamento que utilize o bem como garantia e que pode ser amortizado num determinado número de “aluguéis” (prestações) periódicos, acrescidos do valor residual garantido e do valor devido pela opção de compra.

8.1. INTERVENIENTES

- Arrendadora: aplica os recursos na aquisição de bens escolhidos pela arrendatária e estes serão objetos do contrato.
- Arrendatária: escolhe o bem junto ao fornecedor, ao pagamento de contraprestação pelo prazo acordado em contrato, passará a utilizá-lo.
- Fornecedor: entrega o bem à arrendatária e o fatura à arrendadora.

8.2. FASES DE UMA OPERAÇÃO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A empresa arrendatária escolherá uma empresa de arrendamento mercantil para realizar a operação, sendo esta composta de várias fases, como, por exemplo:

- Elaboração do contrato de arrendamento mercantil e escolha do bem e do fornecedor.
- Assinatura do contrato (definidos o valor da operação, serviços, bens e fornecedores).

8.3. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO

- Descrição dos bens que constituem o objeto de contrato.
- Prazo do arrendamento.
- Critério de ajuste assim como o valor das contraprestações.
- Forma de pagamento das contraprestações (determinar períodos).
- Condições para o exercício assim como a concessão à arrendatária.
- Despesas e encargos adicionais.

8.4. POSSIBILIDADES DO CONTRATO

Ao final do contrato de arrendamento, o arrendatário tem as seguintes opções:

- comprar o bem por valor previamente contratado;
- renovar o contrato por um novo prazo, tendo como principal o valor residual;
- devolver o bem ao arrendador.

8.5. LIMITAÇÃO DE PRAZO

O prazo mínimo de arrendamento é de dois anos para bens com vida útil de até cinco anos e de três anos para os demais.

No caso de veículos, o prazo mínimo é de 24 meses e para outros equipamentos e imóveis o prazo mínimo é de 36 meses (bens com vida útil superior a cinco anos). Existe, também, modalidade de operação, denominada *leasing* operacional, em que o prazo mínimo é de 90 dias.

8.6. TIPOS DE LEASING

Usualmente distinguem-se dois tipos de *leasing*: o financeiro e o operacional que, além da forma normal, apresentam-se como características especiais em operações, como *Leasing Back*, imobiliário, exportação, importação etc.

8.6.1. *Leasing* Operacional

É a operação que envolve a locação de objetos móveis, e muitas vezes de pequena duração. O fornecedor fica responsável pelos riscos decorrentes do direito de propriedade (obsolescência, tecnologia, mercado de venda etc.), além de prestar assistência técnica ao cliente, por meio de treinamento de pessoal, reparos no equipamento e revisões periódicas, entre outras formas. O locador pode ser tanto a empresa locadora como a especializada na sua locação a diversos clientes. Os alugueis guardam certa relação com a capacidade produtiva deste ativo ou serviço, podendo ser rescindível a qualquer momento, às vezes, mediante um aviso-prévio. O locador do ativo, em geral, assume o compromisso de prestar assistência técnica para a manutenção do equipamento. As locadoras operacionais, devido à natureza de suas funções, não se enquadram como IFs.

Como exemplo de arrendamento operacionais, temos: alugueis de máquinas de fotocópias, serviços telefônicos, automóveis, máquinas industriais etc.

8.6.2. *Leasing* Financeiro

É uma operação financeira em que uma empresa, chamada arrendante, adquire bens de capital segundo as especificações e para o uso de outra, chamada arrendatária. Esta, em contrapartida, se propõe a amortizar o preço do bem acrescido de juros, em contraprestações periódicas com o se fossem alugueis e, no final do prazo, saldar o residual da dívida com o seu pagamento ou devolução do bem.

Ao final do contrato, o cliente pode escolher entre três opções: Comprar o bem pelo valor combinado, renovar a operação em condições financeiras a serem pactuadas ou devolver o bem à empresa de *leasing*.

Durante o período de arrendamento, a propriedade do bem é da arrendante, enquanto a posse é da arrendatária.

8.6.3. *Sale e Lease-Back*

É uma operação na qual uma companhia vende um bem para uma empresa de *leasing*, que arrenda o bem para a ex-proprietária. Em outras palavras, o fornecedor é a própria arrendatária. Esta operação é feita para levantar dinheiro em pouco tempo e, geralmente, a ex-proprietária compra de volta o bem ao fim do contrato.

8.6.4. FMV *Leasing*

Trata-se de uma operação de arrendamento mercantil, na qual a opção de compra ao final do contrato é definida pelo Valor Futuro de Mercado das máquinas ("Fair Market Value").

8.7. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE UMA OPERAÇÃO DE LEASING

8.7.1. Quanto aos Prazos

- Prazos mínimos: correspondem a 20% da vida útil do bem, variando de 2 a 3 anos.
- Prazo máximo: pode variar de contrato para contrato e depende do bem a ser arrendado, em geral, quanto mais longo o prazo maior o risco exigido dos recursos das empresas de *leasing*.

8.7.2. Contraprestações de *Leasing* (Periodicidade)

A arrendatária (cliente) paga à arrendadora (empresa de *leasing*) contraprestações periódicas durante o prazo de contrato.

Quanto à periodicidade, pode ser qualquer uma, desde que não ultrapasse seis meses sem pagamentos.

8.7.3. Valor Residual Garantido (VRG)

O VRG é uma porcentagem do valor da operação definido no início do *leasing*, que servirá de valor-base para aquisição ou renovação do contrato ao final do *leasing*.

8.7.4. Termo de Recebimento e Aceitação (TRA)

O Termo de Recebimento e Aceitação (TRA) é um documento que o cliente assina após o bem. ^

O seguro tem como finalidade específica restabelecer o equilíbrio perturbado pela ocorrência de sinistro coberto, e possui também a função econômica social de repartir os riscos entre os segurados de acordo com o princípio do mutualismo.

Características do Seguro

O seguro tem como características a *previdência*, a *incerteza* e o *mutualismo*.

A *previdência* é a defesa pelo qual a pessoa resguarda-se contra danos e perdas (a si própria, propriedades e bens). Já a *incerteza* leva em conta dois aspectos: a ocorrência (se vai acontecer) e época (quando vai acontecer). O *mutualismo* é a formação de grupos com interesses seguráveis.

Aspectos Gerais

No seguro estão envolvidos aspectos como o risco, a probabilidade de perda e a incerteza. O risco envolve uma variável aleatória conhecida, a incerteza uma variável aleatória desconhecida mas se espera estimar tal incerteza. Devemos também considerar a sinistralidade que envolve o prêmio, o sinistro e a importância segurada.

9.4.1. Princípio do Mutualismo

O mutualismo pode ser representado por um grupo de pessoas com interesse seguráveis comuns que concorrem para a formação de uma massa econômica com a finalidade de suprir em determinado momento as necessidades eventuais de alguma daquelas pessoas. O mutualismo é o compartilhamento do risco com interesse comum.

O Mutualismo representa a característica social da atividade de seguros, em que os grandes prejuízos de alguns são absorvidos pela pequena contribuição da coletividade. Nesse sentido, SUMIEN esclarece que “é mais fácil suportar coletivamente as consequências danosas de eventos individuais do que deixar um indivíduo só e isolado, exposto as essas consequências”.

De acordo com os princípios básicos do seguro, tem os, além do mutualismo, os conceitos de previdência e incerteza.

A previdência está relacionada diretamente à proteção às pessoas relativamente a si próprias e a seus bens. Portanto, refere-se ao caráter preventivo do ser humano contra perdas que possam atingir, no futuro, seu patrimônio e sua vida.

A incerteza no seguro abrange duas dimensões básicas: a possibilidade de ocorrência e o momento.

9.4.2. Sinistro

O sinistro é o risco previsto no contrato de seguro.

9.4.3. Formação do Contrato de Seguro

O contrato de seguro é formado pela proposta, apólice e documento de pagamento do prêmio. O contrato tem como elementos essenciais a seguradora, o segurado, o risco, o prêmio e a indenização.

9.4.3.1. Instrumentos do Contrato de Seguro

A lei exige a instrumentalização (formalização) do contrato de seguro. A apólice é o principal instrumento formal do contrato de seguro, contudo o mercado segurador brasileiro utiliza outros documentos formais como a proposta, o bilhete, em dosso, fatura e a averbação.

i) APÓLICE: É o instrumento formal emitido pela seguradora, necessário à prova do contrato de seguro. As especificações da proposta passam a ser parte integrante da apólice. Nela estão estipuladas todas as condições do segurado e do segurador. A apólice deve conter nome, endereço, RG, CNPJ do segurado, especificação do risco, o bem segurado, o valor da importância segurada, o valor do prêmio, a forma de pagamento e as condições de cobertura.

ii) PROPOSTA: É o documento em que o segurado registra sua vontade em segurar determinado objeto ou bem contra os mais diferentes riscos. A proposta de seguro deve fornecer à seguradora todas as informações necessárias para a análise de sua aceitação ou não dos riscos propostos pelo segurado.

iii) BILHETE: É um contrato de seguro simplificado que substitui a apólice de seguro e que dispensa o preenchimento da proposta.

iv) ENDOSSO: É o documento pelo qual se processa a alteração ou acréscimo de dispositivos contratuais, bem como a inclusão ou alteração do bem segurado na apólice, passando a ser parte integrante dela.

v) FATURA: Instrumento de cobrança utilizado nas apólices abertas de averbação (transportes) ou de adesão (vida em grupo) com a finalidade de cobrar os prêmios relativos às averbações efetuadas pelo segurado no período estipulado no contrato.

vi) AVERBAÇÃO: documento emitido pelo segurado para informar à seguradora sobre bens e verbas a garantir, genericamente previstos nas apólices abertas.

9.4.3.2. Elementos do Contrato de Seguro



De maneira geral, os elementos básicos do contrato de seguro são: o segurado, a seguradora, o risco, o prêmio, os custos, os impostos e o corretor.

SEGURADO: É a pessoa física ou jurídica que transfere a responsabilidade de um risco segurável para uma sociedade seguradora, mediante o pagamento de um prêmio.

No caso do seguro de vida, o segurado indica um beneficiário para o recebimento da indenização.

SEGURADORA: É a pessoa jurídica legalmente autorizada a operar, que assume a responsabilidade do risco e o pagamento da indenização ao segurado ou a seus beneficiários, na ocorrência do sinistro.

RISCO: É a probabilidade de um determinado evento futuro atingir um bem que representa um interesse econômico para o segurado, ou seja, trata-se de um evento aleatório cuja ocorrência acarreta prejuízo econômico.

Para que o risco possa ser segurável é necessário ele ser: possível, futuro, incerto, independentemente da vontade das partes contratantes, causador de um prejuízo de natureza econômica e quantificável, ou seja, mensurável.

PRÊMIO: O prêmio é composto por prêmio teórico ou puro, ou seja, resultante dos dados estatísticos, e o carregamento, correspondente aos gastos gerais da seguradora. É a parte do preço correspondente aos sinistros esperados.

CUSTO DA APÓLICE: É também conhecido como custo de emissão, ou seja, é o valor cobrado do segurado para cobrir os gastos da seguradora com emissão, impressão e entrega da apólice.

IMPOSTOS: Nesse caso, é cobrado IOF, assim como taxas diferenciadas dependendo do tipo de seguro, por exemplo, na área de saúde, automóveis e outros.

Nota: No que se refere às taxas, verificar a legislação recente, ou seja, do ano vigente, da segunda edição do livro. Os autores evitam colocar taxas, pois, após o lançamento da edição, podem ocorrer mudanças na lei. Para não ocorrer tais desencontros temporais, em tese, no livro evitam-se prazos e valores que possam variar conforme a lei. Assim, o candidato deve ficar atento às alterações jurídicas e consultar sites oficiais da área de seguros.

9.4.4. Risco

O risco é o evento coberto, cuja ocorrência causa prejuízo econômico.

9.4.5. Resseguro

O resseguro é definido como o seguro da seguradora, é formado por um grupo (princípio do mutualismo) que compartilha riscos.

9.4.6. Cosseguro

É uma pulverização de riscos em que duas ou mais seguradoras distribuem porcentagem de riscos de determinada apólice. O cosseguro é uma partilha de perdas, caso esta venha a ocorrer, ou seja é uma diversificação de ativos.

9.4.6.1. Formas de Transferência do Risco

Segundo a SUSEP, a pulverização do risco é a distribuição do seguro por um grande número de seguradores, de modo que o risco, assim disseminado, não venha a constituir, por maior que seja a sua importância, perigo iminente para a estabilidade da carteira.

A pulverização do risco é a forma que as seguradoras encontraram para que possam aceitar seguros de quaisquer valores, mesmo que superem sua capacidade técnica, legal e econômica para assumir riscos. As principais formas de transferência de risco são o cosseguro, o resseguro e a retrocessão.

Na retrocessão, tem-se o resseguro do resseguro, pois é a operação de resseguro realizada pelo ressegurador.

9.4.6.2. Tarifação

Diversos são os conceitos e metodologias envolvidos no cálculo do preço pago pelo segurado, o qual denomina-se prêmio. A seguir serão desenvolvidos modelos básicos em um processo de precificação.

No processo de precificação do custo de um seguro existem três tipos de prêmios: o prêmio de risco, o prêmio puro e o prêmio comercial.

i) Prêmio de risco: Tem a função de cobrir o risco médio que será representado por $E(s)$, com sua respectiva probabilidade, assim: $P = E(s)$. Nesse caso, S representa a variável aleatória, ou seja, o valor total das indenizações ocorridas em uma carteira de seguros em determinado tempo.

ii) Prêmio Puro: é igual ao prêmio de risco mais um carregamento de segurança estatístico θ . Assim, tem-se: $P = E(s)(1+\theta)$. O carregamento de segurança serve como uma margem de segurança para cobrir flutuações estatísticas do risco.

iii) Prêmio Comercial: o prêmio comercial (π) corresponde ao prêmio puro acrescido do carregamento

para as demais despesas da seguradora (α), incluída uma margem para lucro.

$$\pi = \alpha\pi + P$$

$$\pi = P / (1-\alpha)$$

substituindo P, tem-se: $E(S) / \pi = (1-\alpha) / (1+\theta)$

Exemplo: Uma carteira de seguros foi precificada considerando-se 10% de carregamento de segurança e 30% de carregamento para despesas. Qual a sinistralidade esperada sobre o prêmio comercial e o prêmio puro?

i) Prêmio comercial: $E(s) / \pi = (1-0,3) / (1+0,1) = 63,64\%$.

ii) Prêmio puro: $E(s) / P = 1 / (1+0,1) = 90,91\%$

9.4.6.3. *Julgamento ou Subjetivo*

Esse método é utilizado quando não se tem informação suficiente no processo de tarifação. É um processo subjetivo, no qual a tarifa é definida pelo *UNDERWRITER* com base na comparação de riscos similares.

9.4.6.4. *Sinistralidade*

É a tarifa atualizada em função da análise da sinistralidade.

9.4.6.5. *Tábua de Mortalidade*

É o método utilizado nos seguros de vida e de anuidades. Trata-se de um método determinístico, pois aplica fórmulas determinísticas e probabilidade de morte definidas a partir de estudos prévios realizados por atuários, nos quais eles produzem as tábuas de mortalidade.

9.4.6.6. *Princípio da Boa-Fé*

O Código Civil de 2002 revela, de modo explícito, a transformação ocorrida no ambiente negocial quando exige, no art. 422, que a relação contratual desenvolva-se com base no respeito ao princípio da boa-fé.

O art. 757 do Código Civil dispõe que, pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.

“Não seria, portanto, demasiado enfatizar uma vez mais que a boa-fé desempenha função das mais importantes no contrato de seguro, sendo, talvez, o seu fundamento mais eloquente, sua principal peculiaridade. O contrato de seguro está de tal forma fundado na boa-fé que sua ausência é suficiente para retirar-lhe a eficácia como decorre, em nosso direito, do art. 766 do NCC. Tanto assim que mereceu também a atenção do nosso Código Penal, no inciso V do art. 171, que trata da fraude para recebimento de indenização ou valor do seguro, refletindo a situação que se produz quando o segurado procura intencionalmente a ocorrência do sinistro ou exagera suas consequências, com ânimo de obter enriquecimento sem causa, o que é em síntese um atentado ao princípio da boa-fé subjetiva” (SANTOS, 2006, p. 505).

9.4.7. **Importância Segurada**

É responsabilidade do segurado, mas deve guardar relação direta com o valor do bem segurado, sendo o *rateio* a participação do segurado, quando a importância segurada for inferior ao valor de bens expostos ao risco, avaliada na data do sinistro. Cabe à seguradora indenizar os prejuízos até o limite da importância segurada, participando o segurado dos prejuízos que excederem este valor.

Entidades Fechadas de Previdência Privada

São entidades restritas a grupos de trabalhadores que contribuem periodicamente e que têm como objetivo a valorização do seu patrimônio. A Lei nº 6.435/1977 orienta a aplicação de parte das reservas técnicas no mercado acionário.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar

A Previc, criada em 30/12/2004, substitui a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), sendo caracterizada por uma autarquia especial do Ministério da Previdência Social responsável pela supervisão e fiscalização das atividades das entidades de previdência fechada. Entre suas atribuições, temos: decretar a liquidação e intervenção extrajudicial das entidades fechadas; proceder à fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e suas operações e aplicar penalidades cabíveis nos termos da legislação; autorizar as operações de fusão, cisão e incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária relativas às entidades fechadas, autorizar a celebração de convênios e termos ↴

para as demais despesas da seguradora (α), incluída uma margem para lucro.

$$\pi = \alpha\pi + P$$

$$\pi = P / (1-\alpha)$$

substituindo P, tem-se: $E(S) / \pi = (1-\alpha) / (1+\theta)$

Exemplo: Uma carteira de seguros foi precificada considerando-se 10% de carregamento de segurança e 30% de carregamento para despesas. Qual a sinistralidade esperada sobre o prêmio comercial e o prêmio puro?

i) Prêmio comercial: $E(s) / \pi = (1-0,3) / (1+0,1) = 63,64\%$.

ii) Prêmio puro: $E(s) / P = 1 / (1+0,1) = 90,91\%$

9.4.6.3. *Julgamento ou Subjetivo*

Esse método é utilizado quando não se tem informação suficiente no processo de tarifação. É um processo subjetivo, no qual a tarifa é definida pelo *UNDERWRITER* com base na comparação de riscos similares.

9.4.6.4. *Sinistralidade*

É a tarifa atualizada em função da análise da sinistralidade.

9.4.6.5. *Tábua de Mortalidade*

É o método utilizado nos seguros de vida e de anuidades. Trata-se de um método determinístico, pois aplica fórmulas determinísticas e probabilidade de morte definidas a partir de estudos prévios realizados por atuários, nos quais eles produzem as tábuas de mortalidade.

9.4.6.6. *Princípio da Boa-Fé*

O Código Civil de 2002 revela, de modo explícito, a transformação ocorrida no ambiente negocial quando exige, no art. 422, que a relação contratual desenvolva-se com base no respeito ao princípio da boa-fé.

O art. 757 do Código Civil dispõe que, pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.

“Não seria, portanto, demasiado enfatizar uma vez mais que a boa-fé desempenha função das mais importantes no contrato de seguro, sendo, talvez, o seu fundamento mais eloquente, sua principal peculiaridade. O contrato de seguro está de tal forma fundado na boa-fé que sua ausência é suficiente para retirar-lhe a eficácia como decorre, em nosso direito, do art. 766 do NCC. Tanto assim que mereceu também a atenção do nosso Código Penal, no inciso V do art. 171, que trata da fraude para recebimento de indenização ou valor do seguro, refletindo a situação que se produz quando o segurado procura intencionalmente a ocorrência do sinistro ou exagera suas consequências, com ânimo de obter enriquecimento sem causa, o que é em síntese um atentado ao princípio da boa-fé subjetiva” (SANTOS, 2006, p. 505).

9.4.7. **Importância Segurada**

É responsabilidade do segurado, mas deve guardar relação direta com o valor do bem segurado, sendo o *rateio* a participação do segurado, quando a importância segurada for inferior ao valor de bens expostos ao risco, avaliada na data do sinistro. Cabe à seguradora indenizar os prejuízos até o limite da importância segurada, participando o segurado dos prejuízos que excederem este valor.

Entidades Fechadas de Previdência Privada

São entidades restritas a grupos de trabalhadores que contribuem periodicamente e que têm como objetivo a valorização do seu patrimônio. A Lei nº 6.435/1977 orienta a aplicação de parte das reservas técnicas no mercado acionário.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar

A Previc, criada em 30/12/2004, substitui a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), sendo caracterizada por uma autarquia especial do Ministério da Previdência Social responsável pela supervisão e fiscalização das atividades das entidades de previdência fechada. Entre suas atribuições, temos: decretar a liquidação e intervenção extrajudicial das entidades fechadas; proceder à fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e suas operações e aplicar penalidades cabíveis nos termos da legislação; autorizar as operações de fusão, cisão e incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária relativas às entidades fechadas, autorizar a celebração de convênios e termos ↴

para as demais despesas da seguradora (α), incluída uma margem para lucro.

$$\pi = \alpha\pi + P$$

$$\pi = P / (1-\alpha)$$

substituindo P, tem-se: $E(S) / \pi = (1-\alpha) / (1+\theta)$

Exemplo: Uma carteira de seguros foi precificada considerando-se 10% de carregamento de segurança e 30% de carregamento para despesas. Qual a sinistralidade esperada sobre o prêmio comercial e o prêmio puro?

i) Prêmio comercial: $E(s) / \pi = (1-0,3) / (1+0,1) = 63,64\%$.

ii) Prêmio puro: $E(s) / P = 1 / (1+0,1) = 90,91\%$

9.4.6.3. *Julgamento ou Subjetivo*

Esse método é utilizado quando não se tem informação suficiente no processo de tarifação. É um processo subjetivo, no qual a tarifa é definida pelo *UNDERWRITER* com base na comparação de riscos similares.

9.4.6.4. *Sinistralidade*

É a tarifa atualizada em função da análise da sinistralidade.

9.4.6.5. *Tábua de Mortalidade*

É o método utilizado nos seguros de vida e de anuidades. Trata-se de um método determinístico, pois aplica fórmulas determinísticas e probabilidade de morte definidas a partir de estudos prévios realizados por atuários, nos quais eles produzem as tábuas de mortalidade.

9.4.6.6. *Princípio da Boa-Fé*

O Código Civil de 2002 revela, de modo explícito, a transformação ocorrida no ambiente negocial quando exige, no art. 422, que a relação contratual desenvolva-se com base no respeito ao princípio da boa-fé.

O art. 757 do Código Civil dispõe que, pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.

“Não seria, portanto, demasiado enfatizar uma vez mais que a boa-fé desempenha função das mais importantes no contrato de seguro, sendo, talvez, o seu fundamento mais eloquente, sua principal peculiaridade. O contrato de seguro está de tal forma fundado na boa-fé que sua ausência é suficiente para retirar-lhe a eficácia como decorre, em nosso direito, do art. 766 do NCC. Tanto assim que mereceu também a atenção do nosso Código Penal, no inciso V do art. 171, que trata da fraude para recebimento de indenização ou valor do seguro, refletindo a situação que se produz quando o segurado procura intencionalmente a ocorrência do sinistro ou exagera suas consequências, com ânimo de obter enriquecimento sem causa, o que é em síntese um atentado ao princípio da boa-fé subjetiva” (SANTOS, 2006, p. 505).

9.4.7. **Importância Segurada**

É responsabilidade do segurado, mas deve guardar relação direta com o valor do bem segurado, sendo o *rateio* a participação do segurado, quando a importância segurada for inferior ao valor de bens expostos ao risco, avaliada na data do sinistro. Cabe à seguradora indenizar os prejuízos até o limite da importância segurada, participando o segurado dos prejuízos que excederem este valor.

Entidades Fechadas de Previdência Privada

São entidades restritas a grupos de trabalhadores que contribuem periodicamente e que têm como objetivo a valorização do seu patrimônio. A Lei nº 6.435/1977 orienta a aplicação de parte das reservas técnicas no mercado acionário.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar

A Previc, criada em 30/12/2004, substitui a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), sendo caracterizada por uma autarquia especial do Ministério da Previdência Social responsável pela supervisão e fiscalização das atividades das entidades de previdência fechada. Entre suas atribuições, temos: decretar a liquidação e intervenção extrajudicial das entidades fechadas; proceder à fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e suas operações e aplicar penalidades cabíveis nos termos da legislação; autorizar as operações de fusão, cisão e incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária relativas às entidades fechadas, autorizar a celebração de convênios e termos de adesão por patrocinadores e instituidores, entre outros.

9.5. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

Um título de capitalização tem por objetivo a formação de poupança sendo este título de crédito comercializado por empresas de capitalização. Os títulos de capitalização têm caráter lotérico, de sorteio de prêmios de capitalização.

9.5.1. Características Básicas

O Título de Capitalização é um tipo de poupança a longo prazo, em que o sorteio funciona como estímulo. É um produto típico de uma economia estabilizada. Sua regulamentação cabe à Susep.

Do investimento total, a instituição financeira separa um percentual para poupança, outro para o sorteio e um terceiro para cumprir suas despesas.

9.5.2. Comercialização

A empresa, para estar apta a trabalhar neste setor, tem que ter registro na Susep — órgão que normatiza e fiscaliza o setor.

Quanto à forma de pagamento, temos a modalidade de pagamento mensal e pagamento único. No pagamento mensal, os dois prêmios são periódicos, geralmente mensais. É possível que, após o último pagamento, o plano ainda se mantenha em vigor; seu prazo de vigência pode ser diferente do de seu pagamento. No pagamento único, sua vigência fica estipulada no contrato.

9.5.3. Condições Gerais para o Plano de Capitalização

Subscritor: É a pessoa que subscreve a proposta de aquisição do título assumindo o compromisso de efetuar pagamento na forma convencional nas condições gerais.

Titular: É o próprio subscritor ou outra pessoa expressamente indicada pelo mesmo. É o proprietário do título, a quem devem ser pagos todos os valores originados pelo mesmo.

Capital: É o montante constituído pelos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, e que será mensalmente capitalizado e atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, atualmente a TR, gerando o valor de resgate do título.

9.5.4. Objetivos e Artigos de um Plano de Capitalização

- O título é indivisível em relação à sociedade, sendo facultada a sua transferência a qualquer momento, mediante comunicação por escrito à sociedade. Cumpre ao subscritor e/ou titular comunicar à sociedade a realização da transferência, informando os dados cadastrais do novo subscritor e/ou titular.
- O título entra em vigor na data do primeiro pagamento.
- Os pagamentos efetuados após a data de vencimento serão acrescidos da atualização monetária + *pro rata* dia, desde a data de vencimento até o efetivo pagamento.
- A não realização do pagamento na respectiva data de vencimento determinará a suspensão do título. Os que tenham título com até três pagamentos em atraso poderão ser reabilitados, mediante a quitação dos pagamentos devidos, na forma citada no item anterior, não sendo devida qualquer importância decorrente dos sorteios realizados durante o período de suspensão.

9.5.5. Sorteios

Quanto ao sorteio, é facultada à Sociedade de Capitalização a utilização dos resultados de loterias oficiais para a geração de seus números sorteados.

9.5.6. Participação

Um banco pode ser o titular dos títulos de capitalização; sendo aprovado pela Susep, e caberá unicamente ao banco com o pagamento das parcelas do título, bem como proceder seu resgate, sendo este também o titular de demais direitos e obrigações.

9.6. QUESTÕES COMENTADAS

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Compete, privativamente, ao Conselho Nacional de Seguros Privados, em relação às entidades de previdência privada:

- a) processar os pedidos de autorização para fins de constituição, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento, transferência de controle e reforma dos estatutos das entidades abertas;
- b) estabelecer as normas gerais de contabilidade, atuária e estatística a serem observadas por essas entidades;
- c) proceder à liquidação das entidades abertas que tiverem cassada a autorização para funcionar no país;
- d) autorizar a movimentação e a liberação de bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia do capital das reser. ^

- d) autorizar a movimentação e a liberação de bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia do capital, das reservas técnicas e dos fundos especiais das entidades abertas de previdência privada;
- e) proceder à inscrição dos corretores de planos previdenciários, de entidades abertas de previdência privada; fiscalizar suas atividades e aplicar as penas cabíveis.

Comentário:

São algumas atribuições do CNSP (Decreto-lei nº 73/1966):

- Fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados;
- Regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como a aplicação das penalidades previstas;
- Fixar as características gerais dos contratos de seguros, previdência privada aberta e capitalização;
- Fixar normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas Sociedades Seguradoras;
- Estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro;
- Prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações;
- Disciplinar a corretagem do mercado e a profissão de corretor.

Não se devem confundir as atribuições acima com as da Susep, algumas das quais descritas nas alternativas A, C, D e E (Decreto-lei nº 73/1966 e Decreto nº 81.402/1978).

Gabarito: B.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) As sociedades seguradoras:

- a) devem ter patrimônio líquido inferior ao valor do seu passivo não operacional;
- b) são autorizadas a funcionar através de Portaria do Ministro da Fazenda;
- c) têm autonomia completa para decidir ou não aceitar resseguros;
- d) estão impedidas de explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria;
- e) têm autonomia para distribuir lucros ou quaisquer fundos correspondentes às suas reservas patrimoniais.

Comentário:

Observando o disposto no Decreto-lei nº 73/1966 em seu art. 73, "As Sociedades Seguradoras não poderão explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria."

Gabarito: D.

3. (FCC/Banco do Brasil/2006) As sociedades de capitalização:

- a) não podem prever, nas condições gerais dos títulos, participação dos titulares nos lucros da empresa;
- b) estão impedidas de utilizar os resultados de loterias oficiais para a geração dos seus números sorteados, sendo obrigadas a realizar sorteios próprios com ampla e prévia divulgação aos titulares;
- c) poderão apropriar-se da provisão matemática dos títulos suspensos ou caducos por inadimplência dos pagamentos;
- d) somente podem colocar títulos com uma única taxa de juros ao longo de sua vigência;
- e) podem estabelecer um percentual de desconto (penalidade), não superior a 10%, nos casos em que o resgate for solicitado pelo titular antes de concluído o período de vigência.

Comentário:

A circular Susep nº 130/2000 trata das normas para contratação de títulos de capitalização. A seguir, seguem alguns parágrafos transcritos.

Art. 6º, § 2º As Sociedades de Capitalização poderão estruturar títulos com taxas diferenciadas de juros ao longo de sua vigência, podendo ser pré-fixadas ou estabelecidas em função de percentuais variáveis dos juros aplicados às Cadernetas de Poupança, observado o limite mínimo estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 7º A Sociedade de Capitalização não poderá se apropriar da provisão matemática dos títulos suspensos ou caducos por inadimplência dos pagamentos, devendo colocar à disposição do titular, independentemente do número de pagamentos efetuados, o valor de resgate após o período de carência, ainda que a inadimplência ocorra em data anterior ao prazo de carência fixado.

Art. 9º As Sociedades de Capitalização poderão prever, nas Condições Gerais dos títulos, participação dos titulares nos lucros da Empresa.

Art. 12 Nos sorteios, poderão ser utilizados os resultados de sistemas oficiais de premiação, bem como os obtidos através de processos próprios, sendo condição mínima de direito do titular a possibilidade de presenciar sua apuração.

Art. 16 O resgate antecipado por sorteio ou resgate total, ao final do prazo de capitalização, deverá corresponder a 100% (cem por cento) da provisão matemática.

§ 1º O valor do resgate total antecipado deverá corresponder, no mínimo, a 90% (noventa por cento) da provisão matemática apurada na ocasião em que vier a ser solicitado.

Gabarito: E.

4. (FCC/Banco do Brasil/2006) Em relação às entidades de previdência privada abertas, é correto afirmar:

- a) O balanço e os balancetes deverão ser enviados ao Banco Central para exame técnico das reservas e provisões constituídas;
- b) É permitida a realização de operações comerciais e financeiras com seus diretores e membros dos conselhos consultivos.

- administrativos, fiscais ou assemelhados, desde que as operações sejam aprovadas pela assembleia geral;
- Os bens garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões serão registrados na Susep e não poderão ser alienados, prometidos alienar ou de qualquer forma gravados sem sua prévia e expressa autorização;
 - Os estatutos das entidades sem fins lucrativos não poderão estabelecer distinção entre associados controladores e simples participantes dos planos de benefícios;
 - Nas entidades sem fins lucrativos, as despesas administrativas não poderão exceder os limites fixados anualmente pela Comissão de Valores Mobiliários.

Comentário:

A Susep é órgão executivo e fiscalizador da política de previdência das entidades abertas. Segundo o Decreto nº 81.402/1978 em seu art. 8º, compete à Susep:

promover junto aos Órgãos do poder público, instituições financeiras em geral e sociedades mercantis, as providências necessárias à salvaguarda da inalienabilidade dos bens garantidores do capital, reservas técnicas e fundos especiais das entidades abertas de previdência privada.

Gabarito: C.

9.7. QUESTÕES PROPOSTAS

- (IRB/2004) O contrato de seguro é formado por:**
 - apólice de seguro;
 - apólice de seguro e contrato de resseguro, quando houver;
 - proposta, apólice e documento de pagamento do prêmio;
 - cartão proposta e certificado;
 - proposta e bilhete de seguro.
- (IRB/2004) O risco é definido como:**
 - evento coberto, cuja ocorrência causa prejuízo econômico;
 - o valor do bem segurado, representado pela IS;
 - o valor do comprometimento pago pela seguradora denominado indenização;
 - o valor do prêmio puro acrescido dos carregamentos;
 - o bem segurado, representado pela sua identificação.
- (Susep/1994) A proposta de seguro representa, como um todo:**
 - uma classificação dos ramos do seguro;
 - a concretização de contrato de seguro;
 - a manifestação de vontade do futuro segurado;
 - as condições gerais da apólice de seguro;
 - as cláusulas contratuais do seguro.
- A finalidade específica do seguro é:**
 - garantir ao segurado a substituição do bem sinistrado sempre que houver sua perda;
 - permitir ao segurado comprar um veículo novo quando houver sinistro;
 - restabelecer o equilíbrio econômico perturbado pela ocorrência de sinistro coberto;
 - a troca de uma despesa incerta futura e de valor elevado por outra certa antecipada e de valor comparativamente menor;
 - dar lucro ao segurado, quando o seguro for contratado com importância segurada superior ao valor real do bem.
- (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) O Sistema de seguros privados e previdência complementar é constituído pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela superintendência de seguros privados (Susep), e pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), pelas sociedades seguradoras autorizadas a operar em seguros privados, e pelas corretoras de seguros e corretores de seguros habilitados. Com relação ao sistema de seguros privados e previdência complementar, julgue os itens que se seguem:**
 - O sistema de previdência social brasileiro está fundamentado sobre a previdência social básica, oferecida pelo poder público, e sobre a previdência privada, de caráter complementar à previdência social.
 - O CNSP inclui representante do ministério do planejamento, orçamento e gestão.
 - As entidades abertas de previdência privada são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, sendo acessíveis a qualquer pessoa física.
- (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) A Superintendência de Seguros Privados (Susep) é o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização. Em relação a esse órgão, considere as atribuições abaixo:**
 - Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Nacional de Seguros Privados.
 - Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização.
 - Regular e fiscalizar as operações de compra e venda de ações e títulos públicos realizadas no mercado balcão.
 - Prover recursos financeiros para as sociedades do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização por meio de aporte de capital, quando necessário.
 - Disciplinar e acompanhar os investimentos das entidades do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas.

São atribuições da Susep apenas:

- a) I, II e IV;
- b) I, II e V;
- c) III, IV e V;
- d) I, II, III e IV;
- e) II, III, IV e V.

7. No que diz respeito a Títulos de Capitalização, julgue os itens a seguir:

- () são investimentos com características de um jogo onde se pode recuperar parte do valor pago na aposta. Sem a ajuda da sorte, o rendimento será inferior ao de um fundo ou uma caderneta de poupança;
- () são regulamentados pela circular nº 23/1991 da Susep (Superintendência de Seguros Privados);
- () são títulos cujas adesões somente podem ser efetuadas pelos empregados de uma empresa ou de um grupo de empresas, denominada(s) Patrocinadora(s);
- () são contratos, bilaterais, que gera direitos e obrigações de ambas as partes;
- () é a aplicação mais simples e tradicional, sendo uma das poucas, senão a única em que se pode aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da perda da rentabilidade para saques fora da data de aniversário da aplicação.

8. (FCC/BB/Téc. Banc./2011) Uma das responsabilidades, dentre outras, de corretoras de seguros é:

- a) agenciamento da venda de seguros vinculado a uma seguradora.
- b) respeitar o capital mínimo estabelecido pela Superintendência de Seguros Privados.
- c) garantir o pagamento de uma indenização ao segurado e aos seus beneficiários.
- d) atuar com especialização em, no máximo, três ramos de seguros.
- e) representação legal do segurado junto à seguradora.

9. (SUSEP/Analista Técnico/2010) Considerando o texto a seguir, indique a opção correta e que o complementa. Entre as figuras de Gerenciamento do Risco, sob o prisma do cliente (futuro segurado), a transferência do risco denomina-se:

- a) seguro.
- b) retrocessão.
- c) cosseguro (ou co-seguro).
- d) resseguro.
- e) autosseguro.

10. (SUSEP/Analista Técnico/2010) Assinale a opção correta para o texto a seguir.

Controle Interno é definido como:

- a) a fixação do controle da sinistralidade dentro do limite do prêmio.
- b) o processo de repasse dos riscos, tanto em cosseguro (ou co-seguro) quanto em resseguro.
- c) a fixação do controle na aceitação e precificação de cada contratação.
- d) um processo desenvolvido para garantir à alta administração que os objetivos da empresa sejam atingidos.
- e) um processo de certificação pela ISO 2000 ou outro padrão.

11. (SUSEP/Analista Técnico/2010) O Gerenciamento do Risco (também denominado Administração do Risco) tem algumas etapas básicas. Indique a opção que não faz parte do contexto acima.

- a) identificação dos riscos e análise dos pontos críticos.
- b) tratamento do risco, que consiste na busca da eliminação dos riscos.
- c) pulverização do risco.
- d) financiamento do risco, pelo autosseguro ou pela transferência do risco.
- e) avaliação do risco (probabilidade de ocorrência e intensidade do dano).

12. (SUSEP/Analista Técnico/2010) Assinale a opção incorreta, considerando o seguinte texto: Uma seguradora, quando desenvolve um sistema de controle interno, deve observar as características básicas relacionadas abaixo:

- a) confiabilidade e tempestividade.
- b) mutualismo.
- c) salvaguarda de ativos.
- d) otimização no uso de recursos.
- e) prevenção e detecção de roubos e fraudes.

13. (SUSEP/Analista Técnico/2010) Frente ao texto seguinte e analisando as sentenças propostas, indicando por V - Verdadeira e por F - Falsa, aponte a opção correta correspondente. Quanto à Governança Corporativa, temos que:

- I. é o conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que regulam a maneira como uma empresa é dirigida, administrada ou controlada.
- II. são *stakeholders*: os acionistas, segurados, corretores e beneficiários.
- III. tem havido um renovado interesse no assunto desde 2001, particularmente devido aos espetaculares colapsos de grandes corporações norte-americanas como a Enron Corporation e Worldcom, levando o governo federal norte-americano, em 2002, a aprovar a Lei Sarbannes-Oxley, com o propósito de restaurar a confiança do público em geral na governança corporativa.

- a) V V V.
- b) V V F.
- c) V F F.
- d) V F V.

- c) V F F.
- d) V F V.
- e) F V F.

14. (SUSEP/Analista Técnico/2010) João contratou uma apólice de seguro de vida e por questões pessoais preferiu não estabelecer os beneficiários. Em caso de ocorrência de sinistro, o benefício deve ser pago:

- a) ao cônjuge, desde que não separado judicialmente.
- b) metade ao cônjuge, desde que não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.
- c) de acordo com o termo de partilha, determinado judicialmente, após o inventário e declarado em declaração final de espólio.
- d) ao cônjuge e concubina, desde que se manifestem em prazo não superior a 30 dias após o evento, devendo ser inclusos os filhos legítimos, ficando os demais sujeitos a confirmação de paternidade.
- e) ao cônjuge e aos filhos, dividido proporcionalmente, conforme a totalidade de herdeiros existentes ou que se manifestarem.

15. (SUSEP/Analista Técnico/2006) O segurado contrata apólice de seguro, na Companhia AceitaTudo S. A., e efetua o pagamento à vista, mediante contratação de empréstimo em 12 parcelas em Instituição Bancária. O segurado, na quarta parcela, deixa de pagar o financiamento. Com relação ao seguro, pode-se afirmar que:

- a) será cancelado por inadimplência.
- b) terá sua vigência reduzida proporcionalmente às parcelas pagas do financiamento.
- c) a apólice permanecerá com a vigência e cobertura normal.
- d) o seguro será cancelado e o prêmio proporcional será devolvido.
- e) ficará com a vigência suspensa enquanto não for efetuado o pagamento das parcelas.

16. (SUSEP/Analista Técnico/2006) As apólices que estejam com parcela e/ou parcelas sem pagamento podem:

- a) ter a vigência inicial restabelecida, desde que haja pagamento dos valores pertinentes às parcelas em aberto com seus encargos.
- b) ter sua vigência reduzida de acordo com os critérios estabelecidos pela seguradora.
- c) ser suspensas até a regularização das parcelas pendentes.
- d) ter a vigência inicial modificada para a data em que o segurado regularizar o pagamento das parcelas faltantes.
- e) ser canceladas, independente de quaisquer condições.

17. (SUSEP/Analista Técnico/2006) É permitido ao corretor de seguros:

- a) comercializar apólices em todo o território nacional.
- b) fracionar prêmios de seguros que tenham recebido a vista do segurado.
- c) exercer emprego em pessoa jurídica de direito público.
- d) vender seguros para companhias sem dependências no país.
- e) manter relação de emprego com sociedade seguradora.

18. (SUSEP/Analista Técnico/2006) João, que possui apólice de responsabilidade civil de danos materiais a veículos, colide com um terceiro e por estar em férias, indeniza-o, assumindo a responsabilidade. Ao retornar a seu domicílio, apresenta as notas das despesas do conserto do veículo do terceiro à seguradora, solicitando o reembolso. A seguradora deve:

- a) recusar o reembolso, por não ter havido sua anuência.
- b) reembolsar o valor por ser um direito do segurado.
- c) discutir judicialmente, por não haver previsão legal.
- d) ressarcir o valor do prêmio pago e cancelar a apólice.
- e) rescindir a apólice, por ser um ato de má-fé do segurado.

19. (SUSEP/Analista Técnico/2006) A empresa PagaTudo S. A. efetuou o seguro de sua frota de veículos com a condição de pagamento de prêmio à vista, com prazo de sete dias para efetivação do pagamento. No terceiro dia, o segurado sofre um sinistro de perda total de um dos veículos segurados. Com relação ao sinistro, pode-se afirmar que:

- a) não terá cobertura, pois não houve pagamento de prêmio.
- b) o segurado terá que antecipar o pagamento para ter direito à indenização.
- c) terá indenização somente até o limite do valor do prêmio a ser pago.
- d) será indenizado normalmente sem prejuízo ao segurado.
- e) é nulo, pois a apólice só terá vigência após o pagamento da mesma.

20. (SUSEP/Analista Técnico/2006) Quando o segurador aceita risco do segurado que já tenha passado e emite a apólice, tem o dever de:

- a) indenizar o valor da importância segurada.
- b) anular a apólice comunicando o segurado.
- c) devolver em dobro o prêmio estipulado.
- d) restituir metade do valor a ser indenizado.
- e) restituir a importância relativa ao prêmio pago.

(CESPE UNB/BB/Escriturário/2007) O BB trabalha com intermediações em diversas áreas, tais como sistema de seguros privados, previdência complementar, administração de cartões de crédito e títulos de capitalização, entre outros. Acerca dessas atividades do BB, julgue os itens subsequentes.

21. () No contrato de seguro, prêmio é a quantia recebida pelo segurado, quando ocorre um sinistro, para ressarcir

17. (SUSEP/Analista Técnico/2006) É permitido ao corretor de seguros:

- a) comercializar apólices em todo o território nacional.
- b) fracionar prêmios de seguros que tenham recebido a vista do segurado.
- c) exercer emprego em pessoa jurídica de direito público.
- d) vender seguros para companhias sem dependências no país.
- e) manter relação de emprego com sociedade seguradora.

18. (SUSEP/Analista Técnico/2006) João, que possui apólice de responsabilidade civil de danos materiais a veículos, colide com um terceiro e por estar em férias, indeniza-o, assumindo a responsabilidade. Ao retornar a seu domicílio, apresenta as notas das despesas do conserto do veículo do terceiro à seguradora, solicitando o reembolso. A seguradora deve:

- a) recusar o reembolso, por não ter havido sua anuência.
- b) reembolsar o valor por ser um direito do segurado.
- c) discutir judicialmente, por não haver previsão legal.
- d) ressarcir o valor do prêmio pago e cancelar a apólice.
- e) rescindir a apólice, por ser um ato de má-fé do segurado.

19. (SUSEP/Analista Técnico/2006) A empresa PagaTudo S. A. efetuou o seguro de sua frota de veículos com a condição de pagamento de prêmio à vista, com prazo de sete dias para efetivação do pagamento. No terceiro dia, o segurado sofre um sinistro de perda total de um dos veículos segurados. Com relação ao sinistro, pode-se afirmar que:

- a) não terá cobertura, pois não houve pagamento de prêmio.
- b) o segurado terá que antecipar o pagamento para ter direito à indenização.
- c) terá indenização somente até o limite do valor do prêmio a ser pago.
- d) será indenizado normalmente sem prejuízo ao segurado.
- e) é nulo, pois a apólice só terá vigência após o pagamento da mesma.

20. (SUSEP/Analista Técnico/2006) Quando o segurador aceita risco do segurado que já tenha passado e emite a apólice, tem o dever de:

- a) indenizar o valor da importância segurada.
- b) anular a apólice comunicando o segurado.
- c) devolver em dobro o prêmio estipulado.
- d) restituir metade do valor a ser indenizado.
- e) restituir a importância relativa ao prêmio pago.

(CESPE UNB/BB/Escriturário/2007) O BB trabalha com intermediações em diversas áreas, tais como sistema de seguros privados, previdência complementar, administração de cartões de crédito e títulos de capitalização, entre outros. Acerca dessas atividades do BB, julgue os itens subsequentes.

- 21. () No contrato de seguro, prêmio é a quantia recebida pelo segurado, quando ocorre um sinistro, para ressarcir-lo das perdas ocorridas.
- 22. () Nos planos de aposentadoria e pensão privados, mesmo nos planos de repasse integral de rentabilidade existentes no PGBL, o repasse é de, no máximo, 90% da rentabilidade real líquida nas aplicações dos ativos.
- 23. () O instrumento do contrato de seguro é materializado por meio da apólice, da qual deverão constar os riscos assumidos e o valor segurado, entre outras informações.
- 24. () O objeto do contrato de seguro é a álea, ou seja, o risco.
- 25. () Os cartões de crédito conhecidos como cartões de loja, ou *retailer cards*, são aqueles emitidos por lojas e que só podem ser usados nas redes dessas lojas.
- 26. () Na contratação de seguro, sinistro é considerado um evento de origem humana, previsível, não desejável, que acarreta danos materiais ou pessoais.

Gabarito:

1. C	2. A	3. C
4. C	5. C, E, C	6. B
7. C, C, E, E, E	8. E	9. C
10. D	11. C	12. C
13. A	14. C	15. C
16. A	17. C	18. B
19. D	20. C	21. E
22. E	23. C	24. C
25. C	26. E	

Títulos Públicos

Os governos federal, estadual e municipal costumam captar recursos no mercado por intermédio da emissão de títulos representativos da dívida pública. Os títulos estaduais e municipais apresentam baixa liquidez no mercado, tendo uma circulação mais restrita. Os títulos públicos federais, ao contrário, têm maior aceitação e liquidez.

Essencialmente, os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional estão voltados para a execução da política fiscal do governo, antecipando receitas orçamentárias ou financiando déficits fiscais. Os títulos públicos de emissão do Bacen, de menor duração, têm por objetivo principal a implementação e execução da política monetária.

O interesse à compra desses títulos está ligado a sua rentabilidade e ao baixo custo de negociação. No caso do Tesouro Direto, o custo máximo é de 1%, enquanto a taxa de administração de um fundo de renda fixa geralmente oscila entre 3% e 4% para os pequenos aplicadores.

10.1. NOMENCLATURA DOS TÍTULOS

Os títulos possuem as seguintes denominações:

- Tesouro Selic (antiga LFT), que segue a taxa Selic;
- Tesouro prefixado (antiga LTN), que é um papel prefixado, isto é, no momento da compra é estipulado o que será recebido no vencimento.
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (antiga NTN-F), que também tem rentabilidade definida no momento da compra.
- Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B), que segue o IPCA, o índice oficial de preços.

10.2. TÍTULOS DO BACEN

BBC – Bônus do Banco Central: caracteristicamente de curto prazo e utilizados nos leilões de títulos públicos do Bacen.

NBC-E – Notas do Banco Central pertencentes à série E: são títulos pós-fixados que possuem valor nominal atualizado pela variação do dólar comercial aliada a uma taxa prefixada a ser negociada.

10.3. TÍTULOS REGISTRADOS NA SELIC E CETIP

Apesar de suas origens estarem na criação do mercado aberto no Brasil na década de 60 do século XX, o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) foi formalmente criado em 22.10.1979 para organizar a troca física de papéis da dívida e viabilizar uma alternativa à liquidação financeira por meio de cheques do BB, que implicava em risco elevado. Com isso, a liquidação financeira das operações passou a ser feita pelo resultado líquido ao final do dia, diretamente na conta de reservas bancárias. O Selic é um grande sistema computadorizado que atua sob a responsabilidade do BACEN e da Associação Nacional das Instituições dos Mercados Abertos (ANDIMA).

Por intermédio dele, os operadores registram as compras e vendas relativas a títulos negociados pelas instituições participantes.

A Central de Liquidação e Custódia de Títulos (Cetip) é uma das maiores empresas de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em conjunto pelas instituições financeiras e pelo BACEN, em março de 1986, para garantir mais segurança e agilidade às operações do mercado financeiro.

Os ativos e contratos registrados na Cetip representam quase a totalidade dos títulos e valores mobiliários privados de renda fixa, além de derivativos, dos títulos emitidos por Estados e municípios e do estoque de papéis utilizados com o moedas de privatização, de emissão do Tesouro Nacional.

10.3.1. Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic)

O Selic executa o papel de depositário central dos títulos emitidos pelo Banco Central do Brasil e pelo Tesouro Nacional.

Participantes do Sistema Selic

Na qualidade de titular de conta de custódia participam: Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil, bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, caixas econômicas, distribuidoras

Na qualidade de titular de conta de custódia participam: Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil, bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, caixas econômicas, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, entidades operadoras de serviços de compensação e de liquidação, fundos de investimento e diversas outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Liquidantes

Os liquidantes respondem diretamente pela liquidação financeira das operações. São eles:

- o Banco Central do Brasil;
- os participantes titulares de conta de reservas bancárias, em que são incluídos nessa situação, obrigatoriamente, os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e as caixas econômicas, e, opcionalmente, os bancos de investimento.

10.3.2. Central de Liquidação Financeira e Custódia de Títulos (Cetip)

A Cetip é a depositária de títulos de renda fixa privados (inclusive Certificados de Depósito Interfinanceiro — CDIs), títulos públicos estaduais e municipais e títulos representativos de dívidas de responsabilidade do Tesouro Nacional, de que são exemplos os relacionados com empresas estatais extintas, com o Fundo de Compensação de Variação Salarial — FCVS —, com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — Proagro — e com a dívida agrária (TDA).

Os títulos são emitidos escrituralmente (pode haver exceção), isto é, existem apenas sob a forma de registros eletrônicos (os títulos emitidos em papel são fisicamente custodiados por bancos autorizados). As operações de compra e venda são realizadas no mercado de balcão, incluindo aquelas processadas por intermédio do CetipNet (sistema eletrônico de negociação).

Liquidação via Cetip

Quanto ao prazo, a liquidação é em D ou D+1. As operações no mercado primário, envolvendo títulos registrados na Cetip, são geralmente liquidadas com compensação multilateral de obrigações (a Cetip não atua como contraparte central). A compensação bilateral é utilizada na liquidação das operações com derivativos e liquidação bruta em tempo real, nas operações com títulos negociados no mercado secundário.

10.3.2.1. A Cetip nos Dias de Hoje

A Cetip, hoje uma sociedade anônima, é a maior depositária de títulos privados de renda fixa da América Latina e a maior câmara de ativos privados do mercado financeiro brasileiro. Sua atuação garante o suporte necessário a todo ciclo de operações com títulos de renda fixa, valores mobiliários e derivativos de balcão.

De maneira geral, a Cetip é uma sociedade administradora de mercados de balcão organizado, ou seja, ambientes de negociação e registro de valores mobiliários, títulos públicos e privados de renda fixa e derivativos de balcão. É, na realidade, uma câmara de compensação e liquidação definida pela SPB (sistema de pagamentos brasileiros), que efetua a custódia escritural de ativos e contratos, registra operações realizadas no mercado de balcão, processa a liquidação financeira e oferece ao mercado uma plataforma eletrônica (Cetip-NET) para negociação on-line.

10.3.3. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN)

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN é constituído por oito Conselheiros, possuidores de conhecimentos especializados em assuntos relativos aos mercados financeiro, de câmbio, de capitais, de consórcios e de crédito rural e industrial, observada a seguinte composição:

- I – dois representantes do Ministério da Fazenda (Minifaz);
- II – um representante do Banco Central do Brasil (Bacen);
- III – um representante da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- IV – quatro representantes das entidades de classe dos mercados afins, por estas indicados em lista triplíce.

As entidades de classe que integram o CRSFN são as seguintes: Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto – ABRASCA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, Comissão Nacional de Bolsas – CNB, Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP, Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias – ANCORD, Conselho Consultivo do Ramo de Crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB/CECO, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON. Os representantes das quatro primeiras entidades têm assento no Conselho com o membros titulares e os demais, com o suplentes.

Tanto os Conselheiros Titulares como os seus respectivos suplentes são nomeados pelo Ministro 

Fazenda, com mandado de dois anos, podem do ser reconduzidos uma única vez.

Fazem ainda parte do Conselho de Recursos três Procuradores da Fazenda Nacional, designados pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, com atribuição de zelar pela fiel observância da legislação aplicável, e um Secretário-Executivo, nomeado pelo Ministro de Estado da Fazenda, responsável pela execução e coordenação dos trabalhos administrativos. Para tanto, o Banco Central do Brasil e, subsidiariamente, a Comissão de Valores Mobiliários proporcionam o respectivo apoio técnico e administrativo.

Um dos representantes do Ministério da Fazenda é o presidente do Conselho e o vice-presidente é o representante designado pelo Ministério da Fazenda dentre os quatro representantes das entidades de classe que integram o Conselho.

10.3.4. COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras

O COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras compõe a estrutura legal brasileira para lidar com o problema da lavagem de dinheiro e tem como missão prevenir a utilização dos setores econômicos para lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

10.3.5. Títulos de Emissão do Tesouro

O termo “título” está associado à fração de propriedade de um bem ou direito. Os títulos financeiros, privados ou públicos, estão, em tese, associados a uma confissão de dívida, uma vez que são utilizados como captação de recursos financeiros.

Quanto à sua Tipologia, destacam-se os títulos de emissão do Tesouro Nacional, utilizados pelo BACEN como instrumentos de política monetária.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), desde 2002 o BACEN não possui mais a prerrogativa de emissão de títulos públicos, mas por meio do artigo 34 da LRF centralizou-se a geração e controle da dívida federal nas mãos do Tesouro Nacional, caixa-forte do Tesouro Nacional.

10.3.6. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101-2000

Das Vedações

Art. 34. O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação desta Lei Complementar.

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o caput as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

I – financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II – refinar dividas não contraídas junto à própria instituição concedente.

§ 2º O disposto no caput não impede Estados e Municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

Parágrafo único. O disposto no caput não proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.

Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

I – captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;

II – recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

III – assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;

IV – assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.

10.3.7. O Tesouro Nacional

A Secretaria do Tesouro Nacional é responsável pela administração e utilização dos recursos financeiros que entram nos cofres do Estado brasileiro. Tais recursos têm origem, principalmente, no dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos.

O órgão também administra programas de saneamento financeiro de estados e municípios e controla a dívida pública da União. Trata-se de uma espécie de caixa ou tesouraria das finanças públicas. Já a dívida pública é o valor devido por todos os órgãos do Estado brasileiro, estados, municípios e empresas estatais.

10.3.8. Tipos de Dívida Pública

Há dois tipos de dívida pública, a saber:



Há dois tipos de dívida pública, a saber:

Dívida Pública Interna

Pode ser paga em moeda nacional e é proveniente de três fontes principais: financiamento de gastos com educação, saúde e infraestrutura, pagamentos de juros sobre dívidas e manutenção da política monetária e cambial.

Dívida Pública Externa

Pode ser paga em moeda estrangeira e é o somatório dos débitos do País, resultantes de empréstimos tomados no exterior pelo governo e empresas estatais e privadas. Esses recursos podem ser oriundos de governos, instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI etc.), bancos ou empresas privadas.

10.3.9. Os Títulos da Dívida Pública

São títulos emitidos pelo Tesouro Nacional com a finalidade de captar recursos para o financiamento da dívida pública, a educação, a saúde e a infraestrutura do País. Tais títulos são produtos de renda fixa que podem ser comprados tanto por pessoas físicas como por pessoas jurídicas. São considerados os investimentos de menor risco do mercado de capitais, por terem seu pagamento garantido pelo próprio Estado brasileiro.

10.3.10. Tesouro Direto (Fonte: Tesouro Nacional)

O Tesouro Direto é um programa de venda de títulos da dívida pública a pessoas físicas. Pode ser comprado de maneira simples, via internet. Basta acessar o site do Tesouro Direto e fazer um cadastro. O valor inicial para começar o investimento é de R\$ 100, e o investidor pode determinar se quer resgatar o dinheiro investido no curto, médio ou longo prazo. Também é possível comprar o título por intermédio de corretoras de valores autorizadas a comercializar os títulos.

10.3.11. Títulos de Dívida Privada

Um título de dívida é uma espécie de “vale”, atestando que o comprador emprestou dinheiro a um governo ou companhia e descrevendo os termos de reembolso.

O comprador pode adquirir um título de dívida com desconto. O título tem uma taxa de juros fixa por um período determinado. Quando o tempo se esgotar, diz-se que o título “venceu”, e o comprador poderá resgatá-lo pelo valor nominal integral. Alguns tipos:

Títulos de Dívida Externa

São títulos de dívida pública colocados no mercado internacional, em geral denominados em moeda estrangeira. Existem vários títulos de dívida externa, dentre os quais os *Bradies* e os bônus globais são os mais conhecidos.

Títulos de Dívida Pública

Termo que denomina os títulos financeiros com variadas taxas de juros, métodos de atualização monetária e prazos de vencimento, que são utilizados como instrumentos de endividamento interno e externo.

Títulos Pós-fixados

Os títulos pós-fixados funcionam de forma diferente. Quando o comprador investe em um pós-fixado, ele saberá o quanto irá receber somente no final da aplicação. Isso ocorre porque o rendimento é determinado pela variação de certo índice mais uma taxa de juros determinada no início.

Títulos Prefixados

São aqueles cuja remuneração é determinada no momento da aplicação. Assim, quando o gerente do banco oferece um CDB prefixado de 30 dias rendendo 18%, isso significa que o cliente já sabe o quanto receberá dentro de um ano – o valor investido mais juros pelo período (30 dias) em que o dinheiro foi investido.

Títulos Privados

Todos os títulos de renda fixa emitidos por bancos e empresas são conhecidos como títulos de dívida privada, ou títulos privados. De maneira geral, as aplicações em renda fixa podem ser organizadas de acordo com seus emissores.

Existem basicamente três emissores de títulos de renda fixa:

- o Governo (p. ex.: os títulos do Tesouro Direto);
- os bancos (CDBs, RDBs, letras hipotecárias, letras cambiais);



- o Governo (p. ex.: os títulos do Tesouro Direto);
- os bancos (CDBs, RDBs, letras hipotecárias, letras cambiais);
- as empresas (debêntures, *commercial papers*).

Títulos Públicos

Assim como as empresas e os bancos, os governos federal, estadual e municipal precisam de dinheiro para financiar suas obras e cobrir suas despesas. Os títulos emitidos por estas entidades são chamados de títulos de dívida pública e podem ser pré ou pós-fixados.

10.3.12. A Letra de Câmbio

A letra de câmbio é um instrumento de declaração unilateral de vontade, enunciada em tempo e lugar certos (nela afirmados), por meio da qual certa pessoa (chamada sacador) declara que outra pessoa (chamada sacado) pagará, pura e simplesmente, a uma terceira pessoa (chamada tomador), uma quantia certa, num local e numa data – ou prazo – especificados ou não. O título considera-se emitido quando o sacador nele apõe sua assinatura, completando, assim, o ato unilateral de sacá-lo. Trata-se de um instrumento de câmbio muito antigo na história e que sofreu, ao longo dos tempos, variações em seu regulamento legislativo, bem como na prática de sua utilização.

Acerca da letra de câmbio, podem os afirmar:

- i) O sacador (emitente/credor) é garante tanto da aceitação quanto do pagamento da letra.
- ii) Se a letra de câmbio contém assinaturas de pessoas incapazes de se obrigarem por letras, assinaturas falsas, assinaturas de pessoas fictícias, as obrigações dos outros signatários não deixam de ser válidas, nem o referido título torna-se nulo por essa razão.

10.4. QUESTÕES COMENTADAS

1. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) O Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – foi desenvolvido em 1979 pelo Banco Central do Brasil e pela Andima (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto) com a finalidade de:

- a) custodiar os títulos públicos e privados negociados no mercado aberto antes de sua liquidação financeira;
- b) liquidar financeiramente as ações negociadas no mercado de Bolsa de Valores e custodiar os títulos públicos;
- c) regular e fiscalizar a atividade de liquidação e custódia dos títulos públicos federais, exercida pelas instituições financeiras;
- d) verificar e controlar o índice de liquidez dos títulos públicos e privados antes da sua custódia;
- e) controlar e liquidar financeiramente as operações de compra e venda de títulos públicos e manter sua custódia física e escritural.

Comentário:

Cabem ao Selic a custódia (física e escritural), o controle e a liquidação financeira das operações envolvendo títulos públicos.

Gabarito: E.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) Em sua existência, o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic – consolidou sua função de registro, custódia e liquidação de títulos. Como uma de suas principais características, é correto afirmar que:

- a) as operações nele registradas são liquidadas em bloco, ao final de cada dia;
- b) é o depositário central dos títulos da dívida pública federal interna emitidos pelo Tesouro Nacional e Banco Central;
- c) os títulos depositados no Sistema não podem ser escriturais, ou seja, emitidos sob a forma eletrônica;
- d) é gerido pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – Andima e é operado exclusivamente pelo Banco Central;
- e) é um sistema informatizado que se destina apenas ao registro e à custódia de títulos escriturais de emissão do Banco Central do Brasil, bem como à liquidação de operações com os referidos títulos.

Comentário:

O Selic processa a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. Todos os títulos são escriturais; isto é, emitidos exclusivamente na forma eletrônica. O sistema, administrado pelo Bacen, é por ele operado em parceria com a Andima e possui centros operacionais localizados na cidade do Rio de Janeiro. O Selic é o depositário central dos títulos de dívida pública federal interna emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Bacen.

Gabarito: B.

3. (FCC/Banco do Brasil/2006) Os depósitos interfinanceiros (DI) constituem um mecanismo ágil de transferência de recursos entre instituições financeiras. As operações para liquidação no dia seguinte ao da negociação são registradas:

- a) na Bolsa de Mercadorias & Futuros;
- b) no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic;
- c) na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC;

- b) no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic;
- c) na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC;
- d) na Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip;
- e) na Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP.

Comentário:

A Cetip, qualificada como depositária de títulos de renda fixa privados, inclusive os CDIs, processa a emissão, o resgate e a custódia dos títulos, assim como o pagamento dos juros e demais eventos a eles relacionados. As transações são fechadas por meio eletrônico e registradas nos computadores das instituições envolvidas e nos terminais da Cetip.

Gabarito: D.

10.5. QUESTÕES PROPOSTAS

1. (Banco Central/2002) Com relação à estrutura do mercado de capitais, é correto afirmar que:

- a) as bolsas de valores são instituições do governo que mantêm local ou sistema adequado à negociação de títulos e valores mobiliários;
- b) são considerados valores mobiliários e, portanto, estão sujeitos à normatização pela CVM os seguintes títulos, quando ofertados publicamente: ações, debêntures e títulos da dívida pública;
- c) A CVM é o órgão regulamentador e fiscalizador do mercado de capitais;
- d) as negociações de títulos e valores mobiliários em bolsas de valores denominam-se usualmente de operações no mercado primário;
- e) cabem às sociedades corretoras e distribuidoras de valores mobiliários as operações no recinto das bolsas de valores.

2. (Banco de Brasília/2001) Existem no Sistema Financeiro Nacional dois sistemas que geram taxas de juros amplamente aplicadas pelos agentes do mercado: o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e a Central de Liquidação Financeira e de Custódia de Títulos (Cetip).

Acerca dessas taxas, denominadas taxas Selic e taxas Cetip, assinale a opção correta.

- a) Os títulos negociados na Cetip são de grande liquidez e teoricamente de riscos mínimos (títulos públicos); por isso, a taxa definida no âmbito desse sistema é aceita como uma taxa livre de riscos da economia.
- b) Na Cetip, os negócios não são liquidados imediatamente como no Selic; por isso, a taxa Selic é denominada D0 e a Cetip D1.
- c) A taxa Selic costuma apresentar-se ligeiramente mais elevada que a Cetip.
- d) Como balizamento do mercado, a taxa Cetip é mais importante referenciando o custo do dinheiro no mercado financeiro.
- e) Por ser liquidada mediante cheques administrativos dos bancos a taxa Selic é também denominada taxa administrativa.

3. (Senado Federal/2002) Na década de 1970, a custódia de títulos públicos no Brasil ainda era feita por processo manual, o que incluía desde o arquivamento por instituição até a movimentação física nos cofres dos bancos, com grande risco de fraude e de extravio de papéis. Com o objetivo de propiciar mais segurança e transparência às operações, a Andima e o Bacen firmaram convênio para criar o Selic, um sistema eletrônico de teleprocessamento que permitiu a atualização diária das posições das instituições financeiras, assegurando maior controle das reservas bancárias. Títulos e cheques foram substituídos por simples registro eletrônicos, gerando enorme ganho em eficiência e agilidade, já que as operações são fechadas no mesmo dia em que se realizam. Além disso, o sistema passou a garantir que, em caso de inadimplência de qualquer das partes, a operação não se concretiza. Atualmente, o Selic movimenta mais de R\$100 bilhões.

No sistema financeiro nacional, existem taxa de juros amplamente aplicadas pelos agentes do mercado, entre elas a do Selic, mencionado no texto acima. Acerca dessa taxa, denominada taxa Selic, julgue os itens seguintes.

- () Como os títulos negociados no Selic são de grande liquidez, e teoricamente de risco mínimo, a taxa definida no âmbito desse sistema é aceita como uma taxa livre de risco da economia.
- () Essa taxa também é denominada de D0, pois os negócios são liquidados imediatamente.
- () essa taxa costuma apresentar-se ligeiramente mais elevada que a taxa Cetip.
- () Como balizamento do mercado, a taxa Selic é mais importante, referenciando o custo do dinheiro no mercado financeiro.
- () Por ser liquidada mediante cheques administrativos dos bancos, a taxa Selic é também denominada de taxa administrativa.

4. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Bacen e, nessa condição, processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. O sistema processa também a liquidação das operações definitivas e compromissadas registradas em seu ambiente, observando o modelo de entrega contra o pagamento. Quanto ao Selic, julgue os seguintes itens:

- () O horário normal de funcionamento do Selic é das 12h30 às 18h30, em todos os dias considerados úteis.
- () Participam do Selic, na qualidade de titular de conta de custódia, além do Tesouro Nacional e do Bacen, bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, caixas econômicas, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, entidades operadoras de serviço de compensação e liquidação, fundos de investimento e diversas outras instituições integrantes do SFN.

5. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) A Central de Liquidação Financeira e de Custódia de Títulos (Cetip) é a maior empresa de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em agosto de 1984 pelas instituições financeiras em conjunto com o Bacen e iniciou suas atividades em março de 1986, para garantir mais segurança e agilidade às operações do mercado financeiro brasileiro. Com relação à Cetip, julgue os itens subsequentes:

- () As operações no mercado secundário envolvendo títulos registrados na Cetip são geralmente liquidadas com compensação bilateral de obrigações, em que a Cetip atua como contraparte central;
- () Na qualidade de depositária, a Cetip processa a emissão, o resgate e a custódia dos títulos, bem como, quando é o caso, o pagamento dos juros e demais eventos a eles relacionados.

6. (FCC/BB/Téc. Banc./2013) O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) promoveu recentemente uma mudança na taxa de remuneração mínima dos títulos de capitalização, que passou a ser

- a) de 0,35%, no caso dos produtos tradicionais.
- b) de 0,88%, para o segmento popular e de incentivo.
- c) idêntica à remuneração trimestral da poupança.
- d) idêntica à remuneração mensal da poupança.
- e) de 90% do juro da poupança.

7. (FCC/BB/Téc. Banc./2013) A Cetip S. A. – Mercados Organizados é uma câmara utilizada pelos participantes do mercado financeiro e de capitais para o registro eletrônico da colocação, o depósito e a liquidação financeira de diversos ativos, dentre os quais estão os

- a) Bônus de Subscrição e as Notas do Tesouro Nacional.
- b) Certificados de Depósito Bancário e as Letras Financeiras do Tesouro.
- c) Certificados de Recebíveis do Agronegócio e as Debêntures.
- d) *Commercial Papers* e os *Brazilian Depositary Receipts*.
- e) Títulos da Dívida Agrária e os Contratos a Termo de Ações.

8. (FCC/BB/Téc. Banc./2013) O COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras compõe a estrutura legal brasileira para lidar com o problema da lavagem de dinheiro e tem como missão

- a) autorizar, em conjunto com os bancos, o ingresso de recursos internacionais por meio de contratos de câmbio.
- b) julgar se é de origem lícita a incorporação na economia, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores.
- c) identificar e apontar para a Secretaria da Receita Federal do Brasil os casos de ilícito fiscal envolvendo lavagem de dinheiro.
- d) prevenir a utilização dos setores econômicos para lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
- e) discriminar as atividades principal ou acessória de pessoas físicas e jurídicas sujeitas às obrigações previstas em lei.

9. (IFBC/Analista Adm. Financeiro/2014) Sobre as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e algumas definições, leia as sentenças a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

II. A receita se classificará nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Estão corretas as afirmativas:

- a) apenas a afirmativa I está correta.
- b) apenas a afirmativa II está correta.
- c) as afirmativas I e II estão corretas.
- d) nenhuma afirmativa está correta.

10. (IFBC/Analista Adm. Financeiro/2014) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas, direcionadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Sobre o tema, leia as sentenças a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

II. O montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

Estão corretas as afirmativas:

- a) apenas a afirmativa I está correta.
- b) apenas a afirmativa II está correta.
- c) as afirmativas I e II estão corretas.
- d) nenhuma afirmativa está correta.

(CESPE UNB/BB/Escriturário/2007) A Central de Liquidação e Custódia de Títulos (Cetip) é uma das maiores empresas de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em conjunto pelas instituições financeiras e pelo BACEN, em março de 1986, para garantir mais segurança e agilidade às operações do mercado financeiro. Acerca da Cetip, julgue os itens subsequentes.

11. () Os ativos e contratos registrados na Cetip representam quase a totalidade dos títulos e valores mobiliários privados de renda fixa, além de derivativos, dos títulos emitidos por estados e municípios e do estoque de papéis utilizados como moedas de privatização, de emissão do Tesouro Nacional.

12. () Bancos, corretoras e distribuidoras podem participar da Cetip. Não podem participar da Cetip as demais instituições financeiras, as sociedades de *leasing*, os fundos de investimento e as pessoas jurídicas não financeiras, tais como seguradoras e fundos de pensão.

13. (VUNESP/Economista/2014) O envio ao Congresso Nacional do plano plurianual, do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e das propostas de orçamento previstos na Constituição Federal são competências privativas (^

- c) Certificados de Recebíveis do Agronegócio e os Debentures.
 d) *Commercial Papers* e os *Brazilian Depository Receipts*.
 e) Títulos da Dívida Agrária e os Contratos a Termo de Ações.
8. (FCC/BB/Téc. Banc./2013) O COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras compõe a estrutura legal brasileira para lidar com o problema da lavagem de dinheiro e tem como missão
- autorizar, em conjunto com os bancos, o ingresso de recursos internacionais por meio de contratos de câmbio.
 - julgar se é de origem lícita a incorporação na economia, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores.
 - identificar e apontar para a Secretaria da Receita Federal do Brasil os casos de ilícito fiscal envolvendo lavagem de dinheiro.
 - prevenir a utilização dos setores econômicos para lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
 - discriminar as atividades principal ou acessória de pessoas físicas e jurídicas sujeitas às obrigações previstas em lei.
9. (IFBC/Analista Adm. Financeiro/2014) Sobre as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e algumas definições, leia as sentenças a seguir e assinale a alternativa correta:
- Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
 - A receita se classificará nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- Estão corretas as afirmativas:
- apenas a afirmativa I está correta.
 - apenas a afirmativa II está correta.
 - as afirmativas I e II estão corretas.
 - nenhuma afirmativa está correta.
10. (IFBC/Analista Adm. Financeiro/2014) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas, direcionadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Sobre o tema, leia as sentenças a seguir e assinale a alternativa correta:
- Integração as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.
 - O montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- Estão corretas as afirmativas:
- apenas a afirmativa I está correta.
 - apenas a afirmativa II está correta.
 - as afirmativas I e II estão corretas.
 - nenhuma afirmativa está correta.
- (CESPE UNB/BB/Escriturário/2007) A Central de Liquidação e Custódia de Títulos (Cetip) é uma das maiores empresas de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em conjunto pelas instituições financeiras e pelo BACEN, em março de 1986, para garantir mais segurança e agilidade às operações do mercado financeiro. Acerca da Cetip, julgue os itens subsequentes.
- () Os ativos e contratos registrados na Cetip representam quase a totalidade dos títulos e valores mobiliários privados de renda fixa, além de derivativos, dos títulos emitidos por estados e municípios e do estoque de papéis utilizados como moedas de privatização, de emissão do Tesouro Nacional.
 - () Bancos, corretoras e distribuidoras podem participar da Cetip. Não podem participar da Cetip as demais instituições financeiras, as sociedades de *leasing*, os fundos de investimento e as pessoas jurídicas não financeiras, tais como seguradoras e fundos de pensão.
13. (VUNESP/Economista/2014) O envio ao Congresso Nacional do plano plurianual, do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e das propostas de orçamento previstos na Constituição Federal são competências privativas do
- Ministro da Fazenda.
 - Ministro do Planejamento.
 - Presidente do Tribunal de Contas da União.
 - Presidente da República.
 - Ministro-Chefe da Casa Civil.

Gabarito:

1. C	2. C	3. C, C, C, E, E
4. E, C	5. E, C	6. A
7. C	8. D	9. C
10. A	11. C	12. E
13. D		

Mercado de Capitais

O mercado de capitais é aquele que torna viáveis projetos que procuram sócios que queiram participar do risco do empreendimento na expectativa de retornos maiores que as taxas de juros bancárias, tornando, assim, mais eficiente a alocação de recursos. Podemos dizer que o mercado de capitais é um segmento do mercado em que as empresas negociam riscos (ações, debêntures etc.).

De acordo com o exposto anteriormente, pode-se dizer que o mercado de capitais é o conjunto de instituições e instrumentos que negociam títulos e valores mobiliários objetivando a canalização de recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores.

11.1. O SURGIMENTO DO MERCADO DE CAPITALIS

O surgimento do mercado de capitais ocorreu quando o mercado de crédito deixou de atender às necessidades da atividade produtiva no que se refere a garantir o fluxo de recursos nas condições adequadas em termos de prazo, custos e exigibilidade.

O surgimento do mercado de capitais está fundamentado em dois pilares, a saber:

- I – Estimular a poupança privada (lembre-se que, em economia, poupança é investimento, sendo assim a razão de ser do mercado de capitais) e contribuir para o desenvolvimento econômico, atuando como o propulsor de capitais.
- II – Permitir a participação coletiva de forma ampla na riqueza e nos resultados da economia.

11.2. EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

É a associação de pessoas que se reúnem em espaços físicos predeterminados atuando para alcançar certos objetivos e harmonizar a função econômica e a estrutura jurídica para atrair capital de terceiros em busca de resultados econômicos. Para continuarem a crescer, as empresas necessitam de um constante fluxo de investimentos em tecnologia, marketing, desenvolvimento de produtos e pesquisas que originem ganhos em escala, os quais se tornaram fatores fundamentais para a sobrevivência e o crescimento da participação da empresa no mercado.

Ao abrir seu capital, a empresa tem por objetivo captar recursos financeiros permanentes e, ao se adquirir uma ação, seu possuidor torna-se um sócio da empresa (acionista).

Uma empresa é considerada de capital aberto quando promove a colocação de valores mobiliários em bolsas de valores ou no mercado de balcão.

11.3. MERCADO PRIMÁRIO E MERCADO SECUNDÁRIO

Quando um ativo (ação) é negociado pela primeira vez, dizemos que ele é feito no mercado primário; da segunda vez em diante, consideramos que é feito no mercado secundário. Neste, a empresa não capta recurso algum, pois suas origens aconteceram no mercado primário. Na bolsa de valores, todas as negociações ocorrem no mercado secundário, visto que os investidores efetuam o processo de compra e venda de ações.

11.3.1. A Estrutura do Mercado Acionário

A estrutura do mercado acionário é dividida em duas etapas, o mercado primário e o secundário.

No mercado primário, tem-se a criação de títulos e capitalização das empresas. Deve-se ficar atento pois, quando se fala que a empresa capta recursos apenas no mercado primário, em tese, está se referindo à primeira oferta pública das ações na empresa na bolsa de valores. Como exemplo recente (2012-2013) temos as ações do *FACEBOOK* na bolsa.

No mercado secundário, em tese, se negociam títulos e troca da propriedade de títulos e isso proporciona a liquidez aos títulos e incentiva o mercado primário.

11.4. AÇÕES

São títulos representativos de frações do capital social que confere a seus proprietários o direito de participação da Sociedade Anônima (S. A.).

Prazo para permanecer com uma ação

Uma pessoa pode ficar com uma ação durante o prazo que achar necessário e até vendê-la no mesmo dia em que comprou, realizando um Day trade, ou seja, pode-se comprar ou vender a ação utilizando a mesma corretora e agente de compensação.

As ações, no que se refere à obtenção de ganhos a médio e longo prazos, podem ser de 1ª, 2ª e 3ª linhas. As de 1ª linha são ações de grande liquidez e de empresas tradicionais e de excelente reputação; as de 2ª, um pouco menos líquidas e as de 3ª são caracterizadas por ganhos descontínuos.

11.5. SOCIEDADES POR AÇÕES

Reúne capital em geral de um grande número de pessoas com o objetivo de realizar uma atividade de maior ou menor risco em busca do lucro. Em 1807, o código comercial francês reconheceu este tipo de sociedade denominando-a sociedades mercantis. Na Holanda, surgem as sociedades por ações (Companhias das Índias e Expedições Marítimas) com o objetivo de acabar com o monopólio português.

11.6. SOCIEDADES ANÔNIMAS

São pessoas jurídicas de Direito Privado, de natureza mercantil em que o capital se divide em ações de livre negociabilidade limitando-se à responsabilidade de subscritores ou acionistas ao preço de emissão das ações por elas subscritas ou adquiridas. No Brasil, desde 1976, as S. A. têm o nome genérico de companhia (empresa).

O poder das S. A. é dividido entre acionistas na proporção de que cada um possui do capital social da empresa. O risco do acionista limita-se ao preço pago pelas ações. A substituição de um acionista por outro se dá por meio da compra ou venda das ações da companhia. A companhia mantém regras que compatibilizam a proteção dos interesses dos sócios e de terceiros interessados (credores) que propiciam a integridade do capital social. As S. A. podem propor ações judiciais contra os acionistas por descumprimento de obrigações patrimoniais ou contra administradores, e também o acionista que se sentir prejudicado pode propor ação em nome da sociedade contra os controladores da empresa.

O acionista é obrigado a integralizar sua cota na formação do capital e seu risco limita-se ao preço pago pelas ações. O relacionamento entre a empresa e a sociedade deve estar representado entre os interesses dos administradores, visto que pode haver conflitos entre administrador, acionistas e credores.

O fato é que todos esses conflitos e relações repercutem na vida econômica e financeira da empresa, e o fórum onde se encontram em discussão na empresa é o Conselho de Administração (CA).

Entre os mais importantes e conhecidos códigos de melhores práticas corporativas, alguns pontos básicos são sempre presentes:

- 1 – O presidente do conselho não deve ser presidente da diretoria;
- 2 – Deve haver maioria de conselheiros externos aos acionistas;
- 3 – Os conselheiros externos não devem ser ex-diretores;
- 4 – O presidente da diretoria deve ser profissional contratado;
- 5 – Deve existir uma avaliação anual do diretor-presidente da diretoria;
- 6 – Deve existir conflito de interesses ou negócios comuns entre o conselheiro externo e a empresa;
- 7 – Deve haver avaliação anual dos conselheiros;
- 8 – Conselheiro vindo do mercado não deve ter participado de mais de cinco conselhos anteriormente;
- 9 – Conselheiro deve dispor de pelo menos dois dias para acompanhamento dos negócios da empresa e para se inteirar das atividades da empresa;
- 10 – Conselheiro deve promover e participar de comitês de auditoria, finanças, estratégia, jurídico, entre outros.

11.7. OBJETIVOS DAS EMPRESAS

As empresas necessitam financiar seus projetos a longo prazo; a captação pode ser feita por meio do BNDES, previdência pública e privada, investidores estrangeiros, banco de investimento, banco múltiplo.

A composição dos recursos captados de uma empresa pode ser de capital próprio (recursos advindos de acionistas e da retenção de lucros gerados pela empresa) ou capital de terceiros (empréstimos, financiamentos bancários, notas promissórias, debêntures, impostos a pagar, fornecedores).

A rentabilidade de uma empresa está relacionada ao menor custo do capital. Quanto menor o custo, maior a quantidade de projetos que a empresa poderá desenvolver a fim de gerar lucros.

Caso a empresa seja de capital aberto, algumas normas têm que ser cumpridas (estatuto) como instruções na CVM, demonstrações e informações financeiras, informativo anual, publicação na ata AGE/AGO e contratação de auditoria independente devidamente registrada na CVM.

11.8. TIPOLOGIA DAS AÇÕES

Ações Ordinárias
Direito de voto (em regra cada ação ordinária tem direito a um voto) influi na decisão da empresa e distribuição de dividendos. O poder de decisão concentra-se no investidor que detenha a maior quantidade de ações.

O detentor de ações preferenciais delibera sobre o destino da sociedade, analisam suas contas patrimoniais, elegem diretoria da S. A. e podem promover alterações no estatuto. Na distribuição de dividendos, as companhias de capital aberto têm de distribuir os resultados das empresas com 25% do seu lucro líquido no mínimo, sendo que esse percentual tem respaldo jurídico.

Em economias mais desenvolvidas com maior presença do mercado de capital, o controle das grandes empresas podem atingir valores inferiores a 5%.

Ações Preferenciais

Preferência é vantagem no recebimento de dividendos, devendo ocorrer antes dos acionistas ordinários. Não possuem direito de voto e deliberação das empresas a não ser que não se distribuam dividendos durante três anos consecutivos.

As alterações promovidas pelas leis nº 9.457/1997 e nº 10.303/2001 conferem aos acionistas preferencialistas a possibilidade de receberem um dividendo proporcionalmente maior pago às ações ordinárias (10% a mais), além de possibilitar sua participação de forma mais efetiva nos conselhos de administração e fiscal.

Fruição

São ações de risco caso haja falência da empresa.

11.9. ACIONISTA MINORITÁRIO

É representado pelo acionista com direito a voto, mas com uma quantidade de tal forma que não permita o controle da companhia.

11.10. FORMA DE CIRCULAÇÃO DAS AÇÕES

Portador

O titular é aquele que detiver a ação em mãos.

Nominativas

São aquelas que identificam seu titular (nome do investidor) no livro de registro das ações nominativas. Sua transferência se dá pela averbação do nome do novo titular neste livro, conferindo todos os direitos de acionista. As ações nominativas endossáveis registram somente o nome do primeiro acionista, sendo a transferência de titularidade processada mediante endosso na própria cautela.

Escriturais

São títulos mantidos em contas-depósitos em nome de seus titulares na IF que o estatuto da sociedade designar sem emissão de certificado.

11.11. DIREITOS E PROVENTOS (REGRA GERAL DO ACIONISTA)

As empresas propiciam benefícios a seus acionistas, sob a forma de proventos (dividendos, bonificações, subscrição, juros sobre capital).

Regra geral: Todo acionista tem direito a dividendos, bonificações, *split*, juros sobre capital e direitos à subscrição.

- Dividendos: são os valores representativos de parte dos lucros da empresa que serão distribuídos aos acionistas (sócios), em dinheiro, por ação possuída (mínimo de 25%, por lei).
- Bonificação: é o ganho decorrente do aumento do capital da empresa mediante incorporações de reservas, que vêm da elevação do montante contábil do capital social. Trata-se de ação nova, proveniente do aumento de capital. Eventualmente a empresa pode optar por distribuir as reservas, ou uma parte.
- *Split*: é o desdobramento da base acionária onde permanece inalterada a captação da empresa.
- Juros sobre capital: é a remuneração paga em dinheiro pela empresa a seus acionistas e tem como vantagem reduzir o imposto de renda pago pela companhia.
- Direito de subscrição: é caracterizado pela preferência do acionista adquirir ações novas, na quantidade proporcional às já possuídas.
- Ações "com" (cheias) e ações "ex" (vazias): as ações "cheias" conferem ao titular o direito de proventos distribuídos pelas empresas e as vazias são ações cujo direito ao provento já foi exercido pelo acionista. Em bolsa somente podem ser negociadas ações que não possuam proventos anteriores a receber.

- Custos de transação são caracterizados pela taxa de corretagem sobre as operações firmada entre o cliente e a corretora.
- Tributação: o ganho líquido obtido pelo investidor no mercado à vista é tributado à alíquota de imposto de renda vigente.

11.12. QUESTÕES COMENTADAS

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) No mercado acionário pode-se identificar as ações preferenciais e as ações ordinárias. As preferenciais se diferenciam por:

- não serem adquiridas por pessoas físicas;
- concederem àqueles que as possuem o poder de voto nas assembleias deliberativas da companhia;
- não permitirem o recebimento de dividendos;
- terem sua negociação vedada em bolsas de valores;
- oferecerem preferência na distribuição de resultados ou no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia.

Comentário:

Para o acionista preferencial, o lucro é mais importante que o controle da empresa, priorizando-se, assim, a distribuição dos resultados. As ações preferenciais não dão direito a voto, e a *preferência* se refere ao direito de recebimento de dividendos antes dos acionistas ordinários.

Gabarito: E.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) A companhia aberta desempenha um papel estratégico no mercado de capitais. No Brasil, ela se caracteriza como aquela companhia:

- com capital social representado por ações negociáveis apenas fora das bolsas e do mercado de balcão;
- cuja emissão de valores mobiliários é sujeita à prévia autorização do Banco Central do Brasil;
- cujos valores mobiliários são admitidos à negociação na bolsa ou no mercado de balcão;
- cujos lucros não são distribuídos aos proprietários;
- cujos ativos são representados por valores mobiliários.

Comentário:

São premissas de uma empresa de capital aberto:

- obrigação de divulgar resultados financeiros;
- ter seu balanço auditado;
- emissão de aviso sobre fatos relevantes;
- IPO (*Initial Public Offering*) – primeiro lançamento de ações de uma empresa ao público.
- colocação de valores mobiliários em bolsas de valores ou no mercado de balcão.

Gabarito: C.

3. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) Com a finalidade de captação de recursos, muitas empresas abrem seu capital e emitem ações para serem negociadas no mercado primário ou secundário, dependendo da ocasião da emissão das ações. A emissão de ações no mercado primário ocorre quando a:

- negociação é realizada no pregão da Bolsa de Valores;
- negociação das ações não se concretizou no mercado secundário;
- empresa emite ações para negociação somente com empresas do setor primário;
- empresa emite pela primeira vez ações para serem negociadas no mercado;
- rentabilidade das ações não atingiu o patamar desejado.

Comentário:

No mercado primário, a empresa capta recursos; ou seja, estes são enviados para o emissor do título, no caso, a empresa. Assim, quando uma empresa emite novas ações e capta recursos, ela realiza um aumento de seu capital fazendo a oferta pública de suas ações e recebendo posteriormente recursos destes papéis. No mercado secundário, não há captação de recursos por parte das empresas.

Gabarito: D.

11.13. QUESTÕES PROPOSTAS

1. Qual o papel social do mercado de ações?

- concentra renda na mão dos poucos investidores;
- distribuir dividendos;
- distribuir a renda e riqueza diluída na mão de muitos investidores;
- não existe papel social;
- distribui riquezas de acordo com certos interesses.

2. O mercado onde a bolsa de valores atua é considerado?

- Mercado terciário.
- Mercado primário.

- c) Mercado ordinário.
d) mercado preferencial.
e) mercado secundário.
3. **Assinale a alternativa que indica característica das ações ordinárias:**
a) possuem direito a voto;
b) possuem direito a receber em primeiro lugar em caso de falência da empresa;
c) Têm os mesmo direito das ações preferenciais;
d) Têm preferência a receber dividendos.
4. **O mercado de ações constitui importante subsistema do sistema financeiro nacional. Acerca desse mercado, julgue os itens:**
() Desdobramento é a distribuição, mediante pagamento de taxa administrativa, de novas ações aos acionistas, por meio da diluição do capital em maior número de ações, com o objetivo de dar liquidez aos títulos do mercado.
() O denominado mercado secundário é aquele que corresponde à negociação das ações na bolsa de valores.
5. **(CVM) "Ação cheia" é linguagem utilizada pelo mercado e tem o significado de ação que:**
a) ainda não recebeu ou exerceu direitos concedidos pela empresa emissora;
b) já recebeu bonificações e subscrição concedidos pela empresa emissora;
c) ainda não recebeu dividendos e split concedidos pela empresa;
d) já recebeu e exerceu direitos concedidos pela empresa;
e) já recebeu dividendos e bonificações concedidos pela empresa emissora.
6. **(CVM) Uma ação representa:**
a) as reservas dos lucros de uma companhia;
b) a parcela média do capital social de uma empresa;
c) a maior parcela do capital social de uma empresa;
d) a menor parcela do capital social de uma empresa;
e) o patrimônio líquido de uma companhia.
7. **(CVM) No mercado à vista de ações, o processo de liquidação ocorre em:**
a) D+1 para liquidação física e D+2 para financeira.
b) D+2 para liquidação física e D+3 para financeira.
c) D+1 para liquidação física e financeira.
d) D+2 para liquidação física e financeira.
e) D+3 para liquidação física e financeira.
8. **(CVM) No processo de abertura de capital e registro da companhia, na CVM, é facultativa a:**
a) apresentação à CVM de cópia do novo estatuto social da companhia;
b) apresentação de relatório da administração do último exercício social;
c) nomeação de diretor de relações com o mercado;
d) contratação de auditor independente credenciado pela CVM;
e) previsão para o conselho de administração deliberar sobre futuros aumentos de capital.
9. **(CVM) O mercado secundário é importante porque:**
a) aumenta o lucro das companhias com ações negociadas no mercado;
b) diminui o risco de mercado para investidores detentores de ações;
c) o valor transacionado é canalizado para empresa emitente do título;
d) as empresas obtêm recursos para financiar novos empreendimentos;
e) proporciona liquidez aos ativos, viabilizando o mercado primário.
10. **(FCC/BB/Téc. Bancário/2013) Em 2010 ocorreu, simultaneamente, a distribuição pública primária e secundária de ações de emissão do Banco do Brasil, com registros na Comissão de Valores Mobiliários. Neste caso, como em outras operações da mesma natureza e produto no mercado de capitais, a relação entre capital próprio e de terceiros da empresa**
a) passou a ser influenciada pela cotação das ações em bolsa de valores.
b) não sofreu nenhuma influência.
c) sofreu alteração em função da venda das ações dos acionistas do grupo controlador.
d) foi modificada pela captação integral dos recursos obtidos nas ofertas primária e secundária.
e) foi alterada pela parcela de recursos originada com as novas ações emitidas.
11. **(FCC/BB/Téc. Bancário/2013) No mercado de capitais, as operações de distribuição pública de ações (*underwriting*) acontecem**
a) com a intermediação de qualquer instituição participante do Sistema Financeiro Nacional.
b) por meio de esforços de venda direta da emissora junto a investidores institucionais.
c) sem obrigatoriedade do registro na Comissão de Valores Mobiliários.
d) de acordo com os termos e condições previstos no respectivo prospecto.
e) desde que a companhia já tenha ações negociadas em bolsa de valores.
12. **(FCC/BB/Téc. Bancário/2013) As ações preferenciais admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários, de acordo com a lei, devem proporcionar direito a dividendos**
a) variáveis, idênticos aos distribuídos às ações ordinárias.
b) fixos anuais, não cumulativos, de 10% sobre o Patrimônio Líquido da emissora.

- c) fixos anuais, não cumulativos de condições de distribuições às ações ordinárias.
- d) no mínimo 25% superiores aos distribuídos às ações ordinárias.
- e) no mínimo 10% superiores aos distribuídos às ações ordinárias.

13. (IBFC/Analista Adm. Financeiro/2014) As sentenças a seguir falam sobre as Sociedades por Ações. Baseado no tema, leia as sentenças e assinale a alternativa incorreta:

- a) as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.
- b) a companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- c) somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.
- d) é permitida a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.

14. (UEL/COPS/Analista Contábil Financeiro/2014) Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a denominação do título que proporciona participação, sem preferência, nos resultados econômicos de uma empresa e confere a seu titular o direito de voto em assembleias.

- a) Ação ordinária nominativa.
- b) Ação preferencial nominativa.
- c) Debêntures quirografárias.
- d) Debênture com garantia real.
- e) Warrant.

15. (UEL/COPS/Analista Contábil Financeiro/2014) Com base nos conhecimentos sobre constituição de sociedades por ações e estatuto social, considere as afirmativas a seguir.

- I. O estatuto social da companhia deverá estabelecer os critérios em que os diretores poderão eleger ou destituir, a qualquer tempo, seus administradores e fiscais.
- II. O estatuto da companhia aberta que contiver autorização para o aumento do capital, quando a colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, pode prever a emissão, sem direito de preferência para os antigos acionistas.
- III. O estatuto social poderá conter dispositivo que autorize a aplicação de lucros ou reservas no resgate ou na amortização de ações, determinando as condições e o modo de se proceder à operação.
- IV. Caberá ao estatuto social dispor sobre o montante do capital social e a fixação do número das ações em que se divide e decidir se as ações terão ou não valor nominal.

Assinale a alternativa correta.

- a) somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

16. (FGV/Analista Bancário/2014) Com relação à sociedade limitada, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os sócios, após a integralização do capital social, respondem até o valor de suas quotas pelas obrigações sociais.
- II. Os sócios não têm responsabilidade solidária pela integralização do capital social.
- III. É disciplinada em capítulo próprio do Código Civil em vigor, podendo o contrato prever a regência supletiva pelas normas das companhias.
- IV. As quotas sociais poderão ser transferidas a terceiros, não sócios, caso o contrato seja omissivo, com o consentimento de todos os sócios.

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

17. (FCC/Economista/2013) Com respeito às Sociedades de Capital Aberto e suas relações com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é correto afirmar:

- a) assegurar que as companhias emissoras de valores mobiliários tenham as informações sobre os valores mobiliários por elas negociados, protegidas em relação ao acesso de pessoas não qualificadas, é atribuição da CVM.
- b) a CVM possui o poder normativo para regular a atuação das Sociedades de Capital Aberto em matéria de emissão de valores mobiliários; mas não dispõe do poder punitivo para penalizar o descumprimento das normas por ela baixadas.
- c) quando a CVM apurar irregularidades na emissão de valores mobiliários por parte de sociedades abertas, as quais apresentem indícios de ilícito penal, deve denunciar a ocorrência ao Ministério Público.
- d) a CVM exige que todas as sociedades abertas divulguem periodicamente suas projeções de resultados anuais, sem, contudo, ser-lhes exigido divulgar os critérios adotados para elaborá-las.
- e) a CVM faculta aos administradores de sociedades abertas a divulgação de informações ao mercado, ainda que estas possam ser relevantes na tomada de decisão quanto à aquisição ou não de valores mobiliários da companhia.

18. (FCC/Economista/2013) Considere:

- I. Para as companhias participantes do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, Poder de Controle significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, desde que a participação acionária detida pelo grupo controle

IV. **Libera** ao estatuto social dispor o montante do capital social e a taxaço do numero das açoes em que se divide e decidir se as açoes terao ou não valor nominal.

Assinale a alternativa correta.

- a) somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

16. (FGV/Analista Bancário/2014) Com relação à sociedade limitada, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os sócios, após a integralização do capital social, respondem até o valor de suas quotas pelas obrigações sociais.
- II. Os sócios não têm responsabilidade solidária pela integralização do capital social.
- III. É disciplinada em capítulo próprio do Código Civil em vigor, podendo o contrato prever a regência supletiva pelas normas das companhias.
- IV. As quotas sociais poderão ser transferidas a terceiros, não sócios, caso o contrato seja omissivo, com o consentimento de todos os sócios.

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

17. (FCC/Economista/2013) Com respeito às Sociedades de Capital Aberto e suas relações com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é correto afirmar:

- a) assegurar que as companhias emissoras de valores mobiliários tenham as informações sobre os valores mobiliários por elas negociados, protegidas em relação ao acesso de pessoas não qualificadas, é atribuição da CVM.
- b) a CVM possui o poder normativo para regular a atuação das Sociedades de Capital Aberto em matéria de emissão de valores mobiliários; mas não dispõe do poder punitivo para penalizar o descumprimento das normas por ela baixadas.
- c) quando a CVM apurar irregularidades na emissão de valores mobiliários por parte de sociedades abertas, as quais apresentem indícios de ilícito penal, deve denunciar a ocorrência ao Ministério Público.
- d) a CVM exige que todas as sociedades abertas divulguem periodicamente suas projeções de resultados anuais, sem, contudo, ser-lhes exigido divulgar os critérios adotados para elaborá-las.
- e) a CVM faculta aos administradores de sociedades abertas a divulgação de informações ao mercado, ainda que estas possam ser relevantes na tomada de decisão quanto à aquisição ou não de valores mobiliários da companhia.

18. (FCC/Economista/2013) Considere:

- I. Para as companhias participantes do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, Poder de Controle significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, desde que a participação acionária detida pelo grupo controlador seja superior a 25%.
- II. O percentual mínimo de ações em circulação que a Companhia deve ter para ser admitida no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, percentual esse que deve ser mantido durante todo o período em que os valores mobiliários por ela emitidos permaneçam registrados para negociação no Novo Mercado, deve totalizar pelo menos 25% do total do capital social da Companhia.
- III. As companhias participantes do segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA devem divulgar periodicamente suas demonstrações financeiras em português e inglês, bem como a posição acionária de todo aquele que detiver, de forma direta ou indireta, 5% ou mais do capital social.
- IV. Sempre que uma companhia sair do Novo Mercado da BM&FBOVESPA terá cancelado seu registro como companhia aberta, sendo-lhe vedado retornar a esse segmento de negociação de ações a qualquer tempo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I e III.
- e) III e IV.

Gabarito:

1. C	2. E	3. A
4. E, C	5. A	6. D
7. E	8. E	9. E
10. E	11. D	12. E
13. D	14. A	15. E
16. B	17. C	18. B

Bolsas de Valores e Mercado de Ações

A bolsa de valores é o local onde se compram e vendem ações. Tais operações são realizadas por corretoras devidamente autorizadas. Por definição podemos dizer que bolsas de valores são associações sem fins lucrativos que representam a reunião de recursos provenientes da aquisição do título do sócio patrimonial por algumas corretoras.

No Brasil, temos duas bolsas, a Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) e a BMF. Na Bovespa negociam-se ações e derivativos de ações possíveis, e na BMF negociam-se ativos à vista e derivativos sobre ativos financeiros e agropecuários.

Na Bovespa, o investidor pode atuar à vista, neste caso tem-se a liquidação física (entrega da ação pelo vendedor) e financeira (pagamento das ações pelo comprador) em três dias.

12.1. BOVESPA

- A Bovespa não pertence ao governo, mas às corretoras de valores.
- Cada corretora-membro é dona de um título patrimonial dessa associação civil, que é a Bovespa.
- Cada corretora é sócia da bolsa.
- Quando uma pessoa efetua a compra de uma ação na Bovespa, ela está se tornando uma sócia da empresa, passando a ter direitos sobre e lucros da empresa.
- Para que uma ação participe do Bovespa, ela deverá satisfazer às seguintes características: índices de negociabilidade somados representem 80% dos índices individuais somados, volume de participação superior a 0,1% do total e ter sido negociada em mais de 80% dos pregões.

12.2. IBOVESPA

Criado em 1968, o Ibovespa (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo) é caracterizado por uma carteira teórica, ou seja, simula um investimento hipotético em um determinado grupo de ações e serve como parâmetro. O Índice Bovespa mede a rentabilidade média das principais ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo. Este índice reflete não apenas a variação do preço das ações com o também o impacto da distribuição dos proventos, sendo assim considerado um indicador do retorno total de algumas ações listadas na Bovespa. A cada quatro meses, a carteira teórica do Ibovespa é reavaliada (ou revisada).

12.3. FORMAS DE NEGOCIAÇÃO

12.3.1. Operações em Bolsa

As bolsas possuem um horário de negociação, o chamado *pregão*. O pregão da Bovespa ocorre das 10h até as 17h e, com o horário de verão, das 11h às 18h. Após o fechamento do pregão, há o *after market*, no qual o mercado fica fechado por 45 minutos e depois reaberto das 18h45 e 19h30 para negociações adicionais. As negociações são informatizadas, não tendo o pregão um local físico.

Em sua fase de execução, o intermediário financeiro (corretora) tem em seu escopo profissionais especializados para fornecer orientações sobre investimento, receber ordens dos investidores e repassar aos operadores qualificados por ele que têm acesso ao sistema de negociação de bolsas.

Na fase de liquidação (executada a ordem de compra e venda), ocorre a transferência de propriedade dos títulos, pagamento e recebimento do montante envolvido.

Fluxo de Liquidação

D + 0 : dia da operação.

D + 1 : prazo para os intermediários financeiros (corretoras) especificarem as operações por eles executadas junto à bolsa.

D + 2 : Entrega e bloqueio dos títulos para liquidação física da operação, caso ainda não estejam na custódia da CBL.

D+3 : Liquidação física e financeira da operação

A Bovespa utiliza a CBL para liquidar as operações realizadas em seus mercados, e as corretoras que operam na Bovespa e outras IFs são agentes de compensação da CBL.

12.3.2. Sistema Eletrônico de Negociação



Segundo a CVM, apenas as corretoras possuem o direito de negociar ações nas bolsas de valores, ou seja, podem efetuar compra e venda de ativos. Neste caso, em se querendo adquirir qualquer tipo de ação, deve-se abrir uma conta em uma corretora onde serão transacionados recursos financeiros e ações (como recursos financeiros, temos a taxa de manutenção da conta, chamada de taxa de custódia). Ao abrir uma conta, o acionista passa a ter um login e uma senha podendo, assim, acessar o sistema e passando à corretora a responsabilidade solidária com seus clientes perante as bolsas quando for efetuada determinada operação.

A ligação entre as corretoras e seus clientes é feita por meio de um sistema chamado *Home-Broker*, cabendo a cada corretora desenvolver o próprio sistema. Na prática, a bolsa aglutina todas as ordens emitidas por todas as corretoras e seus clientes.

- A corretora pode cumprir as ordens de seus clientes no próprio escritório por meio de terminais ligados à bolsa.
- Os computadores registram as ofertas de compra e venda e o negócio é fechado eletronicamente (casamento).
- *Circuit Breaker*: interrompe as negociações por 30 minutos caso as ações caiam 10 %.
- As operações podem ser feitas também por telefone dado que as corretoras mantêm uma mesa de operação à disposição de seus clientes.
- As corretoras cobram taxas de corretagem que podem ser fixas ou variáveis por ordem.
- Existe uma tabela de corretagem divulgada pela Bovespa.
- O acionista pode mudar de corretora, bastando fazer a transferência da custódia.

Pregão Viva Voz

O pregão viva voz foi extinto em 30/9/2005. Este correspondia a sessões em que os preços e as quantidades dos ativos eram negociados verbalmente, com a disputa da ordem de compra e venda (chão de bolsa).

12.3.3. After Market

O *after market* permite a negociação de ações no período noturno, após o horário regular de forma eletrônica. As operações são dirigidas por ordem e fechadas por meio do sistema eletrônico de negociação da Bovespa (megabolsa). A totalidade de ordens enviadas tem um limite de R\$ 100.000,00 por investidor para o período.

12.3.4. Governança Corporativa

É caracterizada pelas práticas adotadas por empresas que garantem tratamento igualitário a acionistas majoritários e minoritários. As empresas que aderem ao novo mercado aceitam regras mais rígidas ampliando, assim, os direitos dos minoritários e melhorando a qualidade das informações prestadas.

12.4. SOCIEDADE CORRETORA DE VALORES

É representada por uma empresa que promove a aproximação entre compradores e vendedores de títulos e valores mobiliários. A missão de uma sociedade corretora de valores é criar condições de negociação, com o segurança e liquidez em operações feitas num recinto próprio (as bolsas de valores).

Estrutura Geral

Corretora cliente
Habilitada aprovada pelo Bacen e CVM
Na Bovespa
Buscar ícone
(corretoras) www.bovespa.com.br

Regra geral: as corretoras ajudam o cliente a escolher as melhores opções de investimento, de acordo com o seu perfil.

12.5. TIPOS DE ORDEM DE COMPRA E VENDA

- **Ordem a mercado:** neste caso o investidor especifica somente a quantidade e as características dos valores mobiliários ou direitos de compra e venda. Cabe à corretora executar a ordem assim que recebê-la.
- **Ordem administrada:** a execução da ordem ficará a critério da corretora; cabe ao investidor especificar somente a quantidade e características dos valores mobiliários.
- **Ordem discricionária:** a carteira de títulos é administrada por pessoa física ou jurídica ou representante de mais de um cliente em condições de executar a ordem.

12.6. ORDENANTE

O ordenante, após executada a ordem, indicará:

- o nome do investidor;
- a quantidade de títulos e/ou valores mobiliários a ser atribuída a cada um deles;
- preço.

12.7. TIPOS DE ORDEM

- Ordem casada: só é efetivada se ambas as transações puderem ser executadas.
- Ordem de financiamento: neste caso o investidor determina a ordem de compra ou venda de um valor mobiliário ou direito em determinado mercado, com prazo de vencimento distinto.
- Ordem *on stop*: neste caso, especifica-se o nível de preço a partir do qual a ordem deve ser executada.

12.8. LIQUIDAÇÃO

As operações realizadas na Bovespa são efetuadas pela Companhia de Liquidação e Custódia – CBLIC –, cabendo a esta todo o processo de transferência da propriedade dos títulos, pagamento e recebimento do montante financeiro envolvido.

12.9. PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE AÇÕES

Se a participação for individual, o interessado manifesta sua intenção a uma sociedade corretora, que será sua intermediária; se coletivamente, os interessados demonstram seu interesse a cotas de clubes de investimento ou de fundo de ações.

12.10. INVESTIDORES

Trata-se de indivíduos ou instituições que aplicam seus recursos em busca de maiores ganho a médio e longo prazos. Operam nas bolsas por meio de distribuidoras de valores e corretoras, que executam ordens e recebem corretagem pelo serviço.

12.11. OPERAÇÃO DE UNDERWRITING

As operações de *underwriting* (ou subscrição) fazem parte do mercado primário. Em linhas gerais, representam a colocação ou lançamento de títulos mobiliários para investimento ou revenda no mercado de capitais. A AGE autoriza a emissão, preparo do envio da documentação para registro na CVM, formação do *pool* de IFs intermediárias, *marketing* da operação, registro e anúncios de início e encerramento da distribuição, boletins de subscrição e liquidação financeira, registro na bolsa de valores.

Block Trade (transação em bloco)

É a distribuição secundária de um lote de ações que está na mão de um acionista.

12.11.1. A Emissão de Ações Via Underwriting

Para a colocação de novas ações no mercado, a empresa contrata os serviços de instituições especializadas, tais como: Banco de investimento, sociedades corretoras e sociedades distribuidoras, que formarão um *pool* de instituições financeiras para a realização da operação de *UNDERWRITING*.

Essa operação pode ser conceituada como um contrato firmado entre a instituição financeira líder do lançamento de ações e a sociedade anônima, que deseja abrir o capital.

12.11.2. Tipos de Contrato Underwriting

Uma vez negociadas as características do lançamento, são feitas discussões entre a companhia emissora e a instituição financeira para definir as características da distribuição, principalmente se haverá garantia firme de subscrição, ou se a operação será feita no regime de melhor esforço. Assim, o contrato pode ser feito de acordo com três modalidades.

i) FIRME (*STRAIGHT*): As instituições subscrevem integralmente a emissão de ações para tentar vendê-las posteriormente ao público. Nessa forma de contrato, a empresa não tem risco algum, pois tem certeza da entrada de recursos, já que o intermediário subscreve para si o total da emissão. O risco da aceitação ou não do lançamento pelo mercado fica por conta do intermediário financeiro.

ii) RESIDUAL (*STAND-BY*): Neste caso, o intermediário financeiro compromete-se a colocar as sobras de ações junto ao público em determinado espaço de tempo, após o qual ele mesmo subscreve o total de ações não colocadas. O intermediário compromete-se a subscrever as ações que não conseguir vender ao públi

ações junto ao público em determinado espaço de tempo, após o qual ele mesmo subscrive o total de ações não colocadas. O intermediário compromete-se a subscrever as ações que não conseguir vender ao público, em prazo fixado no contrato.

iii) MELHOR ESFORÇO (*BEST-EFFORTS*): O intermediário financeiro assume o compromisso de realizar seu melhor esforço no sentido de colocar as ações ao público, não assumindo nenhuma obrigação de comprar, ele mesmo, os títulos não vendidos.

Nesse caso, a empresa não tem certeza de conseguir aumentar seu capital na proporção pretendida, nem no tempo estabelecido para sua concretização.

12.11.3. Custo da Abertura de Capital

Pelos serviços de coordenação da operação, liderança da operação, venda de valores mobiliários e eventual garantia de subscrição, as instituições financeiras cobram taxas percentuais sobre o valor da operação e garantia de subscrição.

12.12. DIREITO DE SUBSCRIÇÃO

É o direito de todos os acionistas em adquirir novas ações emitidas por uma companhia. Os direitos de subscrição podem ser negociados mediante a emissão de bônus de subscrição, título negociado no mercado de capitais que dá a seu titular o direito de subscrever ações pelo preço de lançamento. Por meio da elevação do seu capital social a sociedade emite e oferece para subscrição novas ações aos investidores. A colocação de ações no mercado pode ocorrer tanto pela emissão de novas ações pela empresa quanto pela oferta pública de ações retidas por um investidor.

12.13. DEBÊNTURES

A emissão de debêntures representa um empréstimo que uma companhia faz junto a terceiros, mediante contrato denominado Escritura de Emissão. Nele, constam todos os termos e condições da operação, tais como remuneração, prazo, forma de amortização, garantias etc. A debênture é o título representativo desse empréstimo.

Em geral, as emissões são públicas, efetuadas por companhias abertas devidamente registradas na CVM e colocadas no mercado por meio de um sistema de distribuição, com a intermediação de bancos de investimento e sociedades corretoras e distribuidoras.

A emissão de debêntures não altera a situação patrimonial relativa ao controle acionário da companhia, salvo as conversíveis em ações. Uma empresa ao emitir debêntures na verdade busca financiamentos com custos menores que os bancários com promessa de remuneração. Podemos dizer que debêntures seriam títulos de subscrição popular tendo como lastro ou garantia todo ativo e todos os bens da sociedade emissora não podendo o valor da emissão ser superior ao capital social da empresa emissora.

12.14. OUTROS TÍTULOS EMITIDOS PELA EMPRESA

As empresas emitem normalmente todo tipo de título de crédito de efeito comercial ou para captação de poupanças. Com o exemplo, seguem-se informações sobre eurobônus e os *commercial papers*.

12.14.1. Eurobônus

São bônus emitidos por empresas brasileiras no mercado europeu, com instituições financeiras como garantidoras, cuja renda é fixada segundo a taxa *treasury* da Libor (*London Interbank Offered Rate*, taxa preferencial de juros para bancos que operam no mercado do eurodólar), mais um *spread* de acordo com o risco do emissor, com prazos variados. Tem características semelhantes às de uma debênture não conversível em ações.

12.14.2. Notas Promissórias

Título de crédito de curto prazo emitido por instituições não financeiras, sem garantia real, podendo ser garantido por fiança bancária, negociável em mercado secundário, com data de vencimento certa e com colocação pública, que confere a seu titular direito de crédito contra o emitente.

12.15. OPERAÇÕES SOBRE O ÍNDICE BOVESPA MINI

Em regra, é idêntico ao índice Bovespa atual, diferindo pelo fato de que sua carteira ter 10% das atualmente utilizadas (quantidades teóricas), dessa forma, o valor do índice Bovespa Mini (MIBV) será 1/10 da cotação do índice Bovespa (Ibov).

12.16. QUESTÕES COMENTADAS

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) No mercado acionário, uma negociação à vista requer que as ações sejam entregues pelo vendedor:

- a) até o segundo dia após a negociação – D+2,
- b) no dia da negociação – D zero,
- c) até o primeiro dia após a negociação – D+1,
- d) até o terceiro dia após a negociação – D+3,
- e) até o quarto dia após a negociação – D+4.

Comentário:

A sociedade corretora ou instituição responsável deve disponibilizar os títulos a CBLC para sua custódia (custódia dos títulos do vendedor), ficando assim disponível ao comprador (no terceiro dia útil – D3) após respectivo pagamento. No pagamento da operação, deve quitar o valor total em D3 após a realização do negócio em pregão.

Gabarito: D.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) Dentre os valores mobiliários negociados no Brasil, encontram-se as debêntures, que são títulos:

- a) representativos do capital social da empresa emitente;
- b) cujos direitos, garantias e demais cláusulas e condições da emissão estão contidos na escritura de emissão;
- c) cujo prazo limite é de cinco anos;
- d) que não se submetem ao processo de *underwriting*;
- e) que podem ter garantia real disponível para negociação.

Comentário:

São garantias e características das debêntures:

- emitidas com ou sem garantia real ou flutuante;
- o valor total das emissões de debêntures não pode ultrapassar o capital social da empresa (existem exceções);
- a CVM pode fixar limites para a emissão de debêntures negociados no mercado;
- proporcionam a seus titulares rendimentos periódicos representados por juros fixos ou variáveis e correção monetária ou cambial;
- podem oferecer participação nos lucros da companhia e prêmio de reembolso;
- na *escritura de emissão* constam todos os termos e condições da operação, tais como remuneração, prazo, forma de amortização, garantias, etc.

Gabarito: B.

3. (FCC/Banco do Brasil/2006) Analise:

- I. O *underwriting* firme prescinde de registro na Comissão de Valores Mobiliários.
- II. No *underwriting stand-by* a empresa emitente recebe imediatamente os recursos dos valores mobiliários colocados à negociação.
- III. Em um *underwriting*, há instituições financeiras que atuam como agentes da companhia emissora.

É correto o que consta em:

- a) III, apenas;
- b) II e III, apenas;
- c) II, apenas;
- d) I, apenas;
- e) I, II e III.

Comentário:

Há três tipos de contrato entre a empresa que lança os títulos e a financeira que os coloca junto ao público:

- *straight* (ou firme) – a financeira subscreve a totalidade do lançamento, pagando-a diretamente à empresa;
- *stand-by* – a financeira compromete-se a subscrever os títulos não adquiridos pelo público (o recebimento não se dá imediatamente);
- *best-efforts* (melhores esforços) – A financeira compromete-se a esforçar-se para vender os títulos, sem assumir a responsabilidade de subscrevê-los, e devolve à empresa aqueles não negociados pelo público (residual).

Vale ainda ressaltar que nenhum ato de distribuição de valores mobiliários poderá ser feito sem registro na CVM. Assim, a subscrição (*underwriting*) não prescinde de, ou seja, não dispensa registro na CVM.

Gabarito: A.

12.17. QUESTÕES PROPOSTAS

1. A Bolsa de Valores é considerada:

- a) sociedade anônima;
- b) sociedade de cotas limitadas;
- c) sociedade sem fins lucrativos, constituídas por seguradoras;
- d) sociedade sem fins lucrativos;
- e) sociedades com fins financeiros.

2. (CEF) O índice de bolsa de valores que mede o desempenho médio dos preços de uma suposta carteira de ação, refletindo o comportamento do mercado em um determinado intervalo de tempo. O valor absoluto do índice da carteira expressa o valor de mercado da carteira de ações negociada na bolsa de valores, sendo as variações verificadas de um período para o outro entendidas como sua lucratividade. Está correto afirmar que:

- a) O objetivo básico do Ibovespa é refletir o desempenho exato dos negócios ocorridos nos pregões da bolsa de valores de São Paulo.
- b) O IGC Índice de Governança Corporativa foi criado pela Bovespa com o objetivo de diminuir o desempenho de uma carteira de ações de empresas com práticas de governança corporativa.
- c) O Ibovespa é o mais importante indicador de desempenho das cotações de ações negociadas no mercado brasileiro.
- d) As ações seguem, normalmente, o comportamento geral do mercado, impossibilitando que se compreenda a oscilação de uma ação a partir do desempenho estabelecido pelo mercado como um todo.
- e) A composição da carteira deve priorizar as ações que tenham pequenas representatividades nos negócios realizados na bolsa de valores.

3. (CVM) São características das ações que constituem o capital social de uma companhia:

- a) forma, tipo, classe e preço;
- b) espécie, forma, tipo e classe;
- c) espécie, emissor, tipo e preço;
- d) emissor, preço, tipo e classe;
- e) espécie, emissor, forma e tipo.

4. (CVM) No mercado à vista de ações o processo de liquidação ocorre em:

- a) D+1 para liquidação física e D+2 para financeira;
- b) D+2 para liquidação física e D+3 para financeira;
- c) D+1 para liquidação física e financeira;
- d) D+2 para liquidação física e financeira;
- e) D+3 para liquidação física e financeira.

5. (CVM) No sistema de negociação e liquidação das operações de bolsa, considera-se D+1 como o dia:

- a) da liquidação do mercado à vista;
- b) do vencimento do mercado a termo;
- c) da realização da operação;
- d) seguinte ao da operação;
- e) útil seguinte ao da operação.

6. O que são debêntures?

- a) São títulos emitidos por sociedades anônimas de capital fechado.
- b) São títulos emitidos ; por empresas financeiras de capital aberto.
- c) São títulos omitidos por bancos com garantia do seu ativo.
- d) São títulos emitidos por sociedade anônima não financeira, capital aberto, sem garantia de seu ativo.
- e) são financiamento a curto prazo e dívida securitizada.

7. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) As operações de *underwriting* (subscrição) são praticadas pelos bancos de investimento que realizam a intermediação da distribuição de títulos mobiliários no mercado. A Garantia Firme é um tipo de operação de *underwriting* no qual a instituição financeira coordenadora da operação garante a:

- a) colocação dos lotes de ações a um determinado preço previamente pactuado com a empresa emissora, encarregando-se, por sua conta e risco, de colocá-lo no mercado;
- b) rentabilidade das ações colocadas no mercado, responsabilizando-se por devolver o dinheiro à empresa emissora em caso de uma desvalorização repentina;
- c) renovação da subscrição das ações colocadas no mercado e que não encontraram compradores interessados;
- d) oferta global das ações da empresa tanto no país quanto no exterior, assumindo todos os riscos relacionados à oscilação de mercado;
- e) prática de melhores esforços para revender o máximo de uma emissão de ações para os seus clientes por um prazo determinado.

8. (FCC/Economista/2013) Com respeito às Sociedades de Capital Aberto e suas relações com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é correto afirmar:

- a) assegurar que as companhias emissoras de valores mobiliários tenham as informações sobre os valores mobiliários por elas negociados, protegidas em relação ao acesso de pessoas não qualificadas, é atribuição da CVM.
- b) a CVM possui o poder normativo para regular a atuação das Sociedades de Capital Aberto em matéria de emissão de valores mobiliários; mas não dispõe do poder punitivo para penalizar o descumprimento das normas por ela baixadas.
- c) quando a CVM apurar irregularidades na emissão de valores mobiliários por parte de sociedades abertas, as quais apresentem indícios de ilícito penal, deve denunciar a ocorrência ao Ministério Público.

- representem riscos de natureza física, deve denunciar a ocorrência ao Ministério Público.
- d) a CVM exige que todas as sociedades abertas divulguem periodicamente suas projeções de resultados anuais, sem, contudo, ser-lhes exigido divulgar os critérios adotados para elaborá-las.
- e) a CVM faculta aos administradores de sociedades abertas a divulgação de informações ao mercado, ainda que estas possam ser relevantes na tomada de decisão quanto à aquisição ou não de valores mobiliários da companhia.

9. (FCC/Economista/2013) Considere:

- I. Para as companhias participantes do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, Poder de Controle significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, desde que a participação acionária detida pelo grupo controlador seja superior a 25%.
- II. O percentual mínimo de ações em circulação que a Companhia deve ter para ser admitida no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, percentual esse que deve ser mantido durante todo o período em que os valores mobiliários por ela emitidos permaneçam registrados para negociação no Novo Mercado, deve totalizar pelo menos 25% do total do capital social da Companhia.
- III. As companhias participantes do segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA devem divulgar periodicamente suas demonstrações financeiras em português e inglês, bem como a posição acionária de todo aquele que detiver, de forma direta ou indireta, 5% ou mais do capital social.
- IV. Sempre que uma companhia sair do Novo Mercado da BM&FBOVESPA terá cancelado seu registro como companhia aberta, sendo-lhe vedado retornar a esse segmento de negociação de ações a qualquer tempo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
b) II e III.
c) II e IV.
d) I e III.
e) III e IV.

10. (FCC/Reg. Econ./2012) A instituição do Novo Mercado pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) tem como objetivo regular a transparência entre os atos praticados pela administração da companhia aberta e seus acionistas, notadamente os minoritários. É uma das condições para que a sociedade possa ofertar suas ações no Novo Mercado:

- a) emissão de ações preferenciais limitadas ao total emitido de ações ordinárias, para que, pelo menos, 50% dos acionistas tenham direito a voto.
- b) compromisso de que, em caso de fechamento de capital ou cancelamento do contrato do Novo Mercado, o controlador ou a companhia, conforme o caso, faça uma oferta pública de aquisição das ações em circulação, tendo por base, no máximo, o valor patrimonial da mesma.
- c) resolução de conflitos com os *stakeholders* por intermédio do Poder Judiciário, para assegurar aos acionistas que houve a defesa de seus interesses até a última instância possível.
- d) mandato de, no mínimo, dez anos para o Conselho de Administração de forma a garantir a continuidade administrativa na direção da companhia.
- e) compromisso de que, em caso de venda do controle acionário, o comprador estenderá a oferta de compra a todos os demais acionistas, assegurando-se o mesmo tratamento dado ao controlador vendedor.

11. (ESAF/Analista Econ. Fin./2012) As opções de compra de ações negociadas no pregão da BM&FBovespa são do tipo americano, o que significa que:

- a) só podem ser exercidas na sua data de vencimento.
b) podem ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo da opção.
c) só podem ser exercidas dentro da última semana antes da data de vencimento.
d) não podem ser exercidas quando o preço da ação objeto está acima do preço de exercício da opção.
e) seu preço de exercício é variável com o valor do Ibovespa.

12. (ESAF/Analista Econ. Finan./2012) Uma das principais características da metodologia de cálculo do Índice Bovespa é a determinação das ações componentes da carteira teórica:

- a) com base em sua participação no volume de negócios no mercado.
b) com base no valor de mercado de cada ação em relação ao valor total das ações contidas na carteira.
c) por votação realizada em assembleia quadrimestral de corretoras de valores.
d) somente se a empresa estiver inscrita no segmento de governança corporativa mais elevado.
e) com a inclusão de todas as ações negociadas no mercado, excluindo-se as ações de empresas em processo de recuperação judicial.

13. (FCC/Escriturário BB/2013) Em 2010 ocorreu, simultaneamente, a distribuição pública primária e secundária de ações de emissão do Banco do Brasil, com registros na Comissão de Valores Mobiliários. Neste caso, como em outras operações da mesma natureza e produto no mercado de capitais, a relação entre capital próprio e de terceiros da empresa

- a) passou a ser influenciada pela cotação das ações em bolsa de valores.
b) não sofreu nenhuma influência.
c) sofreu alteração em função da venda das ações dos acionistas do grupo controlador.
d) foi modificada pela captação integral dos recursos obtidos nas ofertas primária e secundária.
e) foi alterada pela parcela de recursos originada com as novas ações emitidas

14. (CESGRANRIO/BNDES/2013) Uma oferta pública inicial marca a primeira venda de ações de uma empresa de capital privado no mercado de ações. Instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central atuam como *underwriters* (agentes de subscrição), intermediando a venda ao público das ações. Existem vários tipos de *underwriting* (subscrição) em prática no mercado atualmente. Quando uma empresa de capital privado deci-

10. (FCC/Reg. Econ./2012) A instituição do Novo Mercado pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) tem como objetivo regular a transparência entre os atos praticados pela administração da companhia aberta e seus acionistas, notadamente os minoritários. É uma das condições para que a sociedade possa ofertar suas ações no Novo Mercado:

- a) emissão de ações preferenciais limitadas ao total emitido de ações ordinárias, para que, pelo menos, 50% dos acionistas tenham direito a voto.
- b) compromisso de que, em caso de fechamento de capital ou cancelamento do contrato do Novo Mercado, o controlador ou a companhia, conforme o caso, faça uma oferta pública de aquisição das ações em circulação, tendo por base, no máximo, o valor patrimonial da mesma.
- c) resolução de conflitos com os *stakeholders* por intermédio do Poder Judiciário, para assegurar aos acionistas que houve a defesa de seus interesses até a última instância possível.
- d) mandato de, no mínimo, dez anos para o Conselho de Administração de forma a garantir a continuidade administrativa na direção da companhia.
- e) compromisso de que, em caso de venda do controle acionário, o comprador estenderá a oferta de compra a todos os demais acionistas, assegurando-se o mesmo tratamento dado ao controlador vendedor.

11. (ESAF/Analista Econ. Fin./2012) As opções de compra de ações negociadas no pregão da BM&FBovespa são do tipo americano, o que significa que:

- a) só podem ser exercidas na sua data de vencimento.
- b) podem ser exercidas a qualquer momento dentro do prazo da opção.
- c) só podem ser exercidas dentro da última semana antes da data de vencimento.
- d) não podem ser exercidas quando o preço da ação objeto está acima do preço de exercício da opção.
- e) seu preço de exercício é variável com o valor do Ibovespa.

12. (ESAF/Analista Econ. Finan./2012) Uma das principais características da metodologia de cálculo do Índice Bovespa é a determinação das ações componentes da carteira teórica:

- a) com base em sua participação no volume de negócios no mercado.
- b) com base no valor de mercado de cada ação em relação ao valor total das ações contidas na carteira.
- c) por votação realizada em assembleia quadrimestral de corretoras de valores.
- d) somente se a empresa estiver inscrita no segmento de governança corporativa mais elevado.
- e) com a inclusão de todas as ações negociadas no mercado, excluindo-se as ações de empresas em processo de recuperação judicial.

13. (FCC/Escriturário BB/2013) Em 2010 ocorreu, simultaneamente, a distribuição pública primária e secundária de ações de emissão do Banco do Brasil, com registros na Comissão de Valores Mobiliários. Neste caso, como em outras operações da mesma natureza e produto no mercado de capitais, a relação entre capital próprio e de terceiros da empresa

- a) passou a ser influenciada pela cotação das ações em bolsa de valores.
- b) não sofreu nenhuma influência.
- c) sofreu alteração em função da venda das ações dos acionistas do grupo controlador.
- d) foi modificada pela captação integral dos recursos obtidos nas ofertas primária e secundária.
- e) foi alterada pela parcela de recursos originada com as novas ações emitidas

14. (CESGRANRIO/BNDES/2013) Uma oferta pública inicial marca a primeira venda de ações de uma empresa de capital privado no mercado de ações. Instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central atuam como *underwriters* (agentes de subscrição), intermediando a venda ao público das ações. Existem vários tipos de *underwriting* (subscrição) em prática no mercado atualmente. Quando uma empresa de capital privado decide seguir adiante com uma oferta pública inicial e contrata um intermediário financeiro para atuar como *underwriting firm*, os termos básicos do contrato são:

- a) o intermediário financeiro assume um compromisso firme de auxiliar a empresa a encontrar potenciais compradores para suas ações, mas não assume nenhum risco, caso as ações não consigam ser vendidas ou o capital levantado seja pequeno.
- b) o intermediário financeiro assume o compromisso de vender todas as ações no mercado financeiro; porém, se não o conseguir, o contrato é cancelado.
- c) as ações são vendidas pelo intermediário financeiro somente para seletos investidores que sequentemente podem revender essas ações no mercado de ações.
- d) as ações são vendidas diretamente no mercado de ações, porém o intermediário financeiro assume a responsabilidade de comprar todas as ações que não tenham tido compradores.
- e) as ações da empresa são todas vendidas para o intermediário financeiro a um preço predeterminado, chamado preço de oferta pública, menos uma taxa, *spread*, que serve como recompensa pelo risco assumido.

Gabarito:

1. D	2. C	3. B
4. E	5. E	6. E
7. A	8. C	9. B
10. E	11. B	12. A
13. E	14. E	

Derivativos

Em um primeiro momento, podemos definir como derivativos os títulos cujos valores dependem de valores de outras variáveis mais básicas. Como exemplo, temos os derivativos de café, que têm seu valor derivado do comportamento do café no mercado à vista.

Assim, em uma análise primária, os derivativos podem ser entendidos como contratos formados entre as partes com o objetivo de trocar valor e somente valor de ativos, índices ou até mesmo *commodities*.

O derivativo envolve riscos de uma contraparte que está exposta a ele e pode transferi-lo a outra contraparte, assumindo um risco diferente do original, ou pagando para se livrar dele.

De acordo com o exposto anteriormente, o mercado de derivativos é resultante do mercado à vista e tem como principal objetivo proteger o mercado de grandes oscilações de preços. O mercado de derivativos negocia *commodities* que, na realidade, são ativos negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), índice Bovespa, ouro, cupom cambial, ativos agropecuários, entre outros.

13.1. CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS

Os ativos derivativos são classificados em financeiros e não financeiros.

FINANCEIROS: São ativos que se relacionam principalmente com índices de bolsa, moeda e juros.

NÃO FINANCEIROS: São ativos que se associam às *commodities* com o petróleo, café, soja, boi gordo etc.

13.2. INOVAÇÕES FINANCEIRAS

Como inovação financeira, temos o conceito de securitização, criado por Lewis Ranieri. Tal conceito foi aplicado inicialmente em ativos hipotecários, e posteriormente foi agregado a ativos financeiros (recebíveis e empréstimos).

A securitização é caracterizada por ser um instrumento flexível de geração de liquidez para as empresas que têm como objetivo diminuir os riscos para os investidores. Dessa forma, securitizar significa converter determinados ativos em títulos negociáveis que podem ser vendidos a novos investidores.

A securitização transfere a tomada de recursos do crédito ao mercado de capitais e possibilita que qualquer aplicação financeira seja interpretada como um tipo de investimento, enfraquecendo ligações mais duradouras entre fonte e uso de recursos financeiros, desde que esteja apoiada em mecanismos para controle de riscos.

O desenvolvimento do mercado derivativo está relacionado ao processo de securitização, pois a decomposição dos riscos facilitou a colocação de papéis pelo governo e por empresas, aumentando assim a liquidez dos títulos, especialmente os de dívida.

13.3. A NATUREZA DOS RISCOS

Sendo os derivativos um tipo de contrato bilateral em que se negociam riscos, tais riscos são de três naturezas:

- i) Risco de Incerteza Tecnológica
Risco de não obter o nível do produto desejado.
- ii) Risco da Incerteza do Mercado
Risco de não vender o produto ao preço desejado.
- iii) Risco do Produtor

Neste caso, o produtor pode bancar parte do risco e a outra parte é transferida para o comprador.

13.4. ORIGEM DO MERCADO DE DERIVATIVOS

As bolsas de mercadorias têm sua origem nas feiras abertas onde se negociavam gêneros alimentícios, como os arrozais do Japão em 1850, que eram a principal *commodity* japonesa, considerados quase moeda. O mercado derivativo tem suas origens nos arrozais japoneses, em que os fazendeiros prometiam a entrega de arroz ao centro de Osaka (venda com entrega diferida, na qual o comprador paga pela mercadoria e o vendedor promete entregá-lo em local e data previamente estabelecidos pelas partes).

Em 1970, novas estratégias de mercados e produtos começaram a se fazer presentes no cenário brasileiro, geradas pela crise do petróleo, câmbio livre, altas taxas de juros e aumentos dos riscos.

Os clientes dos bancos, principalmente as indústrias multinacionais, começaram a demandar formas mais eficientes de financiamento e proteção para seus investimentos contra alterações na paridade (^

Os clientes das Bancas, principalmente as indústrias manufatureiras, começaram a demandar formas mais eficientes de financiamento e proteção para seus investimentos contra alterações na paridade das moedas.

Em 1971 houve uma mudança do câmbio de acordo com o tratado de Bretton Woods 1944 (moeda – dólar – paridade fixa com o ouro), em que o ouro perdeu sua posição como reserva de valor para as moedas europeias. Nesse cenário, a década de 1980 foi caracterizada pela concorrência mundial acirrada da indústria automobilística, internacionalização das empresas, investimento fora do eixo EUA/Europa e informatização.

Em um mercado globalizado, no contexto das informações e sua busca, que tem um preço de mercado, novos segmentos financeiros surgiram, tais como os fundos de pensão, fundos administrados e derivativos.

13.5. FATORES QUE DETERMINAM A EXPANSÃO DO MERCADO DE DERIVATIVOS

- Nível da taxa de juros real, atual e futura ou projetada, política monetária, déficit ou superávit nas contas do governo e expectativa do mercado quanto ao nível ideal da taxa de juros.
- O período de 1970 pode ser caracterizado pela procura do capital pelo melhor retorno e menor risco. Neste cenário e atendendo as necessidades das empresas surgiram os primeiros derivativos de balcão ou *swaps*.
- Derivativos são caracterizados como um contrato bilateral ou um acordo de troca de pagamentos, cujo valor deriva do valor de um ativo ou objeto referenciado em uma taxa ou índice.
- Uma debênture pode ser considerada um tipo de derivativo quando carrega opções de conversão ou indexação. O fator de conversão comporta-se como uma opção, o que confere a esse valor mobiliário uma característica especial.

Esquema dos Derivativos



13.6. DEFINIÇÃO GERAL E CONCLUSÃO SOBRE O MERCADO DERIVATIVO

De acordo com o que foi abordado, pode-se dizer que derivativos são instrumentos financeiros sem valor próprio. Eles têm esse nome por derivarem seu valor do valor de algum outro ativo, com o objetivo de limitar o risco de flutuações inesperadas de preço.

limitar o risco de flutuações inesperadas de preço.

Os chamados derivativos dependem da existência de outro contrato ou ativo de referência, também denominado ativo objeto ou ativo subjacente.

Os contratos derivativos só existem porque há possibilidade de o preço da mercadoria à vista variar (ação, grãos, taxas, índices...).

Nota: O conceito de derivativo é ampliado para o mercado de seguros, assim, o contrato derivativo é também conhecido como contrato de contingência, pois depende da ocorrência de um evento específico futuro (no caso do seguro, a ocorrência de um sinistro).

13.7. PARTICIPANTES DO MERCADO DE DERIVATIVOS

Hedger

Em regra, buscam administrar riscos. São agentes econômicos que desejam se proteger dos riscos derivados das flutuações adversas nos preços de *commodities*, taxas de juros, moedas, ações...

- Fazer o *Hedger* é como fazer um seguro, no sentido de dar mais tranquilidade a quem o fez.
- *Hedger* Estático: Assumida a posição inicial, esta será mantida até o vencimento. Como exemplo, temos a área de seguros de automóveis.
- O objetivo financeiro do *Hedger* é transferir o risco de preços para um agente econômico em particular, o especulador.

De maneira mais abrangente, pode-se dizer que o *Hedger* é o detentor de contratos a termo ou futuros. Pode ser uma pessoa ou uma empresa que se utiliza do mercado para se proteger de eventuais mudanças no preço de um produto.

Hedgear significa fazer uma operação no mercado de derivativos com o objetivo de proteção quanto à possibilidade de oscilação de um preço, taxa ou índice. O *Hedger* abre mão de possíveis ganhos futuros para não incorrer em perdas futuras.

Exemplo:

Estocagem de café em baixa – Nesse caso, serão comprados contratos de liquidação futura para garantir o preço de reposição.

Estocagem de café em alta (armazém cheio) – Nesse caso, vende-se o café a futuro protegendo-se de eventuais perdas no valor da mercadoria em seu poder. O objetivo das práticas mencionadas é garantir a margem de lucro.

Especulador

É um elemento necessário ao mercado. Toda atividade econômica gera risco. A atividade econômica é especulativa por definição. Quando o *Hedger* não quer correr risco, ele o transfere para o especulador.

O especulador é uma pessoa ou empresa cuja atividade principal não está relacionada com o bem objeto do contrato derivativo e que assume posições no mercado para obter exposição ao risco de oscilação de preços. O especulador assume hoje o risco de perdas futuras na esperança de auferir ganhos futuros. Sem ele, o *Hedger* não terá a quem repassar seu risco.

O especulador também pode ser entendido como agentes econômicos, pessoas físicas e jurídicas que estão dispostas a assumir os riscos das variações de preços motivados pela possibilidade de ganhos futuros. O especulador deve prever com maior precisão as oscilações futuras dos preços e das taxas de juros cambiais.

Nota 1: O especulador contribui para liquidez do mercado, pois aumenta o volume de transações no mercado derivativos, aumentando assim a liquidez dos contratos.

Nota 2: Nenhum especulador pretende receber ou entregar a mercadoria ou ativo. Todos liquidam suas posições por diferença financeira. Essa estratégia possui a vantagem de evitar depósitos à margem.

Scalper

No mercado existe a figura do *Scalper*, um operador especial que possui o título da bolsa futuros e a opera por conta própria. O *Scalping* especula sobre os níveis de preços, tendo por objetivo obter ganhos mínimos em intervalo de tempo reduzido.

Arbitrador

É o participante que, assumindo muito pouco risco, opera em mais de um mercado simultaneamente para se valer de distorções de preços de relativos. Este é responsável pelo estabelecimento e manutenção entre preços futuros e à vista. Normalmente, os arbitreadores são grandes bancos que possuem uma fonte de financiamento barato, ou grandes empresas que trabalham com o produto objeto do derivativo e que possuem a facilidade de negociá-lo no mercado à vista.

Podemos dizer que especular é simplesmente ter alguma opinião sobre o comportamento futuro do preço de um bem e decidir se algo será feito diante dessa expectativa ou não.

Na prática, a arbitragem consiste em travar um lucro sem risco, realizando transações simultâneas. ^

dois ou mais mercados.

Market Maker

É normalmente representado por bancos ou corretoras que operam sempre em determinado mercado carregando posições próprias (investindo seu próprio capital) e que se especializaram em determinados produtos e papéis.

Possuem a vantagem de gozar de redução de custos operacionais, e possuem preferência em qualquer negócio. Em contrapartida, são obrigados a oferecer preços de compra e venda para o produto em que se especializaram. Esses preços seguem, obrigatoriamente regras estabelecidas pela bolsa e devem atender a um *spread* máximo.

No mercado de derivativos negociado fora da bolsa não é muito comum encontrarmos especialistas formalmente constituídos. Podemos, sim, encontrar empresas (principalmente bancos de investimento e corretoras) que se especializam em determinado produto. Neste caso, eles atuam quase como um *market maker*, entretanto, sem a obrigatoriedade de se submeterem a um código de ética e conduta. Normalmente, essas empresas são também responsáveis por boa parte da arbitragem realizada no mercado.

O *market maker* pode ser entendido como um conjunto de especialistas que possuem um grupo de IFs que auxiliam nas atividades diárias. Estes carregam posição própria e se especializam em determinados produtos para que, sempre que convocados pela bolsa, ofereçam preço de compra e venda.

Câmara de Compensação (Clearing House)

Os corretores logo perceberam que, se um de seus clientes não honrasse os compromissos assumidos, eles estariam em uma posição muito difícil, perderiam a confiança do mercado e muitos provavelmente estariam fora do sistema. Os corretores criaram outra instituição com o objetivo de garantir as operações realizadas na bolsa. Foi criada, portanto, a câmara de compensação capitalizada com o dinheiro dos corretores membros. Sua fonte de renda é feita por meio da cobrança de uma pequena taxa de juros em todas as transações.

De maneira geral, podemos definir *clearing house* como associações compostas por membros de compensação que capitalizam a empresa. Elas são responsáveis pela compensação e liquidação das posições assumidas nas bolsas por seus participantes. As corretoras são "garantidoras" finais das posições de seus clientes.

O Trader

O *Trader* é um tipo especial de especulador, que opera, com muita frequência, entrando e saindo de suas posições. Suas especulações costumam ser de curto prazo e, em regra, devem ser bem planejadas.

13.8. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O MERCADO DERIVATIVOS

i) O instrumento ou produto derivativo pode ser entendido como um contrato ou título conversível cujo valor depende integral ou parcialmente do valor do outro instrumento financeiro.

ii) Não se pode dizer que uma operação com derivativos é um investimento. Na realidade, representa uma expectativa da direção, dimensão, duração e velocidade das mudanças do valor de outro bem que lhe serve de referência.

iii) Se a formação de preços no mercado derivativos está sujeita à variação de preços de outros ativos no mercado à vista, então os derivativos não são a causa, mas o efeito, pois derivam desse mercado.

iv) Os derivativos representam a forma de negociar a oscilação de preços dos ativos, sem haver necessariamente a negociação física do bem ou da mercadoria.

13.9. OS CONTRATOS DERIVATIVOS

No que se refere aos contratos derivativos, tem os:

- Mercado a Termo
- Mercado Futuro
- Opções
- Swaps

13.10. CONTRATO A TERMO

O contrato a termo é um acordo para comprar ou vender um ativo em determinada data futura, a determinado preço, o que contrasta com um contrato *spot*. O contrato a termo é negociado no mercado balcão, geralmente entre duas IFs ou entre uma IF e seus clientes.

Sendo o contrato a termo um contrato de balcão, não há obrigatoriedade de se fazer o registro em cartório, bolsa etc.

Nota 1: Na data zero não existe fluxo de caixa, assim, $FC = 0$.

O contrato a termo é a promessa de compra e venda firmada hoje com entrega da mercadori: ^

O contrato a termo é a promessa de compra e venda firmada hoje, com entrega da mercadoria e recebimento do pagamento em data futura. O comprador assume a responsabilidade de pagar o valor previamente ajustado e contratado ao vendedor na data da entrega do bem. O vendedor assume a responsabilidade de entregar o bem no local, na quantidade e na qualidade previamente acordados.

Na data de contratação são definidos todos os detalhes de comercialização do produto, como: qualidade da mercadoria; quantidade negociada; local de entrega; preço do produto; penalidades pelo não cumprimento das cláusulas do contrato.

Vantagens do Contrato a Termo

- O vendedor garante mercado e preço para sua produção e o comprador garante fornecimento e preço para o produto;
- Maior facilidade para comercialização do bem e menor oscilação de preço;
- Maior informação sobre preços futuros do produto;
- Melhor programação dos produtores;
- Informações futuras de preço de certo produto e planejamento no que plantar.

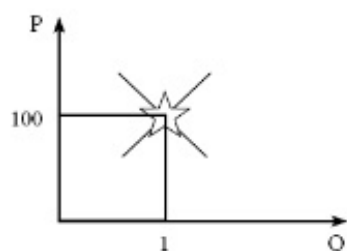
13.10.1. A Natureza do Risco do Mercado a Termo

Nesse cenário, teremos o produtor (cafeicultor), o torrefador e o consumidor final. De acordo com o modelo, algumas hipóteses iniciais serão estabelecidas.

Hipóteses do Modelo

- i) O cafeicultor (produtor) vende a saca de café a \$ 100,00, e a esse preço consegue pagar todos os custos de produção e ainda ter lucro com a sua atividade.
- ii) O torrefador pagará no máximo \$ 100,00, assim, ele ainda poderá auferir lucro, ou seja, não ter prejuízo.
- iii) Para ambos os envolvidos, o valor de \$ 100,00/saca é razoável.
- iv) Observe que, independentemente do resultado da safra e dos preços estabelecidos no mercado à vista no período da entrega, ambos terão seu preço de compra e venda travado a \$ 100/saca.

Análise Gráfica: Oferta x Demanda



Estudo de Casos:

Caso 1: A hipótese inicial será o aumento da oferta de sacas de café oriunda de uma superprodução, assim, o preço de venda praticado será de \$ 90,00 (preço de mercado). Lembre-se que o preço em que não haverá prejuízo, acertado entre ambas as partes, é de \$ 100,00.

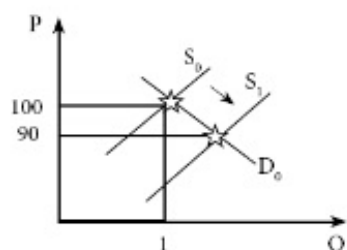
i) Ótica do Produtor

Na ótica do produtor tem-se $P_{venda} > P_{mercado}$, ou seja, vende-se a \$ 100,00 algo que vale \$ 90,00, assim os custos de produção estão garantidos.

ii) Ótica do Torrefador

Neste caso, o torrefador paga \$ 100,00 por algo que vale \$ 90,00, mas lembre-se que, a este valor, sua atividade é lucrativa.

Análise gráfica



Caso 2: Escassez de Café no Mercado (Geadas): A hipótese inicial será uma escassez de sacas de café oriunda de uma geada, assim, o preço de venda praticado será de \$ 120,00. Lembre-se que o preço com o qual não haverá prejuízo, acertado entre ambas as partes, é \$ 100,00.

qual não haverá prejuízo, acertado entre ambas as partes, é \$ 100,00.

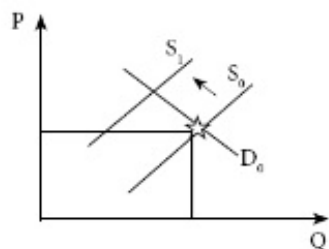
i) Ótica do Produtor

Na ótica do produtor, tem-se $P_{venda} < P_{mercado}$, ou seja, vende-se a \$ 100,00 algo que vale 120,00. Assim, os custos de produção estão garantidos ao preço de \$ 100,00 combinado inicialmente.

ii) Ótica do Torrefador

Nesse caso, o torrefador paga \$ 100,00 por algo que vale \$ 120,00, mas lembre-se que, a esse valor, sua atividade é lucrativa, pois esse era o preço inicialmente combinado.

Análise gráfica



Conclusão: De acordo com o exposto, pode-se verificar que, tanto para o comprador como para o vendedor, no mercado a termo, o preço de mercado praticado não será visto como prejuízo, independentemente do referencial do produtor ou torrefador, e sim como algo que se deixou de ganhar como um prêmio de seguro.

13.10.2. Dificuldades do Mercado a Termo

- Impossibilidade de recompra e revenda.
- Risco de inadimplência e de não cumprimento do contrato.
- Os compromissos são liquidados integralmente na data de vencimento.
- Não é oferecida possibilidade de intercambialidade de posição, isto é, nenhuma das partes consegue encerrar sua posição antes da data de liquidação.

13.10.3. Riscos do Mercado a Termo

- i) Inexistência de um mercado secundário no qual a promessa de compra e venda possa ser negociada.
- ii) Risco de a outra parte não honrar o compromisso assumido.

13.10.4. Modelo Matemático

Os contratos a termo são negociados no mercado de balcão e representam um acordo para a compra e venda de determinado ativo, moeda ou índice.

Contratos: Ativo, moeda ou índice.

Caso 1: Moeda Atrrelada ao Câmbio

Sendo i a taxa de juros e K a taxa de câmbio, então:

$$P_{\text{termo}} = F_{\text{vista}} \times e^{(i-K)t}$$

Caso 2: Preço a Termo do Ativo para Investimento

De acordo com o modelo a seguir, será definido:

S_0 : Preço à vista do contrato a termo

F_0 : Cálculo do preço a termo

r : Ativo livre de risco

T : Tempo de vencimento

$$\text{Fórmula: } F_0 \cong S_0 e^{rT}$$

- Se $F_0^* > F_0$, então os arbitradores podem comprar o ativo e vender contratos a termo referenciados no mesmo ativo.
- Se $F_0^* < F_0$, então os arbitradores podem vender os ativos a descoberto e comprar (recomprar) contratos a termo referenciados no mesmo ativo.

13.11. CONTRATO FUTURO

No mercado futuro, os compromissos (contratos) são ajustados financeiramente de acordo com as expectativas do mercado acerca do preço futuro daquele bem, por meio do procedimento de ajuste diário, havendo, assim, perdas e ganhos no processo.

havendo, assim, perdas e ganhos no processo.

Quando a operação é fechada, as partes envolvidas não mais se relacionam entre si, a câmara de compensação da bolsa assume parte da aposta. Neste contrato, tem-se a padronização dos contratos e se negociam riscos e preços.

13.11.1. Contratos Padronizados

São contratos que possuem estrutura previamente padronizada por regulamentação da Bolsa, estabelecendo todas as características do produto negociado, como cotação, data de vencimento, tipo de liquidação etc.

A padronização dos contratos é condição imprescindível para que a negociação seja realizada em bolsa. Graças à padronização, os produtos em negociação passam a ser homogêneos, tornando-se indiferente quem está comprando ou vendendo, sendo também muito mais líquidos e aptos a atender às necessidades dos participantes do mercado.

13.11.2. Encerramento de Posição

Na prática, nenhum participante precisa carregar sua posição até a data de vencimento, podendo encerrar sua posição a qualquer momento, desde a abertura do contrato até a data de vencimento. Esse encerramento é feito por meio de uma operação inversa à original, que é o mesmo que transferir sua obrigação a outro participante.

13.11.3. Principais Especificações do Contrato

i) Objeto de negociação: É a descrição do ativo cuja oscilação de preços está em negociação, por exemplo, café, boi gordo etc.

ii) Cotação: É a unidade de valor atribuída a cada unidade física da mercadoria em negociação, como por exemplo, reais por sacas, reais por dólares etc.

iii) Meses de vencimento: Meses em que são liquidados os contratos.

iv) Liquidação: Forma pela qual o contrato será liquidado.

13.11.4. O Ajuste Diário

O ajuste diário pode ser entendido como o mecanismo de equalização de todas as posições no mercado futuro, com base no preço de compensação do dia, resultando na movimentação diária de débitos e créditos nas contas dos clientes de acordo com a variação negativa ou positiva no valor das posições por eles mantidas.

Os participantes recebem seus lucros ou pagam seus prejuízos, de modo que o risco assumido pela câmara de compensação das bolsas se dilua diariamente, até o vencimento do contrato. O ajuste diário é a principal diferença entre mercado a termo e futuro.

Nota: No mercado a termo, tem-se um único ajuste na data de vencimento, de maneira que se acumula toda a perda para o último dia, assim, o risco do não cumprimento do contrato é muito maior do que no mercado futuro, pois neste os riscos assumidos são aceitos diariamente.

13.12. MARGEM DE GARANTIA

A margem de garantia é um dos elementos fundamentais da dinâmica operacional dos mercados futuros, pois assegura o cumprimento das obrigações assumidas pelos participantes. Na verdade, a margem de garantia é um valor requerido pela câmara de compensação para a cobertura do compromisso assumido pelos participantes do mercado futuro.

13.13. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O MERCADO FUTURO

i) O contrato futuro nada mais é que um contrato padronizado, no qual são especificados o bem, o volume, a data de liquidação e de entrega.

ii) Quando o negócio é fechado, as partes envolvidas não mais se relacionam.

iii) O objetivo da padronização é conferir mais liquidez ao mercado.

iv) A padronização constitui a característica básica que torna os mercados futuros instrumentos de transferência de riscos.

v) Em alguns contratos futuros, como o do índice de ações, a entrega física é apenas uma alternativa teórica que nunca foi utilizada pelos agentes do mercado, ou seja, nos mercados futuros não se negociam produtos ou ativos, mas sim riscos e preços.

vi) No que se refere aos riscos, os *Hedgers* procuram se defender de oscilações em seus produtos. No caso do especulador, este compra riscos do *Hedger*, confiante em sua maior capacidade de prever o comportamento futuro dos preços.

comportamento futuro dos preços.

vii) Na prática, na maioria das operações, os verdadeiros clientes da BM&F são os bancos.

viii) A outra ponta da operação dos bancos é representada por empresas que buscam *Swap* ou um termo para o *hedge* de suas operações, o ganho do banco é o *Spread*.

13.14. DIFICULDADES DAS EMPRESAS NO MERCADO FUTURO

i) As empresas têm a necessidade de um *Back-Office* para acompanhar os custos operacionais e as margens envolvidas no ajuste diário.

ii) Os ajustes diários se traduzem em um fator complicador na administração do caixa da empresa.

iii) Exigências de garantias, padronização do valor do contrato e datas de vencimento.

13.15. FORMAÇÃO DE PREÇOS NO MERCADO FUTURO

Um importante conceito para a formação dos preços nos mercados futuros é o conceito de Base, que é a diferença entre o preço futuro para um determinado vencimento e o preço à vista de uma mercadoria ou Ativo Financeiro.

O preço futuro e o preço à vista tendem a se mover no sentido de convergir, embora não necessariamente na mesma magnitude e ao mesmo tempo, pois as expectativas podem afetar diretamente cada um dos preços.

Observações Importantes:

i) A base tende a zero à medida que se esgota o prazo para o vencimento do contrato.

ii) O preço futuro converge para o preço à vista, pois na data de vencimento o contrato futuro deve ser liquidado.

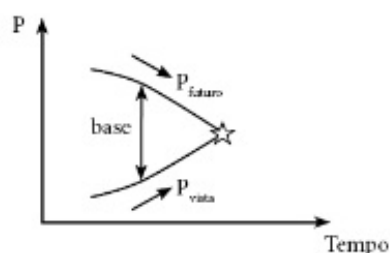
iii) A base corresponde, em situação normal de mercado, ao custo de se manter a posse física da mercadoria até a época de vencimento do mercado futuro.

iv) O custo é positivo e no máximo igual aos custos de armazenamento, incluindo juros e seguro, despesa de carga e descarga e margem de lucro do vendedor.

v) Os preços futuro e à vista convergem à medida que se aproxima o vencimento dos contratos, e qualquer discrepância entre esses preços que possa gerar ganhos especiais levará os participantes do mercado a realizarem operações de arbitragem que tendem a eliminar essas defasagens.

13.16. ANÁLISE GRÁFICA

De acordo com o gráfico, pode-se verificar a convergência entre o preço futuro e à vista.



13.17. FUNÇÃO ECONÔMICA DOS MERCADOS FUTUROS

O objetivo básico de um mercado futuro é oferecer um mecanismo eficiente de proteção para agentes expostos às flutuações adversas nos preços dos ativos-objeto do contrato futuro. Desse conceito surge a primeira função básica do mercado futuro, que é a transferência de riscos pelos agentes econômicos.

Premissas importantes de acordo com a função econômica dos mercados futuros:

i) Transferência de riscos pelos agentes econômicos.

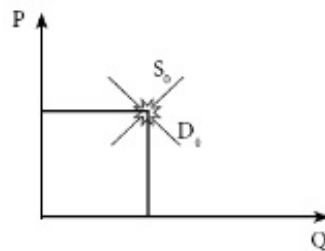
ii) Realização de grandes lucros, por meio da alavancagem e das operações de alavancagem.

iii) As cotações a futuro, bem como as relações de arbitragem, também formam um patamar crível de níveis de preços, o que permite uma visibilidade maior destes valores, levando à contribuição de projeções econômicas e ao planejamento financeiro.

13.18. A VISIBILIDADE DE PREÇOS

O mercado futuro tem como função básica oferecer um mecanismo resultante de um processo competitivo para a definição dos preços dos ativos, ou seja, um mecanismo que permita chegar a um preço em que a oferta e a procura encontrem seu ponto de equilíbrio.

Análise gráfica



A facilidade de entrada e saída nos mercados futuros alarga o potencial de competitividade dos preços futuros.

13.19. ALAVANCAGEM

Em regra, a alavancagem é uma operação arriscada, pois está fundamentada nas expectativas futuras, e, caso estas não se confirmem, as perdas poderão ser grandes ou até gigantescas. A alavancagem tem com o característica a realização de investimentos acima do valor do patrimônio, ou seja, pode-se ter alto grau de alavancagem.

13.20. CUSTOS OPERACIONAIS DA BOLSA

Ao abrir e fechar posições no mercado futuro, o investidor incorre nos seguintes custos operacionais da BM&F.

- i) Taxa de Emolumento: é uma taxa cobrada pelos serviços da bolsa.
- ii) Taxa de permanência: é uma taxa cobrada pela manutenção das posições.
- iii) Registro: é a taxa cobrada pelos serviços da câmara de compensação.
- iv) Liquidação: é a entrega física.

13.21. O MERCADO FUTURO DE ÍNDICE DE AÇÕES

A operação de *hedging* futuro é, na verdade, uma mudança no caráter de risco (risco de preço para o risco de base). A operacionalização do *hedge* é necessária para determinar o número de contratos futuros e sua relação com a carteira de *hedger*, envolvendo, assim, a estimativa direta do β_{carteira} .

Nota 1: O β_{carteira} pode ser calculado com o a razão entre o retorno do ativo pelo Índice à vista.

Fórmula: $\beta = r(\text{Ativo})/\text{Índice à vista}$

Nota 2: O número de contratos futuros é obtido pela fórmula:

$$NCF = \frac{\text{Valor da carteira}}{\text{valor do índice a vista}} \times \frac{\beta}{M}$$

Obs. 1: Em geral, considera-se que o Índice à vista é o $I_{\text{bovespa futuro}}$, no entanto a ANDIMA considera $I_{\text{bovespa à vista}}$.

Obs. 2: M, na verdade, é o valor em reais de cada ponto do índice estabelecido pela bolsa.

Ex.: Uma empresa aplica \$ 5000,00 em uma carteira de ações com $\beta = 0,5$. Determine o número de contratos para o *hedge*, visto que neste dia o I_{bov} esteja cotado em 11.000 pontos do índice no contrato futuro, ao preço de \$ 3,00.

Solução: Aplicando a fórmula do número de contratos futuros

$$NCF = \frac{5.000}{11.000} \times \frac{0,5}{3} = 75,75$$

13.22. INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O MERCADO FUTURO DE ÍNDICE DE AÇÕES

- i) O Mercado futuro fornece aos investidores a oportunidade de reduzir ou eliminar o risco sistemático.
- ii) O índice Bovespa é o mais importante indicador de desempenho do mercado de ações no Brasil.
- iii) O índice Bovespa retrata o comportamento das principais ações negociadas na Bovespa.
- iv) contratos de $I_{\text{bovespa futuro}}$ são cotados em pontos índices (cada ponto vale R\$ 3,00).

13.23. OPERAÇÕES COM O ÍNDICE FUTURO BOVESPA

Na prática, as operações são de alto risco, sendo assim recomendadas a investidores qualificados, e consistem em compra ou venda de Índice Futuro do Ibovespa, dando lucro para aqueles que anteciparem o movimento do índice à vista IBOV, que tem vencimento sempre na quarta-feira mais próxima do dia 15 de todo mês.

Nota 1: A margem requerida para operar 5 contratos de Índice Futuro é de R\$ 40.000,00 porém, pod

Nota 1: A margem requerida para operar 5 contratos de Índice Futuro é de R\$ 40.000,00, porém, poderá ser modificada durante o tempo. O valor da margem pode ser depositado em dinheiro ou em papéis, devidamente descontados do deságio.

Nota 2: Cada ponto do índice futuro vale R\$ 3,00, e o lote mínimo que pode ser negociado é de 5 contratos. No caso da compra de 5 contratos a R\$ 20.000,00, o Resultado financeiro dessa compra é de R\$ 300.000,00.

13.24. FORMA DE NEGOCIAÇÃO

A negociação dos contratos de índice futuro é feita na própria BM&F, sendo necessário que todas as ordens sejam passadas pela mesa de operações especiais da sua corretora. Normalmente é possível acompanhar as cotações do Índice Futuro por meio da tela de cotações do seu *Home Broker*, cadastrando os respectivos códigos, e o sistema é semelhante às cotações de ativos à vista com ordens em tempo real, melhores ofertas de compra e venda.

13.25. PARTES ENVOLVIDAS NO MERCADO FUTURO

Em tese, as partes têm obrigação de cumprir sua parte no contrato, ou seja, o comprador tem a obrigação de comprar no futuro e o vendedor tem a obrigação de vender no futuro.

i) COMPRADOR: Assume a posição comprada (*Long*).

ii) VENDEDOR: Assume a posição vendida (*Short*).

iii) Para alguns contratos, a entrega física é impossível, como, por exemplo, o contrato futuro de índice de ações. Para os participantes deste mercado, o relevante é o resultado financeiro obtido com a compra e venda do contrato.

iv) Os contratos futuros surgiram de uma limitação dos contratos a termo, que é a excessiva variabilidade das características dos contratos elaborados, visto que não há nenhuma padronização nestes tipos de contrato.

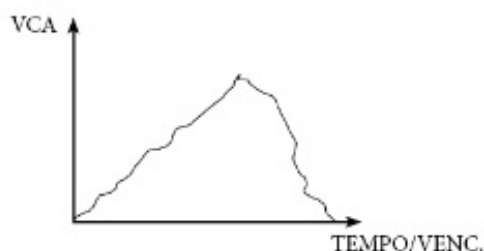
13.26. GRAU DE INCERTEZA SOBRE OS PREÇOS FUTUROS

O grau de incerteza sobre os preços futuros está diretamente associado com o prazo para o vencimento do contrato e influencia o volume de negociação. Assim, na abertura do contrato, caso as incertezas sobre os comportamentos dos preços futuros sejam grandes, então o volume de contratos negociados tenderá a ser pequeno.

No entanto, com o passar do tempo e com a aproximação do vencimento do contrato, as incertezas do mercado diminuem e os contratos passam a ter um volume de negociação mais significativo; e muito próximo do vencimento, as incertezas são pequenas devido ao processo de convergência dos preços, e o número de contratos em aberto não é muito representativo.

13.27. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

De acordo com o exposto anteriormente, pode-se fazer uma representação gráfica do volume de contrato em aberto (VCA) pelo tempo/vencimento.



13.28. MODELO MATEMÁTICO

O modelo matemático a seguir aborda os contratos futuros referenciados em *commodities*. Será levado em conta o custo do armazenamento nos preços futuros de *commodities* com o ouro e prata, por exemplo.

De acordo com o modelo a seguir, serão definidos:

S_0 : Preço à vista do contrato a termo

F_0 : Cálculo do preço a termo

r : Ativo livre de risco

T : Tempo de vencimento

U : Ue^{rT} Custo de armazenagem

Fórmula: $F_0 = (S_0 + U)e^{rT}$

S_0 : Preço à vista do contrato a termo

F_0 : Cálculo do preço a termo

r : Ativo livre de risco

T : Tempo de vencimento

U : Ue^{rT} Custo de armazenagem

Fórmula: $F_0 = (S_0 + U)e^{rT}$

Regra geral:

- Se $F_0^* > F_0$, então os arbitrageiros podem comprar o ativo (ouro, por exemplo) e vender contratos futuros e travar o lucro.
- Se $F_0^* < F_0$, então o investidor que já tem ouro em seu portfólio poderá auferir lucro vendendo ouro e comprando contratos futuros de ouro.

13.29. MODELO MATEMÁTICO – RISCO SISTEMÁTICO ($B = K$)

Nesse cenário, o especulador investirá uma soma igual ao valor presente do preço futuro em investimento livre de risco. O especulador assume posição longa no contrato futuro e este pode ser tratado como mercado a termo.

i) Fluxo de caixa do especulador: $0 = -F_0 e^{-rT}$

ii) Preço do ativo na data T : $+S_T$

iii) Valor presente do investimento: $V_p^{INV} = -F_0 \times e^{-rT} + E(S_T) \times e^{-kT}$

Com o VPL = 0, então: $-F_0 \times e^{-rT} + E(S_T) \times e^{-kT} = 0$

Assim: $F_0 = E(S_T) \times e^{(r-k)T}$

Análise Geral:

i) Se S_T for não correlacionado com o mercado de ações como um todo, então o investimento terá risco sistemático (β) nulo, ou seja, $r = k = \beta$

Assim: $F_0 = E(S_T)$.

ii) Se S_T for positivamente correlacionado com o mercado de ações como um todo, o investimento terá risco sistemático positivo, assim: $k > r$ e $F_0 < E(S_T)$.

iii) Se S_T for negativamente correlacionado com o mercado de ações como um todo, o investimento terá risco sistemático negativo, assim: $k < r$ e $F_0 > E(S_T)$.

13.30. OPÇÕES DE AÇÕES

Representam um instrumento que dá a seu titular ou comprador um direito futuro sobre algo, mas não uma obrigação; e a seu vendedor, uma obrigação futura, caso solicitada pelo comprador da opção. São contratos que dão direito de compra ou venda de uma determinada quantidade de ações a um preço fixo.

Como exemplo de uma opção podemos citar um contrato de seguro, no qual o segurado tem o direito de ser ressarcido caso haja um sinistro, mas não tem nenhuma obrigação futura.

Na opção de compra, o titular pode exercer seu direito a qualquer momento, até a data de vencimento. No caso da opção de venda, só poderá exercer seu direito na data de vencimento.

13.30.1. Negociação das Opções

As opções podem ser negociadas tanto nas bolsas quanto nos mercados de balcão.

Há basicamente dois tipos de opções: as de compra, chamadas *CALL* (o portador tem o direito de comprar um ativo até certa data a certo preço), e as de venda, chamadas *PUT* (o portador tem o direito de vender o ativo por determinado preço em determinada data).

13.30.2. Classificação das Opções de acordo com as Condições de Exercício

As opções são também classificadas de acordo com as condições de exercício. A opção americana pode ser exercida a qualquer momento até a data de vencimento, no entanto, a opção europeia só pode ser exercida na data de vencimento.

Na maioria dos países, a opção americana é predominante e, no Brasil, somente ela é negociada.

13.30.3. A Operação de Opção

Em tese, há dois lados em todas as operações com opções; de um lado, uma ponta assume a posição comprada (compra a opção) e a outra assume a posição vendida (vende ou lança a opção). O lançador da opção recebe dinheiro adiantado, mas pode ter obrigação futura.

As possíveis posições a serem assumidas são: comprado em um *CALL*, vendido em um *CALL*; comprado em um *PUT* e vendido em um *PUT*.

13.30.4. O Valor Intrínseco de um Ativo e de Opções

O valor intrínseco de um ativo é o valor presente de seus fluxos de caixa. Essa abordagem de valor temporal do dinheiro funciona muito bem para ações e títulos, mas deve-se utilizar outra abordagem para o mercado de derivativos, em particular o mercado de opções.

Se puder ser encontrada uma carteira de ações e títulos livres de risco que replique os fluxos de caixa de uma opção, então o valor intrínseco da opção deverá ser idêntico ao valor da referida carteira.

13.30.5. O Fluxo de Caixa Descontado (FCD) e a Precificação de Opções

Há duas abordagens fundamentais para avaliar ativos. A primeira é a de fluxo de caixa descontado, ou seja, o valor de um ativo é o valor presente de seu fluxo de caixa. A segunda é a precificação de opções.

Muitas empresas utilizam derivativos para administrar o risco; e muitos derivativos são tipos de opções financeiras, assim, torna-se necessário entender sobre opções financeiras básicas.

A teoria da precificação de opções, em tese, fornece uma base para a escolha de dívida/patrimônio ótimo.

13.30.6. Valor de Exercício da Opção

Em geral, uma opção é um contrato que concede ao seu proprietário o direito de comprar ou vender um ativo a um preço previamente estabelecido, dentro de um período específico. Todavia, deve ficar claro que existem muitos tipos de opções e mercados de opções.

Uma opção de compra (*CALL*) concede ao seu proprietário o direito de comprar uma ação a um preço fixo, chamado de preço de exercício de opção. No entanto, uma opção de venda concede ao seu proprietário o direito de vender uma ação a um preço de exercício fixo. Deve ficar claro que cada opção possui uma data de vencimento, após a qual ela não pode ser exercida.

Caso a opção seja exercida a qualquer momento, tem-se uma opção americana. Se for exercida somente na data de vencimento, tem-se uma opção europeia.

Quando a opção de compra está dentro do preço, diz-se que o preço corrente é maior que o preço de exercício, assim:

$$\text{Valor de exercício} = \text{MAX} [\text{Preço corrente da ação} - \text{preço de exercício}, 0]$$

Observações Importantes:

- Caso o preço de exercício seja \$ 70,00 e o corrente seja \$ 74,00, então a opção de compra está dentro do preço e o ganho seria de \$ 4,00.
- O preço de uma opção será maior ou igual ao seu valor de exercício.
- Uma opção sempre valerá mais do que zero enquanto ainda houver chance de que ela acabe dentro do preço.
- A diferença entre o preço da opção e o seu valor de exercício é chamado de valor do tempo, pois representa o montante extra sobre o valor de exercício imediato da opção que um comprador pagará pela probabilidade de que os preços das ações valorizem ao longo do tempo.

13.30.7. Abordagem Binomial de Precificação de Opções para um único Período

Em uma primeira análise, será feito um estudo do modelo *BLACK-SCHOLES* e do modelo binomial de precificação de opções.

Caso 1: Modelo Binomial Único

Preço de exercício: \$ 40,00

Preço corrente: \$50,00

Fator u caso o preço suba: $u = 1,2$

Fator d caso o preço caia: $d = 0,7$

Valor de exercício = $\text{MAX} [\text{Preço corrente da ação} - \text{preço de exercício}, 0]$

Hipótese do preço subindo: $50 \times 1,2 = 60$

Hipótese do preço descendo: $50 \times 0,7 = 35$

Cálculo do valor de exercício:

i) preço subindo:

Valor de exercício = $\text{MAX} [\text{Preço corrente da ação} - \text{preço de exercício}, 0]$

Valor de exercício = $\text{MAX} [60 - 40] = 20$, o ganho da opção será de 20

ii) preço caindo:

Valor de exercício = $\text{MAX} [\text{Preço corrente da ação} - \text{preço de exercício}, 0]$

Valor de exercício = $\text{MAX} [35 - 40] = 0$ o ganho da opção é 0, pois está fora do preço

Valor de exercício = MAX [Preço corrente da ação – preço de exercício, 0]

Valor de exercício = MAX [35 – 40] = 0 o ganho da opção é 0, pois está fora do preço

13.30.8. A Abordagem da Carteira com Hedge

Se lançar as ações de compra reduz o risco de preço da carteira, então deve-se estimar o número de ações que devem ser mantidas pela carteira, de forma que esta tenha o mesmo ganho líquido caso os preços das opções subam ou desçam.

A seguir, será exposto um modelo para estimar o número das ações da carteira com Hedge.

Hipóteses do modelo:

i) Se lançarmos uma opção de compra e comprarmos N_s ações, a ação da carteira será:

Caso o preço suba, o ganho líquido será: $N_s \times Pu - C_u$

Caso o preço caia, o ganho líquido será: $N_s \times Pd - C_d$

Rendimento:

$$N_s = \frac{C_u - C_d}{pu - pd} + \frac{20 - 0}{60 - 35} = 0,8$$

ii) Cálculo do ganho da carteira com Hedge, caso o preço suba:

$$N_s \times Pu - C_u = 0,8 \times 60 - 20 = 28$$

iii) Cálculo do ganho da carteira com Hedge, caso o preço caia:

$$N_s \times Pd - C_d = 0,8 \times 35 - 0 = 28$$

13.30.9. O Valor Presente do Ganho da Carteira com Hedge

Como o ganho da carteira com Hedge não possui riscos, então seu valor corrente deve ser igual ao valor presente do ganho isento de risco.

Sendo $t = 0,5$; $n=1$ e $r_1 = 8\%$, o valor presente do ganho da carteira pode ser escrito com o:

$$\text{PV do ganho isento de risco} = \frac{28}{\left(1 + \frac{r_1}{365}\right)^{365(t/n)}} = 26,90$$

13.30.10. O Valor da Opção

De acordo com o modelo visto anteriormente, o valor corrente da carteira com hedge é o valor da ação, $N_s P$ subtraído do valor do preço da opção de compra em que foi lançado. Como o ganho não possui riscos, o valor corrente da carteira com hedge também deve ser igual ao valor presente do ganho isento de risco. Assim, o valor da opção de compra será:

$$V_c = N_s P - \text{Valor presente do ganho isento de risco}$$

$$V_c = 0,8 \times 40 - 26,90 = 5,10$$

13.30.11. Carteiras com Hedge e Carteiras Replicantes

Em um mercado eficiente, pode-se dizer que a arbitragem no caso anterior não existiria, pois a opção e a carteira seriam replicadas, ou seja, possuiriam preços idênticos. Assim, encontrando o preço de uma carteira que replica um título derivativo, também teremos em contrado o preço do próprio título derivativo.

13.30.12. Análise Gráfica da Opção de Compra e Venda

De acordo com o modelo a seguir, serão analisados dois casos de opção de compra. No primeiro caso, será abordada a opção de compra e, no segundo caso, a opção de venda.

Caso 1: Opção de Compra

Hipótese do Modelo:

Investidor adquire opção de compra de 100 ações

Preço da opção de compra: \$ 5,00

Preço de exercício (preço fixado): \$ 100,00

Preço corrente: é o preço que varia e sobre o qual será feita uma análise

Investimento inicial: \$ 500,00

Data de expiração do contrato: análise do preço corrente

Fórmula do lucro líquido:

$$LL = [(P_{\text{corrente}} - P_{\text{Exercício}}) \times Q_{\text{ações}}] - \text{Investimento}_{\text{inicial}}$$

De acordo com as informações anteriores, pode-se escrever:

$$LL = [(P_{\text{corrente}} - 100)] \times 100 - 500$$

Análise do preço corrente:

i) Determinando o valor do preço corrente que torna o LL nulo.

$$[(P_{\text{corrente}} - 100)] \times 100 - 500 = 0$$

$$P_{\text{corrente}} = 105$$

ii) Caso o preço seja \$ 115,00, ou seja, acima do preço de equilíbrio, tem-se lucro.

$$LL = [(115 - 100)] \times 100 - 500 = \$1.000$$

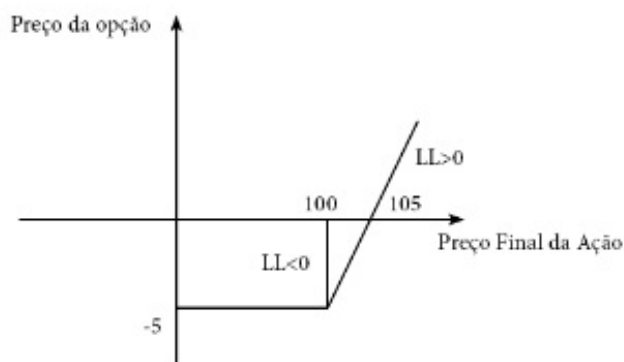
iii) Caso o preço seja \$ 90,00, ou seja, abaixo do ponto de equilíbrio e menor que o preço de exercício, então tem-se a opção de compra mas não a obrigação, pois é melhor perder \$ 500,00 do que \$ 1.500,00, assim, só é perdido o investimento.

$LL = [(90 - 100)] \times 100 - 500 = -\1.500 , não deve ser exercido o poder de compra e o que se perde é apenas o investimento inicial, cujo valor é \$ 500,00.

iv) Caso o preço seja \$ 102,00, então a opção de compra deve ser exercida, ou seja, é melhor perder \$ 300,00 do que \$ 500,00.

$$LL = [(102 - 100)] \times 100 - 500 = -\$300$$

Representação Gráfica



Caso 2: Opção de Venda

Hipótese do Modelo:

Investidor adquire uma opção de venda de 100 ações

Preço da opção de compra: \$ 5,00

Preço de exercício (preço fixado): \$ 100,00

Preço corrente: é o preço que varia, sobre o qual será feita uma análise

Investimento inicial: \$ 500,00

Data de expiração do contrato: análise do preço corrente

Fórmula do lucro líquido:

$$LL = [(P_{\text{corrente}} - P_{\text{Exercício}})] \times Q^{\text{ações}} - \text{Investimento}_{\text{inicial}}$$

De acordo com as informações anteriores, podemos escrever (será inserido o sinal negativo no início da fórmula – processo inverso):

$$LL = [(P_{\text{corrente}} - 100)] \times 100 - 500$$

Análise do preço corrente:

i) Determinando o valor do preço corrente que torna o LL nulo.

$$-[(P_{\text{corrente}} - 100)] \times 100 - 500 = 0$$

$$P_{\text{corrente}} = 95$$

ii) Caso o preço seja \$ 115,00, não deve ser exercida a posição, ou seja, é melhor perder \$ 500,00 do que \$ 2000,00.

$$LL = -[(115 - 100)] \times 100 - 500 = -2000$$

iii) Caso o preço seja \$ 90,00, ou seja, abaixo do ponto de equilíbrio e menor que o preço de exercício, então tem-se a opção de venda, que deverá ser exercida, havendo lucro.

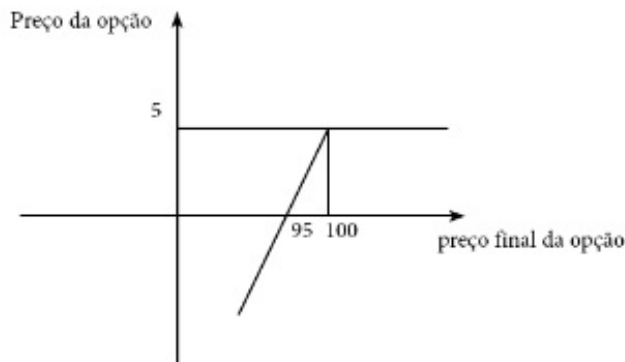
$$LL = -[(90 - 100)] \times 100 - 500 = 500$$

iv) Caso o preço seja \$ 97,00, então a opção de venda deverá ser exercida, ou seja, é melhor perder \$ 200,00 do que \$ 500,00.

$$LL = -[(97 - 100)] \times 100 - 500 = -200$$

Representação Gráfica





13.30.13. Generalização dos Gráficos

As opções podem ser classificadas com o *call option* e *put option*.

CALL OPTION: Assegura ao seu titular o direito, mas não a obrigação de comprar um ativo numa data futura – que pode ser de 3, 6 ou 9 meses –, por um preço estabelecido.

Por esse direito, o adquirente da opção de compra paga ao vendedor da opção – chamado lançador – uma comissão denominada *premium*, que será perdida caso o lançador não exerça a opção até a data de concordata.

PUT OPTION: A opção de venda (*put option*) assegura ao comprador um direito de vender um ativo por um preço preestabelecido até a data de vencimento. Os adquirentes desta opção especulam com a queda do preço.

13.30.14. Ativos Subjacentes

Opções de bolsa são, via de regra, negociadas com os ativos objetos ou ativos subjacentes, ações, índices de ações, moedas estrangeiras e contratos futuros.

13.30.15. Opções sobre Ações

As opções são negociadas para mais de 500 ações diferentes. Um contrato fornece ao seu titular o direito de comprar ou vender 100 ações a determinado preço de exercício. As ações, em geral, são negociadas em lotes de 100 unidades.

13.30.16. Especificações dos Contratos de Opções sobre Ações

Os detalhes do contrato, data de vencimento, preço de exercício, o que acontece quando os dividendos são anunciados, qual o tamanho da posição que o investidor pode deter, entre outros, serão especificados pela bolsa.

13.31. DIVIDENDO E BONIFICAÇÃO

Caso uma companhia anuncie o pagamento de dividendo em dinheiro, o preço de exercício das opções referenciadas nas ações da companhia será reduzido no dia em que a ação estiver sendo negociada sem os dividendos (ex-dividendo) pelo valor do dividendo.

Quando ocorre anúncio de um dividendo, não há ajustes nos termos do contrato de opção, mas este fato tem importantes implicações no modo como as opções são apreçadas.

13.32. SPLITE AS OPÇÕES

As opções negociadas em bolsa são ajustadas para bonificações (*split*). A bonificação ocorre quando as ações são divididas em mais ações.

Regra Geral: A bonificação “n” por “m” faz o preço da ação cair m/n do seu valor anterior, e o número de ações coberto por um contrato será aumentado n/m da quantidade anterior.

13.33. POSIÇÕES EM OPÇÕES EUROPEIAS

De acordo com o modelo a seguir, as opções europeias terão suas posições em termos de seu valor final ou resultado (*payoff*) do investidor na data de vencimento.

Hipóteses do Modelo:

Preço de Exercício: X

Preço de Exercício: X
Preço final do ativo subjacente: S_T
Posição longa em uma opção de compra europeia: $\text{MÁX}(S_T - X, 0)$
Caso $S_T > X$, então a opção será exercida.
Caso $S_T \leq X$, então a opção não será exercida.

13.34. AUSÊNCIA DE ARBITRAGEM

Na ausência de oportunidade de arbitragem, pode-se escrever:

$$C + Xe^{-rT} \geq S_0$$

Assim, pode-se estimar o valor de C :

$$C \geq S_0 - Xe^{-rT}$$

$$C \geq \text{MAX}(S_0 - Xe^{-rT}, 0)$$

13.35. EQUAÇÃO GERAL

Caso a equação seguinte não seja verificada, tem-se arbitragem, assim:

$$P + S_0 \geq Xe^{-rT}$$

De acordo com a fórmula anterior, pode-se obter o valor de P :

$$P \geq Xe^{-rT} - S_0$$

Como as opções europeias não podem ser exercidas antes da data de vencimento, então os portfólios dever possuir valores idênticos no presente. Assim, no equilíbrio temos:

$$\text{Fórmula: } C + Xe^{-rT} = P + S_0$$

Notas:

- i) S_0 pode ser entendido como o preço da ação à vista.
- ii) x é o preço de exercício da opção.
- iii) r é a taxa de juro livre de risco capitalizada continuamente.
- iv) Caso a equação não esteja equilibrada, pratica-se arbitragem.

13.36. ESTRATÉGIAS NO MERCADO DE OPÇÕES

A existência de opções sub ou superavaliadas e a possibilidade do uso de opções para *hedge* de ações mantidas em carteiras recomenda o estudo de estratégias possíveis a serem realizadas.

Quando um investidor atento identifica opções subavaliadas no mercado, ele se depara com uma série de alternativas para capitalizar ganhos potenciais de sua descoberta.

A escolha dessas alternativas depende de sua propensão diante do risco. Assim, não há estratégia certa ou errada, mas estratégias que captam apenas parcialmente ou, pelo contrário, até mesmo alavancam os ganhos potenciais de distorção.

13.37. SWAP

É um contrato de derivativos por meio do qual as partes trocam o fluxo financeiro de uma operação sem trocar o principal. São acordos privados entre duas empresas e podem ser considerados como uma extensão natural do estudo de contratos futuros e a termo. Têm o efeito de transformar um empréstimo a taxa fixa num empréstimo a taxa flutuante, e vice-versa.

Ex.: Uma empresa está financiando seu produto tomando recursos a taxa pós-fixada, hoje em 1,6%, para período de 60 dias. Para não ter perdas com alta da taxa, o banco propôs um acordo em que, caso a taxa subisse, ele cobriria o prejuízo e, no caso contrário, a empresa pagaria a diferença.

13.38. PLAIN VANILLA

É um tipo de *swap* muito comum, que se constitui na simples troca de uma taxa fixa para uma flutuante, ou vice-versa.

13.39. DURATION

Em 1938, Frederick R. Macaulay propôs o conceito de *Duration* (Duração) para avaliação de títulos de renda fixa, que se entende como a medida de comprimento de tempo de um título.

Duração é uma forma de cálculo do prazo médio de um fluxo de caixa que procura levar em conta o valor do dinheiro no tempo. Essa medida permite avaliar a sensibilidade do valor do título a variações na

taxa de juros. Assim, o uso do indicador duração ajuda a perceber como se comportariam os fluxos de caixa de uma empresa em relação a possíveis riscos conjunturais.

No que se refere ao estudo de *Duration*, deve-se estudar por extensão o conceito de convexidade, que pode ser entendido como o uma medida de como a duração varia com a mudança da taxa de juros.

13.40. MODELO MATEMÁTICO – DURATION

Sendo D a duração do título, FC o fluxo de caixa do período no tempo t e n o número de cupons que serão pagos, então pode-se escrever (verifique que, de acordo com a fórmula anterior, $n = t$):

$$D = \frac{\frac{FC_1}{(1+i)}}{V} \times 1 + \frac{\frac{FC_2}{(1+i)^2}}{V} \times 2 + \dots + \frac{\frac{FC_n}{(1+i)^n}}{V} \times n$$

Conclusão imediata: A duração pode ser definida com o sendo o prazo médio ponderado de vencimento, usando o valor presente dos fluxos de caixa com o pesos para ponderação.

Exemplo: Calcule a duração de um título de quatro anos, com Cupom anual de 20%, negociado ao valor de face de \$ 20.000,00.

Solução:

$$D = \frac{\frac{4000}{(1,2)}}{20.000} \times 1 + \frac{\frac{4000}{(1,2)^2}}{20.000} \times 2 + \dots + \frac{\frac{4000}{(1,2)^4}}{20.000} \times 4 + \frac{23.549,36}{20.000} = 1,17 \text{ anos}$$

13.41. DURAÇÃO E MATURIDADE PARA TÍTULOS COM CUPOM

À medida em que se alonga a maturidade de um título, move-se o pagamento do principal para um patamar mais afastado da data inicial. Dessa forma, o valor presente do principal declina proporcionalmente a este alongamento e o ponto de apoio da alavanca se move para a direita, a fim de manter o sistema equilibrado.

Para um título cujo vencimento ocorre em prazos bastante distantes (100 anos, por exemplo) a duração tenderá a uma perpetuidade, e pode-se escrever:

$$\text{Fórmula: } D = \frac{1+r}{r}$$

Nota 1: “ r ” é a taxa de juros ao par.

Nota 2: No caso de cupons muito pequenos ou maturidade muito longa, o título pode ser avaliado como uma perpetuidade.

13.42. DURAÇÃO MODIFICADA

Existe uma relação entre o preço do título e a taxa de cupom. Assim, caso se tenha um título com valor de face de \$ 100,00 e taxa de cupom de 15%, e o pagamento do cupom seja de 15 reais, se o preço subir, por exemplo, para \$ 110,00, então a taxa cairá para 13,15%. Se o preço cair para \$ 90,00, então o rendimento até a maturidade se elevará para 17,16%. De acordo com o exposto, percebe-se a sensibilidade do preço de um título à variação da taxa de juros.

A razão entre a duração de Macaulay e o fator de juros $(1+i)$ é conhecida como a duração modificada, e prova-se que:

$$\text{Fórmula: } \% \Delta V = -D_{mod} \times di$$

De acordo com a fórmula anterior, podemos reescrever:

$$D_{mod} = -\frac{dV}{dI} \times \frac{1}{V}$$

13.43. A DURAÇÃO MODIFICADA E A REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

A Duração modificada pode ser abordada de acordo com a representação gráfica, ou seja, existe uma relação entre o preço e o *yield to maturity*. Na verdade, a duração modificada é a tangente do ponto de preço, assim, a inclinação da duração modificada é negativa, e pode-se escrever por meio de uma aproximação proporcional:

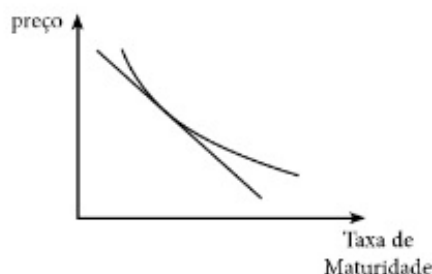
$$D_{mod} = \frac{D}{(1+i)}$$

13.44. CONVEXIDADE

Convexidade é uma medida de quanto a relação preço-taxa do título se desvia de uma linha reta. A c

13.44. CONVEXIDADE

Convexidade é uma medida do quanto a relação preço-taxa do título se desvia de uma linha reta. A alta convexidade é uma propriedade que deve ser desejada nos títulos ou carteiras que estão no ativo do investidor, pois dados dois títulos com curvas tangentes, o título com maior convexidade pode proporcionar maiores ganhos.



13.45. O MODELO BLACK-SCHOLES (BS)

O modelo de precificação de opções de *Black-Scholes*, desenvolvido em 1973, contribuiu para o rápido crescimento das negociações das opções.

Para o funcionamento do BS, devem-se assumir *ideal conditions* nas bolsas de valores e no preço do ativo subjacente, segundo Black e Scholes (1973). As principais premissas são:

- 1- As ações objeto das opções de compra não pagam dividendo algum ou outras distribuições durante a vida da opção.
- 2- Não existe custo de transação na compra ou venda da opção ou das ações.
- 3- A taxa de juros, livre de riscos e de curto prazo, é conhecida e constante durante a vida da opção.
- 4- A opção é do tipo europeu, dado que somente pode ser exercitada na maturidade.
- 5- Qualquer comprador de um título pode tomar emprestada uma fração do preço de compra a uma taxa livre de riscos e de curto prazo.
- 6- A negociação de todos os títulos acontece continuamente e o preço das ações se move de forma aleatória.
- 7- Os preços nos mercados de ações devem ser um *random walk* contínuo no tempo, com taxa de variância proporcional ao quadrado dos preços no mercado.
- 8- A variância do retorno das ações é constante ao longo do tempo de vida da opção (implica que a volatilidade se mantenha constante).

13.46. CONCEITO E APLICAÇÃO DA FÓRMULA BLACK-SCHOLES

Os trabalhos de Black e Scholes (1973) e Merton (1973) apresentaram algumas inovações sob a ótica matemática, sendo estas:

- i) Os preços das ações seguiam um movimento browniano geométrico. O motivo é que, caso fosse usado um movimento browniano geral, o ativo subjacente poderia assumir valores negativos, o que não ocorre nas bolsas de valores.
- ii) Outra inovação foi a adoção de uma Equação Diferencial Parcial, em vez de Equações Diferenciais Ordinárias (EDO).
- iii) O *premium* é função de quatro parâmetros, e não de apenas de dois parâmetros caso fosse usado EDO.
- v) O preço justo calculado pela BS depende de: preço da ação, tempo, taxa de juros e volatilidade.
- vi) O modelo fundamenta-se nos mesmos conceitos do modelo binomial, exceto na questão de o tempo ser dividido em pequenos incrementos em que os preços das ações mudam continuamente.
- vii) O valor da opção é uma função de cinco variáveis: preço das ações, tempo até o vencimento da ação, preço de exercício, desvio-padrão das ações subjacentes e taxa livre de risco.

13.47. QUESTÕES COMENTADAS

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) O contrato a termo é

- a) um acordo entre as partes, por meio do qual elas se obrigam a trocar, em data certa, fluxos de caixa futuros atrelados a indicadores econômicos predefinidos.
- b) um acordo entre as partes, por meio do qual, em uma data definida, uma delas se obriga a entregar certa quantidade de determinado produto e a outra se compromete a pagar um preço previamente acordado entre as partes.
- c) uma aplicação financeira de renda fixa, destinada a grandes investidores, pessoa física ou jurídica, ambos com interesses no mercado agrícola.

no mercado agrícola.

- d) um acordo entre as partes, por meio do qual elas adquirem o direito de trocar, em data certa, fluxos de caixa futuros atrelados a indicadores econômicos predefinidos.
- e) um acordo entre as partes, por meio do qual, em uma data definida, uma delas adquire o direito de entregar certa quantidade de determinado produto e, caso esse direito seja exercido, a outra se compromete a pagar um preço predeterminado.

Comentário:

Os contratos futuros auxiliaram na solução do problema de risco do sistema e trouxeram várias vantagens à negociação em bolsa. O mercado percebeu que era mais fácil negociar contratos com vencimentos em determinadas datas, próximas do pico da safra ou entressafra, para serem entregues em determinados locais próximos dos principais centros consumidores ou produtores e em determinadas quantidades. Estabeleceu-se assim uma padronização do mercado determinado limites de qualidade, prazos, entre outros.

Contrato a Termo

- Contrato particular entre as duas partes;
- Não padronizado;
- Um a só data de entrega acordada, ajustada no vencimento, entrega ou liquidação financeira final.

Contrato Futuro

- Negociado em bolsa;
- Padronizado;
- Várias datas de entrega;
- Ajustado diariamente;
- Encerrado geralmente antes do vencimento.

Gabarito: B.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) No que diz respeito aos derivativos denominados *opções*, é correto afirmar que

- a) o lançador de uma *call* e o titular de uma *put* assumem os mesmos compromissos em relação às suas contrapartes.
- b) tanto opções europeias quanto opções americanas só podem ser exercidas em uma data predeterminada.
- c) preço de exercício é o valor pago pelo comprador de uma opção de venda para obter o direito de comprar o ativo objeto da opção.
- d) a expressão *call*, no mercado, refere-se a uma opção de venda, e a expressão *put* refere-se a uma opção de compra.
- e) prêmio é o valor recebido pelo vendedor da opção como contrapartida à sua exposição ao risco.

Comentário:

O mercado de opção é negociado na bolsa de valores e regulado pela CVM, e uma das principais vantagens deste mercado é a volatilidade de preços e o lastro exigido pelas corretoras com o garantia de que o vendedor cumprirá a sua obrigação.

Tipos Básicos de Opções

Opções de compra (*call*): O comprador tem o direito de adquirir algo por determinado preço.

Opções de venda (*put*): O comprador da opção tem o direito de vender algo por determinado preço.

Gabarito: E.

13.48. QUESTÕES PROPOSTAS

1. Os mercados futuros têm como objetivo

- a) alavancar negócios dos agentes econômicos.
- b) proteção dos agentes econômicos.
- c) ganho em negócios futuros.
- d) efetuar operações de ganho pronto.

2. O mercado de SWAP permite

- a) *hedge* perfeito.
- b) *box* perfeito.
- c) trava de alta.
- d) *spread* máximo.
- e) depósitos baixos.

3. Onde o mercado de derivativos é realizado?

- a) Bovespa.
- b) BM&F.
- c) COPOM.
- d) CMN.
- e) CVM.

4. O mercado utilizado pelas instituições financeiras é chamado

- a) mercado de balcão.
- b) mercado *spot*.
- c) mercado futuro.
- d) mercado à vista.
- e) mercado de ações.

5. No mercado de opções temos as figuras dos

- a) devedor, comprador, *hedger*.
- b) comprador, especulador, jogador.
- c) jogador, devedor, especulador.
- d) especulador, jogador, *box*.
- e) todas acima estão corretas.

6. Uma operação de arbitragem de preços de um ativo, cotado em dois mercados diferentes, torna-se atrativa quando esses preços

- a) diferenciam-se, após terem permanecido iguais nas duas praças.
- b) caem na mesma proporção.
- c) sobem na mesma proporção.
- d) permanecem iguais nas duas praças.
- e) igualam-se, após serem diferentes nas duas praças.

7. A opção de *PUT* embutida em um título emitido no exterior dá ao investidor, em uma data estabelecida na emissão, o direito de:

- a) renegociar as taxas com o emissor.
- b) negociar a devolução do título.
- c) negociar a antecipação do prazo.
- d) negociar a prorrogação do prazo de vencimento.
- e) devolver o título.

8. Derivativos são instrumentos financeiros cujas estruturas e valores dependem e existem como referência a outros ativos, tais como valores mobiliários, dinheiro, mercadorias, ou seus preços. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

- embora muito raramente, os derivativos são usados como trava de risco (*hedge*) relativa a variações de taxas de juros ou a oscilações de taxas cambiais.
- derivativos são usados na gerência de direitos e obrigações resultante dos ativos originais, na criação de novos instrumentos nos mercados de capitais e na obtenção ou eliminação de riscos associados com a propriedade de ativos, sem os custos de venda ou compra efetiva de tais ativos.
- os principais tipos de derivativos são as opções (de compra ou venda), as operações futuras, as operações a termo e as trocas (*swaps*).

9. Os mercados futuros são mercados organizados onde podem ser assumidos compromissos padronizados (contratos) de compra ou venda de determinada mercadoria, ativo financeiro ou índice econômico para liquidação em data futura preestabelecida. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- Um contrato futuro é um contrato a termo padronizado, em que são especificados o bem, seu volume, a data da liquidação e a da entrega, conforme estabelecem as bolsas de futuros.
- Opção é o direito de uma empresa comprar ou vender a uma outra empresa, até determinada data, uma quantidade do ativo objeto a um preço preestabelecido.
- Os *swaps*, que podem ser considerados carteiras de contrato a termo, são acordos privados entre duas empresas para a troca futura de fluxos de caixa, respeitada uma fórmula previamente estabelecida.

10. Leia atentamente o texto abaixo e julgue os itens a seguir.

Os mercados futuros e de opções propiciam aos investidores uma tomada de decisão mais técnica, melhorando o entendimento do mercado com relação ao desempenho das opções de investimento em condições de risco. Esses derivativos oferecem também uma proteção contra prejuízos ocasionados por alterações desfavoráveis nas cotações dos ativos. Os mercados futuros e de opções permitem que investidores não integram os investimentos em seus vencimentos, desde que as cotações de mercado lhes sejam adversas. Mesmo que possam perder o depósito efetuado, o prejuízo pode apresentar-se menor do que se eles fossem obrigados ao pagamento futuro.

A partir do texto, é correto concluir que o uso de derivativos no mercado financeiro acarreta:

- desestimulação da liquidez do mercado físico.
- redução do preço dos bens por intermédio do melhor gerenciamento do risco.
- criação de defesas contra variações adversas de preços.
- maior atração de capital de risco, permitindo garantia de preços futuros para ativos.
- realização de negócios de maior porte, com volume de capital relativamente grande e nível desconhecido de risco.

11. (CVM) No mercado de opções de ações, o prazo de vencimento das séries pode ocorrer:

- a) mensalmente, na 4ª feira mais próxima do dia 15.
- b) mensalmente, toda primeira 2ª feira.
- c) mensalmente, toda terceira 2ª feira.
- d) todo primeiro dia útil do mês de vencimento.
- e) mensalmente, na 2ª feira mais próxima do dia 15.

11. (CVM) No mercado de opções de ações, o prazo de vencimento das séries pode ocorrer:

- a) mensalmente, na 4ª feira mais próxima do dia 15.
- b) mensalmente, toda primeira 2ª feira.
- c) mensalmente, toda terceira 2ª feira.
- d) todo primeiro dia útil do mês de vencimento.
- e) mensalmente, na 2ª feira mais próxima do dia 15.

12. (BNDES/Economia/2011) Suponha que as taxas de juros vigentes no país e no exterior sejam, respectivamente, 1,5% ao mês e 1% ao mês; e a taxa de câmbio *spot* vigente no mercado seja de 2 R\$/US\$. Se houver oportunidade de arbitragem perfeita, ou seja, na ausência de barreiras à movimentação de capitais e de custos de transação, a taxa de câmbio R\$/US\$, para a compra e venda de dólar a termo com prazo de um mês, será dada pela expressão

- a) $2 - (1,015) \times (1,01)$.
- b) $2 \times (1,015) \times (1,01)$.
- c) $2 \div (1,015) \times (1,01)$.
- d) $2 \times (1,015) \div (1,01)$.
- e) $2 + (1,015) \times (1,01)$.

13. (CESGRANRIO/BNDES/Economista/2011) Um investidor aplica R\$ 1.000,00 em uma debênture que vai remunerá-lo em quatro parcelas consecutivas de R\$ 300,00, espaçadas de 1 ano, a primeira sendo devida 12 meses após a data do investimento. A *duration* de tal aplicação é

- a) de 4 anos.
- b) de 3 anos.
- c) de 2,5 anos.
- d) maior que 1 ano e menor que 2,5 anos.
- e) maior que 6 meses e menor que 1 ano.

14. (CESGRANRIO/BNDES/Economista/2011) A opção de venda de determinado ativo X pode ser exercida até 20/12/2011 pelo preço de R\$ 100,00. Suponha que o mercado de X e de suas opções é bem organizado, sem oportunidades de arbitragem e custos de transação desprezíveis. Se o prêmio dessa opção de venda estiver sendo negociado agora, nesse mercado, por R\$ 10,00, no mesmo momento, o preço de X, em reais, será, necessariamente,

- a) inferior a 80.
- b) 80.
- c) 85.
- d) 89.
- e) maior ou igual a 90.

15. (CESGRANRIO/BNDES/Economista/2009) Um determinado ativo A está sendo negociado a R\$ 100,00 no mercado, e a opção de compra de A, com preço de exercício de R\$ 60,00 e prazo de exercício até 15.01.2010, está sendo negociada ao preço *p*. Suponha que o mercado seja bem organizado, não havendo oportunidades de arbitragem. Neste caso, o valor de *p* é

- a) maior ou igual a R\$ 40,00.
- b) menor que R\$ 60,00.
- c) exatamente R\$ 35,00.
- d) aproximadamente 60% do preço do ativo A.
- e) o dobro do valor do preço de exercício.

16. (CESGRANRIO/Engenheiro de Produção/BR/2001) Um dos modelos mais difundidos no mercado financeiro é o *Black-Scholes*, apresentado em 1973 por Fischer Black e Myron Scholes. Todas as características do modelo original do *Black-Scholes* apresentadas a seguir estão corretas, EXCETO

- a) cria uma carteira com os mesmos fluxos de caixa, inclusive dividendos.
- b) permite avaliar o preço de uma opção, desde que exercidas no vencimento.
- c) terá todos os seus parâmetros inequivocadamente observáveis, com exceção apenas da volatilidade.
- d) pressupõe que o exercício da opção não afeta o valor do ativo-objeto.
- e) possui o preço atual da ação como um de seus fatores.

Texto para as Questões de 16 a 20

O investidor de uma opção de compra procura auferir ganhos com uma eventual alta no preço do ativo-objeto. Seu risco é limitado à perda do prêmio pago, caso não seja de seu interesse exercer o direito de opção. Suponha que, em 10/2/2004, uma ação estava cotada no mercado por R\$ 2,50. A opção de compra dessa ação podia ser adquirida por um prêmio de R\$ 0,25 por ação e a unidade de negociação de mercado (lote-padrão) era definida como 50.000 ações. Nessa data, Antônio adquiriu a opção de compra de um lote-padrão e Bernardo adquiriu um lote-padrão dessas ações. Com base nessas informações, julgue itens subsequentes.

- 17. () Se, em 10.03.2004, a ação atingiu a cotação de R\$ 3,00 e o prêmio subiu para R\$ 0,40 por ação, Antônio obteve uma rentabilidade de 75% no seu investimento.
- 18. () Se, em 10.03.2004, a ação atingiu a cotação de R\$ 2,20, Bernardo teve a sua perda limitada ao prêmio pago de R\$ 12.500,00.
- 19. () Se, em 10.03.2004, a ação atingiu a cotação de R\$ 3,00 e o prêmio subiu para R\$ 0,40 por ação, o rendimento obtido no investimento feito por Antônio foi inferior ao obtido por Bernardo.

20. () Os prêmios recebidos pelo vendedor da opção podem representar uma proteção contra eventual desvalorização do ativo-objeto.
21. (ESAF/Analista CVM/2010) Opções de compra ou de venda de ações são estratégias para
- o lançador receber o prêmio.
 - especular com a variação de preço das ações ao longo do tempo.
 - evitar volatilidade do mercado.
 - facilitar a estimação do preço futuro das ações no mercado.
 - proteção de posições acionárias.
22. (ESAF/Analista CVM/2010) Derivativos, entre os quais *swaps*, são modelados para
- transferir riscos tal como se dá com o seguro de danos.
 - permitir o uso de informações visando lucros.
 - equacionar efeitos de variações opostas em posições credoras e devedoras.
 - facilitar a especulação com volatilidade preço de ativos.
 - tornar simples a arbitrabilidade preço de ativos financeiros.
23. (ESAF/Analista CVM/2010) As operações com opções como direito formativo gerador:
- só devem ser admitidas quando negociadas por instituições financeiras.
 - espelham informações privilegiadas dos lançadores.
 - no modelo europeu, podem ser liquidadas a qualquer tempo.
 - lançadas a descoberto, criam riscos.
 - servem como instrumento de *hedge*, se o ativo for complementar.
24. (ESAF/Analista CVM/2010) A circulação de valores mobiliários pode ocorrer mediante empréstimo, o que não se aplica a
- ações ordinárias sem valor nominal.
 - ações preferenciais com direito de voto.
 - derivativos.
 - debêntures subordinadas.
 - opções para a subscrição de ações ou debêntures.
25. (ESAF/Analista CVM/2010) Contratos a futuro e a termo, negociados em bolsas, distinguem-se:
- por grau de especulação das operações celebradas.
 - por maior risco nos futuros.
 - por atender a interesses dos especuladores ou dos *hedgers*.
 - por serem os negócios a termo mais vulneráveis, dada a menor fiscalização das autoridades reguladoras.
 - pelos formas de liquidação.
26. (ESAF/Analista CVM/2010) Pode-se afirmar, quanto a derivativos negociados em mercados, como os contratos futuros ou as opções, que:
- a volatilidade do preço do ativo subjacente é o elemento comum na formulação de estratégias.
 - os mecanismos de proteção contra variação de preço do derivativo são similares.
 - ambos configuram direitos potestativos.
 - dão origem à obrigação natural, mesmo quando negociados em mercados organizados.
 - a especulação é mais clara nas opções do que nos futuros.
27. (ESAF/Analista CVM/2010) Há quem afirme que nos mercados futuros os contratos são despersonalizados, o que se explicaria por
- serem contratos por adesão.
 - serem contratos em que a liquidação por diferença prevalece sobre a entrega física do bem.
 - os contratantes terem como contraparte a Bolsa ou agente de compensação.
 - os contratantes escolherem, depois de definido o objeto, apenas a quantidade de contratos.
 - aos contratantes interessar a liquidez do mercado.
28. (ESAF/Analista CVM/2010) Modelos de precificação de ações são desenvolvidos partindo da noção de equilíbrio de mercado. Assim, pode-se considerar que:
- a relação risco – retorno leva em conta a liquidez.
 - a relação volatilidade e risco de mercado pende para ações macroeconômicas.
 - a relação entre valor contábil dos ativos e pagamento de dividendos prevê o futuro.
 - há relação da estrutura de capital com o preço das ações.
 - mudanças da situação atual são relacionadas à variação do preço.
29. (ESAF/Analista CVM/2010) Risco, como probabilidades de ganho ou perda, aparece nos casos de:
- concessão de crédito, quando há seleção adversa.
 - freeriding*, nas externalidades positivas.
 - incerteza futura sobre decisões de consumo.
 - arbitragem de preços de ativos.
 - falta de fiscalização do investidor.
30. (ESAF/Analista CVM/2010) Entende-se por volatilidade de preço de ativos:
- variação excessiva, segundo os preços de oferta e demanda.

30. (ESAF/Analista CVM/2010) Entende-se por volatilidade de preço de ativos:

- a) variações sazonais, segundo as curvas de oferta e demanda.
- b) desvio padrão representativo do risco.
- c) variações abruptas e incontroláveis do preço de ativos.
- d) variação de preço visada por especuladores.
- e) redução de preço de ativos, quando a venda é urgente.

31. (ESAF/Analista CVM/2010) Estudos empíricos permitem afirmar que o aumento do preço de exercício de uma opção sobre ações reflete a expectativa de maiores retornos. Pode-se, pois, considerar que:

- a) existe relação em uma só direção entre variação de preços de ações e opções.
- b) como o preço das opções resulta unicamente das expectativas dos investidores, o resultado da análise empírica é inconclusivo.
- c) tal como nos mercados futuros, no termo o preço do ativo subjacente e dos contratos se aproxima.
- d) a volatilidade das opções decorre dos retornos reais das ações.
- e) é elevada a probabilidade de haver relação biunívoca, isto é, nos dois sentidos, entre volatilidade preço de opções e retorno das ações.

32. (ESAF/Analista CVM/2010) A negociação de índices como o Ibovespa no Brasil e o Dow Jones Industrial nos Estados Unidos da América, entre outros, serve como instrumento para:

- a) indicar as variações diárias das ações negociadas em bolsas.
- b) tomar decisões de investimento em ações de maior liquidez.
- c) formular estratégias de proteção de posições a descoberto.
- d) balancear carteiras de investimentos.
- e) medir a rentabilidade de fundos de investimento.

33. (UFRJ/CVM/NCE/2008) As operações a termo são contratos para compra ou venda de uma determinada quantidade de ações, a um preço fixado, para liquidação em prazo determinado. Quanto aos prazos permitidos para negociação a termo, a bolsa de valores estabelece que:

- a) dependem do volume de ações negociado por contrato.
- b) são limitados a um máximo de 90 dias.
- c) obedecem aos mesmos prazos do mercado de opções.
- d) são ilimitados e dependem de acordo entre os negociantes.
- e) são de no mínimo 16 dias e no máximo de 999 dias corridos.

34. (UFRJ/CVM/NCE/2008) Ao negociar ações, no mercado a termo, o investidor encontra algumas vantagens. Uma delas é a possibilidade de realizar financiamento de caixa, que o investidor consegue ao:

- a) fixar o preço das ações.
- b) diversificar os riscos adquirindo mais de um papel.
- c) vender à vista e comprar a termo o mesmo papel.
- d) receber o prêmio relativo à realização da operação.
- e) fazer uso do depósito de garantia.

35. (UFRJ/CVM/NCE/2008) No mercado à vista de ações em bolsa, todo processo de transferência da propriedade de títulos e do pagamento/recebimento do montante financeiro envolvido é intermediado pela instituição responsável pela liquidação e custódia e abrange a entrega de títulos e pagamento da operação. Assim, no ciclo de liquidação das operações à vista, verifica-se que:

- a) a disponibilização das ações pelo vendedor e o respectivo pagamento pelo comprador ocorrem no primeiro dia útil após a realização do negócio em pregão.
- b) o pagamento pelo comprador, o respectivo recebimento pelo vendedor e a transferência dos títulos para o comprador ocorrem no terceiro dia útil, após a realização do negócio.
- c) os títulos ficam disponíveis ao comprador no dia da realização do negócio, enquanto o pagamento é efetivado no terceiro dia útil.
- d) a disponibilização dos títulos ao comprador ocorre no terceiro dia útil após o pagamento ter sido depositado na conta-corrente do vendedor.
- e) o pagamento ao vendedor é efetivado no segundo dia útil e a disponibilização dos títulos ao comprador ocorre no terceiro dia útil, após a realização do negócio em pregão.

36. (UFRJ/CVM/NCE/2008) Para atender aos seus objetivos e interesses, os investidores podem realizar operações estratégicas com opções, que podem ou não incluir um ativo objeto à vista. Assim, se um investidor realizar uma operação chamada *straddle*, diz-se que esta é uma:

- a) compra simultânea de uma *put* e do ativo-objeto.
- b) compra simultânea de uma *call* e uma *put* sobre o mesmo ativo-objeto, de mesmo vencimento e preços de exercício iguais.
- c) compra simultânea de uma *call* e uma *put* de um mesmo ativo-objeto e vencimento, mas com preços de exercício diferentes.
- d) venda simultânea de uma *put* e do ativo-objeto.
- e) venda simultânea de uma *call* e do ativo-objeto.

37. (UFRJ/CVM/NCE/2008) O mercado futuro de ações é aquele onde duas partes acordam a compra e a venda de ações listadas em bolsa, a um preço acertado, para liquidação em data futura específica e previamente autorizada. É característica desse mercado:

- a) a eliminação do custo de empréstimo de ações para aqueles que queiram adotar posições vendedoras a descoberto.
- b) o impedimento de que as partes negociem os contratos antes de seu vencimento.

- b) o impedimento de as partes negociem os contratos antes de seu vencimento.
- c) a exigência do desembolso do volume financeiro total da operação, na abertura da posição.
- d) a necessidade de que seja mantida a posição do ativo subjacente, até a data de exercício.
- e) a exigência de que a corretora seja contraparte de seus clientes, em operações envolvendo mais de R\$ 100.000,00.
38. (UFRJ/CVM/NCE/2008) Os riscos do mercado de derivativos são melhor identificados nos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e legal. Dentre esses, o risco operacional está relacionado:
- a) à impossibilidade de o agente identificar investidores interessados em negociar contratos de derivativos.
- b) ao nível de incerteza da realização do retorno futuro do investimento, determinado pelas oscilações da carteira.
- c) à possibilidade de sua eliminação quando a operação é formalmente realizada através da bolsa de valores.
- d) a possíveis falhas nos processos e sistemas do mercado de derivativos, inclusive erros humanos.
- e) à falta de padronização jurídica nos contratos de derivativos elaborados.
39. (UFRJ/CVM/NCE/2008) Para o adequado funcionamento do mercado de derivativos são necessários agentes compradores e vendedores de contratos, sendo que os principais são os *hedgers*, os especuladores e os arbitrádores. Assim, os especuladores caracterizam-se, principalmente, por:
- a) prejudicar o mercado, devendo sua atuação ser cerceada.
- b) atuar com objetivo de se proteger de riscos futuros.
- c) efetuar transações simultâneas entre um mercado e outro.
- d) contribuir para a liquidez do mercado.
- e) depender de autorização prévia da CVM.
40. (UFRJ/CVM/NCE/2008) O mercado de opções compreende as operações relativas à negociação de direitos outorgados aos titulares de opções de compra ou de venda de ativos, em que o investidor busca proteger-se quanto a perdas possíveis ou realizar lucro nos mercados voláteis. Assim, o regulamento do mercado de opções nas bolsas de valores prevê a:
- a) admissão de operações de compra e venda de uma posição em um mesmo pregão pelo mesmo comitente.
- b) não obrigatoriedade de padronização dos lotes e prazos de exercício.
- c) opção de estilo europeu, que pode ser exercida a qualquer momento, a partir do dia útil seguinte à sua contratação.
- d) opção de estilo americano, que somente poderá ser exercida na data de seu vencimento.
- e) opção protegida, série sem ajuste de preço de exercício por distribuição de direitos de subscrição.
41. (CESGRANRIO/FINEP/2011) Uma opção de compra do ativo X tem preço de exercício de R\$ 50,00 e vencimento até 21.09.2011. O prêmio dessa opção, negociado no mercado, certamente é
- a) maior que o preço do próprio ativo X.
- b) maior ou igual a R\$ 50,00.
- c) maior que o da opção de compra de X, com preço de exercício menor e mesmo vencimento.
- d) igual ao da opção de venda de X, de mesmo preço de exercício e de mesmo vencimento.
- e) tanto maior quanto maior for o preço do ativo X.

(CESPE UNB/BB/Escriturário/2007) Derivativos, como o próprio nome indica, derivam de algum outro ativo. É o mercado no qual a formação de seus preços deriva dos preços do mercado à vista. Nesse universo, há o mercado futuro, a termo, de opções e de *swaps*. Nesse mercado, considerado de altíssimo risco devido às fortes flutuações nos preços dos títulos, são realizadas grandes apostas no comportamento futuro de algumas *commodities*. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

42. () Nas operações com derivativos, há ajustes diários de valores no mercado a termo e, no mercado futuro, não há, o preço é efetivamente pago apenas no vencimento, sem ajustes diários.
43. () O que diferencia um contrato futuro de um contrato de opção é a obrigação que o primeiro apresenta de se adquirir ou vender algo no futuro. O contrato de opção, ao contrário, registra unicamente o direito do titular de exercer sua opção de compra ou venda a determinado preço no futuro, não sendo obrigatório seu exercício.

(CESPE UNB/BB/Escriturário/2007) O mercado financeiro é muito importante no desenvolvimento de um país. As operações realizadas nesse mercado são complexas e dinâmicas. As bolsas de mercadorias e de futuro são entidades autorregulatórias que organizam a negociação com mercadorias e com contratos futuros. No Brasil, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) é a mais importante bolsa dessa natureza. Acerca do mercado financeiro, julgue os próximos itens.

44. () Nas bolsas de valores são negociados valores mobiliários e, entre estes, as ações de todas as sociedades anônimas.
45. () Nas bolsas de valores são negociados os títulos no mercado à vista e no mercado futuro, mas na Bolsa de Mercadorias e Futuros somente é negociado o mercado futuro.
46. () No mercado de capitais, uma diferença marcante entre o mercado primário e o mercado secundário é que, no primeiro, não há influência direta no caixa da companhia, mas há influência na sua imagem, enquanto, no segundo, há influência direta no caixa da companhia, não havendo influência na sua imagem.
47. () As operações com ações ou outros títulos de companhias privadas, que não sejam de capital aberto, poderão ser feitas no mercado de balcão não organizado.
48. () O índice IBOVESPA é um valor numérico associado à denominação pontos, que serve para medir a lucratividade de uma carteira hipotética de ações.

e) opção protegida, série sem ajuste de preço de exercício por distribuição de direitos de subscrição.

41. (CESGRANRIO/FINEP/2011) Uma opção de compra do ativo X tem preço de exercício de R\$ 50,00 e vencimento até 21.09.2011. O prêmio dessa opção, negociado no mercado, certamente é

- a) maior que o preço do próprio ativo X.
- b) maior ou igual a R\$ 50,00.
- c) maior que o da opção de compra de X, com preço de exercício menor e mesmo vencimento.
- d) igual ao da opção de venda de X, de mesmo preço de exercício e de mesmo vencimento.
- e) tanto maior quanto maior for o preço do ativo X.

(CESPE UNB/BB/Escriturário/2007) Derivativos, como o próprio nome indica, derivam de algum outro ativo. É o mercado no qual a formação de seus preços deriva dos preços do mercado à vista. Nesse universo, há o mercado futuro, a termo, de opções e de swaps. Nesse mercado, considerado de altíssimo risco devido às fortes flutuações nos preços dos títulos, são realizadas grandes apostas no comportamento futuro de algumas commodities. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

42. () Nas operações com derivativos, há ajustes diários de valores no mercado a termo e, no mercado futuro, não há, o preço é efetivamente pago apenas no vencimento, sem ajustes diários.

43. () O que diferencia um contrato futuro de um contrato de opção é a obrigação que o primeiro apresenta de se adquirir ou vender algo no futuro. O contrato de opção, ao contrário, registra unicamente o direito do titular de exercer sua opção de compra ou venda a determinado preço no futuro, não sendo obrigatório seu exercício.

(CESPE UNB/BB/Escriturário/2007) O mercado financeiro é muito importante no desenvolvimento de um país. As operações realizadas nesse mercado são complexas e dinâmicas. As bolsas de mercadorias e de futuro são entidades autorregulatórias que organizam a negociação com mercadorias e com contratos futuros. No Brasil, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) é a mais importante bolsa dessa natureza. Acerca do mercado financeiro, julgue os próximos itens.

44. () Nas bolsas de valores são negociados valores mobiliários e, entre estes, as ações de todas as sociedades anônimas.

45. () Nas bolsas de valores são negociados os títulos no mercado à vista e no mercado futuro, mas na Bolsa de Mercadoria e Futuros somente é negociado o mercado futuro.

46. () No mercado de capitais, uma diferença marcante entre o mercado primário e o mercado secundário é que, no primeiro, não há influência direta no caixa da companhia, mas há influência na sua imagem, enquanto, no segundo, há influência direta no caixa da companhia, não havendo influência na sua imagem.

47. () As operações com ações ou outros títulos de companhias privadas, que não sejam de capital aberto, poderão ser feitas no mercado de balcão não organizado.

48. () O índice IBOVESPA é um valor numérico associado à denominação pontos, que serve para medir a lucratividade de uma carteira hipotética de ações.

Gabarito:

1. C	2. A	3. B
4. A	5. B	6. A
7. E	8. E, C, C	9. C, C, C
10. E, E, C, C, E	11. C	12. D
13. D	14. E	15. A
16. A	17. E	18. C
19. E	20. C	21. B
22. C	23. D	24. C
25. E	26. A	27. C
28. A	29. A	30. B
31. E	32. B	33. E
34. C	35. B	36. B
37. A	38. D	39. D
40. A	41. E	42. E
43. C	44. E	45. E
46. E	47. C	48. C

Câmbio

Câmbio é o mecanismo no qual ocorre a troca de moeda de um país pela moeda de outro país; ou seja, no caso do Brasil, o câmbio se caracteriza pela troca de uma moeda estrangeira pelo seu contravalor em moeda nacional.

O mercado cambial é o segmento em que se realizam operações de compra e venda de moedas estrangeiras conversíveis. O Bacen conceitua mercado de câmbio como o ambiente abstrato onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Bacen (bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e meios de hospedagem) ou entre estes e seus clientes.

A política cambial refere-se à administração da taxa de câmbio do país, que representa o controle do preço da moeda desse país perante os outros e este valor servirá de referência para as relações dos agentes econômicos. No mercado interno existem vários participantes, como corretoras, casas de câmbio, entre outros.

14.1. TAXA DE CÂMBIO

A taxa de câmbio é a que compara a moeda nacional com a estrangeira, ou seja, determina seu poder de troca.

Representação: $E = R\$ / U\$$

Se a taxa de câmbio passa de 3/1 para 5/1, temos uma desvalorização da moeda nacional, pois para cada unidade de capital deverem os pagar mais em reais.

As taxas de câmbio são determinadas no mercado de câmbio que, por sua vez, é influenciado pelas forças de oferta e demanda de moeda estrangeira o país, também chamadas de divisas.

A formação da taxa de câmbio é determinada pela relação de oferta e procura de moeda, podendo ocorrer, se necessário, intervenção do Bacen.

14.2. MERCADO DE CÂMBIO

O mercado de câmbio pode ser livre ou controlado. Se for livre, pode-se comprar e vender moeda livremente e, neste caso, praticamente inexistente a presença do governo. Caso este eventualmente interfira, será para coibir a especulação e defender a moeda nacional. No caso do câmbio controlado, a compra e venda de moeda obedece a normas do governo. Já neste caso, por exemplo, o turista que viaja para o exterior só pode levar um montante de moeda estrangeira estabelecido pelo governo etc.

14.3. TAXAS DE COTAÇÃO

- Comercial: é caracterizado pela compra e venda de moedas entre bancos e empresas.
- Interbancário: é feita de banco para banco, com prazo de liquidação D + 2.
- Paralelo: caracterizada por operações em casas de câmbio.
- Turismo: operação caracterizada por pessoas que irão viajar para exterior e casas de câmbio autorizada.

Corretor de Câmbio

O corretor de câmbio é o intermediário nas operações de câmbio, ou seja, funciona com contato entre clientes e os bancos autorizados a operar em câmbio.

14.4. TIPOS DE CÂMBIO

14.4.1. Câmbio Fixo

Ancorar a moeda doméstica ao dólar por meio de uma paridade fixa significa ter uma taxa de câmbio que flutua conjuntamente com a moeda ancorada.

Em um sistema de câmbio fixo, o Bacen intervém regularmente para manter a cotação da moeda. Caso haja saída de moeda estrangeira, ele vende a mesma quantidade no mercado de câmbio sendo a recíproca verdadeira.

Características

- Intervenção do Bacen.

- O país tem de ter estoque de moeda estrangeira (reservas internacionais).
- Equilíbrio da balança de pagamentos.

14.4.2. Câmbio Flutuante

O câmbio flutuante, também conhecido como o câmbio volátil tem como característica não gerar impacto no saldo das reservas. Neste mercado, o Bacen não intervém no mercado e, em regra, qualquer mudança do câmbio não afeta a taxa de juros.

Características

- A taxa de câmbio é determinada pelas forças do mercado.
- A moeda estrangeira não compete com a moeda nacional.
- Agentes estrangeiros compram dólares para pagar importação.
- Bacen não intervém no mercado.
- Desequilíbrio da balança de pagamentos.

14.4.3. Crawling Pag

Características

- Variante do câmbio fixo ajustável.
- Caracterizado por minidesvalorizações cambiais.
- Em regra utilizado por países com inflação alta.
- Bacen perde autonomia (graus de liberdade).

14.5. MERCADO INTERBANCÁRIO EM MOEDA

Os bancos poderão comprar ou vender moedas estrangeiras para acertarem suas posições de câmbio. O mercado interfinanceiro (interbancário) funciona como um regulador da liquidez do mercado de câmbio. As compras e vendas no mercado Interbancário podem ser para entrega pronta ou futura com prazos múltiplo de 30 até 180 dias.

As instituições financeiras autorizadas a operar com o câmbio junto ao Bacen podem comprar moeda desde que não ultrapassem o limite de risco cambial de 60% do patrimônio líquido.

14.6. MERCADO PARALELO

Podemos dizer que o mercado paralelo é aquele que surge pelo fato de não existir um mercado de câmbio inteiramente livre. As tipologias cambiais não garantem um câmbio livre de fato. Na verdade, temos câmbio semiadministrado.

No Brasil, todos os negócios realizados no mercado paralelo, bem como a posse de moeda estrangeira sem origem justificada, são ilegais e sujeitam o cidadão ou às empresas às penas da lei.

As taxas de câmbio de acordo com o regime de liberdade cambial vigente são livremente pactuadas entre as partes contratantes, ou seja, entre a pessoa física e a instituição autorizada ou entre os agentes autorizados.

14.7. POLÍTICA CAMBIAL

A política cambial está interligada com as políticas fiscal e monetária, sendo esta mais direta; por exemplo, quando o país exporta muito (entrada de moeda estrangeira), este capital é convertido em reais, o que aumenta a base monetária ocorrendo, assim, a intervenção do Bacen com o objetivo de restabelecer os níveis de liquidez e a taxa de juros de equilíbrio.

14.8. COMPONENTES DA TAXA DE CÂMBIO

- Taxa de juros (Interna e Externa).
- Inflação (Interna e Externa).
- Percepção dos riscos dos investidores.
- Fluxo de comércio exterior.
- Fluxo de investimentos financeiros.
- Liquidez do mercado.

A Taxa de Câmbio Real (TCR) pode ser calculada:

$$TCR = \text{Cotação do câmbio (dólar)} \times \text{Inflação nos EUA} / (\text{Inflação no Brasil})$$

14.9. ADIANTAMENTO EM CONTRATO DE CÂMBIO



O Adiantamento em Contrato de Câmbio (ACC) consiste na antecipação total ou parcial da moeda nacional, que corresponde à quantia em moeda estrangeira, adquirida a termo desses exportadores.

Os bancos autorizados a operar com câmbio concedem às empresas exportadoras adiantamentos sobre os contratos de câmbio (ACC).

Procedimento

- O banco antecipa reais (parcial ou total) equivalentes à quantia de moeda estrangeira adquirida (pelo banco) a termo dos exportadores.
- A empresa exportadora vende ao banco (antes ou após o embarque dos produtos) a moeda estrangeira.
- É necessária uma linha de crédito externa para ancorar o banco na concessão do adiantamento.

Finalidade

A ACC tem como finalidade financiar o capital de giro na forma de antecipação das empresas exportadoras, de forma que possam produzir, comercializar seus produtos. A ACC se destina às empresas exportadoras e tem como vantagem financiar custos de produção a taxa de mercado externo menores do que a do mercado interno.

Fases do ACC

1ª fase – Financiamento à produção: concedido até 180 dias antes do embarque da mercadoria.

2ª fase – Manutenção do ACC: adiantamento solicitado pela empresa exportadora, pelo prazo de até 180 dias da data de embarque dos produtos.

14.10. QUESTÕES COMENTADAS

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) É agente econômico que demanda divisa estrangeira no mercado de câmbio brasileiro:

- a) a empresa brasileira que recebe empréstimo do exterior;
- b) o exportador;
- c) a empresa estrangeira que está abrindo filial no Brasil;
- d) o investidor estrangeiro que quer adquirir ações na Bolsa de Valores de São Paulo;
- e) a filial de empresa estrangeira que deseja remeter lucros para a matriz.

Comentário:

Os participantes do mercado cambial, em linhas gerais, são os que ofertam divisas estrangeiras (“vendedores de moeda estrangeira”), os que demandam moeda (“compradores de moeda estrangeira”), corretores, bancos e autoridades monetárias. Os agentes econômicos que ofertam divisas estrangeiras precisam trocá-las por moeda nacional a fim de executarem operações; ofertam divisas os agentes que necessitam de moeda estrangeira, dispendo de moeda nacional para realizar o câmbio.

Ofertam divisas estrangeiras (vendedores):

- exportadores de mercadorias;
- empresas e órgãos do governo que tomam empréstimos no exterior;
- empresas de turismo e navegação;
- investidores estrangeiros em bolsas nacionais;
- turistas que procedem do exterior, entre outros.

Demandam divisas estrangeiras (compradores)

- importadores de mercadorias;
- cidadãos brasileiros que viajam para o exterior;
- investidores estrangeiros em bolsas nacionais;
- devedores de empréstimos externos, entre outros;
- filiais de empresas estrangeiras que remetem lucros para matrizes no exterior.

Gabarito: E.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) É uma instituição financeira que está impedida de atuar no mercado de câmbio no Brasil:

- a) banco comercial;
- b) agência de turismo;
- c) sociedade de capitalização;
- d) banco de investimentos;
- e) banco múltiplo.

Comentário:

Conforme mencionado no capítulo 12, observando o disposto no Decreto-lei no 73/1966 em seu art. 73: "As Sociedades Seguradoras não poderão explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria."

Gabarito: C.

3. (FCC/Banco do Brasil/2006) A operação de arbitragem de câmbio tem como objetivo:

- a) buscar vantagens em função de diferenças de preços nos diversos mercados;
- b) uniformizar as diferentes taxas de câmbio entre os diversos países;
- c) comprar moeda estrangeira para financiar operações de importação de mercadorias;
- d) vender moeda estrangeira para assegurar a liquidez das exportações;
- e) comprar moeda no mercado cujo preço está alto e vender a mesma moeda no mercado cujo preço está baixo.

Comentário:

A arbitragem é o procedimento onde se compra moeda no mercado, caso seu preço esteja baixo, e a vende, se seu preço esteja alto, obtendo-se, assim, o lucro desejado por meio da diferença de taxas. Podemos dizer que a arbitragem consiste na compra de determinada quantidade de moeda e na venda de outra moeda estrangeira, de forma que, aplicada a paridade entre elas, temos a sua equivalência. Quando determinada empresa nacional tem uma dívida em moeda de baixa liquidez com uma empresa estrangeira, a empresa devedora contrata um banco para fazer a troca de moedas no mercado local.

Gabarito: A.

4. (FCC/Banco do Brasil/2006) A contratação do câmbio de exportação:

- a) deve ser feita obrigatoriamente após o embarque da mercadoria para o exterior;
- b) fixa o valor da taxa de câmbio para esse contrato;
- c) pode ser feita antes do embarque da mercadoria para o exterior, mas somente de forma parcial;
- d) deve ser feita obrigatoriamente antes do embarque da mercadoria para o exterior, de forma a possibilitar ao exportador obter financiamento com base no contrato;
- e) equivale a uma compra e venda mercantil efetuada entre o banco e a empresa exportadora.

Comentário:

O fechamento ou contratação do câmbio na exportação é de suma importância, pois será a ocasião em que a moeda estrangeira obtida pelo exportador será trocada por moeda nacional. Neste caso, haverá um *contrato de câmbio*, que vai tratar da troca de divisas, sendo que as operações poderão ser feitas antes ou depois do embarque, dependendo da modalidade de pagamento. Ao ser contratado o câmbio, a taxa de câmbio e o exportador não poderão ser alterados.

Gabarito: B.

14.11. QUESTÕES PROPOSTAS

1. No mercado de câmbio, os adiantamentos sobre os contratos de câmbio (ACC) são modalidade contratual de largo uso. Com relação às características desse contrato, julgue os itens seguintes.

- () O objetivo desses contratos é proporcionar recursos antecipados ao importador, de sorte a incrementar o comércio internacional.
- () Os ACC podem ser utilizados como instrumentos de ganho financeiro pelo importador.
- () O valor adiantado poderá ser averbado no próprio contrato de câmbio, ou por meio de instrumento em separado que se integrará ao contrato.
- () A primeira fase dos ACC ocorre quando a mercadoria já está pronta e embarcada, aproveitando-se o máximo possível a variação cambial.
- () Os ACC consistem unicamente na antecipação total dos reais equivalentes à quantia em moeda estrangeira comprada a termo de exportadores pelo banco.

2. Em resumo, as operações de compra e venda de *performance* de exportação ocorrem quando um exportador que:

- a) Não tomou um ACC, negocia seu produto com outro exportador que tomou um ACC, mas não tem mercadoria para exportar.
- b) Não tomou um ACC, negocia seu produto com outro exportador que também não tomou um ACC, mas tem mercadoria para exportar.
- c) Tomou um ACC, negocia seu produto com outro exportador que também tomou um ACC, mas não tem mercadoria para exportar.
- d) Tomou um ACC, mas não precisa mais dos recursos, o transfere para outro exportador, assumindo o risco de crédito.
- e) Tomou um ACC, mas desistiu de exportar a mercadoria, devolve o dinheiro ao banco.

3. O Bacen conceitua mercado de câmbio como o ambiente abstrato onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Bacen (bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e meios de hospedagem) ou entre estes e seus clientes. Acerca desse tema, julgue os itens abaixo:

- () No Brasil, todos os negócios realizados no mercado paralelo, bem como posse de moeda estrangeira sem origem justificada, são ilegais e sujeitam o cidadão ou às penas das leis.
- () As taxas de câmbio são livremente pactuadas entre as partes contratantes, ou seja, entre a pessoa física e a instituição autorizada ou entre os agentes autorizados.
- () O Bacen executa a política cambial definida pelo Ministério do Planejamento, regulamentando o mercado de câmbio e autorizando as instituições que nele operam. Também compete ao Bacen fiscalizar o referido mercado, podendo pu. ^

14.11. QUESTÕES PROPOSTAS

1. No mercado de câmbio, os adiantamentos sobre os contratos de câmbio (ACC) são modalidade contratual de largo uso. Com relação às características desse contrato, julgue os itens seguintes.
- () O objetivo desses contratos é proporcionar recursos antecipados ao importador, de sorte a incrementar o comércio internacional.
 - () Os ACC podem ser utilizados como instrumentos de ganho financeiro pelo importador.
 - () O valor adiantado poderá ser averbado no próprio contrato de câmbio, ou por meio de instrumento em separado que se integrará ao contrato.
 - () A primeira fase dos ACC ocorre quando a mercadoria já está pronta e embarcada, aproveitando-se o máximo possível a variação cambial.
 - () Os ACC consistem unicamente na antecipação total dos reais equivalentes à quantia em moeda estrangeira comprada a termo de exportadores pelo banco.
2. Em resumo, as operações de compra e venda de *performance de exportação* ocorrem quando um exportador que:
- a) Não tomou um ACC, negocia seu produto com outro exportador que tomou um ACC, mas não tem mercadoria para exportar.
 - b) Não tomou um ACC, negocia seu produto com outro exportador que também não tomou um ACC, mas tem mercadoria para exportar.
 - c) Tomou um ACC, negocia seu produto com outro exportador que também tomou um ACC, mas não tem mercadoria para exportar.
 - d) Tomou um ACC, mas não precisa mais dos recursos, o transfere para outro exportador, assumindo o risco de crédito.
 - e) Tomou um ACC, mas desistiu de exportar a mercadoria, devolve o dinheiro ao banco.
3. O Bacen conceitua mercado de câmbio como o ambiente abstrato onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Bacen (bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e meios de hospedagem) ou entre estes e seus clientes. Acerca desse tema, julgue os itens abaixo:
- () No Brasil, todos os negócios realizados no mercado paralelo, bem como posse de moeda estrangeira sem origem justificada, são ilegais e sujeitam o cidadão ou às penas das leis.
 - () As taxas de câmbio são livremente pactuadas entre as partes contratantes, ou seja, entre a pessoa física e a instituição autorizada ou entre os agentes autorizados.
 - () O Bacen executa a política cambial definida pelo Ministério do Planejamento, regulamentando o mercado de câmbio e autorizando as instituições que nele operam. Também compete ao Bacen fiscalizar o referido mercado, podendo punir dirigentes e instituições mediante multas, suspensões e outras sanções previstas em lei.
4. Um banco concede um ACC a um determinado cliente exportador. Dentro dos corretos parâmetros de gestão bancária, qual deveria ser o *funding* desta operação?
- a) Linhas de Financiamento Externas.
 - b) Linhas de Financiamento Internas.
 - c) Depósito Interfinanceiro — CDI
 - d) Depósito a Prazo — CDB/RDB.
 - e) Depósito à vista.
5. Assinale a forma de pagamento de exportação que representa o maior risco do exportador ou a maior demonstração de confiança deste em relação ao importador.
- a) Carta de crédito.
 - b) Pagamento antecipado.
 - c) Remessa sem saque.
 - d) Cobrança a vista.
 - e) Cobrança a prazo.
6. Julgue os itens abaixo com relação à operação de câmbio.
- () Os elementos que participam do mercado de câmbio se dividem nos que produzem divisas e recebem divisas.
 - () Os que produzem divisas são importadores, devedores de empréstimos e investidores.
7. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) O mercado de câmbio envolve a negociação de moedas estrangeiras e as pessoas interessadas em movimentar essas moedas. O câmbio manual é a forma de câmbio que:
- a) pratica a importação e a exportação por meio de contratos;
 - b) pratica a troca de moeda estrangeira por uma mercadoria;
 - c) envolve a compra e a venda de moedas estrangeiras em espécie;
 - d) envolve a troca de títulos ou documentos representativos da moeda estrangeira;
 - e) exerce a função de equilíbrio na balança comercial externa.

Gabarito:

1. E, E, C, E, E	2. A	3. C, C, E
4. C	5. C	6. C, E
7. C		

Provas de Concursos

15.1. FUNDAMENTOS: SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, BANCO CENTRAL E MOEDA

1. (Caixa Econômica Federal/2004) As necessidades de conhecimento do Sistema financeiro Nacional é crescente ao longo do tempo, pela importância que exerce na economia e no segmento empresarial de um país. O SFN é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, e seu órgão normativo máximo é o Conselho Monetário Nacional. Assinale a alternativa correta.
- a) O SFN envolve dois grandes subsistemas: de intermediação e financeiro.
 - b) O SFN é composto por um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes superavitários para os deficitários.
 - c) O SFN não permita a existência de conglomerados financeiros
 - d) O mercado financeiro pode ser considerado como elemento estático no processo de crescimento econômico, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança.
 - e) As instituições financeiras podem ser classificadas como bancárias e bancarizadas.
2. (Caixa Econômica Federal/2004) Associe as afirmativas abaixo com as políticas monetárias e econômicas.
- I. Executada pelo Bacen de cada país, o qual possui poderes e competência próprios para controlar a quantidade de moeda na economia.
 - II. Ações do governo no sentido de controlar e regular a atividade econômica.
 - III. São seus instrumentos, o conjunto de ações e medidas à disposição do governo para a regulação da atividade econômica.
 - IV. Quatro tipos de instrumento: Política monetária, política fiscal, política cambial e política de rendas.
 - V. São seus instrumentos clássicos de controle: recolhimento compulsório, open marketing, redesconto bancário e empréstimo de liquidez.
 - VI. Diz-se que é restritiva quando às autoridades monetárias promovem reduções dos meios de pagamento da economia retraindo a demanda agregada (consumo e investimento) e a atividade econômica.
3. (Banco do Brasil - Cespe - 2008) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, por instituições financeiras e auxiliares, públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas e governo). Com relação ao SFN julgue os itens a seguir.
- () A área normativa do SFN tem como órgão máximo o Bacen.
 - () A área operativa do SFN é formada pelas instituições financeiras públicas e privadas, que atuam no mercado financeiro.
4. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) O Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) é um sistema informatizado, centralizado no Bacen, que permite indicar onde os clientes de instituições financeiras mantêm bens, direitos e valores diretamente ou por seus representantes legais e procuradores. Quanto ao CCS, julgue os seguintes itens.
- () Como o CCS propicia boas condições para a realização de investigação e de ações destinadas a combater a criminalidade, as regras relativas ao sigilo bancário e ao direito à privacidade não incidem em sua implementação e operação.
 - () Como decorrência de sua atuação específica, as autoridades policiais têm pleno acesso às informações constantes do CCS.
5. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2008) O Sistema Financeiro nacional (SFN) é composto de órgãos de regulação, instituições financeiras, instituições auxiliares públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas e governo). Com relação ao SFN, julgue os itens a seguir.
- () Há dois grandes grupos de entidades do SFN: O subsistema normativo, que trata da regulação e da fiscalização, e o subsistema operativo, que trata da intermediação, do suporte operacional e da administração.
 - () O SFN atua na intermediação financeira, processo pelo qual os agentes que estão superavitários, com sobra de dinheiro, transferem esses recursos para aqueles que estejam deficitários, com falta de dinheiro.
 - () O BNDES é uma das principais entidades supervisoras do SFN.
6. (Vunesp/Caixa Econômica Federal/2005) A determinação dos percentuais de recolhimento compulsório sobre os recursos à vista é atribuição:
- a) do Banco do Brasil;
 - b) do Bacen;
 - c) da Casa da Moeda;
 - d) da CVM;
 - e) das caixas econômicas.
7. (Banco do Brasil/2008) O Conselho Monetário Nacional, instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. Acerca do CMN, julgue os ite

subsequentes.

- () Entre as funções do CMN, estão a de adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia e a de regular o valor interno da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.
- () O SFN tem como órgão executivo central o Bacen, que estabelece normas a serem observadas pelo CMN.

8. (Banco do Brasil/2008) O Bacen, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda e tem atuação em todo o território nacional. No que se refere ao Bacen, julgue os itens subsequentes:

- () entre as atribuições do Bacen, estão a de realizar as operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras e de regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.
- () O Bacen tem sua sede no RJ e conta com representações em Brasília, capital do país, e nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Pará.

9. (FCC/Banco do Brasil/2006) Com relação à atuação do Banco Central do Brasil, é correto afirmar que ele:

- a) pode realizar operações de redesconto para instituições financeiras;
- b) não pode comprar ou vender títulos públicos federais;
- c) pode limitar as taxas de juros;
- d) pode determinar o capital mínimo das companhias abertas, no mercado de capitais;
- e) fiscaliza as companhias de seguro.

10. (FCC/Banco do Brasil/2006) Uma forma de buscar a segurança do sistema financeiro se dá com a fixação do capital mínimo das instituições financeiras, cuja competência é do:

- a) Ministro da Fazenda.
- b) Presidente da República.
- c) Conselho Monetário Nacional.
- d) Banco Central do Brasil.
- e) Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Gabarito:

1. B	2. POLÍTICA ECONÔMICA (II, III E IV); POLÍTICA MONETÁRIA (I, V E VI)	3. C, C
4. E, E	5. C, C, E	6. B
7. C, E	8. C, E	9. A
10. C		

15.2. DINÂMICA DO MERCADO

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Um cliente tem interesse em aplicar recursos por 30 dias em CDB e quer que a sua rentabilidade acompanhe a evolução diária da taxa de juros. Nesse caso, o indexador mais indicado para a operação é:

- a) a TBF;
- b) uma taxa prefixada;
- c) o IGP-M;
- d) o CDI;
- e) o IPCA.

2. (FCC/Banco do Brasil/2010) Os depósitos a prazo feitos pelo cliente em bancos comerciais e representados por RDB:

- a) são títulos de crédito;
- b) são recibos inegociáveis e intransferíveis;
- c) contam com garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC até R\$ 20.000,00;
- d) são aplicações financeiras isentas de risco de crédito;
- e) oferecem liquidez diária após carência de 30 dias.

3. (FCC/Banco do Brasil/2006) NÃO contém apenas créditos cobertos pela garantia do FGC:

- a) depósitos de poupança, letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário;
- b) letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias;
- c) depósitos em conta investimento, depósitos de poupança e letras hipotecárias;
- d) depósitos à vista, letras de câmbio e depósitos em conta investimento;
- e) depósitos à vista, depósitos judiciais e depósitos de poupança.

4. (FCC/Banco do Brasil/2010) A Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, determina que:

- a) os crimes são afiançáveis e permitem liberdade provisória;
- b) a simples ocultação de valores é suficiente para cumprir exigência punitiva;
- c) o agente pode ser punido, ainda que a posse ou o uso dos bens não lhe tenha trazido nenhum proveito;
- d) a obtenção de proveito específico é exigida para caracterizar o crime;
- e) é facultado à instituição financeira fornecer talonário de cheque ao depositante enquanto são verificadas as informações

5. (FCC/Banco do Brasil/2006) A Lar Doce Lar é uma empresa muito bem conceituada na produção e venda de móveis para cozinhas. Recentemente, ela recebeu uma grande encomenda, mas está enfrentando dificuldades de caixa e seu administrador financeiro considera que as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras estão extremamente elevadas. Uma alternativa para a solução desse problema pode ser a captação de recursos de terceiros por meio da emissão de:
- CDI.
 - CDB.
 - Commercial Papers.
 - Letras de Crédito Imobiliário.
 - Letras Hipotecárias.
6. (FCC/Banco do Brasil/2006) É correto afirmar:
- Os fundos de investimento devem contabilizar mensalmente todos os ativos integrantes de suas carteiras pelos seus preços médios ao longo do mês.
 - Fundos abertos são aqueles com prazo determinado de duração, cujos valores investidos não podem ser resgatados.
 - O recolhimento do Imposto de Renda, nos fundos de investimento, ocorre sempre no momento do resgate.
 - O valor diário da cota de um fundo é obtido dividindo o seu patrimônio líquido pelo número de cotas emitidas, ambos calculados no mesmo momento de tempo.
 - Sobre os rendimentos obtidos nos fundos de investimento há incidência de IR à alíquota de 25%.
7. (FCC/Banco do Brasil/2006) Em caso de insolvência ("quebra") de uma instituição financeira, o valor máximo garantido pelo FGC sobre os saldos mantidos pelos clientes em suas contas-correntes é de:
- R\$ 50 mil;
 - R\$ 40 mil;
 - R\$ 30 mil;
 - R\$ 20 mil;
 - R\$ 10 mil.

Gabarito:

1. D	2. B	3. E
4. C	5. C	6. D
7. D		

15.3. OS MERCADOS E A POLÍTICA MONETÁRIA

1. (FCC/Banco do Brasil/2010) O Comitê de Política Monetária – Copom tem como objetivo:
- Reunir periodicamente os ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e o presidente do Banco Central do Brasil.
 - Coletar as projeções das instituições financeiras para a taxa de inflação.
 - Divulgar mensalmente as taxas de juros de curto e longo prazos praticadas no mercado financeiro.
 - Promover debates acerca da política monetária até que se alcance consenso sobre a taxa de juros de curto prazo a ser divulgada em ata.
 - Implementar a política monetária e definir a meta da Taxa Selic e seu eventual viés.
2. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2009) O Comitê de Política Monetária (Copom) do Bacen foi instituído em 1996, com os objetivos de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação desse comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório do Bacen. Acerca do Copom, julgue os próximos itens.
- O Copom, constituído no âmbito do Bacen, tem como objetivo implementar as políticas econômica e tributária do governo federal.
 - Desde a adoção da sistemática de metas para a inflação como diretriz de política monetária, as decisões do Copom visam cumprir as metas para a inflação definidas pelo CMN. Se as metas não forem atingidas, cabe ao presidente do Bacen divulgar, em carta aberta ao ministro da Fazenda, os motivos do descumprimento, as providências e o prazo para o retorno da taxa de inflação aos limites estabelecidos.

Gabarito:

1. E	2. E, C
------	---------

15.4. SISTEMA BANCÁRIO

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Sobre cartões de crédito, analise:
- Permitem compatibilizar as necessidades de consumo dos titulares às suas disponibilidades de caixa, na medida em que a data de vencimento da fatura coincida com o crédito dos seus salários.
 - Oferecem aos titulares a possibilidade de parcelar o pagamento de suas compras, concedendo-lhes um limite de crédito rotativo.

III. Podem proporcionar benefícios adicionais aos titulares, na medida em que realizem parcerias com empresas reconhecidas no mercado (cartões *co-branded*).

É correto o que consta em:

- a) I, apenas;
- b) II, apenas;
- c) III, apenas;
- d) II e III, apenas;
- e) I, II e III.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) Analise:

Em uma operação de cobrança, o I registra os títulos no II, que por sua vez encarrega-se de receber o pagamento do III conforme as condições combinadas.

Preenchem correta e respectivamente as lacunas I, II e III acima:

I	II	III
a) sacado	cedente	titular
b) cedente	banco	sacado
c) titular	sacado	banco
d) emissor	banco	titular
e) sacado	banco	beneficiário

3. (FCC/Banco do Brasil/2006) Dentre as modalidades de investimento abaixo, aquela que permite a dedução dos valores investidos na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, até o limite de 12% da renda bruta do contribuinte, é:

- a) o CDB;
- b) o VGBL;
- c) o Fundo de Investimento Referenciado DI;
- d) a Caderneta de Poupança;
- e) o PGBL.

4. (FCC/Banco do Brasil/2006) No caso de investimentos feitos por pessoas físicas em cadernetas de poupança é correto afirmar que seus rendimentos são creditados:

- a) trimestralmente, conforme a data de aniversário da aplicação, e são isentos de tributação;
- b) a cada 30 dias, estando sujeitos ao recolhimento de Imposto de Renda à alíquota de 20%;
- c) mensalmente, conforme a data de aniversário da aplicação, e são isentos de tributação;
- d) mensalmente, conforme a data de aniversário da aplicação, estando sujeitos ao recolhimento de Imposto de Renda à alíquota de 20%;
- e) trimestralmente, conforme a data de aniversário da aplicação, estando sujeitos ao recolhimento de Imposto de Renda à alíquota de 20%.

5. (FCC/Banco do Brasil/2006) Uma pessoa gosta de participar de sorteios, mas ao mesmo tempo sente a necessidade de começar a economizar um pouco de dinheiro, uma vez que dentro de alguns anos pretende aposentar-se. Dentre as opções abaixo, o produto que melhor atende às necessidades e expectativas dessa pessoa é:

- a) o CDB;
- b) a Caderneta de Poupança;
- c) o Fundo de Renda Fixa;
- d) o Título de Capitalização;
- e) a Letra Hipotecária.

6. (FCC/Banco do Brasil/2006) No que diz respeito à nota promissória, é correto afirmar que:

- a) a prestação do aval não pode ser dada na própria nota promissória;
- b) o avalista será responsável pelo pagamento somente em caso de falecimento do emitente;
- c) pessoas físicas casadas em regime de comunhão de bens só poderão dar aval com autorização de seu cônjuge;
- d) o avalista poderá ser chamado a cumprir as obrigações da nota promissória antes de seu vencimento;
- e) não pode ser garantida somente por aval, sendo necessárias outras garantias complementares.

7. (FCC/Banco do Brasil/2006) Uma determinada dívida é garantida por três fiadores. Caso ela não seja paga, cada fiador ficará responsável pelo pagamento:

- a) da dívida, na proporção de sua renda mensal em relação ao total da renda mensal de todos os fiadores;
- b) de 1/3 da dívida, independentemente do que dispuser o contrato de fiança;
- c) do total da dívida, independentemente do que dispuser o contrato de fiança;
- d) da dívida, na proporção que estiver fixada no contrato de fiança;
- e) da dívida, na proporção de seu patrimônio em relação ao total do patrimônio de todos os fiadores.

8. (FCC/Banco do Brasil/2006) O proprietário do restaurante Kilu's Cazeiro M. E. pretende oferecer mais conforto aos seus clientes com a instalação de um aparelho de ar condicionado. Para tanto, dirigiu-se a um banco e solicitou um financiamento em nome de sua empresa. O gerente do banco condicionou a concessão do financiamento à assinatura de um contrato, em que o restaurante transferiria a posse de seu mobiliário para o banco, tornando-se depositário dos bens dados em garantia do financiamento. Essa condição de depositário seria revertida após a quitação do financiamento, ou o banco teria a posse definitiva dos bens empenhados no caso de inadimplência. Nesta operação, a garantia exigida pelo banco para conceder o financiamento é denominada:

- a) aval;

- a) aval;
- b) penhor mercantil;
- c) fiança;
- d) hipoteca;
- e) caução.

9. (FCC/Banco do Brasil/2006) Em relação à alienação fiduciária, é correto afirmar que:

- a) o devedor não pode utilizar o bem dado em garantia às suas expensas e risco, sendo, ainda, obrigado a zelar por sua conservação;
- b) a propriedade do bem dado em garantia é transferida ao devedor, preservando-se a posse com o credor;
- c) o contrato conterá a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação;
- d) a dívida será considerada quitada, mesmo que o produto da venda do bem dado em garantia seja inferior ao valor emprestado;
- e) deve ser celebrada por instrumento público ou particular a ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do credor.

10. (FCC/Banco do Brasil/2006) Analise o texto que o professor João escreveu:

Um imóvel pode ser hipotecado para garantir uma dívida futura ou condicionada, desde que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido. Essa hipoteca abrangerá todos os melhoramentos e construções realizadas no imóvel. O dono do imóvel hipotecado pode ainda constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor. É vedado ao proprietário, no entanto, alienar o imóvel hipotecado.

O texto de João está incorreto porque:

- a) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado;
- b) imóveis não podem ser hipotecados para garantir dívidas futuras;
- c) a hipoteca não abrange melhoramentos e construções feitas no imóvel;
- d) imóveis hipotecados não podem ser objeto de outra hipoteca;
- e) se um imóvel for objeto de uma segunda hipoteca, esta não poderá ser em favor do mesmo credor.

11. (FCC/Banco do Brasil/2010) A fiança bancária é uma obrigação escrita prestada à empresa que necessita de garantia para contratação de operação que envolva responsabilidade na sua execução e:

- a) comprova que os recursos financeiros necessários estão depositados pela empresa na instituição financeira fiadora;
- b) pode ser concedida somente em operações relacionadas ao comércio internacional;
- c) substitui total ou parcialmente os adiantamentos em dinheiro ao credor por parte da empresa;
- d) está sujeita à incidência de Imposto sobre Operações Financeiras – IOF;
- e) não apresenta risco de crédito para a instituição financeira.

12. (FCC/Banco do Brasil/2006) Com relação à Caderneta de Poupança, é correto afirmar:

- a) Não há incidência de Imposto de Renda na Fonte sobre os rendimentos auferidos por investidores Pessoa Física.
- b) Os recursos passam a render a partir do dia 1ª do mês seguinte à data do depósito.
- c) Os rendimentos são creditados a cada 30 dias.
- d) Trata-se de um investimento garantido em sua totalidade pelo governo.
- e) Trata-se de um investimento disponível apenas para pessoas físicas.

13. (FCC/Banco do Brasil/2006) No que diz respeito ao Hot Money e ao Cheque Especial, é correto afirmar:

- a) Ambos são tipos de empréstimo, destinados tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas.
- b) Ambos são tipos de empréstimo, sendo o primeiro destinado a pessoas jurídicas e o segundo a pessoas físicas.
- c) O primeiro é um tipo de investimento destinado a pessoas jurídicas, e o segundo é um tipo de empréstimo destinado a pessoas físicas e jurídicas.
- d) Ambos são tipos de empréstimo, sendo o primeiro destinado a pessoas jurídicas e o segundo destinado tanto a pessoas físicas quanto jurídicas.
- e) O primeiro é um tipo de investimento destinado tanto a pessoas físicas quanto jurídicas, e o segundo um tipo de empréstimo destinado somente a pessoas físicas.

14. (FCC/Banco do Brasil/2006) É correto afirmar:

- a) Em uma operação de cobrança bancária, o sacado é o vendedor da mercadoria ou prestador do serviço;
- b) Os valores resultantes de uma operação de cobrança bancária são creditados na conta do sacado no dia do pagamento;
- c) Por integrarem o sistema de compensação, os títulos colocados em cobrança bancária podem ser pagos em qualquer agência bancária até a data do seu vencimento;
- d) Para ser colocado em cobrança bancária um título deve ter o aceite do sacado;
- e) A cobrança bancária é um serviço que deve ser prestado gratuitamente pelos bancos.

15. (FCC/Banco do Brasil/2006) Um investidor que, no dia 1ª de março de 2006, tenha feito uma aplicação em CDB pós-fixado, com vencimento em 180 dias, terá seus rendimentos sujeitos à alíquota de Imposto de Renda de:

- a) 22,5%;
- b) 20,0%;
- c) 17,5%;
- d) 15,0%;
- e) 10,0%.

16. (FCC/Banco do Brasil/2006) Quatro irmãos são proprietários de uma fazenda avaliada em R\$ 400 000,00, nas seguintes proporções:

- Álvaro 25%;

- Álvaro 25%;
- Benedito 10%;
- Carlos 35%; e
- Daniel 30%.

Caso seja necessário, o "valor máximo" pelo qual poderá ser hipotecada a fazenda será de:

- a) R\$ 40 000,00, caso Benedito, Carlos e Daniel não dêem seu consentimento para hipotecar o imóvel;
- b) R\$ 100 000,00, caso Álvaro, Carlos e Daniel não dêem seu consentimento para hipotecar o imóvel;
- c) R\$ 400 000,00, caso todos os irmãos concordem em hipotecar o imóvel;
- d) R\$ 200 000,00, caso Álvaro e Daniel não dêem seu consentimento para hipotecar o imóvel;
- e) R\$ 180 000,00, caso Álvaro, Benedito e Carlos não dêem seu consentimento para hipotecar o imóvel.

17. (FCC/Banco do Brasil/2006) Na alienação fiduciária, o I tem a II de um bem móvel, podendo utilizá-lo às suas expensas e risco, na qualidade de depositário.

Preenchem correta e respectivamente as lacunas I e II acima:

- | I | II |
|-------------|-------------|
| a) credor | posse |
| b) mutuário | propriedade |
| c) credor | propriedade |
| d) devedor | propriedade |
| e) devedor | posse |

18. (FCC/Banco do Brasil/2006) É correto afirmar que:

- a) o devedor, no penhor mercantil, pode alienar as coisas empenhadas, mesmo sem autorização do credor, desde que reponha outros bens da mesma natureza;
- b) o instrumento de constituição do penhor mercantil, público ou particular, deve ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas;
- c) o devedor, no penhor mercantil, tem o direito de inspecionar as coisas empenhadas, uma vez que elas se encontram de posse do credor;
- d) o penhor mercantil só pode ser constituído por meio de instrumento público, sendo necessárias duas pessoas idôneas como testemunhas;
- e) extingue-se o penhor mercantil com o pagamento da dívida, produzindo efeitos independentemente da averbação do cancelamento de seu registro.

19. (FCC/Banco do Brasil/2006) O Sr. Fulano de Tal é fanático por futebol e decidiu comprar um televisor novo para assistir à Copa do Mundo da Alemanha. Para tanto foi a um banco e pediu um empréstimo de R\$ 500,00. Para conceder o empréstimo, o gerente do banco exigiu que o Sr. Fulano apresentasse uma pessoa idônea, que assinaria um contrato responsabilizando-se pelo pagamento da dívida, caso ele se tornasse inadimplente. A modalidade de garantia exigida nessa transação é denominada:

- a) caução;
- b) aval;
- c) penhor mercantil;
- d) alienação fiduciária;
- e) fiança.

20. (FCC/Banco do Brasil/2006) É correto afirmar:

- a) O aval a um título de crédito deve ser prestado através de documento específico para essa finalidade.
- b) Um cheque pode ter aval parcial, desde que este garanta no mínimo 50% do seu valor.
- c) A prestação de aval requer a entrega da posse de bens móveis do avalista, em valor correspondente ao da obrigação garantida.
- d) Se o avalista pagar um título em lugar do avalizado, poderá exigir deste último o ressarcimento dos valores pagos.
- e) Do ponto de vista formal, não há diferenças entre aval, fiança, caução, hipoteca e alienação fiduciária como instrumentos de garantia de operações de crédito.

Gabarito:

1. E	2. B	3. E
4. C	5. D	6. C
7. D	8. B	9. C
10. A	11. C	12. A
13. B	14. C	15. A
16. C	17. E	18. B
19. E	20. D	

15.5. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

1. (FCC/Banco do Brasil/2010) Compete à Comissão de Valores Mobiliários - CVM disciplinar as seguintes matérias:

- I registro de companhias abertas;

- I. registro de companhias abertas;
- II. execução da política monetária;
- III. registro e fiscalização de fundos de investimento;
- IV. registro de distribuições de valores mobiliários;
- V. custódia de títulos públicos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II e III;
 - b) I, II e IV;
 - c) I, III e IV;
 - d) II, III e V;
 - e) III, IV e V.
2. (FCC/Banco do Brasil/2010) De acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional – CMN, os bancos múltiplos devem ser constituídos com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente de:
- a) investimento;
 - b) crédito, financiamento e investimento;
 - c) crédito imobiliário;
 - d) câmbio;
 - e) arrendamento mercantil.
3. (FCC/Banco do Brasil/2010) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES tem dentre seus objetivos o de:
- a) promover o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços;
 - b) controlar o fluxo de capitais estrangeiros, garantindo o correto funcionamento do mercado cambial;
 - c) promover o crescimento e a diversificação das importações;
 - d) adquirir e financiar estoques de produção exportável;
 - e) executar, por conta do Banco Central, a compensação de cheques e outros papéis.
4. (FCC/Banco do Brasil/2006) São instituições que podem captar depósitos a prazo junto ao público:
- a) sociedades de arrendamento mercantil;
 - b) sociedades de crédito, financiamento e investimento;
 - c) sociedades de crédito imobiliário;
 - d) sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários;
 - e) bancos de investimento.
5. (FCC/Banco do Brasil/2006) A Comissão de Valores Mobiliários procura atuar de várias formas para atingir seus objetivos, enquanto reguladora do mercado de capitais. Uma dessas formas de atuação se dá com:
- a) o julgamento de valor quanto às informações divulgadas pelas companhias no mercado de seguros;
 - b) a fiscalização de todas as operações realizadas pelos bancos comerciais;
 - c) a autorização para funcionamento dos bancos de investimento;
 - d) a indução de comportamento, auto-regulação e autodisciplina;
 - e) a transferência, para o Banco Central, da fiscalização sobre as empresas e os investidores que participam do mercado de capitais.
6. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2009) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, por instituições financeiras, e auxiliares, públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue os itens que se seguem.
- () São consideradas instituições financeiras as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
 - () A área normativa do SFN tem como órgão máximo o Banco Central do Brasil (Bacen).
 - () O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é uma das principais entidades supervisoras do SFN.
 - () O SFN atua na intermediação financeira, ou seja, no processo pelo qual os agentes que estão superavitários, com sobra de dinheiro, transferem esses recursos para aqueles que estejam deficitários, com falta de dinheiro.

Gabarito:

1. C	2. A	3. A
4. E	5. D	6. C, E, E, C

15.6. FACTORING

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) É correto afirmar:

- a) Não há incidência de impostos sobre a comissão cobrada pelas empresas de *factoring*.
- b) Tanto nas operações de desconto financeiro como nas de *factoring* existe o direito de regresso em relação ao cedente quando ocorre inadimplência do sacado.
- c) Enquanto nas operações de *factoring* existe direito de regresso em relação ao cedente quando ocorre a inadimplência do sacado, no desconto financeiro não há esse direito.
- d) Enquanto nas operações de desconto financeiro existe o direito de regresso em relação ao cedente quando ocorre a inadimplência do sacado, no *factoring* não há esse direito.

- d) Enquanto nas operações de desconto financeiro existe o direito de regresso em relação ao cedente quando ocorre a inadimplência do sacado, no *factoring* não há esse direito.
- e) A empresa de *factoring* é remunerada pela cobrança da taxa Selic acrescida de um prêmio de risco sobre o valor dos títulos por ela descontados.

Gabarito:

1. D

15.7. LEASING

1. (FCC/Banco do Brasil/2010) O arrendamento mercantil (*leasing*) é uma operação com características legais próprias, como:
- cessão do uso de um bem, por determinado prazo, mediante condições contratadas entre arrendador e arrendatário;
 - prazo mínimo de arrendamento de três anos para bens com vida útil de até cinco anos;
 - aquisição obrigatória do bem pelo arrendatário ao final do prazo do contrato;
 - destinação exclusivamente à pessoa jurídica;
 - cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.
2. (FCC/Banco do Brasil/2006) A empresa XYZW firmou um contrato de *leasing* financeiro de uma máquina. Caso queira adquirir essa máquina ao término do contrato, deverá pagar à empresa de *leasing*:
- o Valor de Mercado da máquina deduzido das contraprestações desembolsadas no período do contrato;
 - o Valor da Depreciação acumulada do bem;
 - 10% da soma das contraprestações desembolsadas no período do contrato;
 - o Valor de Mercado da máquina;
 - o Valor Residual Garantido.
3. (Cespe-UnB/Banco do Brasil/2009) Arrendamento mercantil ou *leasing* é uma operação em que o proprietário de um bem cede a terceiro o uso desse bem por prazo determinado, recebendo em troca uma contraprestação. No que concerne ao *leasing*, julgue os itens seguintes.
- () A constituição e o funcionamento das pessoas jurídicas que tenham como objeto principal de sua atividade a prática de operações de arrendamento mercantil, denominadas sociedades de arrendamento mercantil, dependem de autorização da CVM.
- () As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedade por cotas limitadas, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a palavra *leasing*.

Gabarito:

1. A	2. E	3. E, E
------	------	---------

15.8. SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Os corretores de seguros:
- têm de responder civilmente pelos prejuízos que causarem por omissão, imperícia ou negligência no exercício da profissão;
 - devem habilitar seu registro perante a Fundação Nacional de Seguros-Funenseg por meio de prova de capacitação promovida pela Superintendência de Seguros Privados-Susep;
 - recebem comissão sobre seus serviços, cuja percentagem independe do ramo do seguro e da companhia seguradora;
 - são profissionais de vendas vinculados às companhias seguradoras para comercializar exclusivamente os produtos da empresa contratante;
 - são simples intermediários entre as seguradoras e os segurados, não sendo sua responsabilidade esclarecer dúvidas sobre carências, coberturas ou validade do contrato.
2. (FCC/Banco do Brasil/2010) As entidades fechadas de previdência complementar, também conhecidas como fundos de pensão, são organizadas sob a forma de:
- fundos PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre;
 - fundos VGBL – Vida Gerador de Benefício Livre;
 - empresas vinculadas ao Ministério da Fazenda e fiscalizadas pela Susep – Superintendência de Seguros Privados;
 - planos que devem ser oferecidos a todos os colaboradores e que também podem ser adquiridos por pessoas que não tenham vínculo empregatício com a empresa patrocinadora;
 - fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos e acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas.
3. (FCC/Banco do Brasil/2010) Sobre o mercado de seguros no Brasil, considere:
- O Instituto de Resseguros do Brasil (hoje IRB-Brasil Re) tem seu capital controlado integralmente pela União.
 - A Lei Complementar nº 126/2007 abriu o mercado brasileiro de resseguros e possibilitou a instalação e funcionamento de outras companhias no setor.
 - A Superintendência de Seguros Privados – Susep é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.
 - As seguradoras são organizadas sob a forma de sociedades anônimas, não estando sujeitas à falência nem podendo impetrar concordata, embora possam ser liquidadas, voluntária ou compulsoriamente.

podendo impetrar concordata, embora possam ser liquidadas, voluntária ou compulsoriamente.

V. O seguro garantia é destinado exclusivamente aos órgãos públicos da administração direta e indireta federais, estaduais e municipais.

São características do mercado de seguros no Brasil o que se afirma apenas em:

- a) I, II e III;
- b) I, II e IV;
- c) I, III, IV e V;
- d) II, III e IV;
- e) II, IV e V.

4. (FCC/Banco do Brasil/2006) Os corretores de seguros:

- a) devem ser obrigatoriamente cidadãos brasileiros, sendo vedada a profissão a estrangeiros, mesmo que residam permanentemente no Brasil;
- b) podem aceitar ou exercer emprego em pessoa jurídica de direito público;
- c) responderão civil e criminalmente perante os segurados e as sociedades seguradoras pelos prejuízos que causarem, por omissão, imperícia ou negligência no exercício da profissão;
- d) podem ser sócios, administradores, procuradores, despachantes ou empregados de empresa de seguros;
- e) recebem comissão, mesmo quando a sociedade seguradora vende diretamente o seguro ao consumidor final.

5. (FCC/Banco do Brasil/2006) Na liquidação extrajudicial de entidade aberta de previdência privada:

- a) o liquidante está impedido de exigir dos ex-administradores da entidade que prestem informações sobre quaisquer dos créditos declarados;
- b) os bens da massa liquidanda serão vendidos em leilão público, na forma da legislação aplicável;
- c) os participantes dos planos de benefícios não poderão ter privilégio especial sobre os bens garantidores das reservas técnicas;
- d) haverá fluência de juros, mesmo que não estipulados, contra a massa liquidanda, enquanto não integralmente pago o passivo;
- e) nenhum interessado poderá impugnar a legitimidade, valor ou a classificação dos créditos constantes do quadro geral de credores.

6. (FCC/Banco do Brasil/2006) As sociedades de capitalização:

- a) estão impedidas de emitir títulos de capitalização que contemplem o pagamento de um plano de seguro de vida ou de pecúlio para os seus subscritores;
- b) poderão apropriar-se da provisão matemática dos títulos suspensos ou caducos por inadimplência dos pagamentos, desde que autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-Susep;
- c) devem remunerar os títulos de sua emissão com os mesmos percentuais da caderneta de poupança;
- d) estão obrigadas a informar o critério matemático utilizado para o estabelecimento do percentual dos pagamentos referente aos sorteios;
- e) estão dispensadas de notificar os detentores dos títulos de capitalização contemplados em sorteio.

7. (FCC/Banco do Brasil/2006) Em relação às sociedades seguradoras, é correto afirmar que:

- a) ficam limitadas a 50% (cinquenta por cento) do capital realizado as despesas de organização e instalação desse tipo de sociedade, sendo necessária, para despesas de maior valor, a autorização do Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP;
- b) estão autorizadas a operar em quaisquer tipos de seguros sem necessidade de aprovação prévia pela Superintendência de Seguros Privados-Susep;
- c) não constitui crime contra a economia popular a ação ou omissão, pessoal ou coletiva, de que decorra a insuficiência das reservas e de sua cobertura, vinculadas à garantia de suas obrigações;
- d) podem reter responsabilidades cujo valor ultrapasse os limites técnicos fixados pelo IRB Brasil Resseguros S/A.;
- e) seu patrimônio líquido não poderá ser inferior ao valor do passivo não operacional, entendido este como o valor total das obrigações da sociedade para com terceiros.

8. (FCC/Banco do Brasil/2006) É de competência privativa do Conselho Nacional de Seguros Privados:

- a) fixar as características gerais dos contratos de seguros;
- b) autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia do capital, das reservas técnicas e dos fundos;
- c) efetuar a liquidação das sociedades seguradoras que tiverem cassada a autorização para funcionar no país;
- d) proceder à habilitação e ao registro dos corretores de seguros, fiscalizar suas atividades e aplicar as penalidades cabíveis;
- e) propor diretrizes de política monetária e cambial para apreciação do Conselho Monetário Nacional.

9. (FCC/Banco do Brasil/2006) Os resgates de recursos investidos em podem sofrer a incidência de Imposto de Renda segundo a Tabela Progressiva para Pessoas Físicas ou de acordo com alíquotas regressivas, conforme o prazo da aplicação. Preenche corretamente a lacuna acima:

- a) CDB;
- b) PGBL;
- c) Fundos de Investimento;
- d) Ações;
- e) Caderneta de Poupança.

10. (FCC/Banco do Brasil/2006) O I, em uma apólice de seguro, normalmente corresponde a uma parcela do valor do bem segurado e garante o recebimento de uma indenização que permita a reposição integral desse bem, em caso de II.

Preenchem correta e respectivamente as lacunas I e II acima:

- a) prêmio; sinistro;
- b) sinistro; prêmio;
- c) risco; prêmio;
- d) sinistro; risco;
- e) prêmio; risco.

Gabarito:

1. A	2. E	3. D
4. C	5. B	6. D
7. E	8. A	9. B
10. A		

15.9. TÍTULOS PÚBLICOS

1. (FCC/Banco do Brasil/2010) A Cetip S. A. tem por finalidade:

- a) garantir a liquidação financeira de transações de títulos privados entre instituições bancárias no Mercado de Balcão;
- b) operar como substituta no caso de interrupção das operações diárias do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB;
- c) atuar internacionalmente, em tempo real, tendo como participantes bancos, corretoras, distribuidoras, fundos de investimento, seguradoras e fundos de pensão;
- d) assegurar que as operações somente sejam finalizadas caso os títulos estejam efetivamente disponíveis na posição do vendedor e os recursos relativos a seu pagamento disponibilizados integralmente pelo comprador;
- e) dispensar a supervisão e normatização da Comissão de Valores Mobiliários para os casos de administração de carteiras e custódia de valores mobiliários.

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) A Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip tornou-se uma entidade de importância para a realização de operações financeiras no âmbito do sistema financeiro nacional. A respeito da Cetip é correto afirmar que:

- a) constitui uma empresa pública com fins lucrativos;
- b) registra operações com cédulas de produto rural – CPR;
- c) liquida operações realizadas no mercado secundário de ações, no âmbito da Bolsa de Valores de São Paulo;
- d) é subordinada exclusivamente à Superintendência de Seguros Privados – Susep;
- e) não registra operações liquidadas com o uso do Sistema de Transferência de Reservas do Banco Central – STR.

3. (FCC/Banco do Brasil/2006) O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic –, desde sua criação, tem importância estratégica para o mercado financeiro e para o governo. Como uma de suas principais características, é correto afirmar que ele:

- a) liquida todas suas operações no dia seguinte ao da negociação;
- b) realiza a compensação de cheques para o sistema financeiro;
- c) registra os depósitos interfinanceiros – DI que são objeto de contratos futuros na BM&F;
- d) é administrado pela Federação Brasileira de Bancos – Febraban;
- e) registra as negociações com títulos públicos federais.

Gabarito:

1. D	2. B	3. E
------	------	------

15.10. MERCADO DE CAPITAIS

1. (Cesgranrio/Banco do Brasil/2010) As Companhias ou Sociedades Anônimas podem ser classificadas como abertas ou fechadas. São classificadas como abertas quando:

- a) seu passivo está atrelado a opções de mercado futuro;
- b) seus principais ativos são ações de outras companhias de capital aberto;
- c) sua estrutura de capital permite a entrada de sócios estrangeiros;
- d) suas ações são negociadas na Bolsa de Valores ou no mercado balcão;
- e) suas ações são propriedade dos sócios fundadores e não estão à venda.

2. (FCC/Banco do Brasil/2010) A BM&FBovespa S. A. é caracterizada como:

- a) espaço em que exclusivamente são negociadas ações de emissão de empresas brasileiras;
- b) empresa cujo capital é controlado por sociedades corretoras por meio de títulos patrimoniais;
- c) entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
- d) empresa constituída para possibilitar a negociação de ações por meio do sistema *home broker*;
- e) companhia aberta cujas ações são transacionadas em seu próprio ambiente de negociação.

3. (FCC/Banco do Brasil/2010) As operações para financiamento do capital de giro das empresas vêm sendo preferencialmente formalizadas por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, que proporciona:

- a) a promessa de pagamento mediante conferência de bens;

- a) a promessa de pagamento mediante conferência de bens;
- b) a efetividade processual de um título executivo judicial;
- c) a garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC;
- d) a dispensa de custódia do título na respectiva instituição financeira;
- e) a negociabilidade do certificado no mercado secundário.
4. (FCC/Banco do Brasil/2006) São vários os cuidados estabelecidos para a preservação do bom funcionamento do mercado de capitais. No Brasil, uma das condições estabelecidas para os valores mobiliários é que:
- a) sua emissão pública se dá exclusivamente por companhias fechadas;
- b) o Banco Central do Brasil determina a suspensão da emissão pública que esteja se processando em desacordo com a lei;
- c) nenhuma emissão pública ocorre sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários;
- d) não podem ser negociados no mercado secundário;
- e) não abrangem as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários.
5. (FCC/Banco do Brasil/2006) No mercado de capitais as ações se destacam como um dos valores mobiliários mais atraentes, podendo ser negociadas:
- a) somente no mercado secundário, pois o mercado primário alcança apenas os títulos públicos federais;
- b) no mercado secundário, sendo as bolsas de valores um exemplo adequado;
- c) no mercado secundário, através do qual a companhia emissora obtém recursos originais para investimentos;
- d) no mercado primário, cujo desempenho não se vincula às condições do mercado secundário;
- e) sob prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Gabarito:

1. D	2. E	3. E
4. C	5. B	

15.11. BOLSAS DE VALORES E MERCADO DE AÇÕES

1. (FCC/Banco do Brasil/2010) As debêntures, segundo a Lei nº 6.404/1976, são títulos nominativos ou escriturais emitidos por sociedades por ações. Asseguram ao seu titular direito de crédito contra a companhia emissora e:
- a) devem ser registradas para negociação em Bolsa de Valores;
- b) podem ser emitidas por bancos de investimento;
- c) são adquiridas por investidores no mercado internacional;
- d) podem ser emitidas pelo prazo máximo de 360 dias;
- e) têm as suas garantias, se houver, especificadas na escritura de emissão.
2. (FCC/Banco do Brasil/2006) É pessoa jurídica autorizada a operar apenas posições compradoras de taxas flutuantes:
- a) corretora de títulos e valores mobiliários;
- b) banco múltiplo;
- c) banco de investimento;
- d) banco comercial;
- e) sociedade de poupança e empréstimo.
3. (FCC/Banco do Brasil/2006) A liquidação das negociações com ações no mercado à vista da Bolsa de Valores de São Paulo é realizada:
- a) pela própria Bolsa de Valores de São Paulo;
- b) com o pagamento do comprador diretamente ao vendedor, em cheque;
- c) fora do Sistema de Pagamentos Brasileiro;
- d) pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC;
- e) de modo a não possibilitar a identificação do investidor final das operações realizadas.
4. (FCC/Banco do Brasil/2006) O Brasil vem presenciando nos últimos anos um ambiente favorável à emissão de debêntures. Sobre tais títulos, é correto afirmar que:
- a) são valores mobiliários representativos de dívida de médio e longo prazos;
- b) correspondem a ativos das empresas emittentes, para vencimento geralmente de curto e médio prazos;
- c) somente as companhias fechadas podem efetuar emissões públicas;
- d) não podem ser conversíveis em ações, pois são títulos de dívida;
- e) não podem ser negociadas no mercado secundário.

Gabarito:

1. E	2. A	3. D
4. A		

15.12. DERIVATIVOS

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Analise:



15.12. DERIVATIVOS

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Analise:

Um importador de produtos eletrônicos, temendo I do real, deve II contratos futuros de dólar na BM&F, assumindo uma posição III no mercado futuro.

Preenchem correta e respectivamente as lacunas I, II e III acima:

I	II	III
a) valorização	vender	long
b) valorização	comprar	short
c) desvalorização	vender	short
d) desvalorização	comprar	long
e) desvalorização	vender	long

2. (FCC/Banco do Brasil/2006) As empresas ABC e XYZ negociaram um contrato de *swap* e pactuaram as seguintes condições:

I. Valor de principal: R\$ 1.000.000,00.

II. A empresa ABC ficou passiva na taxa de variação cambial, acrescida de juros de 0,5% a. m., sob o regime de capitalização simples.

III. A empresa XYZ ficou passiva na taxa acumulada de Depósitos Interbancários - DI.

IV. O contrato tem vencimento em 1 ano.

Sabe-se que, no período, a taxa de câmbio desvalorizou 10%, a taxa acumulada dos depósitos interbancários foi de 18,6% e que nesta operação incide imposto de renda à alíquota de 20%. É correto afirmar que a empresa:

- a) ABC terá um ganho líquido de R\$ 16.000,00;
- b) XYZ terá um ganho líquido de R\$ 16.000,00;
- c) ABC terá um ganho líquido de R\$ 20.000,00;
- d) XYZ terá um ganho líquido de R\$ 20.000,00;
- e) XYZ terá um ganho bruto de R\$ 20.000,00.

3. (FCC/Banco do Brasil/2006) Derivativos são instrumentos financeiros que se originam do valor de outro ativo, tido como ativo de referência. As transações com derivativos são realizadas no mercado futuro, a termo, de opções e *swaps*, entre outros. Os *swaps* são:

- a) ativos garantidores de operações em moeda estrangeira, adquiridos mediante a troca de ações, direitos e obrigações entre duas partes;
- b) ativos que podem ser comprados por uma empresa investidora com o intuito de se proteger de uma eventual redução de preços de outro ativo da mesma carteira de investimento;
- c) direitos adquiridos de comprar ou vender um ativo em uma determinada data por preço e condições previamente acertados entre as partes envolvidas na negociação;
- d) acordos de compra e venda de ativos para serem entregues em uma data futura, a um preço previamente estabelecido, sem reajustes periódicos;
- e) acordos entre duas partes que preveem a troca de obrigações de pagamentos periódicos ou fluxos de caixa futuros por um certo período de tempo, obedecendo a uma metodologia de cálculo predefinida.

4. (FCC/Banco do Brasil/2010) Os contratos negociados nos mercados futuros são caracterizados:

- a) pelas diferenças de preços ajustadas diariamente;
- b) pelas cláusulas redigidas de acordo com a conveniência das partes;
- c) pela padronização quando as partes são instituições financeiras;
- d) pela dispensa da prestação de garantias pelas partes;
- e) pelas diferenças de preços ajustadas no vencimento.

5. (FCC/Banco do Brasil/2010) Dentre as diversas modalidades de operações com derivativos, a aquisição de uma opção de compra (*Call*):

- a) exige o depósito de garantia em títulos;
- b) obriga o titular a permanecer no mercado até o vencimento;
- c) possibilita investimento no ativo objeto por uma fração de seu preço no mercado à vista;
- d) impede a aquisição de mais de uma série do mesmo ativo objeto;
- e) expõe o titular a chamadas de margem em dinheiro.

6. (FCC/Banco do Brasil/2010) Quando são transacionados contratos futuros na BM&F, há a exigência do depósito de para cobrir perdas que uma das contrapartes possa incorrer. Preenche corretamente a lacuna acima:

- a) uma margem;
- b) taxas de carregamento;
- c) R\$ 1.000,00;
- d) 100% do valor do contrato;
- e) emolumentos.

7. (FCC/Banco do Brasil/2006) Um investidor que compra uma opção de venda passa a ter:

- a) o direito de comprar o ativo objeto da opção a um preço predeterminado chamado preço de exercício;
- b) a obrigação de vender o ativo objeto da opção a um preço predeterminado chamado preço de exercício;
- c) o direito de vender o ativo objeto da opção a um preço predeterminado chamado preço de exercício;
- d) a obrigação de comprar o ativo objeto da opção a um preço predeterminado chamado preço de exercício;
- e) a obrigação de vender o ativo objeto da opção ao preço de mercado.

8. (FCC/Banco do Brasil/2006) Um produtor agrícola que vende sua produção no mercado interno e deseja

proteger de eventuais I de preço no período de safra poderá celebrar um contrato a termo em que se compromete a II certa quantidade do produto a preço predeterminado. Preenchem correta e respectivamente as lacunas I e II acima:

- a) quedas; comprar;
- b) elevações; comprar;
- c) elevações; vender;
- d) oscilações; comprar;
- e) quedas; vender.

Gabarito:

1. D	2. A	3. E
4. A	5. C	6. A
7. C	8. E	

15.13. CÂMBIO

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Os custos de operação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) são financiados por:
 - a) uma parcela da arrecadação do Imposto de Importação;
 - b) um fundo constituído pela cobrança de selos nos cigarros produzidos no Brasil;
 - c) recursos angariados pelo leilão de mercadorias sujeitas à pena de perdimento;
 - d) uma taxa de utilização do sistema, que é administrada pela Secretaria da Receita Federal;
 - e) recursos provenientes da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras.
2. (FCC/Banco do Brasil/2010) No mercado de câmbio no Brasil são realizadas operações:
 - a) no mercado à vista apenas por pessoa jurídica;
 - b) pelos agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil;
 - c) dispensadas da regulamentação e fiscalização pelo Banco Central do Brasil;
 - d) no segmento flutuante, relativo à importação e exportação de mercadorias e serviços;
 - e) de troca de moeda nacional exclusivamente pelo dólar norte-americano ou vice-versa.
3. (FCC/Banco do Brasil/2006) A gestão do Siscomex é de competência do:
 - a) Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;
 - b) Secretário da Receita Federal;
 - c) Coordenador Geral do Sistema Aduaneiro – Coana;
 - d) Coordenador Geral do Sistema de Tributação – Cosit;
 - e) Superintendente Regional da Receita Federal, no âmbito de sua Região Fiscal.
4. (FCC/Banco do Brasil/2006) O contrato de câmbio:
 - a) é um ato unilateral e não oneroso;
 - b) tem por objetivo a compra ou a venda de moeda estrangeira;
 - c) implica a entrega de moeda estrangeira ao exportador;
 - d) não tem prazo limite para sua liquidação;
 - e) implica a concessão de bonificações ao importador.
5. (FCC/Banco do Brasil/2006) Um operador de câmbio toma conhecimento de que a cotação do marco alemão na praça de Nova York é quarenta centavos do dólar norte-americano e que a cotação desse último na praça de Hamburgo é quarenta e três centavos para cada marco alemão. Ao efetuar a operação de arbitragem direta no valor de 200 mil marcos alemães, este operador terá um lucro, em dólares americanos, desconsiderando-se os custos das transações, no valor de:
 - a) 4.600;
 - b) 4.800;
 - c) 5.200;
 - d) 5.600;
 - e) 6.000.
6. (FCC/Banco do Brasil/2006) Em relação ao mercado de câmbio, é correto afirmar que:
 - a) o ingresso ou saída de capitais estrangeiros no país não influencia o valor da taxa de câmbio;
 - b) é condição necessária, para que a política de câmbio flexível praticada pelo Banco Central tenha credibilidade, que o país tenha um elevado volume de reservas internacionais;
 - c) o Banco Central do Brasil não intervém no mercado de câmbio, deixando que a cotação do dólar flutue livremente;
 - d) a taxa de câmbio, no Brasil, é definida como o preço da divisa estrangeira expressa em moeda nacional;
 - e) os importadores são ofertantes nesse mercado.
7. (FCC/Banco do Brasil/2006) A empresa Exporta Tudo acaba de fechar mais um contrato de exportação, mas precisa de um financiamento para comprar as matérias-primas e produzir os bens negociados. A operação por meio da qual o banco poderá viabilizar esse financiamento para a Exporta Tudo recebe a denominação de:
 - a) Assunção de Dívida.
 - b) Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC)

8. (FCC/Banco do Brasil/2006) Um produtor agrícola que vende sua produção no mercado interno e deseja se proteger de eventuais I de preço no período de safra poderá celebrar um contrato a termo em que se compromete a II certa quantidade do produto a preço predeterminado. Preenchem correta e respectivamente as lacunas I e II acima:
- quedas; comprar;
 - elevações; comprar;
 - elevações; vender;
 - oscilações; comprar;
 - quedas; vender.

Gabarito:

1. D	2. A	3. E
4. A	5. C	6. A
7. C	8. E	

15.13. CÂMBIO

- (FCC/Banco do Brasil/2006) Os custos de operação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) são financiados por:
 - uma parcela da arrecadação do Imposto de Importação;
 - um fundo constituído pela cobrança de selos nos cigarros produzidos no Brasil;
 - recursos angariados pelo leilão de mercadorias sujeitas à pena de perdimento;
 - uma taxa de utilização do sistema, que é administrada pela Secretaria da Receita Federal;
 - recursos provenientes da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras.
- (FCC/Banco do Brasil/2010) No mercado de câmbio no Brasil são realizadas operações:
 - no mercado à vista apenas por pessoa jurídica;
 - pelos agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil;
 - dispensadas da regulamentação e fiscalização pelo Banco Central do Brasil;
 - no segmento flutuante, relativo à importação e exportação de mercadorias e serviços;
 - de troca de moeda nacional exclusivamente pelo dólar norte-americano ou vice-versa.
- (FCC/Banco do Brasil/2006) A gestão do Siscomex é de competência do:
 - Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;
 - Secretário da Receita Federal;
 - Coordenador Geral do Sistema Aduaneiro – Coana;
 - Coordenador Geral do Sistema de Tributação – Cosit;
 - Superintendente Regional da Receita Federal, no âmbito de sua Região Fiscal.
- (FCC/Banco do Brasil/2006) O contrato de câmbio:
 - é um ato unilateral e não oneroso;
 - tem por objetivo a compra ou a venda de moeda estrangeira;
 - implica a entrega de moeda estrangeira ao exportador;
 - não tem prazo limite para sua liquidação;
 - implica a concessão de bonificações ao importador.
- (FCC/Banco do Brasil/2006) Um operador de câmbio toma conhecimento de que a cotação do marco alemão na praça de Nova York é quarenta centavos do dólar norte-americano e que a cotação desse último na praça de Hamburgo é quarenta e três centavos para cada marco alemão. Ao efetuar a operação de arbitragem direta no valor de 200 mil marcos alemães, este operador terá um lucro, em dólares americanos, desconsiderando-se os custos das transações, no valor de:
 - 4.600;
 - 4.800;
 - 5.200;
 - 5.600;
 - 6.000.
- (FCC/Banco do Brasil/2006) Em relação ao mercado de câmbio, é correto afirmar que:
 - o ingresso ou saída de capitais estrangeiros no país não influencia o valor da taxa de câmbio;
 - é condição necessária, para que a política de câmbio flexível praticada pelo Banco Central tenha credibilidade, que o país tenha um elevado volume de reservas internacionais;
 - o Banco Central do Brasil não intervém no mercado de câmbio, deixando que a cotação do dólar flutue livremente;
 - a taxa de câmbio, no Brasil, é definida como o preço da divisa estrangeira expressa em moeda nacional;
 - os importadores são ofertantes nesse mercado.
- (FCC/Banco do Brasil/2006) A empresa Exporta Tudo acaba de fechar mais um contrato de exportação, mas precisa de um financiamento para comprar as matérias-primas e produzir os bens negociados. A operação por meio da qual o banco poderá viabilizar esse financiamento para a Exporta Tudo recebe a denominação de:
 - Assunção de Dívida

15.13. CÂMBIO

1. (FCC/Banco do Brasil/2006) Os custos de operação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) são financiados por:
 - a) uma parcela da arrecadação do Imposto de Importação;
 - b) um fundo constituído pela cobrança de selos nos cigarros produzidos no Brasil;
 - c) recursos angariados pelo leilão de mercadorias sujeitas à pena de perdimento;
 - d) uma taxa de utilização do sistema, que é administrada pela Secretaria da Receita Federal;
 - e) recursos provenientes da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras.
2. (FCC/Banco do Brasil/2010) No mercado de câmbio no Brasil são realizadas operações:
 - a) no mercado à vista apenas por pessoa jurídica;
 - b) pelos agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil;
 - c) dispensadas da regulamentação e fiscalização pelo Banco Central do Brasil;
 - d) no segmento flutuante, relativo à importação e exportação de mercadorias e serviços;
 - e) de troca de moeda nacional exclusivamente pelo dólar norte-americano ou vice-versa.
3. (FCC/Banco do Brasil/2006) A gestão do Siscomex é de competência do:
 - a) Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;
 - b) Secretário da Receita Federal;
 - c) Coordenador Geral do Sistema Aduaneiro – Coana;
 - d) Coordenador Geral do Sistema de Tributação – Cosit;
 - e) Superintendente Regional da Receita Federal, no âmbito de sua Região Fiscal.
4. (FCC/Banco do Brasil/2006) O contrato de câmbio:
 - a) é um ato unilateral e não oneroso;
 - b) tem por objetivo a compra ou a venda de moeda estrangeira;
 - c) implica a entrega de moeda estrangeira ao exportador;
 - d) não tem prazo limite para sua liquidação;
 - e) implica a concessão de bonificações ao importador.
5. (FCC/Banco do Brasil/2006) Um operador de câmbio toma conhecimento de que a cotação do marco alemão na praça de Nova York é quarenta centavos do dólar norte-americano e que a cotação desse último na praça de Hamburgo é quarenta e três centavos para cada marco alemão. Ao efetuar a operação de arbitragem direta no valor de 200 mil marcos alemães, este operador terá um lucro, em dólares americanos, desconsiderando-se os custos das transações, no valor de:
 - a) 4.600;
 - b) 4.800;
 - c) 5.200;
 - d) 5.600;
 - e) 6.000.
6. (FCC/Banco do Brasil/2006) Em relação ao mercado de câmbio, é correto afirmar que:
 - a) o ingresso ou saída de capitais estrangeiros no país não influencia o valor da taxa de câmbio;
 - b) é condição necessária, para que a política de câmbio flexível praticada pelo Banco Central tenha credibilidade, que o país tenha um elevado volume de reservas internacionais;
 - c) o Banco Central do Brasil não intervém no mercado de câmbio, deixando que a cotação do dólar flutue livremente;
 - d) a taxa de câmbio, no Brasil, é definida como o preço da divisa estrangeira expressa em moeda nacional;
 - e) os importadores são ofertantes nesse mercado.
7. (FCC/Banco do Brasil/2006) A empresa Exporta Tudo acaba de fechar mais um contrato de exportação, mas precisa de um financiamento para comprar as matérias-primas e produzir os bens negociados. A operação por meio da qual o banco poderá viabilizar esse financiamento para a Exporta Tudo recebe a denominação de:
 - a) Assunção de Dívida.
 - b) Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC).
 - c) Swap.
 - d) Hedge sem Caixa.
 - e) Debêntures.

Gabarito:

1. D	2. B	3. C
4. B	5. E	6. D
7. B		

Bibliografia

CAVALCANTE FILHO, Francisco da Silva; MISUMI, Jorge Yoshio. *Mercados de Capitais*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2002.

FERREIRA, Luiz Francisco Rogé. *Mercado de Opções – A estratégia vencedora*. São Paulo: Saraiva, 2009.

HULL, John C. *Fundamentos dos Mercados Futuros e de Opções*. 4ª edição. São Paulo: Bolsa de Mercadorias e Futuros, 2005.

SANTOS, José Evaristo dos. *Mercado Financeiro Brasileiro*. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA NETO, Lauro de Araújo. *Derivativos*. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.